



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Lília Maria Silva Macêdo

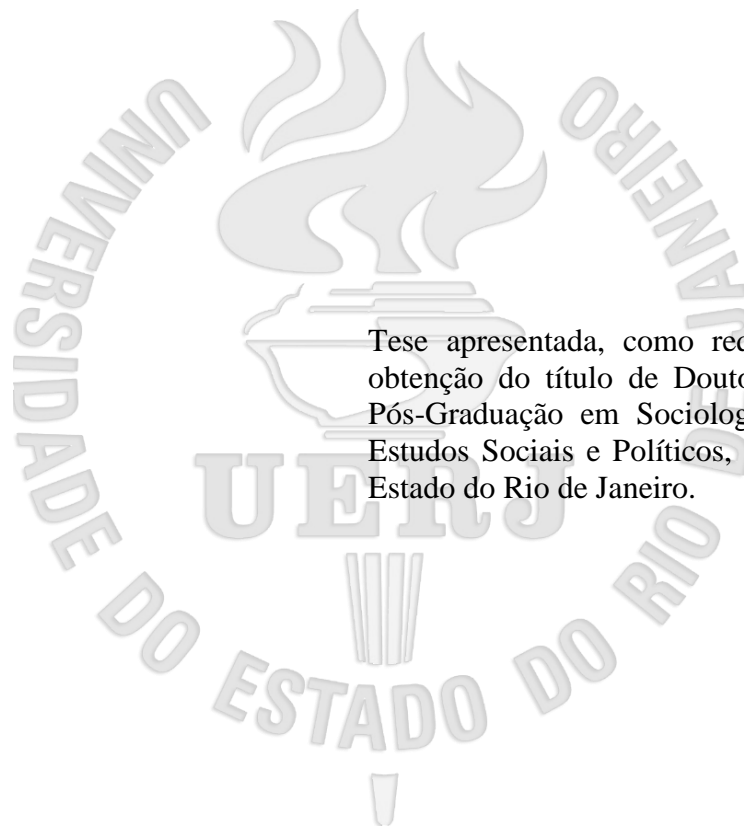
**Manuela Sáenz e os dilemas da “amante-libertadora”:
significações de uma trajetória no labirinto da história latino-americana**

Rio de Janeiro

2021

Lília Maria Silva Macêdo

**Manuela Sáenz e os dilemas da “amante-libertadora”:
significações de uma trajetória no labirinto da história latino-americana**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Instituto de Estudos Sociais e Políticos, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Breno Marques Bringel

Rio de Janeiro

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/ BIBLIOTECA CCS/D IESP

M141 Macêdo, Lília Maria Silva.
Manuela Sáenz e os dilemas da “amante-libertadora”: significações de
uma trajetória no labirinto da história latino-americana / Lília Maria Silva
Macêdo. – 2021.
299 f. : il.

Orientador: Breno Marques Bringel
Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.

1. Sáenz, Manuela, 1795-1856 – Teses. 2. Mulheres – América Latina -
Teses. I. Bringel, Breno Marques. II. Universidade do Estado do Rio de
Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. III. Título.

CDU 396(8=6)

Rosalina Barros CRB-7 / 4204 - Bibliotecária responsável pela elaboração da ficha catalográfica.

Autorizo para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde
que citada a fonte.

Assinatura

Data

Lília Maria Silva Macêdo

**Manuela Sáenz e os dilemas da “amante-libertadora”:
significações de uma trajetória no labirinto da história latino-americana**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Instituto de Estudos Sociais e Políticos, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 29 de março de 2021.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Breno Marques Bringel (Orientador)
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

Prof.^a Dra. Maria Regina Soares de Lima
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

Prof. Dr. Luiz Augusto Campos
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

Prof. Dr. André Pereira Botelho
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof.^a Dra. Alejandra Ciriza Jofré
Universidad Nacional de Cuyo

Rio de Janeiro

2021

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as revolucionárias latino-americanas que travaram a luta pela libertação das mulheres de maneira indissociável da luta pela libertação dos povos latino-americanos da dominação colonial e imperialista de ontem e hoje. Estas páginas são, portanto, um singelo tributo à memória das Libertadoras de Nuestra América.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar o meu mais profundo e sincero agradecimento a toda e todos que colaboraram com minha trajetória de formação até aqui, culminando na realização deste trabalho. Ao meu orientador, professor Breno Bringel, pela generosa, acolhedora e atenciosa orientação e apoio prestados em todos os momentos e principalmente nos mais difíceis, em que pude sempre contar com sua compreensão e solidariedade para além do estímulo intelectual e científico, cujo exemplo eu guardarei como uma grande inspiração. A todos os colegas de classe que sempre proporcionaram uma prazerosa companhia e, em especial, as amigas Thaíssa Bispo Souza e Catalina Maria Tabares Ochoa, com as quais pude sempre compartilhar expectativas e angústias e foram também exemplos de dedicação e companheirismo. Aos demais professores, funcionários e estudantes do Instituto de Estudos Sociais e Políticos e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pelo fornecimento da bolsa de estudos que garantiu minha integral dedicação ao programa de pós-graduação. Ao Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina (NETSAL), coordenado pelos professores Breno Bringel e José Mauricio Domingues e, em especial, ao subgrupo sobre América Latina no qual tenho o prazer de integrar uma pesquisa coletiva de ampla envergadura sobre o Centro Latino-Americano de Pesquisas Sociais (CLAPCS, 1957-1977), que é para mim uma experiência única e muito enriquecedora. Por fim, dirijo um agradecimento a Thiago e Ana Paula, pelo carinho e amizade ao longo de anos, e a todos os meus familiares, aos meus pais, minhas irmãs e meus avós, pelo amor e apoio imprescindíveis. À minha mãe, em especial, não posso expressar a minha gratidão somente em palavras, já que não há palavras que definam o seu significado e a sua importância na minha vida. Muito obrigada!

Seré todo lo que quiera: lo que sé es que mi país es el continente de la América y he nacido bajo la línea del Ecuador.

Manuela Sáenz

RESUMO

MACÊDO, Lília Maria Silva. *Manuela Sáenz e os dilemas da “amante-libertadora”*: significações de uma trajetória no labirinto da história latino-americana. 2021. 299 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

A figura de Manuela Sáenz, inicialmente conhecida e consagrada sob o rótulo de amante do “Libertador” Simón Bolívar, foi ao longo do século XX sendo cada vez mais reconhecida por suas ações em prol da luta por independência, até alcançar o título de “Libertadora”. O fenômeno que corresponde à proliferação de narrativas literárias que surgiram entorno desta figura histórica, especialmente em décadas recentes, chama a atenção em contraste com a marginalização da personagem na clássica narrativa historiográfica da independência, assim como ocorre com inúmeras outras mulheres que estiveram engajadas no mesmo processo. Esta tese propõe uma análise das primeiras narrativas que estão na base deste imenso acúmulo de elaborações ficcionais com as quais se buscou preencher os vazios da história. Isto porque tais narrativas, analisadas enquanto “invenções significativas”, revelam os fundamentos sócio-históricos de alguns dos principais dilemas que permeiam estas representações. De um lado, a marca do fascínio e ao mesmo tempo da rejeição que se desprende das três principais produções elaboradas desde olhares marcadamente masculinos, que foram responsáveis por notabilizar inicialmente a personagem, concebendo-lhe como uma espécie de *anti-heroína*, relaciona-se com o intento de expurgar as marcas da insubordinação feminina do horizonte da luta por emancipação colonial, no que a atuação das mulheres possuía um efeito radicalizador em afinidade com a atuação revolucionária de setores populares. Por outro lado, os escritos da própria Sáenz, recuperados tardiamente do esquecimento e da destruição a que foram submetidas estas fontes documentais, apontam o efetivo intento de ampliação deste horizonte sob a fórmula de um *heroísmo romântico* que proporcionava um singular cruzamento do ideal de liberação nacional com um incipiente ideário de emancipação feminina.

Palavras-chave: Manuela Sáenz. Mulheres nas independências. Imaginários nacionais.

Anti-heroína. Heroísmo romântico.

RESUMEN

MACÊDO, Lília Maria Silva. *Manuela Sáenz y los dilemas de la “amante-libertadora”*: significaciones de una trayectoria en el laberinto de la historia latinoamericana. 2021. 299 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

La figura de Manuela Sáenz, inicialmente conocida y consagrada bajo la etiqueta de amante del “Libertador” Simón Bolívar, fue a lo largo del siglo XX siendo cada vez más reconocida por sus acciones a favor de la lucha por la independencia, hasta alcanzar el título de “Libertadora”. El fenómeno que corresponde a la proliferación de narrativas literarias que surgieron en torno a esta figura histórica, especialmente en las últimas décadas, llama la atención en contraste con la marginación del personaje en la narrativa historiográfica clásica de la independencia, como sucede con otras innumerables mujeres que se comprometieron en el mismo proceso. Esta tesis propone un análisis de las primeras narrativas que están en la base de este inmenso cúmulo de elaboraciones ficcionales con las que se busca llenar los vacíos de la historia. Esto se debe a que tales narrativas, analizadas como “invenciones significativas”, revelan los fundamentos sociohistóricos de algunos de los principales dilemas que permean estas representaciones. Por un lado, la huella de fascinación y, al mismo tiempo, del rechazo que proviene de las tres producciones principales, quienes fueron los responsables por destacar inicialmente al personaje, concibiéndola como una especie de *antiheroína*, se refiere al intento de purgar las marcas de la insubordinación femenina del horizonte de la lucha por la emancipación colonial, en que el desempeño de las mujeres tuvo un efecto radicalizador en afinidad con el desempeño revolucionario de los sectores populares. Por otro lado, los escritos de Sáenz, recuperados tardíamente del olvido y destrucción al que fueron sometidas estas fuentes documentales, señalan el intento efectivo de ampliar este horizonte bajo la fórmula de un *heroísmo romántico* que brindó un singular cruce del ideal de liberación nacional con un incipiente ideal de emancipación femenina.

Palabras clave: Manuela Sáenz. Mujeres en las independencias. Imaginarios nacionales.

Antiheroica. Heroísmo romántico.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Retrato de Daniel Florencio O'Leary.....	36
Figura 2 - Retrato de Jean Baptiste Boussingault.....	54
Figura 3 - Fotografia do Salto de Tequendama, Soacha, Colômbia.....	58
Figura 4 - Ilustração do Salto de Tequendama feita por Alexander von Humboldt em 1810.....	73
Figura 5 - Quadro intitulado “La cascada del Tequendama” feito pelo Barão Jean Baptiste Louis Gros em 1841.....	74
Figura 6 - Retrato de Ricardo Palma.....	80
Figura 7 - Retrato de Manuela Sáenz, por José María Espinosa Prieto, 1828.....	162
Figura 8 - Retrato de Manuela Sáenz, por Marco Salas Yépez, 1965.....	170
Figura 9 - Retrato de Manuela Sáenz, por Pedro Durante, 1825.....	193

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO: O ENIGMA DE MANUELA SÁENZ	11
1	SEGUINDO OS RASTROS DE UMA MEMÓRIA VIOLADA: MANUELA SÁENZ EM ESCRITOS DO FINAL DO SÉCULO XIX	32
1.1	Manuela Sáenz nas Memórias do General O’Leary	36
1.1.1	<u>O testemunho da “libertadora do Libertador”</u>	38
1.1.2	<u>A “cara amiga do general”: matrimônio e moral sexual</u>	43
1.1.3	<u>A perspectiva dos amantes: “amor culpado” e ironia</u>	49
1.2	Manuela Sáenz nas Memórias de Boussingault	53
1.2.1	<u>Nas extremidades do Tequendama: “la femme folle”</u>	57
1.2.2	<u>O relato de uma “vida excêntrica”: exotismo e erotismo</u>	62
1.2.3	<u>Aos olhos de um expectador escandalizado</u>	70
1.2.4	<u>O “amigo leal”: a outra face da “amante infiel”</u>	74
1.3	Manuela Sáenz nas Tradições de Palma	78
1.3.1	<u>O paralelo entre as “favoritas”: a “Protetora” e a “Libertadora”</u>	83
1.3.2	<u>Tipos contrapostos: “la mujer-acápite y la mujer-hombre”</u>	85
1.3.3	<u>Arquétipos femininos na política: a “donzela” e a “megera”</u>	92
2	A EXCÊNTRICA AMANTE DO “LIBERTADOR”: UMA ANTI-HEROÍNA DA INDEPENDÊNCIA	100
2.1	Cruzando fronteiras narrativas: um olhar entre o fascínio e a rejeição ..	102
2.2	Os caminhos da luta por independência	109
2.2.1	<u>Colocando o protagonismo criollo em perspectiva</u>	109
2.2.2	<u>A revolução política como contra revolução social</u>	120
2.2.3	<u>Um olhar para outros horizontes de emancipação: a utopia feminista</u>	125
2.3	As bases de um projeto excludente de nação	131
2.3.1	<u>As bases materiais da nova ordem: a derrota do projeto bolivariano</u>	131
2.3.2	<u>As bases simbólicas da nova ordem: o nacionalismo criollo</u>	140
2.3.3	<u>As mulheres como um “outro interno” no processo de construção nacional</u> ...	144
3	O LADO OCULTO DA HISTÓRIA: OS FRAGMENTOS DOS DIÁRIOS E DO EPISTOLÁRIO DE MANUELA SÁENZ	157
3.1	Diário de Quito: a emergência de uma heroína romântica da	

	independência.....	162
3.2	Diário de Paita: as reflexões de uma heroína desterrada.....	169
3.3	Uma revolução dentro de outra revolução: mulheres e independência...	182
3.4	O epistolário de Manuela Sáenz: mais que cartas de amor.....	192
3.4.1	<u>A luta por “libertação amorosa” em meio à revolução.....</u>	192
3.4.2	<u>A luta por libertação nacional em meio ao drama amoroso.....</u>	204
4	A FUSÃO DAS MATRIZES POLÍTICO-IDEOLÓGICAS LATINO-AMERICANAS: FEMINISMO E NACIONALISMO PERIFÉRICO....	221
	REFERÊNCIAS.....	226
	APÊNDICE A - Detalhes acerca das obras literárias sobre Manuela Sáenz.	234
	ANEXO A - Carta de Manuela Sáenz ao general O’Leary.....	238
	ANEXO B - Capítulo sobre Manuela Sáenz contido nas memórias de Boussingault.....	243
	ANEXO C - Capítulo sobre Manuela Sáenz contido em Tradições Peruanas.....	259
	ANEXO D - Primeiro fragmento do diário de Manuela Sáenz (Quito, 1822).....	271
	ANEXO E - Segundo fragmento do diário de Manuela Sáenz (Paita, 1840-1846).....	283
	ANEXO F - Depoimento de Bolívar sobre Manuela Sáenz no Diário de Bucaramanga.....	296
	ANEXO G - Manifesto de Manuela Sáenz que circulou em Bogotá em folha impressa.....	298

INTRODUÇÃO: O ENIGMA DE MANUELA SÁENZ

Benedict Anderson, na obra “Comunidades Imaginadas”, afirma que os cenotáfios e a tumbas de soldados desconhecidos são os emblemas mais imponentes da cultura moderna do nacionalismo. Nas suas palavras “[...] aunque estas tumbas estén vacías de restos mortales identificables o de almas inmortales, están saturadas de imaginerías nacionales fantasmales” (1993, p. 26). O autor pondera que a identificação destes anônimos reverenciáveis ou a restituição de seus restos mortais acaba parecendo um estranho sacrilégio contemporâneo, justamente porque impede esta curiosa afeição por uma coletividade anônima que parece refletir a comunidade imaginada, fundamento da unidade nacional. Diríamos, porém, que mais chamativo ainda é quando o personagem que vem ocupar o seu lugar no monumento patriótico é uma mulher. Foi isto que aconteceu em 2010, quando diversos países latino-americanos se viam embalados pelas comemorações do Bicentenário da Independência.

Neste contexto, a campanha “Manuela Vuelve” impulsionada por instituições estatais de quatro países – Peru, Equador, Colômbia e Venezuela – promoveu uma série de homenagens à Manuela Sáenz (1795-1856), a mulher que durante tanto tempo foi conhecida sob o rótulo de amante do “Libertador” Simón Bolívar (1783-1830), passava então a ser reconhecida como prócere da independência. O ponto alto da campanha consistiu na união dos restos mortais dos dois amantes, reforçando a fantasia de que juntos agora eles poderiam repousar na eternidade da memória dedicada aos heróis nacionais, que nesse caso abria espaço finalmente para uma heroína. Os restos mortais de Sáenz foram simbolizados por uma pequena arca contendo uma porção de terra obtida na cidade portuária de Paita, onde a personagem veio a falecer em 1856 sem receber, no entanto, um sepultamento adequado, o que inviabilizou uma recuperação efetiva desses restos. O caminho que percorreu até chegar à cidade de Caracas, onde se encontra a tumba de Bolívar no Panteão Nacional, foi realizado com paradas em várias localidades nas quais se promoviam homenagens e celebrações.

No Peru, além da cidade de Paita, se realizaram atos públicos na cidade de Piura. Ao chegar ao Equador, após novas cerimônias e eventos, passou pela cidade de Arenillas e Machalla e chegou a Guayaquil, onde se renderam homenagens militares à Manuela Sáenz e realizaram-se uma série de eventos artísticos e culturais. Finalmente em Quito, a sua chegada deu lugar a inúmeras iniciativas, com destaque para exposições e ações educativas. Porém, antes de deixar o país houve ainda homenagens na Assembleia Nacional e por parte das Forças Armadas no Templo da Pátria, além dos tributos que lhe foram dedicados em várias

outras cidades e províncias. Em seguida, a parada foi em Bogotá, na Colômbia, onde se articulou outra agenda de celebrações e ações para a divulgação e popularização do conhecimento histórico a respeito da personagem.

Por fim, na Venezuela, as atividades comemorativas se desdobram em muitas outras frentes, ressaltando-se os atos massivos nos estados de Táchira e Vargas. A capital, Caracas, sem dúvidas, foi o palco dos principais eventos, convertendo praças públicas como a Praça Bolívar e a Praça El Venezuelano em pontos para manifestações artísticas e interações populares, envolvendo ainda outros centros e polos culturais da cidade. O cortejo que levou os restos de Manuela Sáenz até o Panteão Nacional foi acompanhado por milhares de mulheres vinculadas a organizações venezuelanas do campo e da cidade e culminou em uma grande cerimônia com a presença dos Presidentes Hugo Chávez e Rafael Correa que proferiram discursos e inauguraram uma placa comemorativa em memória da personagem. Vale mencionar que naquele mesmo ano Sáenz recebeu o título de Generala da Divisão do Exército Nacional Bolivariano da Venezuela, tendo alguns anos antes, em 2007, recebido o título de Generala de honra da República do Equador¹.

O fato de a última jornada da “heroína” ser dedicada ao reencontro com aquele que foi o seu companheiro em vida é algo carregado de simbolismo. Passados mais de cento e cinquenta anos de sua morte ocorrida em condições tão adversas, a passagem pelos países de onde ela havia sido expulsa, em um retorno marcado por tanta comoção e acolhimento, é, com certeza, o signo de uma transformação das percepções a respeito da história latino-americana, em cujo labirinto buscava-se, então, uma nova saída. “Mas quem foi Manuela Sáenz e porque ela esteve no centro desta singular empreitada por reparação histórica?” Diríamos que um breve esboço da sua biografia é, por hora, suficiente para aclarar um pouco das respostas que podem ser dadas a esta pergunta.

Apesar de ter nascido em meio a famílias ricas da cidade de Quito – um dos centros políticos mais importantes do Vice-Reino de Nova Granada que abrangia os atuais territórios do Panamá, da Colômbia, do Equador e da Venezuela – no final do século XVIII, Sáenz era fruto da relação extraconjugal que Simón Sáenz de Vergara y Yedra, um homem de negócios espanhol que ocupou altos cargos da administração colonial, manteve com Joaquina Aizpuru, cuja família era proprietária de terras. Some-se essa origem abastada (ainda que bastarda) a uma atmosfera social insurgente para caracterizar o quadro da infância e do início da juventude da personagem, já que em 1809 um movimento que teve origem em círculos da

¹ Mais detalhes sobre a campanha na obra *Manuela Sáenz. Pasado, presente y futuro* (2011).

elite destituiu o domínio espanhol na Real Audiência de Quito e formou uma junta de governo, proferindo um dos “primeiros gritos de independência” da América. É provável que ela tenha presenciado não só esta iniciativa pioneira como também a forte contra ofensiva metropolitana que a aniquilou, já que o movimento foi brutalmente reprimido com a execução de vários dos seus integrantes. Um grupo que, como mostra o estudo de Jenny Londoño López (2009), tinha uma presença marcante de mulheres ilustradas, dentre as quais se destacam, por exemplo, outras duas “Manuelas”: Manuela Espejo e Manuela Cañizares.

De forma resumida se poderia dizer que a vida de Manuela Sáenz seguiu os turbulentos rumos da luta pela independência nas colônias sul-americanas como ocorreu no caso de muitas outras mulheres. Foi quando passou a residir em Lima, após o casamento com o inglês James Thorne em 1817, que ela teria começado a colaborar na causa emancipacionista, executando tarefas de caráter mais organizativo: participando de reuniões, arrecadando fundos para o exército, obtendo e transmitindo informações das forças realistas para as forças patriotas. Sáenz teve ainda participação no episódio em que o batalhão realista de Numancia – formado por jovens da elite *criolla*, dentre os quais estava um de seus irmãos paternos – passou para o lado das forças rebeldes. Finalmente, quando José de San Martín alcançou a capital peruana em um ponto culminante da campanha militar que havia conduzido desde o sul, levando os partidários da Coroa a evacuarem da cidade, Manuela Sáenz estava entre as mulheres que foram condecoradas com a “Ordem de Caballera del Sol”, em 1822.

Neste mesmo ano, em viagem a sua cidade natal, ela acompanhou os confrontos e procurou ajudar as tropas lideradas pelo General Antonio José de Sucre na batalha do Pichincha. Foi também durante esta estadia em Quito que ela conheceu Bolívar, aliando-se politicamente a este de maneira mais estreita, em uma parceria de luta que durou até o final de sua vida. Em 1823, ao regressar à Lima, foi incorporada ao Estado Maior bolivariano como húsar, ou seja, como integrante de uma formação de soldados de cavalaria ligeira. Além disso, ficou responsável pela secretaria da campanha libertadora e pela organização do arquivo pessoal de Bolívar. Ela iniciou assim a sua carreira como combatente militar: primeiro foi elevada a patente de tenente de húsares e, em 1824, por sua atuação na batalha de Junín, passou à “Capitão”. Finalmente, no final deste ano, seu desempenho em uma das batalhas mais importantes na saga das guerras pela independência, a batalha de Ayacucho, a consagrou ao posto de “Coronel”.

O projeto bolivariano de manter unidas as novas nações, do qual Manuela Sáenz era não só partidária como também grande entusiasta, enfrentou, entretanto, muitas dificuldades e discordâncias. Por conseguinte, a instabilidade política que se produziu nas jovens repúblicas

marcou sua vida de um modo decisivo, tanto quanto as guerras. Em 1826-1827 a sublevação de um grupo civil-militar em Lima, insatisfeito com o governo de Bolívar e os poderes especiais que este havia adquirido na presidência do país, além de contrário à presença em território peruano das tropas colombianas e venezuelanas que haviam colaborado nos combates ali travados pela independência, desencadeou uma ofensiva contra ela e outros partidário do “Libertador”, que nesse momento se encontrava na Venezuela tentando contornar outros movimentos dissidentes. Após a tomada do poder por este grupo, Sáenz foi detida e encarcerada no Monastério das Carmelitas, sendo depois obrigada a deixar o Peru.

Ela retornou ao Equador e, um tempo depois, teria partido para a região do Alto Peru, para colaborar com a criação da República da Bolívia. Tendo se estabelecido em Bogotá em 1828, Manuela vivenciou o conturbado período em que Bolívar exerceu diretamente o cargo de presidente da Colômbia. Sua ação política esteve direcionada, então, a apoiar o governo e combater as investidas da oposição que se organizava entorno ao General Francisco de Paula Santander. Para isso ela colocou em movimento novamente a sua rede de espionagem por meio da qual conseguiu dismantelar os planos de atentado contra a vida do “Libertador” em mais de uma ocasião. Com a renúncia deste em 1830 e sua partida em viagem com direção ao exílio na Europa, ela permaneceu em Bogotá e junto ao General Rafael Urdaneta articulou forças para uma tomada do poder que pudesse restabelecer o projeto bolivariano. Porém este último intento foi frustrado pela morte de Bolívar, cuja saúde já vinha bastante debilitada pela tuberculose, quando este alcançou o litoral colombiano.

Manuela Sáenz passou a ser então alvo de uma perseguição política cada vez mais dura, o que indica que os novos grupos no poder a consideravam uma grave ameaça ao regime que pretendiam instituir. De fato, ela detinha um poder de agitação social que já havia demonstrado nas várias situações em que adentrou quartéis e praças públicas conclamando apoiadores ou tentando dismantelar a iniciativa de opositores. Primeiramente, ela foi destituída de seus títulos militares, e conseqüentemente de sua maior fonte de renda, já que grande parte de seu patrimônio individual tinha sido empregado na luta emancipacionista. Perdeu também o controle sobre os arquivos de Bolívar e finalmente recebeu uma ordem de desterro que a obrigou a deixar o país, apesar de sua resistência em cumpri-la. Depois de passar um tempo na Jamaica, ela tentou retornar à Quito, sua cidade natal, mas foi igualmente impedida de permanecer no Equador. As autoridades lhe permitiram ficar no Peru, conquanto que longe da capital e assim ela permaneceu na remota cidade portuária de Paita.

As crônicas dos últimos anos de sua vida no exílio parecem compor um quadro desolador, apesar de também denotarem os seus esforços para se manter politicamente ativa,

por meio da correspondência que trocava com alguns antigos contatos. Para garantir a sobrevivência em meio às dificuldades econômicas, vendia doces e cigarros e redigia cartas para os marinheiros que desembarcavam na região. Atuava, também, como interprete de estrangeiros, já que dominava outros idiomas. Manuela Sáenz converteu-se em uma notória figura local que despertou a curiosidade de inúmeros viajantes que por ali passaram. Nos últimos anos, um acidente doméstico, porém, comprometeu gravemente a sua mobilidade e, finalmente, quando uma epidemia de difteria se espalhou pelo porto ela contraiu a doença que a levou a morte, sendo todos os seus pertences incinerados por uma medida sanitária e o seu corpo sepultado em uma vala comum.

Ressignificações da história nas tramas da literatura: a amante-libertadora

Processos como este que sinalizam para uma resignificação da história, apesar de chamativos, não são exatamente raros. De fato, todo o tipo de conhecimento histórico é constantemente reelaborado e atualizado em função das novas condições de “observação” que são configuradas a cada momento, seja pelo advento de novas fontes de investigação, seja por uma mudança na forma de interpretação das fontes já conhecidas. Daí a percepção de que ainda que este conhecimento seja concernente ao passado mais remoto possível, ele traz em suas entrelinhas revelações sobre o presente, não só porque pode haver – e, em geral, há – linhas de continuidade mais ou menos explícitas entre eles, mas também porque esse presente está contido no modo de dizer sobre o passado, já que de certa forma é um dos pontos de referência a partir do qual se indaga sobre ele. Logo, tanto na forma quanto no conteúdo – seja na maneira como a experiência histórica é abordada, seja nas conclusões que dela se extraem – podem se vislumbrar os traços de múltiplas determinações sociais existentes que são, por sua vez, passíveis de transformações a partir das aberturas proporcionadas por estas mesmas compreensões históricas, reiniciando assim o mesmo ciclo.

O que se tenta frizar aqui não é unicamente o fato de que a tentativa de iluminar o passado acaba por iluminar também algo do presente, mas que é preciso estar consciente desta relação dialética entre passado e presente em qualquer tentativa de voltar os olhos para a história. Ou seja, não só o passado está contido no presente, onde ele se faz muitas vezes claramente perceptível, como o presente está igualmente contido no passado, embora isso seja talvez mais difícil de perceber quando não se têm constantemente em conta que o passado é

sempre uma interpretação feita a partir de condições determinadas do presente. Em última instância se poderia dizer então que a história nada mais é do que aquilo que os seus intérpretes fazem dela e com isso se pode ter uma dimensão mais exata da fluidez e maleabilidade que, em realidade, ela apresenta.

Porém, para além deste movimento mais ou menos usual de reconfiguração da compreensão histórica, chama a atenção o movimento excepcional de proliferação de narrativas sobre um determinado acontecimento ou período histórico, imprimindo sobre ele novos significados que estão essencialmente conectados com as questões políticas e sociais emergentes. Aqui nos situamos para além das esferas institucionais de produção de conhecimento. Trata-se de algo que se desenvolve de um modo mais amplo e difuso na sociedade. A esfera da luta política e a esfera da produção cultural, talvez sejam os espaços em que isso se manifesta com maior intensidade. Ora, no que diz respeito ao primeiro é comum recorrer à história e a partir dela produzir narrativas que contribuam para forjar interpretações sobre os fatos políticos correntes. Mais do que isso, é também a partir da elaboração de uma visão sobre a experiência histórica que diferentes grupos e classes sociais podem estabelecer as diretrizes para a sua atuação política, sendo este, portanto, um substrato fundamental na conformação dos mais diversos ideários políticos.

Já no âmbito cultural, a escrita literária, de modo mais específico, tem o poder de transformar essas visões dispersas em narrativas com uma forma mais bem acabada. Fora do campo da historiografia, ela literalmente permite uma reescrita da história que pode convergir ou desviar dos parâmetros da “história oficial”, ou seja, daquela versão dos eventos históricos que está registrada nos livros mais tradicionais e é a mais difundida socialmente. É um fato patente que a história e a vida social, de forma ampla, são fontes de inspiração inesgotável para a criação artística e literária, não só no que se refere a gêneros específicos em que essa correlação é explícita, como o romance histórico, por exemplo. É comum achar, no entanto, que no âmbito da literatura de ficção em geral, que aparentemente estaria livre de “amarras” e entregue ao impulso da “fantasia” e da “imaginação”, esses recursos resultariam na criação de um universo paralelo à chamada “realidade” e que não mantém com ela qualquer tipo de relação. Acontece que, ainda que a narrativa ficcional instaure, efetivamente, outro “mundo” dentro de seus limites, este possui uma ancoragem social em termos de sua origem, constituição e recepção, que estabelece pontos essenciais para a sua sustentação.

Algumas vezes, o mencionado processo de ressignificação da história se concentra em personagens que acabam por sintetizar uma série de discussões. Figuras que antes estavam relegadas às “sombras” passam a ocupar o centro dos “palcos” da história, quando finalmente

uma “luz” recai sobre elas. Simultaneamente, antigos ícones perdem a proeminência ou são concebidos de modo totalmente diverso, tal como o faria o chamado “novo romance histórico latino-americano” que despontou nas últimas décadas do século XX (MENTON, 1993). No labirinto da história latino-americana² - marcada pela dominação colonial que dizimou parte significativa dos povos originários do continente, instituiu a escravidão de amplos contingentes de africanos e afro-americanos e perpetuou formas de exploração que desembocaram na formação de sociedades nacionais com bases sociais profundamente desiguais e dependentes – as distintas apreciações sobre a saga de Manuela Sáenz em meio às revoluções independentistas talvez seja um dos exemplos mais emblemáticos deste tipo de “reviravolta” da história.

Durante muitos anos Manuela Sáenz não habitou a história dos supostos grandes acontecimentos que se desenrolaram desde os campos de batalhas até as mais altas instituições políticas, no contexto da luta pela ruptura com o sistema colonial. Ela, ao contrário, habitava a história “miúda”, que se desenrolava a margem daquela e que, em geral, só se convertia em alvo de atenção em função de uma curiosidade de tipo secundário, que não era considerada de grande valor para o entendimento do processo histórico. Lá onde costumam predominar as distorções, os exageros e as caricaturas, nos “confins” da história deste que foi um dos períodos de maior convulsão social em toda a América Latina, Sáenz emergiu como a mais famosa “amante” dentre um rol de mulheres que se relacionaram com Simón Bolívar, um dos líderes político e militar mais destacado das guerras de emancipação que se estenderam pelo vasto território correspondente atualmente a Venezuela, Colômbia, Panamá, Equador, Peru e Bolívia.

² O “labirinto” como metáfora, ou mesmo alegoria, me parece interessante por sugerir a complexidade do processo histórico latino-americano que segue por rotas não lineares, em meio aos avanços e recuos da luta social. A inspiração para o uso desta expressão originou-se da análise do romance *O General em seu Labirinto* (1989), do escritor colombiano Gabriel García Márquez, que realizei na dissertação de mestrado. O labirinto se revelou, então, como uma das “chaves” para a compreensão da estrutura daquele universo ficcional no qual emergia a figura heroificada e ao mesmo tempo humanizada de seu protagonista, Simón Bolívar. Nesta trama narrativa acompanham-se os momentos finais do que teria sido uma gloriosa carreira política e militar, quando Bolívar deixou o poder e empreendeu a sua derradeira viagem para o exílio e em que por fim acabou deparando-se com a morte, sucumbindo em meio ao “labirinto” no qual durante toda a sua vida ele havia se debatido entre os sonhos e a realidade. Vale lembrar que Vera Lúcia Follain de Figueiredo (1994) ao analisar esta obra no contexto mais amplo de um estudo sobre as imagens da história latino-americana que são tecidas pela ficção literária contemporânea aponta que o labirinto expressa o tempo como uma “circularidade estéril” (p.121), na qual finalmente desemboca a percepção da historicidade latino-americana (a história de uma “América-labirinto”, p.115) que sempre escapou à tradicional percepção moderna baseada em uma lógica de encadeamento entre passado, presente e futuro. Já Octávio Ianni (2012) em seu ensaio *Enigmas do Pensamento Latino-Americano* utiliza o termo “Labirinto Latino-Americano” como uma das transfigurações possíveis da identidade da região que ele identifica como um “complexo e movimentado laboratório de culturas e civilizações” (p.2).

Por certo esta era vista como uma escandalosa relação extraconjugal, mas quem ocupava a posição de amante, em um sentido mais estrito, era Bolívar. Quando se conheceram em 1822, Manuela Sáenz, que teria por volta de vinte sete anos, já havia se casado cerca de seis anos atrás, em 1817. Já Bolívar, com trinta e nove anos, era viúvo. Durante a juventude, em sua viagem para a Europa, ele conheceu, na capital espanhola, María Teresa Rodríguez del Toro y Alaysa, uma jovem de origem nobre com quem se casou em 1802. Porém esta faleceu pouco tempo depois de chegar a América.

O nome de Manuela Sáenz³, assim como o de uma multidão de mulheres que participaram na luta pela independência, esteve relegado ao “esquecimento” quase total até o final do século XIX. O fato é que ao ingressar e existir na história sob o rótulo de “mulher de” Bolívar, a sua imagem foi mobilizada em função de um “homem” com quem manteve um forte vínculo, muito embora isto não seja suficiente para caracterizar a trajetória de alguém. Deste modo, se por um lado, se abria uma pequena “janela” a partir da qual ela podia ser vista, por outro lado, tal “janela” fazia parte de um “edifício” bem maior erguido conforme se elaborava a memória de um “herói” cuja glória ultrapassava as fronteiras nacionais. Em outras palavras, é importante salientar que as representações que submergem a figura de Sáenz na figura de Simón Bolívar se relacionam de alguma forma com o largo processo de consagração deste como uma “peça chave” da história venezuelana e sul-americana em geral. Um símbolo fundamental, portanto, para a conformação das identidades nacionais.

O papel que a representação de Manuela Sáenz cumpre neste contexto é simples: ela é um componente da vida amorosa de Bolívar e, conseqüentemente, existe enquanto extensão da subjetividade deste. Dentro destes marcos a ligação com a personagem pode agregar, todavia, sentidos muitos diversos para a biografia do “Libertador”. O fato de ela ser uma “mulher casada” e da relação entre estes, apesar de reconhecida socialmente, não se enquadrar nos termos do matrimônio convencional, certamente terá aparecido como uma “mancha” para aqueles que buscaram “pintar” o seu retrato com as “cores” da moral tradicional. Por outra perspectiva, mesmo sob essas bases tal relação também viria a calhar para a elaboração de

³ O nome completo da personagem é Manuela Sáenz de Vergara y Aizpuru, sendo “Sáenz de Vergara” correspondente a sua família paterna e “Aizpuru” correspondente a sua família materna, que após o casamento foi substituído pelo nome de família do esposo: “Thorne”. Ao longo deste trabalho opta-se por seguir referindo-se a ela como “Manuela Sáenz”, que é a maneira como se tornou mais conhecida. Com isso preserva-se o seu primeiro nome, que a singulariza e indica a sua identidade de gênero, e o segundo nome, que identifica sua linhagem familiar, apesar de esta ficar reduzida à ascendência paterna. Nos trabalhos existentes sobre Manuela Sáenz há autoras que optam por nomeá-la apenas de “Sáenz”, como é o caso de Amy Taxin (1999), e outras que usam apenas “Manuela”, como Jenny Londoño (2008). Também é possível verificar, ocasionalmente, o uso do apelido “Manuelita”.

traços de masculinidade e virilidade em tal retrato, já que Bolívar aparece então como o homem que possui a mulher que se afigura como o “objeto” do desejo independente de qualquer impedimento social⁴.

Este enquadramento provoca, na melhor das hipóteses, uma redução da figura histórica de Manuela Sáenz – tomando-se a “parte” pelo “todo” – já que a associação com Bolívar transfigura-se na síntese de sua trajetória ou é o elemento a partir do qual esta se ordena e se reveste de sentido. Entretanto tal reducionismo vai mais longe ao considerar a união entre os dois personagens em termos estritamente românticos, ou seja, uma relação unicamente afetiva e sexual. Os vínculos políticos e intelectuais, que se supõem tenham sido relevantes em vista do engajamento de ambos na causa da libertação, ficam de fora do ângulo de visão delimitado por essa perspectiva. Assim, ela é remetida à vida privada e sentimental do herói, um universo simbólico que é tradicionalmente atrelado às mulheres e como tal permaneceu, durante muito tempo, “invisível” para a história. Abrigada sob a “sombra” do “Libertador”, sua imagem é tanto exibida quanto ofuscada, o que já indica as enormes complexidades e contradições que podem estar contidas neste campo de representações.

Porém, se a tendência predominante foi relegar Manuela Sáenz a um papel secundário e, muitas vezes, estereotipado na narrativa histórica, no desenrolar do século XX, isto vai sendo contrabalanceado por outras tendências na medida em que a sua representação adquire maior “densidade” histórica e biográfica. A realização de algumas conferências sobre a personagem parece apontar para uma espécie de redescoberta da mesma, especialmente por parte de escritoras ligadas à luta pelos direitos das mulheres, algumas de orientação feminista. É o caso da conferência intitulada *Influencia de las mujeres en la formación del alma americana*, proferida pela destacada escritora venezuelana Teresa de la Parra, em 1930, que evoca a figura de Manuela Sáenz no âmbito de tal discussão (2016). Anos mais tarde, em 1956, foi a vez da educadora e escritora equatoriana Raquel Verdesoto de Romo Dávila elaborar o seu *Elogio a Manuelita Sáenz*, em conferência na Sociedade Bolivariana (2006).

⁴ Certamente seriam necessários estudos mais amplos a fim de avaliar a importância e o significado desses aspectos nas inúmeras representações de Bolívar, porém há indícios de que estes foram também componentes da sua conversão em um ícone nacional. O romance de Garcia Márquez (1989) referido na nota dois é um bom exemplo de uma representação em que tais aspectos têm uma presença marcante, já que a trama é povoada de momentos em que o personagem de Bolívar reencontra ou relembra as inúmeras mulheres com as quais se relacionou, sendo todas essas relações caracterizadas por envolvimento romântico e sexuais intensos e de curta duração. O seu caráter sedutor e “donjuanesco”, que está bem ao gosto do aclamado escritor do realismo mágico, diríamos, se combina com a sua aversão a quaisquer relações formalizadas que representassem algum tipo de compromisso social mais forte, afinando-se com certo ideal da vivência da sexualidade masculina-heterossexual que é fruto de certa construção social das diferenças de gênero.

Finalmente, a produção das primeiras biografias indica um esforço investigativo sobre sua trajetória que contribui para torná-la mais conhecida. Neste sentido, vale ressaltar que uma das biografias mais célebres é de autoria do escritor e historiador equatoriano Alfonso Rumazo González. Intitulada *Manuela Sáenz: la Libertadora del Libertador*, o livro foi lançado pela primeira vez em 1944 e alcançou a marca de vinte e cinco edições. Outra obra de repercussão é *Las cuatro estaciones de Manuela*, de Victor Wolfgang von Hagen, um explorador, antropólogo e historiador estadunidense que se destacou por seus estudos sobre as civilizações Inca, Asteca e Maia. Lançada em 1952 ela contou com edições em espanhol, inglês e até português.

Este novo momento, por assim dizer, contrasta com o anterior não só pelo maior volume de produções, mas também pelos novos enfoques. Se, em muitos casos, a relação amorosa com Bolívar continua sendo o fato que atrai a atenção para sua figura, este fato gradualmente deixa de ser o eixo ao redor do qual a sua existência gira, ao mesmo tempo em que ganha espaço as considerações sobre a sua atuação política, com base em fontes documentais, ainda que não muito fartas. De maneira geral, se poderia afirmar que esta atuação se projetou em três dimensões: (a) as contribuições em aspectos organizativos da luta anticolonial; (b) a carreira militar, que vai desde o ingresso no Exército Libertador até a participação em batalhas decisivas das guerras de independência; e (c) a influência na vida política das novas repúblicas.

A princípio, portanto, a mudança mais sensível a ser pontuada é justamente a progressiva centralidade que a figura de Manuela Sáenz adquire: não mais um ser que é considerado em função de outro, mas um ser que é, em si, digno de consideração. Quando ela deixa de ser uma figura marginal para se tornar a protagonista em uma série de análises e narrativas que, aos poucos, tendem a dimensionar a sua trajetória para além de Bolívar e colocar em evidência sua dedicação aos ideais políticos da independência, ela começa a ocupar um novo espaço na memória popular, na cultura nacional e latino-americana e, sobretudo, no ideário político de movimentos sociais do campo progressista. É com frequência referida, já não como (ou não, apenas, como) “amante”, mas sim “Libertadora”, sinalizando para uma compreensão de que o seu papel na gesta independentista foi também um papel de relevo. No transcurso de várias composições e apropriações, ela vai se convertendo em um signo não só da luta pela emancipação colonial, mas, igualmente, da participação das mulheres neste processo tão cheio de reveses e de repercussões profundas para a formação das sociedades latino-americanas.

Para além da introdução desses novos elementos, também a redefinição do sentido daqueles que já estavam presentes em caracterizações anteriores constituem essa ressignificação da figura histórica de Manuela Sáenz, um fenómeno por isso bem mais profundo e intrincado do que pode sugerir os contornos gerais que foram aqui apenas delineados. Logo, em que pese estes lineamentos gerais, seria simplificador e, por isso mesmo tentador, mas pouco preciso, afirmar que as diversas concepções da personagem evoluíram de “amante” a “libertadora”. Mais adequado é considerar que o par “amante-libertadora”, ou seja, o entrelaçamento entre estes dois polos de sentido, subjaz, em alguma medida, muitas das representações, ou mesmo se poderia dizer que está presente em quase todas elas.

Talvez seja justamente essa dualidade, que conferindo suficiente maleabilidade para moldar a personagem de distintas formas, tenha feito despertar sobre ela um interesse criativo e impulsionando diversas apropriações. Ou ainda o entendimento de que seria uma figura a espera de uma espécie de redenção, que a retire dos “becos” escuros da história e a insira no seio desta, corrigindo, talvez, distorções e insuficiências que tenham ficado pelo caminho. Os traços eminentemente transgressores e insurgentes, expressos tanto em seu engajamento político quanto na conduta em sua vida afetiva e sexual, também não podem ser desprezados enquanto fatores que exercem certo fascínio e atraem, conseqüentemente, a atenção.

O fato é que a trajetória de Manuela Sáenz parece possuir um magnetismo que fez com que ela fosse tragada para o interior de imaginários narrativos, com a proliferação de uma série de biografias e romances que ao longo do XX, por volta de quase um século após a sua morte, a fizeram renascer e assumir uma segunda existência, não mais carnal, mas sim aquela que se projeta ao longo das páginas de inúmeros livros. O levantamento realizado acerca dessas obras, se não esgota todas as publicações existentes, certamente conterà as principais, totalizando quarenta produções⁵.

Cabe sublinhar o caráter predominantemente literário destas. Há certo equilíbrio entre o número de biografias (17) e o de romances (17) publicados, existindo também obras que mesclam características dos dois gêneros (6). Quanto aos autores, o número de escritores (19) é também próximo ao de escritoras (21). Já quando ao aparecimento das obras ao longo das décadas, ressalta-se que o livro mais antigo identificado é da década de 1940, porém é interessante observar como o volume de obras se intensifica na década de 1990 e, sobretudo, na década 2000, que é quando ocorre um pequeno *boom*.

⁵ Uma tabela destrinchando alguns dados destas obras está disponível no Apêndice, ao final da tese.

Uma série de questões conjunturais talvez explique esta explosão de narrativas, como, por exemplo, o contexto político favorável em que se organizaram, em vários países da região, as comemorações pelo Bicentenário da Independência, dando ensejo para que se reativasse o debate sobre o tema e para que movimentos sociais o mobilizasse em convergência com suas pautas. Já do ponto de vista literário houve a renovação do interesse pelo romance histórico que, como já assinalado, passa a se apresentar em novos moldes, assim como certa ebulição da literatura escrita por mulheres ou sobre mulheres, pelo impulso do movimento feminista e a ampliação desta área de estudos na academia. Aparentemente, portanto, a “marginalização historiográfica” da qual Manuela Sáenz foi vítima teria se revertido em um “transbordamento literário” que fez da personagem um ícone cultural com certa proeminência, chegando até mesmo a alcançar outros âmbitos da produção artística, como a poesia, o teatro e o cinema⁶.

Ora, a literatura constitui um âmbito artístico que possui conexões importantes com o universo social e simbólico feminino. Como recorda Michelle Perrot (2008), ao refletir sobre as fontes a serem exploradas na elaboração da “história das mulheres”, neste como em outros âmbitos, se produziu (e ainda se produz), desde a perspectiva dos “homens”, uma verdadeira “avalanche” de discursos e imagens sobre as “mulheres”, com as quais, em muitos casos, busca-se definir e normatizar o seu modo de ser e de conceber a si mesma. Por isso, o domínio da escrita por parte destas, significou a possibilidade de criar contraposições a tais discursos e imagens baseadas na experiência e perspectivas das próprias “mulheres”. A “escrita feminina”, segundo Perrot (2008) se abriu em especial para gêneros literários de viés privado e intimista: a correspondência, o diário e a autobiografia. Já o mundo da escrita destinada à publicação, foi acessado pelas mulheres, inicialmente, pela via da “fé” e da imaginação, ou seja, nas literaturas de cunho religioso e ficcional.

Ainda que esta autora desenvolva sua argumentação tendo em vista, sobretudo, o panorama francês e europeu, estas observações podem ser estendidas ao quadro da América Latina. Neste, conforme caracterizou Sara Beatriz Guardia (2013), a literatura também se configurou como o modo privilegiado com o qual a escrita feminina se manifesta,

⁶ Neste caso, poderiam ser citados: o poema de Pablo Neruda *La insepulta de Paíta: elegía dedicada a la memoria de Manuela Sáenz, amante de Simón Bolívar* (1962); o monólogo teatral *Patriota y amante de usted, la agonía de Manuela Sáenz* (1996), da escritora mexicana Gilda Salinas e o filme *Manuela Sáenz: Libertadora del Libertador* (2000), do diretor venezuelano Diego Rísquez.

enfrentando, de maneira semelhante, enormes desafios para transformá-la em “um espaço de liberação, de reconhecimento de si e de redefinição”⁷ (p.2).

Por outro lado, pensando na relação da literatura com outros campos da criação intelectual, deve-se assinalar o fato de que, em uma suposta hierarquia de saberes, ela, não raro, costuma ser situada alguns degraus abaixo da ciência. Isto significa que a saída alternativa pela literatura pode ser também encarada como uma espécie de rebaixamento cognitivo, pois frequentemente é desconsiderado qualquer potencial que esta apresente como ferramenta para produção de conhecimento sobre as experiências humanas e sociais. O senso comum nos diz que ela não só não se propõe a isto, como, pelo contrário, tende a nos levar para fora da “realidade”, seja a mais corriqueira ou a mais extraordinária, sobretudo se tratando da literatura de ficção, que é a que no caso de Sáenz ganha maior precedência.

Há muito, porém, que os estudos sobre o fenômeno literário, seja no campo da crítica literária especializada ou no campo da sociologia da literatura, fornecem uma série de aportes teóricos e metodológicos a partir dos quais esta visão é problematizada. Como formula Eliane Veras Soares (2014, p.86) “Se adotarmos o pressuposto de que fato e ficção não são assim tão rigidamente distintos, seria pertinente perguntar até que ponto a literatura poderia ter um estatuto epistemológico”. Com isso fica claro, portanto, que tal rebaixamento cognitivo é mais parte de uma percepção social e menos um dado efetivo, ainda que como tal deva ser levado em consideração. Estas são, entretanto, apenas algumas das contradições que podem estar por trás da “virulência” com a qual o espectro de Manuela Sáenz enveredou-se pela literatura, resultando em imagens que estão longe de fornecer uma apreciação unívoca da personagem.

Preenchendo os vazios da história: as verdades inventadas pela literatura

Ao trilhar os caminhos deste que se designou como o processo de ressignificação da figura histórica de Manuela Sáenz é válido se perguntar até que ponto este processo, ao retirá-la de uma posição marginal e conferir-lhe um novo status, ao menos no imaginário e na narrativa literárias, fez efetivamente jus ao passado, mesmo considerando que o passado, moldado desde o presente, é sempre uma interpretação e está sujeito a releituras e alterações.

⁷ No original, em espanhol: “un espacio de liberación, de reconocimiento de sí mismas y de redefinición”.

Até que ponto as novas formulações sobre ela a restituem ao que teria sido o seu lugar nesse passado cambiante e não são uma mera miragem, fruto de um intento reparador.

Não há dúvidas de que seja coerente o reconhecimento de sua atuação política e das contribuições que estas representaram para a conquista da independência e a formação da nova ordem, o que encontra respaldo ademais em dados concretos que o comprovam. Porém, rebuscando um pouco mais o olhar sobre este fenômeno de apagamento e redescoberta, se a condição da personagem for entendida como uma condição subalterna, tal como esta é conceituada por Spivak (2010), evidenciam-se as inúmeras dificuldades que estão implicadas nesta tentativa de restituição de seu papel histórico e social que é nada menos do que a tentativa de reparar o silenciamento e ocultamento aos quais foi submetida e que como tal se tornaram elementos constitutivos do seu ser enquanto uma entidade histórica, por assim dizer.

Spivak (2010), no célebre ensaio “Pode o subalterno falar?”, aborda os dilemas teóricos entorno do problema do sujeito subalterno colonizado como aquele que não se projeta como um sujeito histórico. Situação que se volve ainda mais grave no que ela toca a questão de gênero, pois “Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade” (p.67). A autora observa que a visão de que os intelectuais podem agir como porta-vozes dos grupos subalternizados – representando, de alguma forma, o seu interesse ou encarnando a sua visão de mundo – é questionada por aqueles que concebem a possibilidade de que a “voz” do subalterno possa se expressar de maneira autônoma e sem intermediários.

Para Spivak (2010) esta virada crítica comporta, entretanto, o risco de tornar invisível a presença do intelectual no discurso e a existência de inúmeros mecanismos que fazem a projeção desta “voz” possível e que muitas vezes são fornecidas pelas estruturas do poder hegemônico. Sem conseguir romper, de fato, com a lógica da construção deste sujeito subalterno como um “outro”, este movimento acaba produzindo novas formas de torná-lo um objeto homogêneo e com uma essência imutável. Ao que parece, para a autora, a impossibilidade de expressão independente (“falar”), resultante da violência epistêmica que sofre, é um fundamento primordial da condição subalterna, de modo que o que está efetivamente em jogo não é a designação de um *locus* de enunciação para o subalterno, pois só a superação da condição subalterna em si leva efetivamente ao fim do silenciamento.

A condição subalterna de Manuela Sáenz se faz evidente nas limitações de sua representação na narrativa histórica da independência, pois, como visto, apesar de não estar completamente ausente desta, ela aparece de modo enviesado ao ser atada à “sombra heroica do libertador”. Deste modo, o legítimo esforço daqueles que buscam restituir o seu passado

histórico esbarra necessariamente em vazios e lacunas que só não seriam incontornáveis se fosse possível romper as distâncias temporais que os separa deste passado para testemunhar diretamente a experiência da personagem ou ainda a menos que tivessem o poder de salvaguardar sua memória de todas as violações que esta sofreu sistematicamente com o passar do tempo. Em outras palavras, impõe-se a aterradora constatação de que os danos causados por esta violência epistêmica são, até certo ponto, irreversíveis, o que faz com que a personagem se apresente, em última instância, como um enigma que não pode ser decifrado.

Nem tudo estará perdido, entretanto. As impossibilidades que se interpõem em um caminho transformam-se em possibilidades em outro. Ao passo que os referidos vazios e lacunas podem ser preenchidos pela ficção literária, eles ensejam um estímulo à imaginação que deságua, como já apontado, na vasta produção deste tipo existente sobre Sáenz. É como se a literatura viesse socorrer a história, tentando, por meio de outros artifícios, dar uma segunda chance para a personagem e torná-la, finalmente, mais visível e dona de sua própria história que é, por sua vez, um convite para que a história com “h” maiúsculo seja também revista e repensada. Contudo, se tal solução dada para as perguntas que até então tinham ficado sem resposta não tem o poder de restaurar ou reconstruir a experiência passada que foi dilapidada, é preciso elucidar como exatamente ela funciona. Situar, enfim, o que a literatura ficcional aporta quando somos colocados neste “beco” aparentemente sem saída.

Para isso um passo importante é a compreensão do artifício propriamente ficcional e narrativo. Jean-Marie Schaeffer (2010) indica algumas características primordiais – e, por isso mesmo, definidoras – da ficção. Segundo o autor, as construções ficcionais – não só na literatura, mas nas mais variadas esferas artísticas em que elas podem ser erigidas – tem relação com o chamado “faz de conta”, com a atitude humana de fingir ou simular. O fingimento neste caso é, porém, descolado da intenção de enganar. A sua finalidade consiste no exercício do fingimento em si mesmo e por isso ele tem um aspecto lúdico. Além disso, ele é compartilhado já que todos os atores sociais envolvidos, os que produzem e os que acessam a obra ficcional, estão cientes da natureza forjada desta construção. Como se entre eles fosse implicitamente estabelecido um contrato.

O leitor que adentra o universo de um romance ficcional ao desfrutar de sua leitura, por exemplo, é envolvido e capturado por ele somente na medida em que “se deixa enganar”, ou seja, na medida em que suspende o seu juízo quanto ao fingimento do autor e, em certo sentido, toma em sério este universo, o que significa que ele age igualmente como um “fingidor”. Logo, como uma espécie de “fingimento lúdico compartilhado” a ficção está longe de corresponder a um simples falseamento da “realidade”. Ela estabelece outra forma de

enquadramento da experiência humana e social que é também constitutiva disto que se designa como a realidade. Esta compreensão nos leva novamente, portanto, a relativizar a velha oposição entre aquilo que é tomado como real e aquilo que é tomado como fictício.

O ponto fundamental, não obstante, parece ser o fato de que este outro enquadramento da experiência – neste caso, a experiência histórica – pode suscitar uma problematização das percepções e é nisto, justamente, que está contido o potencial para desestabilizar a narrativa hegemônica das tradições historiográficas dominantes. Ao forjar outro mundo de possibilidades, a ficção cria um contraponto a partir do qual alguns elementos da história consagrada deixam de figurar como necessários e revelam o seu caráter arbitrário. Isto é, ela pode instigar a desnaturalização de certas concepções e, logo, o questionamento de premissas e conclusões que se tinham antes como dadas, mexendo nas estruturas mais fundas do conhecimento. Dai a visão de que caberia à ficção “inventar a verdade” e denunciar a versão oficial da história como “má ficção”, como afirma Vera Follain de Figueiredo (1994, p.14) em uma provocadora inversão de papéis. Fica claro, portanto, como a elaboração ficcional de personagens históricos diz pouco em termos de uma suposta “verdade substantiva” sobre estes, já que é efetivamente uma “verdade inventada”, mas como tal é uma invenção provocadora que sinaliza os limites das pretensões absolutas daquela outra verdade.

As relações entre história e literatura podem ainda ser apreciadas do ponto de vista do problema da narrativa. Paul Ricoeur (2012) é sem dúvida um dos autores que mais contribuiu para dimensionar a importância da narrativa para a vida social, embora sua reflexão seja predominantemente de cunho filosófico. Lançando mão do conceito aristotélico de intriga, o autor aponta que narrar corresponde ao ato de “por em intriga”, ou seja, ao o processo de articulação de eventos isolados para a composição de uma história que conforma um todo, a partir do qual esses eventos adquirem um novo significado. Logo, para além de uma dimensão episódica, que se refere à sucessão de eventos, a narrativa comporta igualmente uma dimensão “configurante”, que se refere à figura que é extraída dessa sucessão, ou, dito de outro modo, a visão de conjunto e o sentido geral que dela se desprende.

Por unir de um modo dialético essas duas dimensões, a narrativa vai ao encontro do paradoxo da experiência humana do tempo, conforme as clássicas reflexões de Santo Agostinho, visto que esta também implica a percepção de uma direção sequencial e de um sentido totalizante. Assim, ela organiza as percepções temporais humanas de tal maneira que o tempo se torna tempo humano uma vez que é articulado de forma narrativa e a narrativa se torna significativa uma vez que cumpre tal papel determinante para a experiência temporal humana. A íntima relação entre tempo e narrativa – o par conceitual que figura no título da

principal obra de Ricoeur (1994) – constitui uma relação circular, contínua e inescapável, pois o intento de impor uma consonância à experiência do tempo por meio da narrativa acaba ampliando a dissonância desta que, assim, continua a demandar novos ordenamentos.

No entanto a circularidade existente entre esses dois elementos responde a uma questão ainda mais delicada. Para Ricoeur (2012) as narrativas são fatores constitutivos da própria experiência humana e social, dado que esta requerer sempre a mediação de sistemas simbólicos que são integrados por narrativas. “Como falaremos da qualidade narrativa da experiência, como poderemos falar dela como uma história em estado nascente, se nós não temos acesso aos dramas temporais da vida humana fora das histórias contadas a seu respeito pelos outros ou por nós mesmos?” (p. 308), questiona o autor, demonstrando que as narrativas são referências indispensáveis para que os atores sociais possam se situar no mundo. Por isso, elas não são unicamente fenômenos que emergem na superfície, mas, fundamentalmente, elementos que habitam as profundezas da vida social, mesmo que aí possam existir apenas sob uma forma potencial e desconexa, latente e difusa.

Isto fica mais evidente quando Ricoeur (1994) aborda os detalhes do processo de figuração narrativa, ou seja, do processo de mimetização do agir humano por meio da produção de uma narrativa que é, em última instância, como indicado, a elaboração de uma intriga. Desde o estágio inicial de pré-figuração da narrativa (que requer uma pré-compreensão do campo prático, o campo da ação humana) até o estágio final, em que a narrativa é reconfigurada pelo receptor (quando é restituída a aquele mesmo campo prático), a sua interlocução com os sistemas sociais simbólicos existentes (e, logo, com outras narrativas) é constante. Ela se ergue sobre a base de um universo simbólico e a ele retorna, podendo agregar novas elaborações graças às aberturas proporcionadas pela experimentação criativa, de um modo que contribui tanto para consolidar quanto para transformar os padrões sociais. Conseqüentemente, se certo conteúdo “social” acumulado está na origem das narrativas, este também está em seus resultados e efeitos. A trajetória circular que ela delinea, como referido, não constitui, por fim, um círculo vicioso, mas sim uma espiral em progressão, já que o retorno ao ponto de origem se dá sempre em uma altura superior, como caracteriza o autor.

Em síntese, as formulações de Ricoeur (1994), demonstram como, no inofensivo e delicado ato de tecer a trama de uma “pequena” história, é também a trama da vida social que está sendo tecida, tendo em vista que o processo de figuração narrativa é constituído por ela ao mesmo tempo em que a constitui, com uma intencionalidade que é muitas vezes distinta daquela que estava em sua origem. Assim como, usando linhas de diferentes cores, vão se unindo os pontos de um bordado para formar o desenho imaginado, concatenam-se os dados

“reais” ou “imaginários” para dar um sentido geral à narrativa. Desta também podem se derivar símbolos que imprimem novos significados à “grande” história das sociedades e com isso impulsionar até mesmo novas orientações e perspectivas luta para atores sociais em conflito. Para manter a mesma metáfora, diríamos então que o tecido despretensiosamente bordado pode acabar se convertendo em uma bandeira.

Ora, esta perspectiva revela o fenômeno literário para além, unicamente, de uma produção cultural determinada pelos condicionamentos sociais que estão em sua origem, mas o percebe enquanto fator constitutivo dessa mesma base social, que longe de conformar algo estável está suscetível a constantes transformações pela ação deste e de outros fatores. Ela é talvez uma das vias que nos permita passar do paradigma do reflexo ao paradigma da reflexividade, como apontam Botelho e Hoelz (2016), em uma avaliação dos avanços e tendências apresentadas pelos estudos da sociologia da literatura nas últimas décadas. Em uma interessante metáfora acionada por estes autores, diz-se que a literatura é como um espelho rachado que apresenta a realidade por meio de distorções estruturadas, que podem aumentar ou diminuir determinados aspectos desta realidade. À sociologia da literatura caberia, então, investigar como e porque se dão estas distorções, sem ignorar a moldura do espelho, ou seja, o contexto institucional e intelectual da produção literária, nem aqueles que o erguem, ou seja, os agentes da canonização e legitimação. Porém, esta análise ainda não estaria completa sem considerar que os que olham para estes espelhos possuem também uma percepção distorcida, mas igualmente estruturada. É como se pequenos estilhaços do espelho se depositassem em seus olhos, passando a informar diretamente a visão, assim como a literatura vai, em alguma medida, compor o repertório de referências simbólicas com as quais nos orientamos no mundo, ou melhor, nos relacionamos em sociedade.

Toda esta alegoria permite compreender que mais do que um “reflexo” da sociedade, a literatura faz parte de uma “dinâmica social reflexiva” a partir da qual, como pontuam algumas teorias sociológicas, os saberes e conhecimentos relativos à vida social incidem na configuração das próprias práticas sociais, que são assim frequentemente submetidas a um reexamine e uma reelaboração. Do ponto de vista da sociologia da literatura, explicam os autores, isto implicaria não só em uma apreensão mais matizada da experiência literária, mas também da experiência social que com ela se articula, corrigindo um desequilíbrio neste campo de estudos que muitas vezes acabam mantendo uma concepção estanque e reificada do social, além da precedência analítica da sociologia sobre a literatura por uma “via de mão única”. Em suma, a reflexividade põe fim à dicotomia e externalidade entre esses dois elementos, pois se entende que “Literatura e sociedade estão, pois, mutuamente referidas em

uma relação significativa.” (p. 280). Note-se que o elo, ou seria mais adequado dizer, o ponto de interpenetração, entre elas reside justamente na questão dos significados, pois se valoriza “[...] o papel da semântica na estruturação contingente da vida social, vista como um processo intersubjetivo de constituição de sentido e de construção do mundo [...]” (p. 284).

O estudo de Robert Darnton (1986) encarna um bom exemplo de como a análise da narrativa de um acontecimento, aparentemente isolado e singular, pode fornecer o “fio da meada” que ao ser puxado descortina um pouco da dinâmica intersubjetiva que estaria por de trás de acontecimentos e processos sócio-históricos mais amplos, constituindo-os e não apenas os refletindo ou reproduzindo. Ele mostra como o relato sobre um massacre de gatos promovido pelos aprendizes de uma oficina de tipografia, em Paris, no início da era moderna, evidencia um emaranhado de tensões sociais que se expressaram de maneira simbólica, através de uma espécie de “insulto metonímico” que os trabalhadores dirigiram aos seus patrões naquela ocasião. Isto porque a matança dos animais se converteu em um grande acontecimento que lhes permitiu engendrar tal insulto de forma velada e indireta. Não obstante esta situação guardava, simultaneamente, elementos de uma insubordinação e rebelião popular que se veiculou de forma mais explícita, muitos anos depois, nos eventos que se processaram entorno da Revolução Francesa. O mais importante é notar que este “fio da meada” é fornecido, justamente, pela *busca da significação* do relato, particularmente as razões do seu sentido cômico, não mais evidente nos dias atuais.

O autor – preocupado em desvelar “as maneiras de pensar na França do século XVIII” (1986, p. XIII) na linha da história cultural – determina essa busca pela significação a partir da consideração do caráter ficcional e narrativo do material analisado. Por um lado, ainda que o relato tenha sido produzido por alguém que afirma ter testemunhado e participado diretamente de todo o ocorrido, o toma como fictício tendo em mente que ele transmite as impressões particulares de um personagem específico, que está longe de ser um observador imparcial, ainda que, obviamente, uma observação totalmente imparcial não fosse de modo algum possível. Assim, nas palavras do autor, ele “[...] não pode ser encarado como reflexo exato do que realmente aconteceu. Deve ser lido como a versão [...] de um acontecimento, como sua tentativa de contar uma história.” (p. 107).

Por outro lado, o toma como uma narrativa, tendo em mente que “Como todas as narrativas, esta coloca a ação em uma estrutura referencial; supõe certo repertório de associações e respostas, da parte de sua audiência, e proporciona uma *forma significativa* a matéria prima da experiência” (p. 107, grifo nosso). Deduz-se logicamente então que uma determinada versão e uma determinada maneira de ordenar e contextualizar os fatos – uma

“verdade inventada”, como referida anteriormente – é também uma fórmula carregada de significação – uma “invenção significativa”, diríamos – que permite discernir o papel de tal relato no interior de dinâmicas sociais constitutivas ou desestabilizadoras da ordem.

Ora se olharmos para as bases do edifício literário que se ergueu em torno da figura de Manuela Sáenz são justamente produções desse tipo que encontramos. Para além da menção em uma ou outra obra de cunho historiográfico ou memorialística do século XIX, três relatos em especial foram responsáveis por notabilizar a personagem de tal forma que se poderia dizer que eles estão na origem das produções que aparecem posteriormente ao longo do século XX e início do século XXI. Formam uma espécie de núcleo ao redor do qual foram se agregando sucessivas camadas. Referimo-nos à aparição de Sáenz nas memórias escritas pelo General Daniel Florence O’Leary, nas memórias do cientista francês Jean-Baptiste Boussingault e nas tradições elaboradas pelo escritor peruano Ricardo Palma. Estes três homens que a teriam conhecido em momentos distintos de sua trajetória e que sobre ela dão os seus respectivos testemunhos, foram responsáveis por inseri-la de uma forma instigante e provocadora no imaginário literário, dentro do qual percorreria um longo caminho.

Os seus textos apresentam uma figura heterodoxa e irreverente, além de estabelecerem as primeiras “lendas” a respeito de sua vida e seu caráter. Talvez por isso mesmo, conforme foram se tornando mais conhecidos, iam despertando a curiosidade e o interesse de outros escritores por essa mesma figura histórica. As narrativas fundadoras, por assim dizer, do fenômeno singular e paradigmático que faz de Sáenz uma figura marginal para a história e, ao mesmo tempo, central para a literatura foram acrescentadas por alguns escritos elaborados pela própria personagem que começaram a aparecer de maneira bastante espaçada, já que tanto em meados quanto nas décadas finais do século seguinte, e que fizeram esta irreverência ganhar matizes mais sofisticados. Esses escritos se constituem de cartas e de fragmentos de um diário que teria sido redigido por ela ao longo da vida. Isto criou uma oportunidade única de confrontar as versões daqueles primeiros autores e fornecer novos pontos de apoio para as incursões e experimentações ficcionais que se fariam dali em diante.

Analisadas enquanto invenções significativas, o que corresponde, na linha do que é proposto por Botelho e Hoelz (2016), a enxergar a literatura “[...] mais como parte constitutiva e constituinte da estrutura de valores e das relações de poder implicadas nos processos ideológicos de construção do social do que como meros repertórios – seja como “reflexo” ou “fonte” de conhecimento desses processos.” (p. 284), essas construções são bastante reveladoras das contradições sociais que permearam a luta histórica pela independência e a formação dos imaginários nacionais dos novos estados constituídos na

etapa imediatamente posterior à guerra, especialmente no que tange a participação das mulheres em ambas os contextos. Diríamos que os fundamentos do dilema da amante-libertadora revelam-se aí em toda a sua extensão pelo contraste que estabelecem as significações que carregam as representações produzidas por atores sociais situados em posições tão dispares, sobretudo, em termos das relações de gênero.

Sob esta diretriz de análise a tese subdivide-se, então, em três etapas de investigação que se distribuem por três capítulos. No primeiro são analisadas em detalhes as produções que foram pioneiras em termos da apropriação histórica e literária da figura de Sáenz. O sentido geral que delas se depreende, ou seja, a moldura *anti-heroica* que resulta de um olhar de fascínio e paralelamente de reprovação pela conduta da personagem, é no segundo capítulo relacionado com as dinâmicas do processo de luta e consolidação da emancipação colonial, no que o intento das elites criollas de conter o ímpeto revolucionário das classes populares se coloca como um aspecto chave. Por fim, no terceiro e último capítulo a produção da própria Sáenz, descoberta de forma tardia, traz à tona as idealizações da parte que foi sistematicamente silenciada pela narrativa historiográfica. Ela mostra que era possível elaborar esta experiência a partir de outros sentidos, como sob a forma de um *heroísmo romântico* que sinaliza a maneira singular como, em meio a um cenário de profundas convulsões sociais, as mulheres se lançavam em um caminho de resistência e insubordinação permeado por contradições.

1 SEGUINDO OS RASTROS DE UMA MEMÓRIA VIOLADA: MANUELA SÁENZ EM ESCRITOS DO FINAL DO SÉCULO XIX

Lamento que las mujeres sean sistemáticamente degradadas al recibir las atenciones insignificantes que los hombres consideran varonil otorgar al sexo, cuando en realidad apoyan insultantemente su propia superioridad.

Mary Wollstonecraft

O processo por meio do qual Manuela Sáenz ganha vida no mundo das letras seguiu, inicialmente, um caminho tortuoso. Em primeiro lugar, foi necessário que se rompesse o silêncio firmemente estabelecido a seu respeito, iniciado já quando ela deixou a cidade de Bogotá em 1833, sob a pena de desterro com a qual se buscou afastá-la dos principais centros políticos das nações que se ergueram sobre os escombros do que fora outrora o sonho bolivariano da Grã-Colômbia. Este silêncio, portanto, respondia a questões bem sensíveis das disputas do poder no pós-independência. Contudo, é particularmente chamativo o fato de que ele foi conscientemente orquestrado pelos “homens” que manejavam a história para que esta figura, apesar de conhecida, fosse relegada ao esquecimento. É o que sugere, ainda que com palavras muito polidas, Víctor W. Hagen, ao afirmar que “Durante mais de meio século, os historiadores mantiveram um acordo de *cavalheiros*: Manuela não devia ser mencionada nunca.” (1952, p. 269). Este “acordo” respondia, certamente, às tradicionais estruturas de poder, que desprezando a nós “mulheres” como agentes sociais e políticos, excluía-nos quase que inteiramente da narrativa historiográfica. Além disso, porém, ele parecia originar-se, de um incômodo em particular, pela maneira como esta figura foi rejeitada com especial atenção.

Nas últimas décadas deste mesmo século, em cujo começo se testemunharia não só o ápice de sua luta política como também a sua condenação ao ostracismo, vieram a público três obras que continham representações que se converteram nas produções mais emblemáticas ao seu respeito elaboradas durante esse período. Ela aparece mais precisamente no volume que é o Apêndice do Tomo Segundo da parte de narração das *Memórias do General O’Leary*, publicado em 1883 na Venezuela; (b) na Sétima Série das Tradições Peruanas de Ricardo Palma, publicada 1889 no Peru e (c) no Tomo Terceiro das Memórias de Jean Baptiste Boussingault, publicado em 1897 na França. Ainda que estes não tenham sido necessariamente os primeiros registros, eles foram certamente os mais conhecidos graças à projeção histórica e literária alcançada por esses autores e suas respectivas obras.

Há ainda outro dado fundamental que distingue esta produção. Por terem tido a oportunidade de conhecer e até certo ponto conviver com Manuela Sáenz, os relatos que estes três “homens” fornecem sobre a personagem gozariam, supostamente, de certa confiabilidade e seriam tomados como verídicos. Eles teriam conhecimento suficiente e, conseqüentemente, certa autoridade para falar sobre ela. Todavia, em realidade, mesmo as informações concretas que fornecem, sendo verdadeiras ou não, são transmitidas através de pontos de vista bem específicos e refletem antes de tudo impressões e opiniões que as ressignifica ao longo do processo em que se resgatam as lembranças do passado. Não se pode ignorar, portanto, que haja espaço aí para certa dose de fabulação e uma narrativa que muito provavelmente nasce de um deslocamento constante entre “realidade” e “imaginação”.

Daí que as diferentes perspectivas dessem lugar a representações bastante singulares: na monumental obra em que se converteram as memórias de O’Leary, na qual o general do Exército Libertador narra a incrível saga da luta independentista trazendo a luz uma abundante documentação, Sáenz terá a sua palavra evocada como testemunha de um dos episódios cruciais na última etapa do governo de Bolívar a frente da presidência da Colômbia e será referida sob a sombra das relações amorosas “ilícitas” mantidas com este. Nas páginas das memórias de Boussingault, um renomado cientista francês que viajou para a América para participar das missões científicas que buscavam desvendar o potencial que os recursos naturais dessas terras tinham a oferecer para as nações então emancipadas, ela assumirá a forma de uma dama excêntrica, com um espírito rebelde que contrariava os “bons costumes” e o “recato”. Por fim, nas Tradições de Palma, obra que se consagraria como um clássico da literatura peruana sob o ímpeto de fundação de uma literatura nacional e, ainda, que inauguraria uma nova vertente literária bebendo na fonte tanto da ficção quanto da história “miúda” do país, Sáenz surgirá aos olhos curiosos do escritor sob a forma de uma “mulher com essência de homem” e que por isso era capaz de se lançar a toda prova como uma ardente combatente da revolução.

Entretanto, algumas dessas produções não puderam circular livremente. Elas foram alvo de uma censura que traduz, novamente, a aversão que os “homens” no poder apresentavam em relação à figura de Manuela Sáenz, sobretudo, por entenderem que ela comprometia a reputação do “Libertador” no que se referia a sua conduta na vida privada. Há dois acontecimentos cruciais nesse sentido. O primeiro se deu quando estavam sendo produzidas as primeiras cópias do referido volume das memórias de O’Leary que trata da personagem. O então presidente da Venezuela, Antonio Guzmán Blanco, cujo governo estava patrocinando a publicação da obra em virtude das comemorações do primeiro centenário do

nascimento de Bolívar, ordenou a suspensão da impressão, tendo alguns raros exemplares do livro sido preservados de maneira clandestina. Sobre este episódio, Manuel Segundo Sánchez relata algo interessante em sua obra *Bibliografía venezolanista*. Segundo o autor:

Persona fidedigna refiere la escena que se desarrolló a este propósito. Cuando Simón B. O'Leary, hijo del general y encargado de la edición, compareció ante Guzmán Blanco, éste, a voz en cuello, como tenía por costumbre, le dijo: "La ropa sucia se lava en casa; y jamás consentiré que en una publicación que se hace por cuenta de Venezuela, se amengüe al Libertador." (SÁNCHEZ apud O'LEARY, 1914, p. XIX).

Passada uma geração, somente quando o neto de O'Leary, Julio D. Portocarrero, decidiu retomar mais uma vez o projeto desta publicação, desta vez por uma editora Colombiana, que este volume tornou-se mais acessível, no início do século XX, em 1914. Já o segundo intento do que se pode considerar uma nova violação da memória de Manuela Sáenz, que constituía ao mesmo tempo uma espécie de "depuração moral" da memória de Bolívar, ocorreu anos mais tarde, em 1949, em função da primeira publicação da tradução ao espanhol das memórias de Boussingault. Foi nesta ocasião que o então Ministro da Educação da Venezuela, Augusto Mijares, decidiu suprimir as partes referentes aos dois amantes. Quando finalmente a edição nesta língua foi publicada de maneira integral, Germán Carrera Damas (1993) assim comenta o ocorrido:

Tiene en sus manos, sobre todo, una obra que ha sido objeto de un generalizado rechazo y hasta de una perjudiciada condena que, como todas las condenas perjudiciadas, terminó en el fuego no tanto con el propósito de borrar la falta del condenado como con el de borrar la culpa de quien ordenó encender la hoguera, pues un triste momento hubo cuando parte de esta obra fue arrojada al incinerador. (CARRERA DAMAS, 1993, p.18).

Ainda que estes escritos, por assim dizer, fundadores da criação literária, que com o passar dos anos se produziria entorno de Manuela Sáenz, se apresentem de uma forma dispersa, que é ainda agravada pela ação destruidora da censura, eles não perdem a relevância. Mesmo que para acessá-los se tenha que reunir cuidadosamente as peças de uma memória destrocada, os traços que eles imprimem sobre esta figura histórica marcam o nascimento de uma *persona* literária que irá ganhar vida em muitas produções posteriores, nas quais estes traços serão reproduzidos ou mesmo reinventados. O objetivo deste primeiro capítulo é, portanto, analisar em pormenor estas representações, buscando compreender, sobretudo, a maneira como elas se constituem "por dentro", ou seja, a partir das estratégias narrativas e discursivas de que lançam mão para moldar a personagem, sempre em diálogo com as problemáticas sociais que lhes são subjacentes. Desta maneira, espera-se, ao final, lançar mão

de uma visão global que as entrelace, tentar extrair delas a sua significação política em termos da construção de um imaginário nacional e até mesmo latino-americano.

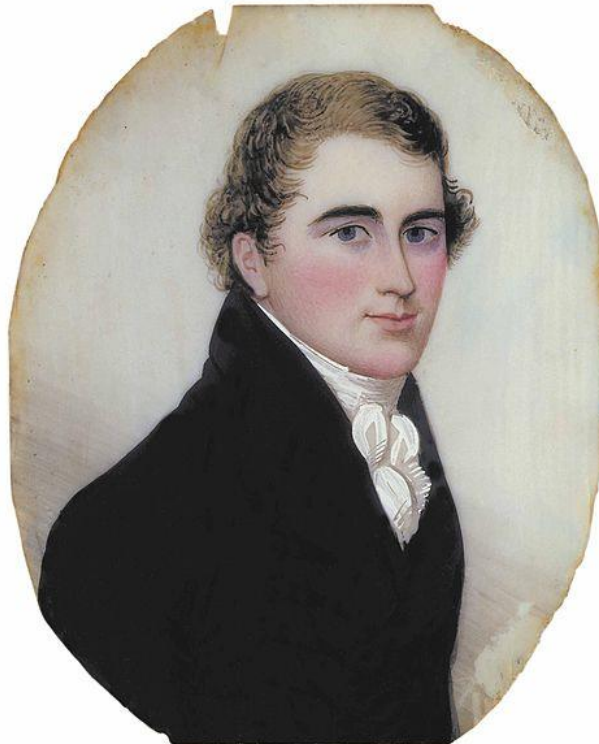
O capítulo se divide, então, em três partes. Nas três primeiras, se traça uma análise em separado de cada uma dessas representações, abordando-se inicialmente os escritos de cada um desses memorialistas para em seguida adentrar o gênero das tradições. Essas análises começam com uma breve contextualização a respeito dos autores e suas respectivas obras e seguem adiante penetrando nos detalhes das composições. A análise mostrará, assim, como no interior dessa produção surgem questões cruciais, que seguirão demarcando as principais problemáticas suscitadas pela trajetória e pelas ações da personagem. A partir delas é possível assinalar alguns eixos temáticos que definem importantes contornos identitários e que, por isso mesmo, transcendem o escopo desta produção e serão sempre reiterados em futuros trabalhos. Assim, em O'Leary será fundamental, por exemplo, a questão do adultério, em Boussingault, a questão da expressão de gênero e da conduta sexual e em Palma, finalmente, a questão da atuação política.

De maneira geral, a forma como esses contornos são preenchidos, ou seja, como cada um desses aspectos é trabalhado, faz a imagem de Sáenz emergir sob uma face maligna: ela nos é apresentada como uma “mulher” com uma forte tendência a desafiar as normas e desestabilizar a ordem, incorrendo constantemente nas mais variadas transgressões. Contudo, ao mesmo tempo em que estes escritores parecem colocá-la no banco dos réus de um grande tribunal moral, eles lhe dirigem certo olhar de consideração que parece se deixar cativar pela sua ousadia: marcam a sua presença em episódios políticos importantes e com graus diferentes assinalam sua dedicação à causa libertária da emancipação, mesmo que tal contraponto afluia, muitas vezes, por pequenas brechas da narrativa. Ao fim e ao cabo a sua figura termina se convertendo em algo interessante aos olhos desses “homens”, cujas palavras estavam convenientemente amparadas pelas estruturas do poder patriarcal. Em síntese, é justamente a junção desses significados que em uma etapa mais avançada da análise nos levará a consideração do papel que Manuela Sáenz parece desempenhar nesses “primeiros” escritos como uma espécie de anti-heroína da independência.

1.1 Manuela Sáenz nas Memórias do General O'Leary

Quando, após a morte de Simón Bolívar em 1830, o General Daniel Florencio O'Leary (1800-1854) se retirou da cena política e deu início a sua aventura, ao mesmo tempo historiográfica e biográfica, ele terminou por conceber uma célebre obra na qual a figura de Manuela Sáenz é digna não só de menção, como também de um espaço de enunciação. O'Leary, que havia nascido na Irlanda em 1800, chegou à América em 1818, ao se integrar a uma das legiões de soldados britânicos que foram enviadas para combater em apoio às forças de libertação. Sua carreira no Exército Libertador, contudo, estava apenas começando: em seguida ele participou de campanhas militares na Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia e esteve presente em batalhas célebres, alcançando o posto de general em 1829 (BLANCO-FOMBONA, 1915).

Figura 1 - Retrato de Daniel Florencio O'Leary



Legenda: Quadro em miniatura do pintor irlandês Frederick Buck. Estima-se que tenha sido feito em 1834.

Fonte: Imagem de domínio público disponível no repositório Wikimedia Commons.

É compreensível que a progressiva desestabilização do projeto político encabeçado por Bolívar, cuja morte, aparentemente, colocaria um ponto final, tenha desencadeado planos intelectuais de escrita da história, seja esta pessoal ou coletiva, como o que foi empreendido por O’Leary. Possivelmente, para muitos, se encerrava uma etapa histórica que demandava uma inserção na grande narrativa sobre a experiência dos povos da região, garantindo para a posteridade o conhecimento dos principais acontecimentos e, especialmente, das grandes personalidades que marcaram essa época de transformações. Em outras palavras, a partida física do “Libertador” foi imediatamente sucedida e, em certa medida, contrabalanceada pelo esforço de perpetuação de sua “alma”, seja qual for o conteúdo que se buscou atribuir a ela.

Como primeiro ajudante de campo⁸ de Bolívar, O’Leary havia seguido cada um de seus passos, testemunhando de perto os pormenores de sua trajetória, e, além disso, lidando diretamente com os arquivos referentes às campanhas militares e ao processo político em curso, o que o tornou um assíduo colecionador de documentos oficiais e não oficiais que de alguma forma registrassem a intensa luta que arrastava os povos latino-americanos na busca por romper as cadeias da opressão colonial. Não se estranha, portanto, a sua naturalidade ao afirmar que uma vez “Morto o Libertador e destruída a sua grande obra” decidiu partir para a Jamaica com o propósito de organizar os seus papéis e escrever as suas memórias (O’LEARY, 1879, p. VII-VIII, tradução nossa)⁹.

Porém, há ainda outro dado nada desprezível para a contextualização de tal decisão: é que entre os papéis de O’Leary se encontrava, também, o rico arquivo pessoal de Bolívar composto em grande parte por cartas, que eram o meio de comunicação primordial na época. Curiosamente, este arquivo tinha sido salvo da fogueira, contrariando a determinação feita pelo “Libertador” em seu testamento para que este fosse queimado (SÁNCHEZ, 1914). Quando os dez baús em que o arquivo estava armazenado foram entregues à O’Leary, coube a este a tarefa de torná-lo público “[...] para confundir os detratores de Bolívar, tanto na América como na Europa.” (1879, p. VIII, tradução nossa)¹⁰, afirmaria mais tarde, deixando entrever as disputas entorno da narrativa histórica que estava em jogo naquele momento.

As *Memórias do General O’Leary* – que só foram, contudo, publicadas após a morte deste, entre os anos de 1879 e 1888 – vão muito além do relato de uma experiência individual.

⁸ O ajudante de campo (em espanhol é referido também como “edecán”) atuava como uma espécie de assistente ou secretário pessoal de um chefe militar de alta patente.

⁹ Citação no idioma original: “Muerto el Libertador y destruída su grande obra, me retire à Jamaica y allí me dediqué à arreglar mis papeles y à escribir mis Memorias.”

¹⁰ Citação no idioma original: “[...] los [datos] que habia reunido [...] sirvieran para confundir á los detractores de Bolívar, tanto en América, como en Europa.”

A série de livros, composta por trinta e dois volumes, que foi editada pelo seu filho, Simón Bolívar O'Leary, reflete, sobretudo, os esforços de investigação histórica e de elaboração e preservação da memória que foram empreendidos pelo general ao reunir e sistematizar esta ampla documentação, que ele procurou ainda enriquecer com contribuições obtidas por meio de sua rede de contatos com outros personagens, ilustres ou não, que participaram diretamente ou de algum modo presenciaram os acontecimentos daqueles dias.

A obra consiste, assim, em um precioso acervo documental sobre a atuação das principais lideranças das guerras de independência e sobre eventos decisivos que definiram os rumos deste conflito, trazendo à tona a trama que se desenrolava nos seus bastidores, a qual muitas vezes não se pode ter acesso apenas por meio dos documentos oficiais. Ela, contudo, possui um claro viés: está fortemente centrada na figura de Bolívar, a quem confere um enorme protagonismo, investindo-lhe de heroísmo. Assim, os primeiros vinte e seis volumes (I-XXVI), que vieram a público entre os anos de 1879 e 1884, são compostos, em sua maioria, por cartas de inúmeros chefes políticos e militares dirigidas a Bolívar e documentos referentes à estadia deste em diferentes lugares, enquanto conduzia campanhas militares ou já tratando de assuntos de Estado. Já nos dois volumes seguintes, lançados em 1883, que recebem o título de “Narração” e que além de seguirem a numeração original (XXVII e XXVIII) são numerados adicionalmente de forma separada, como “Tomo Primeiro” e “Tomo Segundo”, apresenta-se o relato de O'Leary sobre o processo de emancipação, ao longo dos cinquenta e oito capítulos que foram escritos por ele, com especial atenção para a trajetória do “herói” desde suas origens até o ano de 1826. Por fim, os últimos três volumes que saem nos anos de 1887 e 1888, retomando a numeração original (XXIX, XXX e XXI), são intitulados “Cartas do Libertador”, pois contêm as cartas escritas por Bolívar em diferentes períodos.

1.1.1 O testemunho da “libertadora do Libertador”

Naturalmente, o inegável valor histórico de uma obra que contava com o respaldo de uma farta documentação original, permitindo um olhar mais agudo e inédito sobre diversos aspectos do processo independentista, a fez se destacar em meio aos livros de recordação produzidos por outros contemporâneos da luta anticolonial e a converteu rapidamente em uma peça chave para a historiografia da independência. Se poderia pensar que no contexto de uma obra tão acurada, do ponto de vista documental, sobre Bolívar, a presença de Manuela Sáenz

seria quase inevitável. Porém, como se verá mais adiante, o caráter transgressor de uma figura “feminina” como a dela não lhe permitiria ganhar muito espaço nestas páginas.

Em primeiro lugar, cabe destacar que a polêmica moral que circundava a sua relação com o “Libertador”, em questões referentes à fidelidade-adultério e matrimônio, é o ingrediente principal para uma breve caracterização da personagem, imprimindo sobre ela um pesado rótulo, para além do qual não se pode ver muita coisa. Em que pesem as limitações de uma abordagem como esta, que restringe a existência “feminina” a um domínio quase que exclusivamente amoroso e familiar – que se de fato era o domínio assignado para nós “mulheres” por força das crenças, normas, condições e estruturas sociais vigentes, nem por isso resumia por completo nossas existências, sendo o bastante para contempla-la plenamente – o material trazido a público com a finalidade de atestar e ilustrar estas relações permite (por certo que de maneira não intencional) vislumbrar aspectos decisivos da problemática social que se configurava entorno de tal relação, sobretudo, quando esta é vista por uma perspectiva de gênero.

Vejamos: em verdade, é de maneira bastante colateral que Sáenz é introduzida, não ocupando muitas das páginas desta monumental produção. Ela aparece em um volume que corresponde ao apêndice dos dois volumes de “Narração” mencionados acima, mas que, curiosamente, não foi numerado como parte da série. Ele é constituído por anotações e cartas reunidas por O’Leary, referentes a assuntos políticos que se desenrolaram entre os anos de 1826 e 1829, justamente a última fase histórica que não havia sido contemplada por aquela narrativa. Mais precisamente, no capítulo referente à invasão ao Palácio de San Carlos em Bogotá, a então residência presidencial, que ocorreu no dia vinte e cinco de setembro de 1828, com a qual um grupo de opositores ao regime planejava atentar contra a vida de Bolívar. Neste capítulo, dentre outros testemunhos, arrola-se uma carta de Manuela Sáenz (Anexo A) dando o seu depoimento sobre o famoso episódio, que ficou conhecido como a “Noite Setembrina”.

O atentado costuma ser reportado como uma reação ao decreto que Bolívar havia instituído no mês anterior, com o qual adquiria poderes especiais e instituíra um governo provisório de caráter ditatorial em meio à crise que sinalizava para a irremediável fragmentação da Grã-Colômbia. Contrários a tal medida – que consideravam uma expressão da tirania do “Libertador” – o grupo que levou a cabo a ofensiva era formado por jovens intelectuais (advogados, jornalistas e estudantes do Colégio de São Bartolomeu) e por alguns oficiais do Exército, que vinham se organizando em sociedades secretas. O plano consistia basicamente em depor o governo e proclamar como presidente o então vice, General

Francisco de Paula Santander, com quem Bolívar vinha estabelecendo profundas discordâncias políticas e que, posteriormente, seria também apontado como vinculado a tal conspiração.

Mais que uma simples testemunha ocular do ocorrido, Sáenz desempenhou um papel crucial para a frustração do atendo, como é possível inferir a partir do seu próprio relato e do de muitos outros que o sucederam, ao possibilitar a fuga de Bolívar por uma das janelas do palácio e confrontar os conjurados, distraíndo-os durante tempo suficiente para que este obtivesse refúgio em um lugar seguro. Ora, a posição de destaque nesta pequena trama, fez dela a personagem que poderia fornecer um dos relatos mais detalhados sobre os acontecimentos daquela noite e é talvez por isso que O'Leary tenha rompido com o monopólio masculino da “palavra” e excepcionalmente invocado uma voz feminina para a caracterização do que teria sido uma das tentativas mais marcantes de desestabilização do governo bolivariano.

Com efeito, uma invocação breve e em função de um tema bastante pontual, mas capaz de instigar uma impressão potente sobre a personagem, já que a inscreve na história a partir do que pode ser encarado como um ato de valor e bravura, na contramão das qualidades que, na época, costumavam serem atribuídas a nós “mulheres”. Por certo, aqui se inverte o clássico enredo do herói que salva a mocinha indefesa das garras de um inimigo cruel, pois é Manuela Sáenz quem assume a linha de frente contra o oponente para que Bolívar fosse protegido.

Não será por acaso que até o presente este seja um dos episódios em vista do qual o seu nome é com mais frequência associado. É possível, também, que tenha sido no âmbito destas memórias que apareceu pela primeira vez a expressão “libertadora do Libertador” (p. 303), popularizada como a sua alcunha, uma vez que é a própria Sáenz que nos conta, de maneira furtiva e em tom despretensioso, que Bolívar assim a nomeou ao reencontrá-la mais tarde naquele dia, depois de contida toda a movimentação dos conjurados: “Quando regressou a casa me disse: ‘Tu és a Libertadora do Libertador’.” (O'LEARY, 1914, p. 303, tradução nossa) ¹¹.

É interessante notar que, no pequeno espaço de enunciação de que dispõe Manuela Sáenz não se atém unicamente a uma descrição estrita da cena vivenciada. Na carta, ela faz considerações mais amplas que sinalizam para uma interpretação específica dos fatos. Já nas primeiras linhas propõe um recuo no tempo para adicionar informações que julga relevante

¹¹ Para ter acesso a esta e as subsequentes citações no idioma original da publicação consultada, vide Anexo A.

(“Me pedes que lhe diga o que presenciei no dia 25 de setembro do ano de 1828 na casa do governo de Bogotá. Para, além disso, quero lhe contar o que ocorreu dias antes.”; SÁENZ, 1850 apud O’LEARY, 1914, p. 300, tradução nossa) e com isto sublinha a recusa de Bolívar em escutar o alerta que lhe teria sido dado por uma informante anônima. Ela deixa patente, em seguida, a sua contrariedade em relação a esta atitude ao relatar um trecho do seu diálogo com o “Libertador” durante aquela noite (“Ele me disse que haveria uma revolução. Eu lhe disse: ‘em boa hora, pode haver até dez, pois você da muito boa acolhida aos avisos’. ‘Não tenhas cuidado’, me disse, ‘já não haverá nada.’”; 1914, p. 301, tradução nossa) e segue ressaltando a falta de precaução deste com a segurança e a equivocada confiança na palavra de um oficial que, posteriormente, revelou ser aliado dos conjurados.

Toda esta narrativa de Sáenz, encadeando os fatos que se sucederam desde o momento em que se escutam os barulhos que indicam o assalto ao Palácio até o momento em que os conjurados deixam o lugar, evidencia os seus esforços para lidar com aquela situação: primeiro, dissuadindo Bolívar de enfrenta-los e convencendo-o a escapar, depois, fazendo os invasores perderem tempo percorrendo diversos cômodos com a falsa pista de que o “Libertador” ainda se encontrava naquelas dependências e, por fim, socorrendo os oficiais que foram feridos durante a invasão.

Por fim, o relato destes momentos de tensão dá lugar a considerações sobre a atitude de Bolívar diante do sucedido, frisando, em especial, a sua postura de não retaliação ao inimigo. A princípio, Sáenz o apresenta um pouco bravo e consternado (“O Libertador trocou de roupa e quis dormir algo, mas não pode, porque a cada momento me perguntava algo sobre o ocorrido e me dizia: ‘Não me diga mais nada.’ Eu calava e ele voltava a perguntar e nesta alternância amanheceu.”; 1914, p. 303, tradução nossa). Não obstante é, sobretudo, a imagem de um líder benevolente e compassivo que procura traçar ao contar como ele se enfurece quando um de seus oficiais arremete com violência contra um dos conspiradores detidos e como aconselha a estes não confessarem o propósito do magnicídio perante o conselho que os julgaria. Segundo Sáenz, Bolívar também protesta quando ela é convocada por tal conselho para ajudar na identificação daqueles que negavam participação no atentado e a pede para que visitasse e prestasse assistência ao general José Prudencio Padilla que mesmo estando preso foi apontado como envolvido na conspiração.

Ela reforça que a “[...] primeira opinião [de Bolívar] foi a de que se perdoasse a todos” (1914, p. 303, tradução nossa) e que como esta havia “[...] outras inúmeras provas, que deu o general, de humanidade, que seria nunca acabar.” (1914, p. 303, tradução nossa). De fato, apesar de o conselho condenar os réus à morte, a intervenção de Bolívar fez a pena ser

comutada para exílio em alguns casos – notadamente no caso do general Santander – o que pode, paralelamente, ser compreendido do ponto de vista das manobras políticas com as quais tentava lidar com a pressão dos setores de oposição que constantemente o acusavam de abuso de poder.

Ao final do relato, Manuela Sáenz demarca novamente, de maneira sutil e levemente sarcástica, a sua diferença em relação à postura de Bolívar ainda que não tenha se oposto efetivamente a ela. Ao invés disso, ela afirma ter adotado uma postura semelhante para com os conjurados, testemunhando de modo favorável para alguns deles e fazendo “vista grossa” para que outros não fossem detidos. Todavia, a demarcação dessa diferença funciona mais exatamente como uma estratégia discursiva com a qual exalta as virtudes do “libertador” amenizando as suas:

El señor general Obando, a quien Dios guarde por muchos años, ha dicho en Lima antes de ahora, que yo, en medio de mis malas cualidades, tenía la de haberme portado con mucha generosidad, a lo que yo contesté que esa virtud no era mía sino del Libertador, que me había dado tantas y tan repetidas lecciones de clemencia con el mismo panegirista. Esto es muy cierto; a usted le consta. De modo que tantos escapados de la muerte fue por el Libertador (SÁENZ apud O’LEARY, 1914, p. 304-305)¹².

A ênfase de Sáenz para fazer sobressair essas qualidades – uma ênfase que se dá à custa de certa autodepreciação e que a leva, inclusive, a se colocar como não “mais que o instrumento da magnanimidade do grande Bolívar” (1914, p. 305, tradução nossa) – guarda, sem dúvidas, significados importantes. De maneira consciente ou não, através de seu testemunho, ela está participando da disputa política que se conformou entorno da memória desta figura histórica e, neste caso, as características de humanidade, generosidade e clemência que lhe atribui convergem para a composição daquela imagem heroica do “Libertador” com a qual se segue buscando alimentar distintos ideários políticos, em um processo que tem ampla transcendência histórica.

Ao mesmo tempo, isto quer dizer que embora se possa escutar aí a voz de Manuela Sáenz contando-nos, inclusive, sobre sua atuação em um episódio marcante da história política colombiana nos turbulentos anos que se seguiram à independência, mesmo em seu próprio relato ela está secundarizada em relação à figura de Bolívar. Por mais que reporte suas próprias impressões e suas ações naquelas circunstâncias, o seu discurso parece estar mais voltado para ele – pelo menos do ponto de vista da sua linha argumentativa principal que se

¹² Opta-se pela não tradução das citações longas em espanhol com a finalidade de preservar o máximo possível do sentido original.

encaminha na defesa e exaltação das qualidades pessoais deste enquanto uma liderança política – e não nos permite conhecê-la em si para além de alguém que reivindica a memória e o projeto político bolivariano.

1.1.2 A “cara amiga do general”: matrimônio e moral sexual

Embora o relato sobre a conjuração seja a porta de entrada para Manuela Sáenz nestas *Memórias*, isto não é tudo. A sua figura ganha também um pequeno destaque em outros espaços colaterais: em nota de rodapé, inserem-se algumas outras cartas retiradas do acervo documental de O’Leary que acrescentam mais informações sobre a autora do relato, o que denota certa preocupação em tornar a sua figura mais familiar ao público. É, portanto, no formato de um subtexto, que serve de apoio ao texto principal, que estão os escritos mais diretamente voltados para a caracterização da personagem. Primeiramente, destaca-se o trecho de uma carta, datada de 1846, enviada por O’Leary a um amigo não identificado que teria lhe pedido autógrafos de pessoas ilustres. Sáenz, tendo provavelmente contribuído para a obtenção do autógrafo de Bolívar, se converte em um tema da conversa entre os dois:

A propósito de autógrafos y del de Bolívar que le envió ahora, usted ha oído hablar, sin duda, de doña Manuela Sáenz, la excéntrica cara amiga del general Bolívar. Hace pocos días me mandó una orden para que me entregaran en Bogotá un cofrecito que contiene algunos centenares de cartas que le había dirigido su ilustre amante, y todas de su puño y letra. Apenas he tenido tiempo de recorrerlas muy a la ligera. Nunca ha habido amante más ardiente ni más apasionado, y sin embargo, en esas cartas se trasluce un sentimiento de virtuoso pesar por sus ilícitas relaciones, como lo verá usted en esa carta cogida al acaso.

Doña Manuela era casada, y su marido, Thorne, adoraba con frenesí a su infiel esposa, que para arrancarle ese amor violaba sus juramentos, y cada día le daba nuevas pruebas de infidelidad; pero en vano, él cada día la amaba más. Algunas de sus cartas son testimonio de su inextinguible pasión que ni el tiempo pudo destruir. No hace mucho que murió dejándole cuanto poseía. En sus cartas habla con frecuencia de sumas de dinero que le remitía, de 300 y más onzas algunas veces, y siempre quejándose de que ella no aceptaba sus regalos, y de que nunca le pedía dinero. Ella era el sér más desinteresado que he conocido (O’LEARY, 1914, p. 305).

Já nas primeiras linhas, a menção ao vínculo amoroso com Bolívar é suficiente para que O’Leary instigue no seu interlocutor a associação do nome mencionado a uma pessoa que supõe ser do conhecimento deste, sem a necessidade de adicionar informações de outra natureza. Malgrado o tom corriqueiro da comunicação, é bastante revelador que o aspecto básico para a definição sumária de uma figura que, aparentemente, não era de todo

desconhecida na cena pública seja, justamente, este. A designação de Manuela Sáenz como “a cara amiga do general” traz em si as marcas de uma construção social binária e hierárquica dos gêneros que constitui um sistema de relações sociais, com bases tanto ideológicas quanto materiais. Um sistema que, situado histórica e geograficamente, apresenta características particulares, como se verá mais adiante, mas que, em termos gerais, oprime, subjuga, explora e compromete a autonomia da coletividade que é constituída pelas “mulheres”, em prol de uma ordem favorável aos “homens”, enquanto grupo social a ocupar uma posição de poder que lhes permite exercer, em diversos sentidos, uma dominação ativa sobre elas¹³.

Ora, o sentido de pertencimento a figura de um “homem” é, desse modo, a expressão do processo a partir do qual a existência social feminina é impelida a ocupar uma posição subsidiária em relação à existência social masculina. Como elucidaria Simone de Beauvoir na introdução da clássica obra, *O segundo sexo* (1970) a chave para a compreensão do “ser” da “mulher”, tomado aqui em um sentido filosófico e abstrato, está na percepção de que este é construído como um “ser” conceitualmente dependente do “ser” do “homem” que é colocado como o ponto de referência a partir do qual ele se define. Por isso, enquanto o “ser” da “mulher” – que, na verdade, não chega a se constituir como um “ser” de fato, mas sim como um “outro” – costuma ser alvo constante de indagações que procuram decifrar o seu enigma, o “ser” do “homem” não suscita a mesma inquietação, visto que é assumido como uma concepção cujo sentido já está dado e é aceito como verdadeiro, colocando-se acima de qualquer questionamento.

Observe-se, no entanto, que, ainda segundo Beauvoir (1970), a centralidade do referencial masculino é uma elaboração igualmente artificiosa que só pode afirmar-se enquanto tal na medida em que estabeleça a alteridade feminina como o seu contraponto. De modo que, em realidade, tal referencial é também relativo e dependente em termos conceituais. Porém, a imposição e reprodução deste ponto de vista androcêntrico – que O’Leary manifesta de um modo tão simples e direto nas poucas palavras com que submerge a figura de Sáenz na figura de Bolívar – está estreitamente vinculado às condições sociais concretas de poder e dominação que submetem a nós “mulheres” em diferentes circunstâncias históricas.

¹³ Aqui nos baseamos no conceito de gênero tal como é trabalhado por Joan Scott (1995), no clássico ensaio “Gênero: uma categoria útil para a análise histórica”. Nele a autora ressalta que “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos” (sendo a percepção dessas diferenças algo fortemente orientado pelas condições sociais) e é “uma forma primária de dar significado às relações de poder.” (1995, p. 86).

Contudo, não se detém aí a problemática ao constatar-se que, nas linhas seguintes da correspondência, é a natureza do vínculo com Bolívar que ganha destaque, sobretudo, pelo seu caráter transgressor. Apesar da expressão “cara amiga”, utilizada inicialmente, funcionar como uma espécie de eufemismo, adiante O’Leary procura indicar, de maneira cada vez mais explícita, a forma como essa relação chocava-se com as normas sociais. Ele sublinha que “Dona Manuela era casada”, que Bolívar era seu “ilustre amante” e que tais relações eram “ilícitas”. Note-se, em especial, que a ênfase na infração cometida pelos dois amantes vem acompanhada por um enfoque na subjetividade dos personagens masculinos envolvidos na polêmica.

Por um lado, Bolívar é apontado como o amante “ardente” e “apaixonado”, com o que se pode querer indicar que seriam, por assim dizer, sinceros, os sentimentos que o teriam levado a este “deslize” de conduta. Além disso, a sensação de culpa que carrega (denominada de “virtuoso pesar”) é uma forma de frisar sua adesão aos valores morais vigentes de reprovação ao adultério, apesar das suas ações em contrário. Por outro lado, Thorne é retratado como o marido que ama irremediavelmente a sua esposa e cujos sentimentos não são abalados pela rejeição que esta lhe professa. Ele procura manter uma conexão afetiva e material a despeito do afastamento dela, guardando sempre um fio de esperança pela reconciliação. Com isso, é como se ambos fossem implicitamente isentos da reprovação moral que implicaria o envolvimento neste pequeno escândalo amoroso na medida em que, de acordo com a caracterização de O’Leary, eles acabam sendo encarados como reféns do amor que nutrem por uma “mulher” algo perversa.

Perversa porque à Manuela Sáenz cabe nada mais que o título de “esposa infiel”. No seu caso, é dada menos atenção ao aspecto subjetivo: nada é dito sobre os seus sentimentos em relação a Bolívar, por exemplo. Salienta-se apenas a sua aversão ao esposo, sendo as suas supostas traições, a estratégia com a qual buscava atingi-lo e “arrancar-lhe esse amor”, diria O’Leary. As suas ações são situadas, portanto, quase que estritamente em função do sexo oposto e não são concebidas como ações movidas pelos próprios desejos e afetos. Logo, diferente da visão dirigida aos “homens”, aqui não há indícios de um olhar minimamente empático que coloque a personagem a salvo ou, ao menos, procure atenuar os julgamentos morais dos quais ela se tornaria alvo.

Entretanto, o retrato de O’Leary não a situa, por completo, em um polo moral negativo, já que nas últimas linhas há a indicação de certo apreço pela conduta denominada “desinteressada” da personagem. A fala do memorialista parece denotar, acima de tudo, uma surpresa com a atitude de Sáenz em recusar os recursos financeiros oferecidos pelo marido.

Esta surpresa, bem como a maneira como dispõe as “peças” no “tabuleiro” deste “jogo” amoroso, contudo, só podem ser compreendidas a fundo levando em conta a situação na qual nós “mulheres” nos encontrávamos inseridas naquele período em que a América Latina começava a convulsionar-se contra o regime colonial. Note-se que a origem social de Manuela Sáenz requer, ainda, uma atenção específica para a situação das “mulheres” da elite crioula e o significado da instituição matrimonial em suas trajetórias.

Asunción Lavrin (1990) pontua que o casamento e a formação de núcleos familiares foram elementos importantes para o projeto de colonização, pois contribuíam para a imposição e consolidação de uma nova ordem social e constituíam um ponto crucial da moral católica incutida com a doutrinação religiosa que era parte integrante da dominação colonial. Assim, o Estado e a Igreja eram os principais agentes que influíam e regulavam as práticas matrimoniais (LAVRIN, 1991). Para os setores econômicos mais privilegiados, a elite colonial, formada tanto por espanhóis como pelos seus descendentes nascidos na América, o casamento era um mecanismo vital para a reprodução do status e da hierarquia social, pois ele permitia que o patrimônio de uma família fosse transmitido e preservado ao longo de muitas gerações no âmbito de um mesmo estrato social. Daí a forte tendência à endogamia verificada entre estes setores. Em síntese, o matrimônio – longe da conotação moderna que o associa a uma escolha individual orientada por motivações subjetivas que se baseiam em uma afinidade recíproca – era um ato sujeito a um grande controle social, sendo muitas vezes determinado por fatores “externos”, de ordem religiosa e familiar, principalmente.

Não obstante, para nós “mulheres” o casamento se configurava como uma imposição social muito mais rigorosa, sendo um mecanismo de opressão determinante. Enquanto para os “homens” ele se apresentava como mais uma direção na qual se poderia expandir a existência, para nós “mulheres” ele significava uma espécie de caminho inexorável, idealizado como a culminação de toda uma trajetória existencial, uma vez que “O destino que a sociedade propõe tradicionalmente à mulher é o casamento”, como diria Beauvoir (1970, p. 165). Lançando mão novamente das concepções desta clássica pensadora feminista, é preciso reforçar a ideia de que ainda que o matrimônio se apresente como um contrato entre partes pretensamente iguais, tal igualdade existiria apenas do ponto de vista formal, já que “homens” e “mulheres” em geral partem de condições sociais desiguais, em termos efetivos.

Ora, em formações sociais tradicionais, nós “mulheres” estivemos relegadas ao desempenho de funções domésticas e reprodutivas que nos tornavam dependentes do grupo familiar de origem, enquanto os “homens”, participando do mundo do trabalho formal, podiam adquirir autonomia em relação à família. Uma vez estabelecida a relação conjugal,

esta desigualdade permanecia, a despeito do argumento de que o compromisso assumido por cada um dos lados em oferecer uma contrapartida ao outro faria tal relação ser equânime: ao “homem” cabendo o sustento material do lar e à “mulher”, o trabalho doméstico e o cuidado dos filhos. Esta é, todavia, mais uma falsa simetria, pois estando um dos lados desprovido de outras possibilidades de projeção social, este se torna estruturalmente subordinado a tal relação.

Estas considerações gerais se aplicam ao caso das “mulheres” da elite colonial que Lavrin (1990) aponta terem um papel político e social muito restrito, já que confinadas ao universo social da casa e da família. A autora assinala que as colônias espanholas haviam herdado da metrópole um sistema legal, que partindo de uma concepção de debilidade intrínseca ao sexo feminino, procurava estabelecer dispositivos de controle e proteção que, se por um lado, podiam garantir-lhes algumas vantagens, como a possibilidade de dispor de um dote, por outro lado, zelavam pela primazia do “homem” sobre a “mulher”. Uma das restrições mais decisivas, nesse sentido, era a impossibilidade de dissolução do casamento através do divórcio. Já o âmbito dos costumes configurava-se como outro campo de opressões fundamentadas na visão das “mulheres” como seres inferiores, o que também lhes rendia um tratamento desigual.

A questão da sexualidade coloca isto com forte evidência, posto que se constituía um padrão moral de comportamento sexual duplo. Para nós “mulheres” havia uma forte pressão social para a manutenção de uma reputação alicerçada, basicamente, em dois fatores: a preservação da virgindade até o matrimônio (um ideal de pureza baseado na castidade) e, após este, a fidelidade ao esposo. Já para os homens a infração destas regras não lhes comprometia a reputação, ou seja, o reconhecimento social de uma espécie de integridade moral, muitas vezes denominada de “honra” (LAVRIN, 1991). É válido, ponderar, contudo, que a situação das “mulheres” oriundas dos setores empobrecidos e racializados, que representavam o maior contingente da população, formado em sua maioria por pessoas negras e indígenas, era muito mais crítica. Elas estavam sujeitas a níveis alarmantes de exploração da força de trabalho e a uma condição de vida muito mais precária, sendo um alvo mais constante da violência e do abuso sexual, na medida em que se situavam em posição ainda mais inferior segundo uma escala de valores na qual estavam entrelaçados o gênero, a raça e a origem social (LAVRIN, 1990).

A existência de relações que se chocavam frontalmente com este código de conduta, como era o caso de Manuela Sáenz e Simón Bolívar, não deve, porém, provocar surpresa ou ser visto como algo raro. De acordo com Lavrin (1991), “As relações sexuais antes do

matrimônio, a união consensual, a homossexualidade, a bigamia e a poligamia, a concepção extramarital e as aventuras clandestinas entre religiosos e seculares [por exemplo] foram práticas frequentes desde o século XVI” (p. 14, tradução nossa)¹⁴. Entretanto, observa que as tensões sociais geradas por práticas consideradas desviantes não chegavam a alcançar um ponto de ruptura total com o sistema social no qual se alicerçava aquele código. Elas eram condenadas e se tornavam alvo de violências e perseguições mais ou menos intensas, mas podiam ser também acomodadas, de alguma forma, nas dinâmicas de interação entre os indivíduos e as instituições. Daí o fato de que a carta de O’Leary sinalize que o envolvimento amoroso do referido casal era de amplo conhecimento público, ao mesmo tempo em que não deixe de frisar a natureza irregular desta união.

O fato de dirigir um olhar mais condescendente às figuras masculinas – um olhar que minimamente busca aclarar as motivações mais subjetivas por trás das atitudes – e não ter a mesma postura com a figura feminina implicada neste pequeno drama amoroso é uma sensível demonstração da mencionada dualidade da moral sexual que em casos de infidelidade se fazia ainda mais patente, pois, como afirma Lavrin (1990), “Um homem podia manter uma concubina e, ao mesmo tempo, conservar sua posição social, enquanto que o adultério era a pior ofensa pessoal e social que uma mulher podia cometer” (p. 118, tradução nossa)¹⁵.

Ademais, a pontuada atitude “desinteressada” de Manuela Sáenz, vista sob a luz da estrutura das relações maritais daquele contexto, pode indicar – antes que um desprendimento em relação aos bens materiais, como parece entender O’Leary – a determinação de romper o laço de dependência econômica, que era uma forma por meio da qual o marido podia manter atado a si, a esposa. Esta atitude pode estar apontando, em suma, para o propósito de Sáenz de emancipar-se, ou seja, libertar-se de tal relação, ainda que com isso arriscasse se lançar em uma situação de maior vulnerabilidade social, o que efetivamente enfrentou na última etapa de sua vida, assim como certamente ocorreu com outras “mulheres” que trilharam esses caminhos.

¹⁴ Citação no idioma original: “Las relaciones sexuales antes del matrimonio, la unión consensual, la homosexualidad, la bigamia y la poligamia, la concepción extramarital y las aventuras clandestinas entre religiosos y seglares han sido prácticas frecuentes desde el siglo XVI.”

¹⁵ Citação no idioma original: “Un hombre podía mantener una concubina y, al mismo tiempo, conservar su posición social, mientras que el adulterio era la peor ofensa personal y social que una mujer podía cometer.”

1.1.3 A perspectiva dos amantes: “amor culpado” e ironia

Este não é, no entanto, o único ponto de vista apresentado sobre o triângulo amoroso em questão. Um pouco da visão dos dois amantes pode ser inferida em cartas de autoria de cada um deles que são, também, incluídas nesta mesma nota de rodapé. A carta de Bolívar é justamente a que O’Leary menciona ao amigo e da qual lança mão para respaldar as suas afirmações. Nela, com efeito, o “Libertador” se mostra vacilante e expõe o seu dilema moral diante da relação com Manuela Sáenz, remetendo à metáfora do “nó górdio” para exprimir as dificuldades e incertezas oriundas do “amor culpado” que afirma sentir por ela:

Mi amor:

¿Sabes que me ha dado mucho gusto tu hermosa carta? Es muy bonita la que me ha entregado Salazar. El estilo de ella tiene un mérito capaz de hacerte adorar por tu espíritu admirable. Lo que me dices de tu marido es doloroso y gracioso a la vez. Deseo verte libre pero inocente juntamente, porque no puedo soportar la idea de ser el robador de un corazón que fue virtuoso, y no lo es por mi culpa. No sé cómo hacer para conciliar mi dicha y la tuya, con tu deber y el mío; no sé cortar este nudo que Alejandro con su espada no haría más que intrincar más y más, pues no se trata de espada ni de fuerza, sino de amor puro y de amor culpable; de deber y de falta; de mi amor, en fin, con Manuela la bella (BOLÍVAR apud O’LEARY, 1914, p. 305-306).

O mais interessante é notar que esta carta explicita as razões que estavam, realmente, por trás da hesitação de Bolívar, mas que não parecem ter sido levadas muito em conta por O’Leary. A maneira como ele descreve o impasse no qual se vê colocado põe em relevo a preocupação, não exatamente com a conformidade de seus atos com princípios morais abstratos, mas com as implicações concretas desta relação para a reputação de Sáenz, posto que esta não poderia desvencilhar-se do casamento sem tornar-se o alvo de uma condenação moral que comprometeria tal reputação.

O fato de Bolívar se sentir particularmente responsável pelo destino de sua amada, sem demonstrar a mesma preocupação pela própria reputação, não é um simples altruísmo de sua parte. O que ocorre é que isto não se configurava como um problema para ele em função, novamente, da ação daquele duplo padrão de moralidade, conforme o qual, como explica Ann Twinam “[...] a sexualidade exercida de igual forma não representava uma ameaça similar para a honra pessoal no caso dos homens pertencentes às elites como no caso das mulheres.”, porém, acrescenta a autora, “[...] os homens que tinham relações com mulheres de sua mesma

classe deviam considerar que o conhecimento público dos seus caos de amor podia acarretar a desonra¹⁶ de suas amantes” (1991, p. 132, tradução nossa)¹⁷.

Já a carta de Manuela Sáenz, mencionada acima por Bolívar, que é inserida logo em seguida, pode ser compreendida igualmente como um recurso acionado para corroborar as afirmações feitas anteriormente por O’Leary, visto que nela a personagem manifesta com irreverência a sua recusa a unir-se ao esposo quando este requiere o seu retorno ao lar:

No, no, no; no más, hombre, por Dios. ¿ Por qué hacerme usted escribir faltando a mi resolución? Vamos: ¿qué adelanta usted sino hacerme pasar por el dolor de decir a usted mil veces nó? Señor: usted es excelente, es inimitable ; jamás diré otra cosa sino lo que es usted; pero, mi amigo, dejar a usted por el general Bolívar es algo; dejar a otro marido sin las cualidades de usted, sería nada.

¿ Y usted cree que yo, después de ser la querida de este general por siete anos y con la seguridad de poseer su corazón, prefiriera ser la mujer del Padre, del Hijo, del Espíritu Santo o de la Santísima Trinidad? Si algo siento es que no haya sido usted mejor para haberlo dejado. Yo sé muy bien que nada puede unirme a él bajo los auspicios de lo que usted llama honor. ¿Me cree usted menos honrada por ser él mi amante y no mi marido? Ah! yo no vivo de las preocupaciones sociales inventadas para atormentarse mutuamente.

Déjeme usted, mi querido inglés. Hagamos otra cosa: en el cielo nos volveremos a casar, pero en la tierra nó. ¿Cree usted malo este convenio? Entonces diría yo que era usted muy descontento. En la patria celestial pasaremos una vida angélica y toda espiritual (pues como hombre, usted es pesado.) Allá todo será a la inglesa, porque la vida monótona está reservada a su nación (en amores, digo, pues en lo demás, ¿quiénes más hábiles para el comercio y marina?) El amor les acomoda sin placeres, la conversación sin gracia y el caminado despacio; el saludar con reverencia, el levantarse y sentarse con cuidado, la chanza sin risa. Estas son formalidades divinas; pero yo, miserable mortal, que me río de mí misma, de usted y de estas seriedades’ inglesas, etc., qué mal me iría en el cielo!; tan mal como si fuera a vivir a Inglaterra o Constantinopla, pues los ingleses me deben el concepto de tiranos con las mujeres, aunque no lo fue usted conmigo, pero sí más celoso que un portugués. Eso no lo quiero yo. ¿No tengo buen gusto?

Basta de chanzas; formalmente y sin reírme; con toda la seriedad, verdad y pureza de una inglesa digo que no me juntaré más con usted. Usted anglicano y yo atea, es el más fuerte impedimento religioso; el que estoy amando a otro es mayor y más fuerte. ¿No ve usted con qué formalidad pienso?

Su invariable amiga,

Manuela (SÁENZ apud O’LEARY, 1914, p. 306-307).

De fato, como salientado por Bolívar, o estilo singular da carta é um dos aspectos que mais chama a atenção: o tom indignado com o qual se inicia vai sutilmente se transformando

¹⁶ Vale acrescentar, com base nos estudos desta autora, que as mulheres brancas da elite gozavam de condições mais favoráveis que as permitiam recorrer a certas estratégias para contornar situações de desonra e que a “pureza” e “inocência” delas era presumida com mais facilidade do que no caso de mulheres pobres e não brancas. Atente-se ainda ao fato de que a “honra”, em termos amplos, era um conceito que contemplava questões relacionadas não só à sexualidade, mas também à raça, religião e linhagem familiar. Para as elites a afirmação da “honra” era um poderoso mecanismo de distinção social.

¹⁷ Citação no idioma original: “[...] la sexualidad ejercida de igual forma no representaba una amenaza similar para el honor personal en el caso de los hombres pertenecientes a las élites que en el de las mujeres. Sin embargo, los hombres que tenían relaciones con mujeres de su misma clase debían considerar que el conocimiento público de sus amoríos podía acarrear la deshonor de sus amantes.”

em uma atmosfera cômica e com ares de deboche. Talvez por isso ela tenha se tornado conhecida, sendo um documento bastante citado em escritos posteriores sobre a personagem. Não obstante, a sua verdadeira potência reside na maneira eloquente como atesta a rebeldia de uma “mulher” do início do século XIX mediante as opressões que constituíam e permeavam a sua experiência cotidiana que se consubstancia, neste caso, na instituição matrimonial.

É justamente sob este aspecto que ela revela algo bem mais complexo do que a imagem de uma mulher que sem nenhum motivo aparente – por simples capricho ou, talvez, por uma índole maligna – se esforçava em ferir os sentimentos do esposo, como podem sugerir as palavras de O’Leary. O jeito irônico como ela rejeita a vida ao lado do marido, fazendo escárnio do seu “modo de ser inglês” e propondo-lhe um “casamento no céu”, contém não só uma provocação dirigida a este outro alguém, mas primordialmente uma afirmação dos próprios desejos.

A ironia empregada por Manuela Sáenz pode ser compreendida, ainda, como uma forma de ridicularizar a insistência de seu antigo parceiro conjugal em reatar este vínculo, desconsiderando por completo a sua iniciativa de rompimento. Isto fica visível já nas primeiras linhas, quando o sentimento de revolta transparece nas palavras com as quais reclama a “falta” com a sua “resolução”. A insatisfação com o gesto do marido de ignorar a sua ousada determinação em conduzir, de modo autônomo, os rumos da própria vida, transparece, também, no último parágrafo quando ela precisa apelar, com sarcasmo, a argumentos que possam fazê-lo aceitar, como legítima, a separação, dentre os quais está o argumento religioso que é na verdade forjado, já que ao encaminhar uma cópia desta carta a Bolívar ela esclarece, em nota: “Deve-se advertir que meu marido é católico e eu jamais ateia; só o desejo de estar separada dele me fez falar assim.” (SÁENZ apud O’LEARY, 1914, p. 307, tradução nossa)¹⁸.

Vistas por esta perspectiva, as atitudes de Sáenz parecem estar na contramão das estruturas de poder e dominação que sustentavam as relações de gênero daquele período, pois como elucida Lavrin, ao tratar das disposições da moral cristã em relação à questão, “a falta de harmonia ou a insatisfação não se consideravam como motivos válidos de divórcio ou anulação” (1991, p. 37, tradução nossa)¹⁹. Segundo a autora, a igreja exigia o sacrifício pessoal em nome da manutenção, em teoria, da “respeitabilidade social” e do “princípio de

¹⁸ Citação no idioma original: “Hay que advertir que mi marido es católico y yo jamás ateia; sólo el deseo de estar separada de él me hacía hablar así.”

¹⁹ Citação no idioma original: “[...] la falta de armonía o la insatisfacción no se consideraban como motivos válidos de divorcio o anulación. A nivel personal, la iglesia sacrificaba el placer y la alegría para mantener la respetabilidad social y el principio de indisolubilidad [...]”.

indissolubilidade”. Porém, como demonstram os estudos de Richard Boyer (1991) não era raro que os “homens” deixassem o lar, sujeitando as suas esposas a padecerem privações materiais, enquanto as “mulheres” só faziam o mesmo excepcionalmente, quando sujeitas a condições extremas de maltrato e violência doméstica, o que na América Hispânica era chamado vulgarmente de “mala vida”. Em suma, nós “mulheres”, não dispúnhamos dos mesmos recursos para tomar tal iniciativa e com ela estaríamos sujeitas a desonra, conceito que, por sinal, é também alvo das contestações de Manuela Sáenz, pois, nas suas palavras, estas eram “preocupações sociais inventadas para atormentar-se mutuamente”.

A maneira como a personagem se sobrepunha, assim, aos constrangimentos sociais não deve, porém, ser entendida simplesmente como o fruto de uma personalidade excepcional. A sua voz provavelmente trazia os ecos de uma mudança na situação das “mulheres” que começava a se produzir na América Latina, mesmo que de modo lento e incipiente, na passagem da última etapa do período da colonização para o período do pós-independência, nas primeiras décadas do século XIX. Este era um quadro de permanências e transformações, como sintetizam com precisão Gabriela Cano e Dora Barrancos (2006):

[...] la sociedad permanece imbuída de formas de vida y costumbres tradicionales, heredadas de la época colonial. Aunque la iglesia pierde influencia pública, su influencia cultural y moral sobre la sexualidad permanece. Al mismo tiempo, perduran la reclusión doméstica de las mujeres y el menosprecio de lo femenino, pero, entre algunas mujeres, también perviven espacios de autoridad y gestos de rebeldía; unos y otros adquieren nuevos rostros, bajo el impulso de los discursos modernizadores (CANO; BARRANCOS, 2006, p. 574).

Contudo, se essas são as últimas impressões que deixam a irreverente carta escrita pela personagem que é o foco de nossa atenção, o que dizer de sua representação nesta obra, compreendida como um todo? Em síntese, se poderia dizer que a Manuela Sáenz que singelamente aparece nas *Memórias do General O’Leary* é uma mistura de uma Manuela Sáenz que fala por si mesma e de uma Manuela Sáenz da qual falam outros. A alternância de variadas vozes, em meio a qual se pode ouvir a voz da “verdadeira” Sáenz, é o que produz pequenas “distensões” nesta representação, que ao invés de conformar-se como um todo coerente, assemelha-se mais a uma imagem fragmentada pelo jogo de “claro-escuro” com o qual se mira a personagem. O mais interessante é que parece haver um ruído entre o propósito original e o efeito posterior da inserção de cada uma dessas falas.

Ora, se o que as memórias procuram veicular com centralidade é o relato no qual ela expõe a sua versão do famoso episódio que assinalaria o enfrentamento entre forças e projetos políticos antagônicos do pós-independência – procurando realçar as “provas de humanidade”

dadas por Bolívar, em contraposição as acusações de terror e tirania do qual ele era alvo – este acaba sendo um relato que a consagra como a “Libertadora do Libertador” e ela pode brilhar também como heroína diante desta pequena intriga, apesar do seu discurso não reivindicar nenhum mérito próprio neste sentido. Já no espaço das margens em que sua figura é finalmente abordada com prioridade o peso do estigma de “mulher” infiel, que em poucas palavras O’Leary lhe imputa, é contrabalanceado pelo “grito de liberdade” que se propaga por trás da ironia com que rebate o marido na carta anexada, revelando uma problemática social bem mais complexa em torno de sua infidelidade e pondo de manifesto as desigualdades de gênero que a constituíam.

1.2 Manuela Sáenz nas Memórias de Boussingault

Não passariam muitos anos até que Manuela Sáenz se convertesse, dessa vez com maior destaque, em tema para especulações de outro livro de memórias, escrito igualmente por um homem de origem europeia. Tratam-se das *Memórias de Jean Baptiste Boussingault*, publicadas pela primeira vez entre os anos de 1892 e 1903. No entanto, os caminhos deste autor desembocaram em terras americanas por uma rota bem diferente da que foi percorrida por O’Leary. Como um jovem cientista francês, com formação em química e mineralogia – que contava com a recomendação de um dos nomes mais prestigiados das ciências naturais da época, o naturalista e geógrafo prussiano Alexander von Humboldt –, Boussingault (1801-1887) foi recrutado para participar de empreendimentos científicos em países sul-americanos sob o impulso modernizante dos governos nacionais no pós-independência. Após chegar em 1821, ele permaneceu na região por um pouco mais de dez anos e foi esta experiência que despertou seu interesse pelos temas da agronomia e da fisiologia sobre os quais produziu, posteriormente na Europa, trabalhos que lhe renderam notoriedade, sendo considerado o fundador da agronomia moderna (CARRERA DAMAS, 1985).

Figura 2 - Retrato de Jean Baptiste Boussingault



Legenda: Litografia, cujo autor e data não puderam ser identificados.

Fonte: Imagem de domínio público disponível no repositório Wikimedia Commons.

O contato com uma cultura distinta e o testemunho de um momento histórico singular, certamente foram fatores que instigaram intelectualmente ambos os autores, motivando-os a registrarem suas experiências na forma de memórias. Porém, as obras que daí resultou apresentam uma diferença de olhar significativa. O’Leary começou a reunir informações e documentos com o simples propósito de transmitir aos seus familiares e amigos irlandeses as impressões da viagem que empreendia por regiões desconhecidas²⁰, mas sua tarefa o levou tão longe que ele acabou projetando uma obra de valor historiográfico bem mais amplo, como visto anteriormente. O seu olhar, partindo de uma modesta curiosidade, se tornou cada vez mais interno ao processo histórico no qual ele se via profundamente envolvido, conforme punha em jogo a sua vida nos campos de batalha. Por sua vez, o olhar de Boussingault parece ter se desenvolvido na direção oposta, mantendo-se exterior ao “mundo” que como cientista ele procurava observar minuciosamente.

²⁰ Nas palavras de O’Leary: “Desde mi llegada á América á principios de 1818, comencé á reunir datos y documentos que tuviesen relacion con la vida del hombre extraordinario que la dirigia. Reunílos al principio con el objeto de transmitir á mis padres y á mis amigos em Irlanda las impresiones de mi viaje á regiones para ellos y para mí desconocidas. [...] Andando el tiempo y á medida que aumentaba la copia de documentos, pensé en escribir la vida del libertador, valiéndome de ellos.” (O’LEARY, 1879, p. VII).

Ora, a percepção de que a figura de Sáenz é concebida como uma parte integrante deste mundo “estranho” que Boussingault descreve é fundamental. De fato, um dos elementos centrais de sua caracterização nesta obra é justamente a excentricidade, um qualificativo que aparece pontualmente na carta de O’Leary – basta lembrar que este não a nomeia simplesmente de “cara amiga do general” e sim de “a *excêntrica* cara amiga do general” (1914, p. 305, tradução e grifo nosso) – mas que aqui se converte em uma instância decisiva de sua personalidade que se desdobra nos variados gestos, imagens e palavras com os quais se procura compor o seu retrato. Estruturalmente vinculada com esta abordagem está a questão da sexualidade que é um dos principais âmbitos explorados no que diz respeito às vivências da personagem. Com isso, a narrativa recai novamente, em grande medida, no tema das relações amorosas de Manuela Sáenz, só que neste caso elas vão além da dupla formada pelo “esposo inglês” e o “lendário amante” ao redor dos quais, geralmente, faz-se ela orbitar.

Germán Carrera Damas (1985) faz considerações que permitem compreender com mais profundidade algumas das características gerais desta obra que contextualizam, em parte, o fato de a figura de Sáenz ter sido apropriada desta forma exótica e, ao mesmo tempo, erotizada. Segundo o autor, ao escrever suas memórias durante a velhice, Boussingault resgatou as anotações da aventura científica em terras estrangeiras que marcou a sua juventude e alinou-as com recordações diversas, buscando talvez provar os seus méritos como cientista e acertar as contas com o passado. Em sua viagem pela América do Sul ele visitou os lugares percorridos por Humboldt em expedições anteriores pela Venezuela, Colômbia e Equador, procurando complementar e sofisticar algumas de suas observações, de modo que grande parte da obra reporta este trabalho, consistindo em um relato naturalista nos moldes dos que eram realizados pelo seu aclamado professor.

Embora a natureza tenha sido o tema central do relato, o seu olhar também se voltou, ainda que de maneira mais despreziosa e ocasional, para a vida em sociedade, os costumes e alguns dos acontecimentos e personagens mais notáveis da cena política de então, com o mesmo ímpeto de descrevê-los, examiná-los e julgá-los. Nas palavras de Carrera Damas, Boussingault colocava-se, assim, como “um naturalista e cientista que cedeu a tentação de ser observador e crítico social” (1985, p. 1, tradução nossa)²¹. Ora, é na oscilação entre, por uma parte, a análise dos fenômenos naturais, feita com base em métodos de observação e experimentação precisos e fundamentados e, por outra parte, a divagação sobre temas humanos e sociais com base em impressões pessoais e em informações colhidas ao acaso e

²¹ Citação no idioma original: “[...] un naturalista y científico que cedió a la tentación de ser observador y crítico social.”

oriundas de especulações e boatos, que reside uma marcante dualidade na qual estrutura-se a obra.

Note-se, contudo, que se o mesmo rigor científico não está presente ao tratar desta segunda classe de elementos submetidos à contemplação e registro, há um mesmo senso de objetificação na abordagem de ambos. Os diários de viagem escritos por cientistas no século XVIII e XIX, em certa continuidade à literatura produzida pelos cronistas no período colonial, nos séculos XVI e XVII, alimentavam o imaginário europeu sobre a região como um lugar exótico, já que diferenças culturais eram frequentemente captadas como um desvio do padrão civilizacional europeu, tido como a referência²². Se a natureza chamava a atenção pela exuberância de formas e matérias desconhecidas, conformando paisagens extraordinárias, e que por isso devia ser estudada, a vida social exibia hábitos, tradições e modos de ser distintos, que eram igualmente revestidos por um sentido de excepcionalidade, procurando-se enfocar tudo aquilo que pudesse figurar como insólito, bizarro ou extravagante aos olhos europeus.

As *Memórias de Boussingault* se enquadravam bem nesses parâmetros, pois segundo Carrera Damas (1985) elas correspondiam ao “[...] que o gosto francês de então esperava dos viajantes franceses que lhes descobriam novos mundos: uma curiosa mescla de observações científicas, juízos baseados em uma irrenunciável consciência de superioridade cultural e passagens mais ou menos escabrosas que dessem provas do estereotipo do francês galante.” (1985, p. 3, tradução nossa)²³. Porém, ela conquistou fama, sobretudo, pelo caráter escandaloso de algumas “revelações” concernentes a figuras públicas. Ter “dito coisas que outros não disseram e as dito de maneira que outros não ousaram.” (1985, p. 1, tradução nossa)²⁴ é o que fez o autor se sobressair ao ponto de a sua obra ter despertado o interesse de

²² Jaime Duarte French, em texto de introdução à tradução para o espanhol destas memórias, aponta as convergências e divergências entre estes dois tipos de produção. Segundo o autor: “[...] los cronistas eran, en buen número, gentes de Iglesia, o, al menos, aventureros de buena ley, con miras, casi siempre, a la satisfacción de elevados empeños apostólicos y misionales, [...], los viajeros eran, a su vez, hombres de estudio, de serias disciplinas intelectuales, encaminados casi todos a indagar científicamente la naturaleza de cuanto en sus diversas formas les ofrecía la tierra americana. Basta, pues, una pequeña reflexión para entender esa diferencia, siendo preciso advertir, sin embargo, que ni los científicos se mostraron indiferentes ante los fenómenos religiosos, políticos o sociales, ni los cronistas ante lo que era propio de la naturaleza física, y en particular de la minería, la fauna y la flora (1985, p. 22-23).

²³ Citação no idioma original: “[...] el relato se corresponde con lo que el gusto francés de entonces esperaba de los viajeros franceses que les descubrían nuevos mundos: una curiosa mezcla de observaciones científicas, juicios basados en una irrenunciable conciencia de superioridad cultural y pasajes más o menos escabrosos que dieran prueba del estereotipo del francés galante.”

²⁴ Citação no idioma original: “El autor dijo cosas que otros no dijeron y las dijo de manera que otros no osaran.”

leitores latino-americanos, apesar de originalmente ela estar voltada para o público europeu, aponta Damas (1985).

1.2.1 Nas extremidades do Tequendama: “la femme folle”

No que toca a estas “revelações escandalosas”, o retrato de Manuela Sáenz do qual se ocupa um dos capítulos contidos no terceiro tomo destas memórias, publicado em 1900, está, certamente, entre um dos mais chamativos (Anexo B). Nos moldes de um relato naturalista, o capítulo se inicia com a exposição acerca das características físicas e geográficas de um imponente elemento da paisagem natural colombiana, o Salto de Tequendama, uma enorme queda-d’água, de mais de cem metros de altura, formada pelo rio Bogotá e localizada no município de Soacha. Porém, para além do interesse científico, essa exposição funciona como uma ambientação para a narrativa do episódio com o qual se introduz a personagem, o tema que rouba a atenção de Boussingault a partir de então e que passa a ocupar a maior parte do capítulo.

Para além disso, a imagem do Tequendama, que antecede e prepara o caminho na abordagem do tema humano, pode ser vista também como uma imagem carregada de simbolismo que influi na elaboração da imagem da própria Sáenz. Para captar estas conexões simbólicas é preciso ter em vista, em primeiro lugar, que a exposição sobre este cenário natural não é estritamente técnica. Por um momento ainda que breve, o autor compartilha também as impressões mais subjetivas que a observação da paisagem lhe provocava, conferindo-lhe um ar fantástico:

Instalado en mi cavidad me extasiaba, pues me imaginaba que la cascada hablaba, amenazaba, se peleaba, rugía con ecos prolongados y formidables. Por efecto de la agitación del aire esas voces infernales se modificaban tomando las más curiosas entonaciones. En dos oportunidades mis compañeros se vieron obligados a arrancarme de mi observatorio en donde me sostenía de alguna manera suspendido por encima del caos (BOUSSINGAULT, 1985, p. 284).

Figura 3 - Fotografia do Salto de Tequendama, Soacha, Colômbia



Legenda: A foto creditada a “Interlatin” está disponível no portal de notícias Colombia.com ilustrando uma matéria intitulada “Los misterios del Salto del Tequendama” publicada em outubro de 2017.

Fonte: Interlatin, imagem disponível no site www.colombia.com.

Ora, ao desprender-se do quadro conformado por uma natureza deslumbrante e, ao mesmo tempo, aterradora para deter-se exclusivamente na personagem, o olhar de Boussingault parece conservar, contudo, as mesmas impressões de assombro e encantamento, como se uma linha invisível estabelecesse certa continuidade entre os dois objetos observados. Já na zona cinzenta em que se dá a transição entre um foco e outro do discurso, analisada detidamente em algumas passagens selecionadas a seguir, é possível identificar como estes significados vão emergindo na caracterização de Manuela Sáenz, conforme ela suscita também no narrador essas sensações contraditórias que mesclam perigo e fascínio.

Note-se, em primeiro lugar, que sua aparição é em si desconcertante e surpreendente para o cientista, quando este relata ter se deparado com ela entre o grupo de amigos com os quais pretendia fazer uma excursão a famosa cachoeira. Sáenz é o ser incomum que se destaca em meio à “fauna” humana, por assim dizer, mas o mais importante é notar que o desconcerto e o espanto que causam a sua figura liga-se, essencialmente, ao que se acredita ser uma inadequação entre o seu comportamento e aparência (mais especificamente, os seus trajes) e o seu pertencimento ao gênero feminino, assumido tacitamente em sua designação como “mulher”, o que era, muito provavelmente, compreendido em termos de uma identidade sexual rigidamente determinada por caracteres biológicos:

A la hora indicada me puse en camino y alcancé a ver de lejos un grupo de jinetes que iban adelante y entre ellos, para mi sorpresa, un oficial superior. Sin embargo, de acuerdo con lo convenido, todos debíamos estar en traje civil. Cuando me acerqué para saludar al coronel, él maniobró de manera de esconder su rostro, de lo cual resultó una escena de equitación bastante curiosa por algunos momentos; luego mirándome soltó la risa y vi que el oficial era una mujer muy bonita, a pesar de su enorme mostacho: Manuelita, la amante titular de Bolívar (BOUSSINGAULT, 1985, p. 286).

Novamente, vemos repetir-se aqui o mesmo padrão verificado na carta de O’Leary: uma vez mencionado o nome de Manuela Sáenz, este é imediatamente especificado com a indicação de um vínculo de pertencimento a um “homem” para quem se dispensam as apresentações. Neste caso, porém, o uso do termo “amante titular” além de sinalizar o *status* não convencional desta relação, sugere a posição de destaque ocupada pela personagem dentre as outras parceiras amorosas que teria Bolívar, mas que não chegam a ser explicitamente apontadas.

Algo ainda mais inédito processa-se nas linhas seguintes quando apesar do tom assertivo da constatação de que “o oficial era uma mulher” – acompanhada por um elogio à beleza desta que, diga-se de passagem, é um elemento caro à construção social do gênero feminino em diversas sociedades e período históricos – a opinião do autor sobre este ponto parece oscilar de modo proposital. O texto coloca diversas vezes em questão o pertencimento de gênero anteriormente assinalado, tratando Sáenz, ora, por nomes e adjetivos no masculino, ora, no feminino e ora, manifestando dúvida sobre qual pronome adotar ou, ainda, adotando expressões sem gênero²⁵. O trecho em que Boussingault conta sobre a queda de cavalo que ocorreu no caminho percorrido até o lugar visitado, é particularmente representativo:

Nos acercábamos a la loma de Canoas cuando el coronel Manuelita tuvo una caída, que nos aterró: él —o ella— salió de la silla y fue a caer a seis pasos de su caballo. Aturdida por el golpe quedó sin movimiento, pero felizmente el doctor Cheyne, un espléndido escocés iba con nosotros; al desabotnar el uniforme del coronel le dije al doctor: —“¡Haga una exploración, ya que Ud. tiene conocimientos de los seres!” —“Mala lengua”, dijo Manuelita. (BOUSSINGAULT, 1985, p. 286).

Ora esta oscilação de opinião não traduz uma dúvida real. Ela é, na realidade, o modo como o autor exprime a sua inquietação diante da expressão de gênero da personagem, ou seja, do modo como ela manifesta externamente traços culturais que permitem classificar a sua pessoa em uma ou outra categoria de gênero, segundo os padrões considerados próprios a cada qual em determinado contexto sócio-histórico, tratando-se esta de uma classificação

²⁵ Apesar de nos basearmos aqui em uma tradução para o espanhol destas memórias, o mesmo se verifica na edição em francês, língua em que originalmente foi escrita, consultada sempre que necessário para comparar o emprego de expressões mais específicas (BOUSSINGAULT, 1900, p. 202).

realizada pelo entorno social e que não leva em conta a maneira como a pessoa mesma identifica a si própria, na definição de María Elena Acuña (2019). Perceba-se que a dúvida em tomá-la como “homem” ou “mulher” não elimina as hierarquias de poder nem o inibe de recorrer a elas, como se evidencia na própria cena em que o corpo “feminino” tornado vulnerável pela queda é um potencial alvo de violações, como a que ele mesmo maliciosamente sugere ao médico.

O ocorrido, no entanto, é apenas o preâmbulo de uma situação de perigo mais alarmante protagonizada por Manuela Sáenz em uma terceira cena narrada por Boussingault, quando ao chegarem ao Tequendama ele a avista “de pé, na beira do penhasco, fazendo gestos muito perigosos” (1985, p. 286, tradução nossa)²⁶. Se antes, ao descrever o entorno da cascata e sem ainda ter revelado o “gênero” de quem a sua fala se referia, o autor parece se admirar positivamente desta atitude (ele afirma: “Conheci uma só pessoa, a quem terei ocasião de nomear, que teve a suficiente audácia para permanecer de pé, sem nenhum suporte, na borda da rocha, sem sentir vertigem”; 1985, p. 284, tradução nossa), nesta terceira cena, em que já se sabe tratar-se de uma “mulher”, fica evidente a reprovação a tal conduta, quando os qualificativos que a personagem recebe não são nada lisonjeiros: “[...] o doutor Cheyne, quem compreendeu o perigo que corria esta mulher louca e bêbada, se prendeu a uma árvore enquanto enrolava ao seu braço esquerdo as largas e magníficas tranças da imprudente que parecia decidia a saltar ao vazio.” (1985, p. 287, tradução nossa).

Como ao longo de todo o relato, neste momento em especial, Boussingault sutilmente demarca uma diferença entre si e a personagem, contrastando o seu comportamento comedido, cauteloso e refletido ao dela, desmedido, despreocupado e impulsivo. Um pouco antes de narrar a quase queda Sáenz, por exemplo, ele afirma: “O caminho havia desenvolvido o apetite e se devorou e bebeu em excesso. A coronela, muito comunicativa, dava mostras de uma louca alegria e eu me dizia a mim mesmo, para não entristecer a reunião: Somos oito pessoas e é de temer que pelo menos um de nós caísse no abismo” (1985, p. 286, tradução nossa). Logo, tendo previsto a possibilidade de um acidente ele se pôs em alerta e foi o primeiro a perceber o risco e agir com rapidez: “De imediato me lancei até ela e tomando-a pela gola do vestido, quis coloca-la no meu observatório, coisa impossível, pois a luta se convertia em algo arriscado; [...]” (1985, p. 286, tradução nossa), ficando subentendido que graças a sua postura zelosa pode-se evitar uma tragédia.

²⁶ Para ter acesso a esta e as subsequentes citações no idioma original da publicação consultada, olhar Anexo B.

Todavia, não se encerram aí as recordações sobre aquele dia. O desfecho do relato deste episódio, que termina por redefinir o foco do discurso totalmente em direção à personagem, é bastante significativo, pois ele inverte de ponta a cabeça o primeiro retrato que dela foi traçado. Ao final do passeio nos deparamos com Sáenz em um ambiente totalmente diferente, no qual ela é ainda o centro das atenções: “Pela tarde, os excursionistas do Tequendama estávamos reunidos nos salões de Manuelita, que luzia fresca e adornados os seus cabelos com flores naturais. Esteve encantadora e amável com cada um de nós.” (1985, p. 287, tradução nossa). Assim, curiosamente, a sequência de eventos que começa com ela vestida em trajes militares, com bigodes postiços e cavalgando em meio a um grupo de oficiais, termina com uma radical transformação que indica a versatilidade de sua performance social e a habilidade com que aparentemente conseguia manejar elementos atrelados tanto ao universo social masculino quanto ao universo social feminino.

Em suma, Manuela Sáenz é apresentada como alguém que era capaz de penetrar círculos sociais predominantemente masculinos e participar de suas atividades de socialização ao mesmo tempo em que frequentava os salões, espaços de sociabilidade tradicionalmente associados às “mulheres” da elite no século XIX, adaptando-se adequadamente aos códigos sociais requeridos em cada um desses ambientes. É preciso estar atento aos detalhes, entretanto, para poder perceber como isto que se denominou uma performance social versátil (e que no fundo é novamente uma amostra de uma expressão de gênero que desafiava as convenções sociais) é encarada por Boussingault.

Note-se que as palavras do autor, que compõem uma atmosfera tranquila e serena em torno da personagem quando ela habita o universo dos salões, contrasta com a aura de perigo que a persegue quando ela participa do “mundo dos homens”. Ora, ainda que não explicitamente, esta construção contrastante sugere uma interdição, como se fosse levantado um “sinal vermelho” para os gestos de Sáenz que desafiam as barreiras existentes entre os gêneros, quer dizer, as diferentes condutas que são estipuladas como apropriadas a cada um deles no situado contexto. Ou seja, em cada passo dado nesta direção, ela incorre em um comportamento visto como inadequado e ariscado, sujeito ao fracasso, se não puder contar com o amparo protetor de um “homem”, que é quem, enfim, termina por salvar o dia. Sua imagem às bordas do Tequendama, a imagem mais expressiva que fica deste arco inicial de apresentação da personagem, é talvez a metáfora perfeita para simbolizar sua conduta ousada e transgressora em relação às normas sociais e, em especial, às normas de gênero.

Boussingault, no entanto, não se limita a dirigir-lhe um olhar de reprovação. Sua abordagem resulta em algo bem mais complexo, pois, como apontado anteriormente, as

impressões de perigo vêm quase sempre acompanhadas por um fascínio e certo deslumbramento pela figura da “mulher” incomum que Manuela Sáenz encarna nesta representação. Dai que a narrativa de todas as suas peripécias na visita ao Tequendama abra espaço também para a demonstração de certa simpatia e afeição pela personagem, como quando o autor, por fim, exclama: “Que pessoa tão surpreendente Manuelita!” (1985, p. 287, tradução nossa)²⁷. A maneira como a chama no diminutivo nesta passagem é, além disso, outro sinal de apreço, lembrando que esta mesma denominação aparece em todo o texto e funciona igualmente para sugerir a proximidade que o autor teria com ela, o que não o impede de seguir submetendo-a ao seu juízo implacável.

Finalmente, cabe não perder de vista que a estima pela personalidade, por assim dizer, “singular” de Sáenz deixa entrever a percepção exótica que faz recair sobre ela e que vai ganhando formas cada vez mais chamativas e eloquentes ao longo do capítulo.

1.2.2 O relato de uma “vida excêntrica”: exotismo e erotismo

Após a exposição sobre a geografia do Salto de Tequendama e a narrativa do episódio protagonizado por Manuela Sáenz durante uma das excursões ao local, o texto passa, enfim, a focar a vida da personagem, quando Boussingault se dispõe a conta-la (“Quero tentar traçar, deixando correr minha pluma, a história de sua vida excêntrica”; 1985, p. 287, tradução nossa), resgatando em pormenores as recordações dos tempos em que a conheceu e conviveu com ela. Ao fim e ao cabo o que o autor faz é alinhar uma série de informações – mais ao estilo de pequenas curiosidades e anedotas – que a constroem como alguém que levava uma vida extravagante e nada ordinária, incorrendo constantemente em perigosas transgressões.

Narram-se casos que variam desde o visto como simplesmente inusitado até o que é encarado como absolutamente bizarro. Entre estes estão os episódios que envolvem animais como, por exemplo, os feitos do filhote de urso que Sáenz teria adotado como o seu bicho de estimação, fazendo Boussingault testemunhar uma “cena assustadora” ao visitá-la em sua residência e se deparar com o animal “deitado sobre a ama com suas horríveis garras pousadas sobre os seios dela” (1985, p. 290, tradução nossa). Outra passagem conta da vez em que a personagem “se tinha feito morder por uma serpente das mais venenosas” (p. 291, tradução

²⁷ A expressão usada na edição em francês é “étonnante personne” (BOUSSINGAULT, 1900, p. 204).

nossa), tentando, talvez, tirar a vida ao estilo de Cleópatra, o que atestaria, de acordo com as palavras do autor, como ela “levava a excentricidade até a loucura” (p. 291, tradução nossa).

Também o pano de fundo cultural que emoldura tais episódios, ou seja, os costumes e o estilo de vida local, provocam o estranhamento do cientista francês, como demonstra a sua descrição da maneira como os casamentos eram contraídos na “América espanhola”, ao mencionar que “Manuelita abominava o matrimônio e, apesar disso, tinha a mania de casar as pessoas, dizendo-lhes: – ‘O hímen não obriga a nada, é uma paixão de prazer!’.” (p. 292, tradução nossa). O autor sugere, não só nesta como em outras passagens, a existência de um relaxamento das normas sociais, uma espécie de moralidade frouxa, que se afina com certo imaginário europeu sobre as regiões colonizadas. Segundo ele, “Era suficiente que, na presença de um padre, os futuros declarassem que desejavam ser unidos; recebiam a benção e ai terminava tudo. Se casavam em qualquer lugar: na rua, no baile e assim muitos dos meus camaradas terminaram casados entre dois copos de ponche [...]” (p. 292, tradução nossa).

Todavia, não são só estes elementos caricaturais que delineiam o caráter excepcional da personagem e do mundo em que ela habitava. Novamente, é enfatizado por Boussingault o ecletismo e a plasticidade de sua performance social no que toca a questão de gênero pela maneira como ela se portava em sua vida cotidiana. Neste caso, porém, além de transitar pelo universo do “masculino” e do “feminino”, ressalta-se a sua capacidade de encarnar os estereótipos que são atrelados às “mulheres” de distintas origens sociais, o que faz o autor imputar-lhe uma confusa dubiedade de caráter. Ele afirma: “Sua maneira de ser era bem incompreensível; tão pronto luzia como uma grande senhora, ou como uma *ñapanga* (grisette) qualquer; dançava com igual perfeição o minuete ou a *cachucha* (o cancan)” (1985, p. 287, tradução nossa)²⁸. O comportamento de Sáenz desmistificava, assim, os preconceitos sociais que intentavam associar uma conduta específica às “mulheres” de distintas “classes sociais”: o recato às “mulheres” da elite *versus* a indiscrição ou vulgaridade às “mulheres” pobres.

Esta excentricidade tal como construída pelo autor está visceralmente ligada a um sentido de insensatez e leviandade que é atribuído às ações da personagem. Ele a define como alguém “Imprudente em excesso, [que] cometia os atos mais censuráveis pelo único prazer de

²⁸ Optamos por manter no idioma original algumas das expressões utilizadas por Boussingault nesta passagem. Interessante notar que ele procura explicar o sentido dos termos em espanhol estabelecendo paralelos com referências culturais francesas, que não correspondem, porém, exatamente a mesma coisa. O termo “ñapanga”, segundo o dicionário da Real Academia Espanhola, refere-se a uma “mulher” mestiça ou mulata, enquanto o termo “grisette” surgiu em referência as “mulheres” da classe trabalhadora francesa no século XVII e seguiu sendo utilizado para referir-se as “mulheres” desta camada social, segundo o Dicionário da Academia Francesa. Ambos os termos são empregados aí com uma conotação pejorativa. Já “cachucha” é uma dança sapateada espanhola enquanto o “cancan” um estilo de dança francesa associada aos cabarés.

cometê-los” (1985, p. 290 tradução nossa) e, neste sentido, é como se a inclinação ao desvio fosse parte de sua própria essência. Esta característica é reiterada, sobretudo, no que diz respeito ao seu comportamento sexual, um dos temas mais explorados ao longo do capítulo.

Note-se, em primeiro lugar, que a sucinta reconstrução da biografia de Manuela Sáenz que é realizada centra-se em suas relações amorosas, concebendo-se uma trajetória pontuada por “imperfeições” e “desvios de conduta”. Primeiro, reporta-se a sua “fuga do convento” durante a juventude para viver uma aventura amorosa com o jovem oficial Delhuyart, depois, o abandono do marido para viver com Bolívar uma relação que causaria grande comoção na opinião pública, especialmente pelos “abusos de poder” que este estaria cometendo ao se sobrepor aos “direitos” do “legítimo esposo” de Sáenz. De acordo com Boussingault, “A conduta do Libertador foi universalmente censurada” (1985, p. 288, tradução nossa).

Se, a princípio, ao pontuar estas “faltas”, o autor não faz um julgamento moral explícito da personagem, na sequência ele tece comentários em que censura as suas ações mais diretamente e procura imputar-lhe uma reputação moral rebaixada. Afirma, por exemplo, que “Em Lima Manuelita havia sido de uma inconsequência surpreendente; se converteu em uma Messalina e os ajudantes de campo me contaram coisas inacreditáveis: o único que as ignorava era o general Bolívar” (1985, p. 288, tradução nossa)²⁹. Em suma, portanto, novamente ela aparece como uma “mulher” infiel que traia não só ao marido, mas também ao “Libertador”, o que lhe confere aqui um caráter maligno mais acentuado.

Por um lado, Boussingault a apresenta como sedutora (“Ela possuía um encanto secreto para fazer-se adorar”, 1985, p. 287, tradução nossa) e, por outro lado, sublinha a maneira como seus amantes estavam sujeitos a sua influência, ou mesmo, manipulação (“Manuelita tinha terminado por fazer o general acreditar em tudo o que ela queria”, 1985, p. 289, tradução nossa). Em contra partida – fazendo eco daquele padrão duplo da moral sexual visto anteriormente – a fidelidade dos homens em questão é um tema que não entra em pauta, a não ser de modo muito indireto e secundário, para dar lugar à narrativa da “indescritível” cena de ciúmes protagonizada pela personagem, que teria agredido Bolívar mediante a suspeita de uma traição (p. 288).

Porém, isto é apenas o início. O texto é farto em insinuações sobre a vida sexual de Sáenz. Ela é a “louca” que a caminho do palácio para encontrar Bolívar, decide “brincar” com os soldados do corpo de guarda (p. 288); é quem suspeitam ter como amante a jovem escrava

²⁹ Vale lembrar que o termo “Messalina” faz referência a imperatriz romana que antigos historiadores consagraram com a imagem de uma “mulher” lasciva e envolvida em inúmeros escândalos sexuais, tendo ela sido condenada a morte por adultério.

da qual “nunca se separava” (p. 289); é quem se envolve em “incidentes eróticos” durante a viagem que faz com quatro granadeiros, de Guayaquil até Quito (p. 289); é quem manteve ao menos “dois amantes ostensivos” durante sua estadia em Bogotá (p. 291). E, ainda, é quem não demonstra nenhum constrangimento quando, “com a maior naturalidade” e “sem desconcertar-se”, expõe partes do corpo, na intenção de mostrar a arte dos bordados feitos em sua cidade natal (p. 292).

Note-se que o tom sugestivo presente em cada uma dessas passagens faz crer que o que está em jogo é menos a experiência sexual efetiva da personagem e mais a maneira como Boussingault a percebia, ou seria melhor dizer, a imaginava, criando constantemente fantasias sobre ela, com base em suas próprias impressões e na de terceiros (em geral, outros “homens”). Assim, o autor dá indícios de certo entusiasmo e atração pelas mesmas atitudes que deprecia e condena. É o que transparece, por exemplo, na passagem em que alude à existência de relações homoafetivas e sexuais entre “mulheres”. Ele diz que este era “[...] um vício muito comum no Peru, do qual fui testemunha ocular com alguns camaradas, com quem havíamos combinado de participar da cerimonia impura, mas muito divertida, de uma tertúlia.”, acrescentando, ao fim, na tentativa de justificar a própria conduta que: “Além disso, não fazíamos gala de uma moralidade muito severa.” (1985, p. 289, tradução nossa).

Em síntese, a curiosidade e o interesse por este domínio da vida de Manuela Sáenz é tamanha que resulta na construção de uma figura bastante erotizada, cujos gestos são revestidos por um sentido erótico ainda que implicitamente (“– ‘Veja você’, dizia Manuelita, mostrando-me seus peitos, ‘não estou ferida.’.”; 1985, p. 290, tradução nossa). Como entender esta quase obsessão do autor pelo tema sexual? Ora, por um lado é importante lembrar que a ênfase na sexualidade sob uma perspectiva erótica é um dos elementos constitutivos do caráter exótico que se procura atribuir aos povos colonizados. Isto está certamente ligado ao fato de que uma das faces mais cruéis da dominação colonial se deu através da violência e exploração sexual sistemática de “mulheres” nativas, fazendo estes territórios serem concebidos aos olhos dos colonizadores como espaços de “liberação” sexual:

Durante siglos, los continentes desconocidos –África, las Américas, Asia- fueron imaginados por la erudición Europea como erotizados libidinosamente. Las historias de viajeros estaban repletas de visiones de la sexualidad monstruosa de las tierras lejanas [...]. Dentro de esta tradición porno-tropical, las mujeres aparecían como el epítome de la aberración y el exceso sexuales. El folklore las concibió, aún mas que a los hombres, como entregadas a una venérea lasciva, tan promiscua como para rozar en lo bestial (McCLINTOCK, 1995, p. 22 apud LUGONES, 2008, p. 97, tradução nossa).

Nesta direção, a caracterização da personagem parece estar relacionada aqui com o lado oculto do sistema de gênero, tal como formulado por María Lugones (2008). A autora considera que a construção social dos gêneros se dá de maneira profundamente articulada com a constituição do poder capitalista global e eurocentrado, na linha das análises de Aníbal Quijano sobre esta estrutura de poder que tem como eixos centrais a colonialidade e a modernidade³⁰. Assim, ela fala-nos a respeito de um sistema moderno-colonial de gênero. Porém, procurando ir além das formulações de Quijano, argumenta que a “colonialidade do gênero” se exprime não só no “livre acesso sexual” requerido pelos “homens” brancos europeus aos corpos de “mulheres” negras e indígenas na América, mas também no estabelecimento deste sistema de distinção de gêneros em si, cujas bases residem em um paradigma biológico, hierarquizante, racializado e heteronormativo. Considera, portanto, que o gênero, assim como a classificação racial, foi uma imposição colonial com a qual se procurou dominar e subjugar os povos colonizados, tendo um papel decisivo na desintegração de diversas comunidades. Esta imposição significou uma “generificação” de todos os âmbitos da existência, que não só a esfera reprodutiva, contribuindo para a inferiorização das “mulheres” da colônia.

A autora chama a atenção, então, para os dois lados que este sistema moderno-colonial de gênero apresenta: um lado visível e um lado oculto. “O lado visível/claro constrói, hegemonicamente, o gênero e as relações de gênero. Somente organiza, de fato e de direito, as vidas de homens e mulheres brancos e burgueses, mas constitui o significado mesmo de “homem” e “mulher” no sentido moderno/colonial.” (LUGONES, 2008, p. 98, tradução nossa)³¹. Já o lado oculto/obscuro, diríamos, corresponde a aspectos desta construção de gênero que vigoram em espaços periféricos do capitalismo, manifestando-se de forma muito mais violenta e explicitando os preconceitos raciais que são também constitutivos desse sistema. As diferentes visões sobre a conduta sexual feminina em um e outro contexto é, por exemplo, um demonstrativo desta dualidade, já que enquanto as “mulheres” brancas dos centros hegemônicos são vistas como frágeis e sexualmente passivas (“puras”), as “mulheres” não brancas e que estão fora destes centros são vistas como fortes fisicamente e sexualmente ativas, ou mesmo, agressivas (“pervertidas”).

³⁰ Assim sintetizam-se as contribuições de Quijano: “A análise de Quijano fornece-nos uma compreensão histórica da inseparabilidade da racialização e da exploração capitalista como constitutiva do sistema de poder capitalista que se ancorou na colonização das Américas.” (LUGONES, 2014, p. 939).

³¹ Citação no idioma original: “El lado visible/claro construye, hegemónicamente, al género y a las relaciones de género. Solamente organiza, en hecho y derecho, las vidas de hombres y mujeres blancos y burgueses, pero constituye el significado mismo de «hombre» y «mujer» en el sentido moderno/colonial.”

Se esta maneira de encarar a sexualidade das “mulheres” da colônia se vê um pouco refletida na erotização da figura de Manuela Sáenz, isto não é levado mais longe devido ao fato de que a sua condição econômica e racial a aproximava do paradigma de gênero eurocentrado. Isto se torna ainda mais perceptível quando olhamos com mais atenção e comparativamente para as passagens em que Boussingault fala sobre a jovem escrava que a servia. Neste caso, estão presentes elementos semelhantes de subversão das normas de gênero, pois esta também se vestia com trajes militares masculinos e comportava-se de modo irreverente, o que criava uma grande afinidade entre a sua figura e a de Sáenz, identificando-se ela como “o alter ego de sua ama” (p. 290, tradução nossa). Contudo, muito embora o autor exalte as suas qualidades artísticas (“Esta mulata [...] era um ser singular, uma comediante, uma imitadora de primeira magnitude que teria tido grande êxito no teatro.” p. 291, tradução nossa) ela aparece aí como um simples objeto de entretenimento, uma figura algo folclórica e ornamental. Um ser anônimo, referido várias vezes apenas como “a mulata”, que orbita ao redor da personagem principal (“Ela era a sombra de sua ama” p. 289, tradução nossa).

Além disso, a moldura exótica na qual o autor procura enquadrar o seu retrato parece guardar um sentido ainda mais ridicularizante como se nota na passagem em que descreve em mínimos detalhes um dos passos de dança que ela executava. Note-se que se o erotismo é, igualmente, um componente importante para a composição de sua figura (“[...] A mulata tomava as roupas do seu sexo como o de uma *ñapanga* de Quito [e] executava as danças mais lascivas para nossa grande satisfação”; p. 291, tradução nossa), ele vem acompanhado, ao mesmo tempo, por um sentimento de desprezo e repugnância (“Isto arrancava aplausos unânimes e era de uma obscenidade asquerosa. Logo a bailarina voltava vestida com o seu uniforme militar, tão séria que parecia que não era ela quem tivesse feito essa escandalosa representação.” p. 291, tradução nossa). Por certo, o olhar de Boussingault reflete o rebaixamento, ou mesmo a completa negação, da condição humana daqueles que estavam submetidos à escravidão.

Não é por acaso que Lugones (2014) aponte a desumanização como um dos traços essenciais do processo de imposição do sistema de gênero moderno-colonial. A classificação dos povos colonizados como não humanos e como seres “selvagens” e avessos a “civilização”, os assimilava aos animais, fazendo com que suas condutas e personalidades fossem julgadas como “[...] bestiais e, portanto, não gendradas, promíscuas, grotescamente sexuais e pecaminosas.” (p. 937, tradução nossa). Assim, a “missão civilizatória” com a qual se procurava dar respaldo a todo o processo de “conquista” e colonização era, nas palavras da autora, “[...] a máscara eufemística do acesso brutal aos corpos das pessoas através de uma

exploração inimaginável, violação sexual, controle da reprodução e terror sistemático [...]” (p. 938, tradução nossa). Portanto, se este lado oculto do sistema de gênero produzia uma sombra sobre a imagem de Manuela Sáenz, ele deturpava e suprimia quase por completo a subjetividade e a experiência histórica de mulheres situadas em condições bem mais desfavoráveis.

Se estas coordenadas gerais explicam um pouco dos fundamentos que estão por trás do enfoque erótico que se desenvolve na linha do exotismo, é preciso estar atento também para as questões que são suscitadas pela conduta sexual em si da personagem. Neste sentido, vale ressaltar que é bastante provável que a inconformidade de sua trajetória e do seu modo de ser com padrões morais tradicionais – no que diz respeito ao rompimento das normas matrimoniais (a partir da relação extraconjugal mantida com Bolívar) e, até mesmo, no que tocam aspectos rotineiros de sua existência, muito ligados a sua expressão de gênero (como a maneira de se vestir, de agir, de se relacionar com outras pessoas e de lidar com o próprio corpo) – tenha sido suficiente para fazer proliferarem expectativas e especulações sobre sua vida sexual, fundamentando-se estas em dados concretos ou não.

Em outras palavras, o simples fato de ter cruzado a linha do comportamento sexual considerado aceitável – uma construção social na qual incorrem os poderes de todo um aparato institucional (religioso, educativo, médico e legal) no estabelecimento de uma escala de valores sexuais hierarquizados que institui algumas práticas como inerentemente virtuosas e outras como inerentemente viciosas, impróprias, anormais ou repulsivas – faz com que o entorno social espere dela “perversões” cada vez maiores, no que Gayle Rubin (2012) nomeou de “teoria dominó do perigo/risco sexual” (p. 18).

Com isso, a mencionada aura de perigo que envolve a personagem já no momento em que ela é apresentada, com o relato de como quase se acidenta na visita ao Tequendama, vai ganhando uma conotação de perigo sexual no decorrer do texto. Entretanto, não é só neste sentido que o tema do “perigo” pode ser retomado. Ele aparece, ainda, quando olhamos para o problema da sexualidade com uma perspectiva de gênero. Vejamos: a conduta sexual como delineada no texto está longe do paradigma de recato, passividade e submissão que era imposto a nós “mulheres” e de um modo específico para aquelas das classes dominantes, como visto anteriormente. Em contrapartida, isto não significa que ela estivesse sendo exercida de maneira perfeitamente livre e autônoma. Porém, é inegável que tencionava as restritas fronteiras nas quais se pretendia confinar a atividade sexual feminina, delimitadas pelo matrimônio, a reprodução, a monogamia e a heterossexualidade.

A forma como esta sexualidade foi moldada em diversas épocas ao longo da história traz, em boa medida, as marcas das relações de poder entre os gêneros que se estruturaram também através do sexo, o que significou, muitas vezes e de diversas formas, a primazia da realização sexual masculina sobre a feminina. Para algumas pensadoras contemporâneas da teoria feminista, como Catharine Mackinnon (2013), por exemplo, este é um fundamento essencial do sistema de opressão de gênero. Para a autora, a sexualidade humana, longe de responder a desígnios naturais, “é o processo social que cria, organiza, expressa e dirige o desejo” (p. 234) e isto organiza a sociedade em dois sexos. Em termos mais precisos “[...] a expropriação organizada da sexualidade de alguns para o uso de outros define o sexo mulher.” (p. 234). Sob estes parâmetros nós “mulheres” não podemos ser as autoras dos sentidos de nossa própria sexualidade. Sob a primazia do ponto de vista masculino, somos concebidas como meros objetos de prazer sexual. O desejo sexual feminino é elaborado, então, como um desejo pela própria dominação, uma espécie de erotização da subordinação.

Carole Vance (1989) explora ainda outras facetas de como este desejo é vivenciado por nós “mulheres”. Para a autora a experiência sexual feminina é, em graus significativos, marcada pela violência, que não raro faz recair sobre elas a culpa pela incitação do desejo sexual masculino, concebido como um impulso incontrolável. Por outro lado, ele é cerceado por um tipo de constrangimento social, que procura rebaixar e estigmatizar gestos de inconformidade ou insubordinação sexual. Estas estruturas opressivas estabelecem, portanto, uma zona de perigo e medo em torno desta experiência a tal ponto que a repressão, o controle e a vigilância exercidos com maior intensidade sobre a sexualidade das “mulheres” possam ser interiorizados por elas mesmas e as leve a autocensura. Assim, as diversas vezes em que Boussingault adverte o comportamento sexual de Sáenz pela falta de prudência ele está implicitamente acusa-a de negligenciar este perigo e, conseqüentemente, creditando a ela, em certa medida, a responsabilidade pelos danos que possam lhe causar o poder oriundo da dominação sexual masculina, cujo exercício parece ser naturalizado.

No entanto, seria um equívoco supor que a sexualidade feminina é totalmente absorvida por esta dinâmica de poder. Carole Vance (1989) é também enfática ao afirmar que, assim como o perigo, o prazer é uma dimensão constitutiva desta experiência que se evidencia, sobretudo, pelo fato de que nós “mulheres” não somos somente *objetos* da dominação sexual masculina, mas também *sujeitos* de nosso próprio desejo, com possibilidades de autodeterminação, ainda que para isso tenhamos muitas vezes que sobrepor diversos obstáculos. Nesse sentido, o prazer sexual feminino é algo igualmente perigoso, mas pelo seu potencial de desestabilização deste sistema de opressão, o que suscita no opressor o

medo. É isto o que, por exemplo, Audre Lorde (s/d) parece apontar ao focar o “poder do erótico”, definindo-o como uma conexão sentimental profunda que uma vez experimentada é capaz de ativar uma força vital e criativa que impulsiona a luta das “mulheres” pela transformação não só neste como em vários outros âmbitos da vida.

Logo o receio contido nas falas de Boussingault pode indicar o temor não só em relação aos “perigos a que Manuela Sáenz estaria se expondo”, mas também o temor de ver a lógica do seu mundo alterada: um mundo que girava em torno dos anseios sexuais masculinos. Em outras palavras, a tensão sempre presente na sua avaliação dos atos da personagem refletiria certa preocupação com a perda do controle sobre o “sexo oposto”, que aflige, desorienta e embaralha a sua compreensão do mundo.

1.2.3 Aos olhos de um expectador escandalizado

Na medida em que estes caminhos nos levam a refletir sobre como a subjetividade do autor projeta-se no texto é importante estar atento ao fato de que a sua figura é igualmente elaborada pela narrativa. A maneira como a representação que faz de si mesmo está subjacente à representação de Sáenz parece adquirir uma importância especial neste caso. Note-se, primeiramente, que ao se colocar como o expectador escandalizado da vida “excêntrica” da personagem, Boussingault está se colocando em um espaço exterior ao mundo “estranho” que é conformado entorno desta e demarcando o seu não pertencimento a ele. Por um lado, mesmo que suas falas sejam sugestivas em termos sexuais, ele procura mostrar-se como alguém constrangido:

Entonces, sin más ni más y con la mayor naturalidad, tomó la camisa que tenía puesta y la levantó de manera que yo pudiese examinar la obra de sus amigas. ¡Desde luego fui obligado a ver algo más que la tela bordada! y ella me dijo: —“Mire, don Juan, ¡cómo están hechas!” —“Pero, hechas en torno”, contesté yo haciendo alusión a sus piernas. La situación se estaba convirtiendo en un problema para mi pudor, cuando me sacó de peligro la entrada de Wills, a quien ella dijo, sin desconcertarse: —“Muestro a don Juan bordados de Quito.” (BOUSSINGAULT, 1985: 292).

Assume também uma postura implicitamente decorosa quando insinua, ao invés de expressar em palavras precisas, as suas impressões, fazendo o leitor deduzi-las por conta própria em uma tentativa de guardar distância daquilo que observa. Nesse quesito é ilustrativa

outra passagem que trata da relação de Sáenz com a escrava: “A mulata não tinha nenhum interesse em se fazer passar por um anjo; encerrada com Manuelita na cabine podia sair e entrar livremente. Se pode adivinhar o resto.” (1985, p. 289, tradução nossa). Por outro lado está a postura de inquisidor, que julgando até os menores atos da personagem, busca transparecer uma retidão moral quase impecável: “A verdade é que tinham a tendência de zombar as coisas sagradas, passatempo muito imprudente e indecente.” (1985, p. 291, tradução nossa).

Em suma, ao construir este “ser-outro” que é o foco do relato, o autor está construindo a si mesmo, por oposição. Ora, embora exalte características como amabilidade, generosidade, alegria e vivacidade, não há dúvidas de que ele remete a figura de Manuela Sáenz, em termos gerais, a um polo de valores negativos, resguardando a sua em um polo positivo. Quanto mais a identifica como uma “mulher” inconsequente, despudorada, libertina, indiscreta, passional, sedutora, manipuladora, louca e caprichosa, mas ele aparece no polo dos valores positivos, como um “homem” responsável, consequente, comedido, equilibrado, íntegro, decente, coerente e racional.

Por trás da aplicação, consciente ou não, destas estratégias discursivas está vigente um poder complexo e multifacetado que tem relação com o *lócus* social e geográfico desde o qual esta voz narrativa está sendo projetada. O fato de que o autor concebe a si e ao seu mundo como a referência normativa perante a qual o ser e o mundo da personagem são apresentados como formas desvirtuadas (“excêntricas”) é uma transfiguração discursiva, por assim dizer, da posição de poder que como homem, europeu e cientista, ele ocupa na sociedade. Mais do que um olhar egocêntrico, trata-se de uma perspectiva evidentemente etnocêntrica e misógina que contribui ativamente para a reprodução social destas hierarquias de poder.

Vejamos: a interiorização das hierarquias de poder pelo discurso se funda, em primeiro lugar, no estabelecimento de uma hierarquia básica a nível discursivo: a escrita de Boussingault faz dele o criador deste microcosmo, enquanto Manuela Sáenz é a criatura que emerge no seu interior. A “Manuelita” de Boussingault é o resultado dessa construção narrativa da qual a “verdadeira” Sáenz, aquela que historicamente existiu, não participa e como tal não pode ter nenhum controle sobre a representação que é feita de si. Apesar de o autor intentar apresentar o seu relato como um relato fidedigno que estaria baseado em fontes confiáveis (“As informações mais singulares as recebi dela mesma ou de seus íntimos. Nunca intentou esconder a ligeireza dos seus atos; éramos seus confessores e a adorávamos” 1985, p. 287, tradução nossa), a verdade é que o leitor conta apenas com a sua “palavra” no que diz respeito a isso, sem acesso a nenhuma fonte de comprovação exterior, como no caso das

memórias de O’Leary que, neste quesito, tem a vantagem de remeter às cartas e ao testemunho da própria.

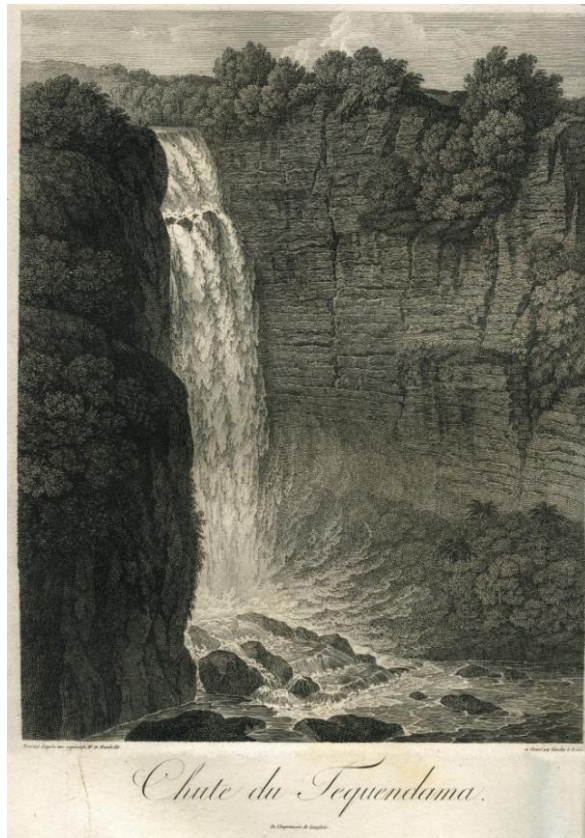
A “palavra” de Boussingault, contudo, não é qualquer “palavra”. Ela se reveste de uma autoridade intelectual especial graças ao seu pertencimento ao universo científico, o que supostamente confere um respaldo adicional ao discurso. Apesar de, dentro dos contornos gerais desta obra, como visto, os temas humanos terem um *status* inferior aos temas da natureza para fins cognitivos e serem considerados mais em seus aspectos caricaturais do que na busca de uma compreensão profunda, eles são colocados, do mesmo modo, sobre o horizonte de observação do autor. Logo, trata-se não só de uma hierarquia discursiva, entre escritor e personagem, mas também epistemológica, entre sujeito e objeto do conhecimento, cuja significação em termos de gênero não pode ser ignorada.

Como alerta a epistemologia feminista, a postura objetiva do sujeito do conhecimento, que pretende resultar em uma perspectiva não situada socialmente, encobre, na realidade, a precedência do ponto de vista que favorece a dominação masculina, direcionando a nós “mulheres” o olhar “objetificador” da ciência tradicional, como ocorre também no caso de povos colonizados e de grupos étnicos marginalizados, diga-se de passagem. Neste sentido, retomando Mackinnon (2013), cabe observar que “[...] as mulheres têm sido a natureza. Isto é, os homens tem sido conhecedores, a mente, e as mulheres têm sido ‘a ser conhecidas’, a matéria, aquilo que é para ser controlado e subjugado, sobre o qual se deve agir.” (p. 241).

Não é por acaso, portanto, que elas figurem como um dos temas prediletos de Boussingault quando este não está compenetrado no estudo dos fenômenos naturais, ao lado de outros tópicos que lhe despertavam enorme curiosidade como, por exemplo, os hábitos alimentares ou os desvios morais do clero em solo latino-americano (CARRERA DAMAS, 1985, p. 12). O capítulo sobre Manuela Sáenz, como visto, ilustra a forma sutil como o seu olhar se descola dos fenômenos da natureza para se fixar nos fenômenos humanos, permitindo a identificação de relações de continuidade, ou mesmo de complementariedade, existentes entre os dois âmbitos. Em termos simbólicos, se poderia dizer que o deslumbramento/temor suscitado pela estonteante paisagem das cascatas do Tequendama está em paralelo ao desconcerto causado pela figura de uma “mulher excêntrica”. Ou, como diria Mary Yaneth Oviedo (2013), em sua perspicaz análise: “O detalhe que deseja acrescentar o nosso viajante a este quadro de Humboldt é sem dúvidas, a presença do gênero feminino como metáfora daquela natureza indômita e provocadora, representada na figura de Sáenz.” (p.133)³².

³² Citação no idioma original: “El detalle que desea añadir nuestro viajero a este cuadro de Humboldt

Figura 4 - Ilustração do Salto de Tequendama feita por Alexander von Humboldt em 1810



Fonte: Imagem de domínio público disponível no repositório Wikimedia Commons.

Em resumo, a apropriação da figura de Manuela Sáenz se dá por meio de um processo de objetificação que parece ser correlato a objetificação da natureza. O ímpeto científico de compreender os fenômenos naturais para poder enfim controlá-los parece equiparar-se ao ímpeto masculino de normatizar a conduta da “mulher” para poder enfim sujeitá-la e mantê-la submissa aos seus desígnios. É curioso notar, entretanto, que ao menos em relação à natureza o autor parece dar-se conta da incontornável redução que tal olhar objetificado pode impor a esta. Na passagem em que reflete sobre as limitações de algumas representações gráficas feitas da paisagem, ele afirma:

La bella pintura del barón Gros y una excelente fotografía que poseo, están lejos de dar una idea del fenómeno que se puede admirar en el Tequendama. A esas reproducciones, de una exactitud incontestable, falta lo que produce la emoción: la vitalidad, el movimiento, inclusive diría yo que la palabra: el agua está inmóvil y muda. (BOUSSINGAULT, 1985, p. 285).

es, sin duda, la presencia del género femenino como metáfora de aquella naturaleza indómita y provocadora, representada en la figura de Sáenz.”

Ora, um questionamento semelhante poderia se aplicar ao retrato que ele mesmo traça de “Manuelita”, basta experimentar ler esta passagem tendo em mente não Tequendama, mas a própria Sáenz. Como nas pinturas e fotografias da famosa cachoeira, ela também não tem real domínio da “palavra” nas páginas das *Memórias de Boussingault* e neste paradoxal cruzamento, em que “humaniza-se a natureza” e “naturaliza-se o humano”, ambos os objetos discursivos, em certo sentido, se igualam.

Figura 5 - Quadro intitulado “La cascada del Tequendama” feito pelo Barão Jean Baptiste Louis Gros em 1841



Fonte: O quadro faz parte da Coleção Banco de Bogotá, Miami.

1.2.4 O “amigo leal”: a outra face da “amante infiel”

Como se não fosse o bastante, na parte final do texto, acrescentam-se traços a personagem que contrastam abertamente com toda a representação elaborada até então. Após um comentário pontual sobre as muitas provas de “bravura militar” que ela teria demonstrado, com destaque, em especial, para a sua participação na Batalha de Ayacucho (1824) – mantendo-a ainda envolta em uma áurea de excentricidade, já que frisa ter sido nessa ocasião que ela “recolheu, a maneira de troféu, os estupendos bigodes” que usava como postigos

(1985, p. 293, tradução nossa) – em seguida, o texto adquire um tom mais sério, ocupando-se, assim como também o fizera o General O’Leary em suas memórias, do atentado da “Noite Setembrina”.

Novamente, este se torna o acontecimento a partir do qual a sua figura é revestida de uma relevância histórica especial – ou ao menos é inserida, mesmo que pontualmente, em um dos episódios que compõe a narrativa historiográfica convencional – e a partir do qual se tem em conta, não só o cotidiano de sua vida e relações pessoais, mas a repercussão de seus atos em questões de domínio público mais amplo. A cena descrita por Boussingault, em comparação ao relato fornecido pela própria Sáenz, analisado anteriormente, é bem mais agitada e violenta. Ela aparece de forma ativa e destemida, pois além de enganar os conjurados, os confronta verbalmente (pondo em evidência sua “condição feminina”) e não se intimida com as agressões:

Manuelita, a la cabeza de estos hombres enfurecidos hasta la demencia, los hizo recorrer todos los pisos del palacio: se subió se bajó y al fin se regresó al punto de salida. La impaciencia de los conjurados era extrema: de pronto, Manuelita se volteó hacia la horda furiosa y les dijo: —“Usé una estratagema para ganar tiempo. Ya Bolívar está fuera de peligro; lo he hecho escapar por esta ventana. ¡Ahora mátenme!”, añadió cruzando los brazos sobre su pecho. La tumbaron, la maltrataron y uno de los conspiradores la golpeó en la cabeza con su bota; 10 puñales se levantaron sobre ella que no dejaba de gritarles: —“¡Pero mátenme, cobardes, maten a una mujer!”.

Tiempo después todavía se veía sobre la frente de Manuelita el rastro del golpe que le habían dado (BOUSSINGAULT, 1985, p. 293).

Ao concluir suas considerações sobre o episódio, o autor faz questão de destacar as qualidades demonstradas por Sáenz: “Essa foi a conspiração de 25 de setembro na qual Manuelita mostrou um grande coração, audácia e uma rara presença de espírito.” (1985, p. 297, tradução nossa). Note-se que nesta nova etapa de caracterização da personagem, a relação com o perigo já não é vista como temerária. Ao contrário, abre-se espaço para a exaltação de suas habilidades para lidar com este tipo de situação, mantendo o autocontrole: “Pode-se dizer que teve treinamento, do que não cabe dúvida, mas Manuelita, como se verá, estava dotada de grande valor, de sangue frio e de uma calma incriveis, nas circunstâncias mais perigosas.” (1985, p. 293, tradução nossa). A partir destas passagens é possível concebê-la, então, como uma mulher valente, altruísta, diligente e determinada, com um caráter virtuoso. Elas fornecem uma imagem quase que invertida da mulher excêntrica, leviana, egoísta e desajuizada, dona daquele caráter vicioso idealizado anteriormente.

É quase como se uma nova personalidade tomasse de assalto o primeiro plano da narrativa, com um abrupto desvio do caminho trilhado até aquele momento. A dualidade que

esta representação passa a comportar é assumida explicitamente pelo próprio autor quando este anuncia, sem rodeios, uma mudança de enfoque: “Deixo as excentricidades, as inconseqüências e o que se poderia chamar de atos de loucura da outra Manuelita, para mostrar a coragem e a dedicação de que era capaz” (1985, p. 293, tradução nossa). A sentença é reveladora em dois sentidos importantes: em primeiro lugar, porque ao afirmar a existência de “outra Manuelita” põe em evidencia a divisão da personagem em dois lados contrastantes e, em segundo lugar, porque indica os significados que estariam por trás desta segunda “cara”.

Vale lembrar que ao exclamar “Que pessoa tão surpreendente, Manuelita!”, Boussingault logo acrescenta: “De debilidades, de ligeirezas, de coragem e devoção!” (1985, p. 287, tradução nossa), emparelhando, justamente, as características correspondentes as duas Sáenz que emergem no texto: a “mulher” pecadora e a “mulher” valorosa, por assim dizer. Note-se, todavia, que a postura combativa e devota – compondo uma face que até então tinha se mantido oculta na descrição da personagem e que se manifesta, particularmente, nas situações mais extremas – parece estar vinculada a um sentido de lealdade aos amigos. Isto porque é uma postura que se define menos em termos de um ideário político e mais em termos dos afetos e relações pessoais, já que o texto fornece uma noção bastante rasa do nível de seu comprometimento com a causa, seja do ponto de vista ideológico ou prático.

Porém, a passagem que talvez seja a mais emblemática na expressão deste dualismo é aquela em que o autor a define de um modo categórico: “Sobre ela, se poderia dizer: ‘um amigo seguro, uma amante infiel’” (1985, p. 287, tradução nossa). Perceba-se que tal dualismo traduz-se mais diretamente em termos de uma dualidade de gênero que remete àquela ambigüidade sugerida por Boussingault ao introduzir a figura de Sáenz e reportar a maneira como ela transitava constantemente do universo social feminino ao masculino. Ora, quando se trata do lado que corresponde às relações solidárias e amistosas e às suas façanhas e êxitos – ao seu momento maior de heroísmo na noite setembrina – ela é denominada no masculino: “o amigo”. Quando se trata do lado que corresponde às relações amorosas e às suas fraquezas e deslizes ela é denominada no feminino: “a amante”. Logo, as qualidades que lhe são estimadas são justamente as que são usadas para atribuir-lhe um caráter viril.

Este outro olhar sobre Manuela Sáenz, contudo, não produz se não uma pequena “mancha” no quadro que traz a imagem daquela mulher caprichosa e extravagante. De fato, essa primeira imagem produz a impressão mais marcante em uma apreciação global do texto de Boussingault. Apesar de abrir-se um pequeno espaço para o seu contraponto, é ela que prevalece e não demora muito para reassumir o controle da narrativa. Uma “Manuelita” mais descontraída logo entra em cena, fazendo-se referência ao modo cômico como ela dava o seu

testemunho sobre o atentado (“Nada tão divertido como o seu relato da fuga do general” 1985, p. 297, tradução nossa) e o capítulo finalmente se encerra com uma rápida caracterização, um tanto melancólica, sobre o final da vida da personagem que, ignorando a sua condição de exilada política, salienta, sobretudo, as mudanças em sua condição econômica e aparência física:

¡Pobre Manuelita! Hacia el fin de su carrera, habiendo desaparecido ya Bolívar, cayó en la miseria. Un amigo la encontró en Paita, sobre la costa del Perú, vendiendo cigarros, siempre alegre, afable y lo que nada habría hecho prever en la época de su grandeza con una obesidad extraordinaria. (BOUSSINGAULT, 1985, p. 297).

Em síntese, a Manuela Sáenz que aparece nas *Memórias de Jean-Baptiste Boussingault* é uma “mulher” excêntrica e imprevisível, o que está em sintonia com a atmosfera da obra do cientista francês que recolhe as recordações de suas excursões pela América. A personagem é mais um dos fenômenos curiosos (cativante e ao mesmo tempo atemorizante) que ele presenciou no desconhecido continente e que como tal se converteu em um dos objetos dignos do seu registro. Ao que parece, o comportamento transgressor de Sáenz – principalmente pelo seu desajuste em relação às normas sexuais e de gênero – deixaram uma forte impressão em Boussingault, aos olhos de quem, profundamente imbuído do paradigma patriarcal e eurocêntrico de então, não poderiam ser concebidos senão como uma estranheza, uma loucura, uma imprudência, um exagero. No entanto, se ele o repele com um gesto, não consegue deixar de persegui-lo com o olhar, oscilando incansavelmente entre o fascínio e o alerta diante do perigo.

Sua escrita é, no fundo, uma tentativa de submeter um ser, cuja existência inconformada (e se poderia dizer, até mesmo, rebelde) ameaça as arbitrariedades de poder em que se baseia a sua compreensão deste mundo. Esquadrinhá-la nos mínimos detalhes, a semelhança do que faz com a paisagem natural, e expor aquilo que pareceria ser a sua “verdade mais crua” é uma forma de exercer um domínio e um controle simbólico sobre ela. O recurso ao exótico – que aqui ganha uma tonalidade específica ao penetrar o domínio da sexualidade, fazendo da erotização uma forma de exotismo – é o recurso utilizado para dotar de um sentido de totalidade a construção da personagem, amarrando as várias pontas soltas que vão sendo abertas com a descrição de cada pequeno acontecimento ou aspecto de sua vida. Uma construção na qual ela é remetida a um universo de significados que a inferiorizam, e até ridicularizam, em relação ao universo que envolve aquele que a observa, sob as lentes insuspeitas de um homem da ciência de pensamento frio e temperamento equilibrado.

Quando uma faceta totalmente diferente de Manuela Sáenz vem à tona – impondo-se, ao que parece, pela força dos próprios fatos, dos quais o autor não pode se furtar, sob pena de cometer uma falta que se tornaria perceptível – esta faceta está pautada (como não poderia deixar de ser) por um olhar com aqueles mesmos vieses que foram descritos acima, já que Boussingault só eleva o “tom” do discurso e passa a ter a personagem em “alta conta” negando-a como “mulher” e assumindo-a como “amigo”. Esta outra Sáenz que contradiz e, em certa medida, “desmascara”, a primeira, contudo, não encontra muito espaço. Ela aparece e permanece no texto de Boussingault quase como um resíduo narrativo, difícil de contornar por aquela sua retórica pitoresca e que por isso mesmo acaba fazendo esta retórica recuar um pouco.

Carregada com estas pequenas incongruências internas, esta representação, assim como a de O’Leary (ainda que muito mais densa, elaborada e chamativa), acaba deixando entrever algo que não estava exatamente em seus planos. Para Mary Yaneth Oviedo (2013) as duas “caras” de Manuela Sáenz apontam para uma mulher emancipada e, ao mesmo tempo, emancipadora: “[...] por um lado, a Manuelita, a mulher emancipada e liberada das normas e prejuízos de sua época. Por outro, a ‘outra’ Manuela, a mulher emancipadora, um tanto viril e capaz de defender, por amor e convicção, os princípios de liberdade e independência da nação” (p. 136)³³. “Manuelita” ou “Manuela”, “emancipada” ou “emancipadora”, o fato é que Sáenz era uma só pessoa. A sua divisão nessas duas partes demonstra, antes de tudo, o esforço de Boussingault para que, de algum modo, se enquadrasse naqueles esquemas mentais que ela, na sua forma integral, desestabilizava.

1.3 Manuela Sáenz nas Tradições de Palma

Para além dos livros de memórias, um pouco antes do final do século XIX, a figura de Manuela Sáenz foi ainda resgatada no âmbito de uma obra que se tornaria singular e paradigmática para a literatura peruana daquele período. Com ela o autor experimentou o ápice do seu prestígio literário e se converteu definitivamente em um nome inolvidável no mundo das letras hispano-americanas. Trata-se da aparição da personagem em um dos relatos

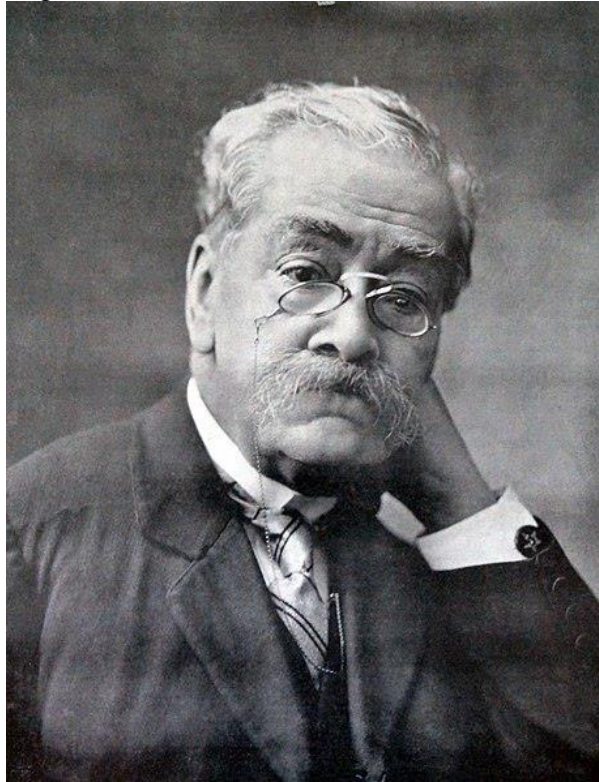
³³ Citação no idioma original: “[...] por un lado, a Manuelita, la mujer emancipada y liberada de las normas y prejuicios de su época. Por el otro, a la <<otra>> Manuela, la mujer emancipadora, un tanto viril y capaz de defender por amor y convicción los principios de libertad e independencia de la nación.”

(Anexo C) que compõe a sétima série das clássicas *Tradições Peruanas* de Ricardo Palma (1833-1919)³⁴. A primeira série veio a público no ano de 1872 e a sétima série, a qual nos interessa mais especialmente aqui, recebeu o título de *Ropa Vieja* e foi publicada pela primeira vez em 1889.

Neste relato inaugura-se algo inédito em relação às representações analisadas anteriormente. Sob a pena do famoso tradicionalista a atuação política de Sáenz foi retratada de forma um pouco mais diversificada, indo além de sua ação salvadora na conspiração setembrina. Porém, isso foi ao mesmo tempo acompanhado pela construção de uma personagem cuja expressão de gênero é concebida em termos mais restritos. Se no retrato de Boussingault, a maneira de agir desta ultrapassava as barreiras da conduta que é estipulada como a correspondente a cada um dos gêneros, compreendidos a partir do paradigma binário, provocando o estranhamento do narrador que a toma, assim, como um ser “excêntrico”, capaz de assumir as “formas” de “homem” e de “mulher”, aqui, Palma a faz pender definitivamente para o lado masculino, compondo uma imagem desprovida dos traços que seriam “próprios” do feminino. Portanto, o que entra em jogo centralmente neste caso é certa concepção de feminilidade e de masculinidade.

³⁴ Para contextualizar a posição de Palma no campo cultural e literário vale lembrar que o mesmo foi membro da Real Academia Espanhola e fundador da Academia Peruana da Língua, além de ter sido diretor da Biblioteca Nacional do Peru por quase trinta anos, tendo se sobressaído pelos esforços para reconstruir a instituição após ela ter sido espoliada durante a Guerra do Pacífico (1879-1883). Palma ficou conhecido como o “bibliotecário mendigo” por ter solicitado doações de livros a outros países.

Figura 6 - Retrato de Ricardo Palma



Legenda: Representação do fotógrafo português Manuel Moral y Veja, datada de 1910.

Fonte: Imagem de domínio público disponível no repositório Wikimedia Commons.

Os significados sociais, históricos e literários desta obra, tomada em seus contornos gerais, dizem algo importante a respeito desta apropriação da imagem de Manuela Sáenz. Como nos conta José Miguel Oviedo (1977) em sua análise sobre a trajetória de Palma, o escritor havia sido um poeta romântico na juventude e feito parte de um grupo de artistas boêmios dos quais ele se diferenciava por sua veia cômica e satírica. Esta, por sua vez, encontrou vazão, igualmente, em suas atividades na imprensa, atuando como jornalista político. A sua produção literária teve um ponto de virada, contudo, durante o período em que esteve exilado no Chile, após participar da tentativa de assalto à casa presidencial que ocorreu em 1860, para deposição do então presidente Ramón Castilla y Marquesado, promovida por um grupo de civis e militares de orientação liberal. No Chile se dedicou a exploração de arquivos históricos, o que resultou, entre outras coisas, na obra *Anales de la Inquisición de Lima* (1863).

A partir de então o autor se aprimorou na escrita de relatos curtos que mesclando ficção e história e nutrindo-se da linguagem e da cultura popular, deram origem a uma fórmula literária nova, as chamadas “tradições”. Com elas, Palma ratificou a sua identidade

como escritor: “O jovem romântico, o cronista satírico, o jornalista político, o conspirador exilado, sabe agora que é um escritor.”, afirma Oviedo (1977, p. XVII, tradução nossa) e logo em seguida, retornando ao Peru, viu a sua carreira literária deslançar: “Seguirá publicando tradições em diversos órgãos, cada vez mais numerosas, cada vez com mais êxito, cada vez mais perto de alcançar a plenitude nesse gênero, que ele considerava tão seu que afirmava tê-lo ‘inventado’.” (OVIEDO, 1977, p. XVII, tradução nossa)³⁵.

Ainda que a literatura historicista romântica e outras referências artísticas componham o pano de fundo do qual se desprenderam, as tradições de Palma possuíam um estilo único e constituíam uma atmosfera singular, explica Oviedo (1977). Nelas adentra-se um mundo em que os fatos históricos não são revestidos com um ar sério e grave, mas sim com leveza e humor, delineadas pela voz irreverente de um narrador que se esmerava como habilidoso contador de histórias. Suas falas irônicas e seu tom picaresco e satírico engendravam uma narrativa histórica que não pretendia ser uma reconstrução fiel do passado, ou mesmo apresentá-lo sobre uma moldura heroica e edificante, mas sim transformá-lo em uma matéria literária atraente, recorrendo aos elementos que lhe permitiam explorar aspectos cotidianos, descontraídos e intrigantes: “Não buscava o autor nenhuma grandiosidade épica na história, nem a usava como pretexto para fazer pomposas reflexões éticas: simplesmente, via nelas uma série de pequenos motivos de ironia e graça, a face doméstica e real de um país.” (p. XXV, tradução nossa)³⁶. Além disso, o apelo a uma linguagem popular foi outro traço decisivo para a composição dessa abordagem diferenciada da história:

La sátira proponía una visión festiva de ambientes situaciones y personajes, un estatuto verbal lleno de amable crítica, humor y desparpajo. Su lenguaje no podía ser sino “realista”: el rumbo oral de la calle, las consejas, los proverbios y refranes populares. Palma decía, exagerando, que era el pueblo, y no él, el verdadero autor de las tradiciones. (OVIEDO, 1977, p. XXVI).

Como também aponta Oviedo (1977), por meio de sua literatura, Palma tentava promover um resgate da história local (limenha) e nacional (peruana), despertando o interesse do grande público para o tema e cumprindo junto a ele certa função educativa de preservação e valorização da memória. Tratava-se, portanto, de um propósito que se afinava, em boa

³⁵ Citação no idioma original: “El joven romántico, el cronista satírico, el periodista politiquero, el conspirador exilado, sabe ahora que es un escritor. Seguirá publicando tradiciones en diversos órganos, cada vez más numerosas, cada vez con más éxito, cada vez más cerca de alcanzar la plenitud em ese género, que él consideraba tan suyo que afirma haberlo ‘inventado’.”

³⁶ Citação no idioma original: “No buscaba el autor ninguna grandiosidad épica en la historia, ni la usaba como pretexto para hacer ampulosas reflexiones éticas: sencillamente veían em ella una serie de pequeños motivos de ironia y gracejo, la faz doméstica y real de un país.”

medida, com os ideais nacionalistas encampados por alguns setores da elite, que no período do pós-independência buscavam a consolidação dos Estados Nacionais latino-americanos recém-fundados, para o que, como se sabe, a fundação de uma literatura com cores nacionais era um recurso estratégico, se não, fundamental: “Aqui já se nota uma clara suposição da importância do gênero como manifestação literária do espírito *criollo* e popular do século XIX: a tradição surge com uma pretensão de literatura nacional.” (p. XXI, tradução nossa)³⁷.

O impacto que esta produção teve na prosa literária latino-americana, inspirando escritores de outros países da região a se aventurarem no gênero, e mesmo a transcendência que ela adquiriu, alcançando rapidamente o *status* de obra clássica, liga-se, por certo, a resposta que ofereceu para os anseios que envolviam a busca por uma identidade nacional, refletindo as controvérsias que se interpunham neste caminho. Isto porque, como argumenta Oviedo (1977), “Após a épica da emancipação, sobreveio a comédia (e ainda a farsa) da vida cotidiana sob o império de princípios liberais invocados somente como alibi para o exercício autoritário do poder” (p. XII, tradução nossa). Na sua visão, “Palma percebeu, no mais profundo de sua experiência como escritor peruano, essa viva e persistente contradição e fez de tal desajuste entre a realidade e as imagens que projetava, o transfundo habitual dos seus pequenos episódios nacionais.” (p. XII, tradução nossa)³⁸.

Todavia, esta “solução” para o “problema nacional”, por assim dizer, continha aspectos que a tornaram alvo de críticas que abalaram um pouco a reputação literária do autor, já no final de sua carreira. O destaque que a representação do período colonial adquiriu em *Tradições Peruanas*, mais especialmente, foi um gesto percebido como uma espécie de evocação nostálgica deste passado e como tal repudiado. De fato, para Oviedo (1977) “A relação de Palma com a colônia é ambígua porque a imagem literária que oferece dela é complacente e cortês” (p. XXXVI, tradução nossa)³⁹. Manuel González Prada, que seria considerado o grande expoente do realismo peruano, diria em 1888, em sua avaliação da literatura peruana, que na Prosa reinava “[...] a má *tradição*, esse monstro engendrado pelas

³⁷ Citação no idioma original: “Aquí ya se nota una clara asunción de la importancia del género como manifestación literaria del espíritu criollo y popular del siglo XIX: la tradición surge con una pretensión de literatura nacional.”

³⁸ Citação no idioma original: “Tras la épica de la emancipación nacional, sobrevino la comedia (y aun la farsa) de la vida cotidiana bajo el imperio de principios liberales invocados sólo como coartada para el ejercicio autoritario del poder. Palma percibió, en lo más profundo de su experiencia como escritor peruano, esa viva y persistente contradicción, e hizo de tal desajuste entre la realidad y las imágenes que proyectaba, el trasfondo habitual de sus pequeños episodios nacionales.”

³⁹ Citação no idioma original: “La relación de Palma con la colonia es ambígua porque la imagen literaria que ofrece de ella es complaciente y cortesana”

falsificações agrídoces da história e a caricatura microscópica do romance.” (apud OVIEDO, 1977, p. XXXIV, tradução nossa) ⁴⁰.

1.3.1 O paralelo entre as “favoritas”: a “Protetora” e a “Libertadora”

Tendo em mente todo este panorama e, em particular, a maneira como Palma extraía da história as suas tradições, é fácil deduzir os motivos que provavelmente levaram a aparição de Manuela Sáenz nesta obra. Isto se deve não só ao fato de que ela residiu em Lima durante períodos importantes da história política do Peru no início do século XIX, o que a converteu em uma figura pertencente ao “folclore” da cidade e que como tal ficou gravada no imaginário popular, mas também, sobretudo, pelo fato de ela ser vista como uma figura dos “bastidores”, muito embora tenha tido uma projeção considerável na cena pública. Isto porque, para compor e apresentar este outro lado da história, um dos principais recursos utilizados pelo autor consistia em explorar elementos que não costumavam ser contemplados pela historiografia convencional, transformando-os em uma matéria-prima fundamental para a sua criação literária.

Para Oviedo (1977) este era, por certo, um dos maiores méritos artísticos de Palma, pois “Sem ele, realmente, grande parte desse passado lendário teria sido perdido, porque a história – a irmã séria – teria passado ao largo dele.” e não seria atoa que justamente ele tenha tido a habilidade necessária para captar e elaborar o potencial literário que ofereciam: “Somente Palma, ‘limenho velho’, amante de antiguidades, de anedotas domésticas e das pequenas coisas desdenhadas, soube recolher esses restos, dar-lhes dignidade literária e convertê-los em elementos de uma obra clássica.” (p. XXXIII, tradução nossa) ⁴¹.

Não surpreende, portanto, que Sáenz, encontrando-se entre os retalhos de uma narrativa histórica que havia sido devidamente recortada em torno dos chamados próceres da independência, tenha surgido aos olhos do autor como parte de uma instigante “curiosidade histórica”. A principal tradição que ele dedicou à personagem está voltada ainda para a figura

⁴⁰ Citação no idioma original: “[...] la mala tradición, ese monstruo enjandrado por las falsificaciones agrídulcetes de la historia y la caricatura microscópica de la novela.”

⁴¹ Citação no idioma original: “Sin él, realmente, gran parte de ese pasado legendario se hubiese perdido, porque la historia –la hermana seria- habría pasado de largo ante él. Sólo Palma, ‘limeño viejo’, amante de antiguallas y de anécdotas domésticas y de desdeñadas pequeñeces, supo recoger esos restos, darles dignidad literaria y convertirlos en elementos de una obra clásica.”

de outra “mulher”, a também equatoriana Rosa Campusano, encaminhando-se para uma comparação entre elas. Ambas compartilhavam um traço fundamental: Campusano, assim como Manuela Sáenz, era partidária ativa da causa independentista, mas carregou o pesado fardo de passar para a história simplesmente como a “amante” de outro grande expoente das guerras de independência na América Latina, o general José de San Martín, talvez o único a equiparar-se a Simón Bolívar em termos da liderança política-militar.

Enquanto Bolívar conduzia suas tropas em acirrados conflitos ao norte, liberando os atuais territórios da Colômbia, Venezuela e Equador, San Martín deslocava-se ao sul, atravessando os territórios da Argentina e do Chile, até que ambos culminam suas campanhas militares no Peru, onde o domínio espanhol parecia ter fincado raízes mais profundas e difíceis de superar. Supõe-se que tenham chegado a um acordo para seguir com a luta pela emancipação dessa região, no famoso encontro entre os dois generais que ocorreu na cidade de Guayaquil, em 1822, após o qual San Martín recua, retirando-se logo em seguida da vida pública, e Bolívar encerra o processo de libertação.

O fato destas “mulheres” serem tomadas como uma extensão destes dois “homens” com os quais se relacionaram, fica implícito na maneira como o autor se refere a elas ao falar das circunstâncias que motivaram a sua escrita, deixando subentendido ser aí que reside o valor das personagens para uma elaboração literária. Ele afirma: “Eu que tive a boa sorte de conhecer e tratar a favorita de San Martín e a favorita de Bolívar posso estabelecer diferenças cardinais entre ambas. Física e moralmente eram tipos contrapostos” (PALMA, 1896, p. 169, tradução nossa)⁴². Aqui o termo “favorita” é a variante usada para sugerir o caráter não convencional da relação e com a qual, novamente, submete-se a parte feminina à masculina pela indicação unilateral de um vínculo de pertencimento da primeira à segunda.

Entretanto, em que pese o viés androcêntrico com o qual são referidas neste trecho, ao elaborar o seu particular relato histórico, Palma as torna não só protagonistas do relato, como também adentra âmbitos de suas trajetórias que não tocam necessariamente no tema do relacionamento amoroso com esses “heróis nacionais”, ampliando a percepção de suas biografias em determinadas direções. O título dessa tradição – *La Protectora y la Libertadora* – traz em si o caráter dúbio de tal abordagem, pois ao designá-las conforme as alcunhas com que se tornaram conhecidas publicamente e ao largo da história, as coloca como personalidades de relevância e mérito na luta independentista, mas mantendo-as, ao mesmo tempo, girando na “órbita” daqueles dois “astros” principais, pois estas alcunhas também

⁴² Para ter acesso a esta e as subsequentes citações no idioma original da publicação consultada, olhar Anexo C.

podem ser entendidas como derivações das alcunhas de seus respectivos parceiros. Neste caso, a dupla apareceria, conseqüentemente, como uma espécie de correlato feminino da icônica dupla formadas pelo “Protetor” e o “Libertador”.

1.3.2 Tipos contrapostos: “la mujer-acápite y la mujer-hombre”

Se a condição de amante ou o “favoritismo” é o traço em comum que serve como mote para que as personagens sejam colocadas em paralelo, a comparação entre elas visava demarcar primordialmente “diferenças cardinais”, como dito por Palma no trecho citado anteriormente. Fica bastante evidente que o eixo a partir do qual elas são definidas como “tipos contrapostos” é aquele que divide feminilidade e masculinidade, pois também a expressão de gênero da “Protetora” é concebida em termos mais restritos (ou diríamos até exagerados) que fazem dela uma “mulher hiperfeminina” em contraste ao viés masculinizante presente na elaboração da figura da “Libertadora”. Se isto é colocado de maneira mais eloquente e taxativa na frase que encerra o texto – quando se afirma que “La Campusano fue la mujer-acápite. La Sáenz la mujer-hombre.” (p. 171) ⁴³ – dando uma impressão de conclusão, seria preciso ler o “final” no “início” para perceber que essa compreensão permeia todo o relato de Palma e funciona quase como uma premissa na caracterização de cada uma das personagens.

Seguindo uma estrutura formal frequente em diversas tradições, o texto inicia-se com uma narrativa de estilo anedótico, com a qual se faz uma apresentação preliminar de uma das personagens, para, em seguida, inserir uma digressão histórica, que neste caso é uma pequena reconstrução biográfica. O mesmo formato é repetido para a outra personagem de modo que o texto é dividido em três partes: a primeira referente à Campusano, a segunda à Sáenz (dois textos que poderiam ser lidos de maneira independente um do outro) e a terceira, na qual as duas figuras são finalmente cotejadas, unindo-se as duas “pontas soltas” da narrativa.

Ora, uma vez que as personagens são situadas em polos praticamente opostos, essas três partes podem ser entendidas como as etapas de um único processo dialético na qual se

⁴³ Neste caso, optou-se por manter a passagem em espanhol, mesmo ela estando no interior do texto, em virtude das alterações de sentido que uma tradução para o português poderia ocasionar. Vale lembrar que a palavra “acápite” pode ser traduzida como “parágrafo” ou “fragmento de um texto”, segundo o Dicionário da Real Academia Espanhola, mas considerando-se que ela procede do latim com o sentido de “desde o início”, pode estar sendo usada aqui para dar um sentido de “a mulher em sua essência”.

sucedem a tese: (a) Campusano como a encarnação perfeita de uma feminilidade idealizada desde o ponto de vista patriarcal; a antítese: (b) Sáenz como a negação quase completa desta feminilidade; e a síntese: (c) a totalidade de sentido que é atingida apenas com a união de ambas, uma vez que as características de uma se afirmam pela divergência com as características da outra e vice-versa. Diante de “Libertadora”, a “Protetora” parecerá ainda mais feminina, assim como diante da “Protetora” a “Libertadora” parecerá ainda mais masculina.

Já nas anedotas com que narra às circunstâncias especiais nas quais teve a oportunidade de conhecê-las pessoalmente, o autor está como que “pavimentando” os caminhos que levam a esta síntese dialética. Note-se, primeiramente, que no papel de tradicionalista, ela traz à tona as memórias de suas próprias vivências e sem nenhum subterfúgio para expressar as suas impressões mais subjetivas, se coloca como alguém perfeitamente discernível para o leitor, não ficando oculto sob a máscara de um narrador pretensamente imparcial. Isto nos situa, curiosamente, em um terreno literário que é algo próximo ao gênero das memórias em que estávamos anteriormente. Em segundo lugar, notem-se as várias simetrias existentes entre os dois episódios.

Nos dois casos trata-se de um encontro inesperado. Rosa Campusano é a mãe de um amigo dos tempos de escola, que o surpreende na tarde em que o leva para conhecê-la, tendo ele acreditado até então que o amigo possuía apenas o pai. Manuela Sáenz, por sua vez, lhe é apresentada também por um amigo, mas isto, anos depois, quando trabalhando em um navio de guerra que faz uma parada no porto de Paita, aceita o convite deste para conhecer uma personalidade da região acreditando que se tratava de alguma “linda garota”. Apenas após a descrição de toda a cena, revelam-se as verdadeiras identidades das “mulheres” com as quais assim travou contato, tentando provocar no leitor a mesma surpresa que teria experimentado quando se viu diante de figuras históricas conhecidas durante algumas de suas andanças cotidianas.

No entanto, parte do espanto e da comoção que permeiam estes encontros inusitados parece decorrer da constatação da situação adversa nas quais as personagens se encontravam na etapa final de suas vidas. Há, pelo menos, dois elementos que exprimem essa adversidade de um modo mais contundente, conferindo um toque de decadência e infortúnio ao quadro composto por Palma que logo servirá de contraste ao suposto passado de opulências e glórias vivenciado por ambas: por um lado está a descrição das condições de moradia, por outro lado, a descrição da aparência física.

Quanto às condições de moradia, o autor reforça que Campusano vivia “Em um apartamento composto por dois quartos” nos altos do edifício em que estava situada a Biblioteca Nacional, cujo diretor concedia habitação gratuita para algumas famílias (p. 162, tradução nossa). A habitação de Sáenz em Paita – cidade referida como uma não “muito acolhedora estação naval” (p. 165, tradução nossa) e ainda como “um dos lugares mais triste do Peru, por então” (p. 169, tradução nossa) – é descrita como “uma casinha de humilde aparência”, cujos móveis da sala “não negligenciavam a pobreza” (p. 165, tradução nossa).

Já, quanto à aparência física, chama a atenção para as deficiências que cada qual era portadora: enquanto Rosa Campusano “Se apoiava para andar em uma muleta com pretensões de bengala” e “mancava ligeiramente” (p. 162, tradução nossa), a situação de Manuela Sáenz era ainda mais grave: “A pobre senhora fazia muitos anos que se encontrava aleijada. Uma fiel criada a vestia e desnudava, a sentava em uma cadeira de rodas e a conduzia a pequena sala.” (p. 166, tradução nossa).

As alusões ao passado feitas pelo autor já nesta primeira fase de caracterização das personagens procura identificar na imagem degradada do presente os resquícios dos êxitos pretéritos, dando um tom melancólico ao relato. Essas alusões assinalam, sobretudo, a ausência de algo que pode então ser acessado apenas de maneira imaginária ou residual. Porém é justamente aí que cada um dos retratos começa a ser elaborado em direções opostas. Sem dúvidas, é significativo que o comentário nostálgico a respeito do passado da “Protetora” seja um elogio a sua aparência, o que é diretamente relacionada a certo poder que detinha sobre os “homens”, quando ao final de uma descrição de suas características físicas, Palma afirma que “Vinte anos atrás [ela] deveria ter sido uma mulher sedutora pela sua beleza e graça e transtornado o senso de muitos varões em exercício de sua varonia.” (p. 162, tradução nossa).

No caso da “Libertadora” é igualmente significativo que a nostalgia esteja ligada a uma questão de posição social da qual decorreria um poder de outro tipo. Em pequenos detalhes, a sua imagem é associada à de alguém de *status* social privilegiado e revestida, inclusive, com uma aura de nobreza. Isto aparece já na descrição da primeira visão que Palma tem da personagem: “Na cadeira de rodas, e com a majestade de uma rainha sobre o seu trono, estava uma anciã que me pareceu representar sessenta anos no máximo. Vestia pobremente, mas com asseio; e bem se adivinhava que esse corpo havia usado, em melhores tempos, seda, cetim e veludo.” (p. 166, tradução nossa). Logo em seguida, também em função do seu modo de falar, se fazem observações com a mesma conotação: “– Seja você, senhor poeta, bem-vindo a esta sua pobre casa - contestou a anciã, dirigindo-se a mim com um tom tal de

distinção que me fez pressentir a dama que havia vivido em alta esfera social.” (p. 166, tradução nossa). Por fim, vislumbra-se nela uma espécie de autoridade: “No sotaque daquela senhora havia algo da mulher superior acostumada ao mando e a fazer imperar a sua vontade.” (p. 166, tradução nossa).

Até mesmo as considerações de Palma sobre o estilo com que cada uma se expressava e a qualidade do diálogo que manteve com elas sinalizam outras diferenças importantes. O autor parece ter reservas e em certa medida desconfiar das habilidades comunicativas de Rosa Campusano (“Sua conversação era divertida e não escassa de gracejos limenhos, se bem às vezes me parecia presunçosa por rebuscar palavras cultas.”; p. 162, tradução nossa) ao passo que via Manuela Sáenz como alguém com melhor desenvoltura neste terreno (“Sua palavra era fácil, correta e nada presunçosa, dominando nela a ironia.”; p. 166, tradução nossa), considerando-a uma companhia intelectualmente estimulante (“Desde aquela tarde encontrei em Paita um atrativo e nunca mais fui a terra sem passar uma horinha de saborosa conversa com dona Manuela Sáenz.”; p. 166, tradução nossa).

Uma vez que o leitor é arrastado pelas tramas do relato deste encontro não planejado, realiza-se, na sequência, uma explanação sobre a história de vida das personagens. O texto ganha assim ares biográfico que fazem do tradicionalista um investigador, para além de um contador de histórias. Neste segundo momento, o retrato que havia sido esboçado em traços leves e ligeiros – Campusano como uma “mulher” bela e sedutora e Sáenz como uma “mulher” de prestígio e autoridade (“Era um tipo perfeito de mulher altiva.”, diria Palma; 1896, p. 166, tradução nossa) – é enriquecido com mais detalhes. Se poderia mesmo dizer que esses elementos básicos são percebidos como as forças motrizes que orientam suas ações e impulsionam as suas trajetórias.

No caso da “Protetora” isto fica patente na sugestão de que seus atributos físicos teriam lhe rendido um grande número de pretendentes amorosos (“Com esses atrativos, unidos ao de sua beleza pessoal e juventude, é claro que o número dos que se apaixonavam por ela tinha que ser como o das estrelas, infinito”; p. 162, tradução nossa) e mais ainda na sugestão de que ela buscava um parceiro que lhe proporcionasse, mais do que uma simples ascensão social, uma vida verdadeiramente luxuosa, utilizando-se, portanto, da atração que despertava nos “homens” para alcançar objetivos materiais e renunciando aos objetivos puramente amorosos ou sentimentais.

La niña era ambiciosa y soñadora, con lo que está dicho que después de cumplidas las diez y ocho primaveras, prefirió el ser la esposa de un hombre pobre de fortuna que la amase con todo el amor del alma, ser la querida de un hombre opulento que

por vanidad la estimase como valiosa joya. No quiso lucir percal y una flor en el peinado, sino vestir seda y terciopelo y deslumbrar con diadema de perlas y brillantes. (PALMA, 1896, p. 163).

Também no caso de Manuela Sáenz, os rumos da trajetória individual são fundamentalmente determinados pelas relações com o “sexo oposto”. O ponto de virada inicia-se com o rompimento do vínculo matrimonial, seguido do regresso à cidade natal, onde conhece e inicia a relação amorosa com o “Libertador”. Sáenz é destacada e de certo modo enaltecida como a “única mulher que, depois de possuída, logrou exercer império sobre o sensual e volúvel Bolívar.” (p. 167, tradução nossa) ou ainda como “a dama que logrou acorrentar Bolívar” (p. 166, tradução nossa), se representado este, conseqüentemente, como alguém avesso a relações de caráter fixo e formalizado.

Observe-se, todavia, que diferente de Campusano, o seu mérito não está na capacidade de atrair e submeter sentimentalmente os “homens” em geral, mas sim um “homem”, em específico. Além disso, o uso de expressões como “exercer império” e “acorrentar” remete menos a artifícios de encantamento e sedução e mais a uma questão de força e determinação em consonância com aquela imagem de “mulher altiva” e fazendo certo eco do tradicional estereótipo da “mulher valorosa”, cujo “amor” ou “persistência” corrigem os desvios de conduta de seus parceiros.

Além disso, a postura imponente da “Libertadora” se vê refletida em um aspecto chave no qual a sua relação com Bolívar divergia da relação entre a “Protetora” e o “Protetor”. No seu caso, Palma indica que, muito embora tal união ferisse as normas morais, pelo que também lhe dirigi um olhar de reprovação, ela conseguiu impor-se no meio social e alcançar certo reconhecimento, já que ressalta que “Todos os generais do exército [...] tributavam a Sáenz as mesmas atenções que teriam concedido à esposa legítima do Libertador.” (p. 167-168, tradução nossa) e que quando ela residiu com Bolívar em Bogotá, levando “vida íntima, vida inteiramente conjugal, [...] a sociedade bogotana teve que fazer vista grossa diante de tamanho escândalo. A dama quitenha habitava no palácio de governo com o seu amante.” (p. 168, tradução nossa).

Em paralelo, não teria tido a mesma projeção e repercussão social, a relação mantida por Campusano e San Martín, que neste caso era a parte comprometida. Em 1812 ele havia se casado em Buenos Aires com María de los Remedios de Escalada, de quem se viu separado por longas distâncias no decorrer dos anos, em virtude das guerras. A despeito disto, o autor assume um tom de repreensão mais ameno ao referir-se ao casal (refletindo, novamente, a maior complacência com o adultério masculino previsto pelo código moral) e chega mesmo a

esboçar um elogio à postura do general argentino ao afirmar que “San Martín, antagônico nisto ao seu ministro Monteagudo e ao Libertador Bolívar, não deu em Lima motivos de escândalo por aventuras mulhengeras. Suas relações com a Campusano foram às escondidas. Jamais se o viu em público com sua querida; [...]” (p. 164, tradução nossa).

Finalmente, estas diretrizes que orientaram a composição das personagens até aqui são reafirmadas na caracterização da atuação política de cada uma delas. No caso de Rosa Campusano, novamente, o interesse romântico dos “homens” por ela, suscitado pelo poder de “sedução” que habilmente empregava, é eleito o fator determinante. Segundo Palma, as suas principais contribuições à causa se deram por meio da espionagem: conseguia obter informações de lideranças realistas que se apaixonavam por ela e depois as repassava para lideranças patriotas, tendo mantido, para isso, uma correspondência ativa com San Martín desde sua chegada ao Peru. Desse modo, “[...] não poucos planos secretos dos realistas passaram assim desde a casa de dona Rosa até o acampamento dos patriotas em Huaura.”, afirma Palma (p. 163, tradução nossa). Já o êxito de sua intervenção junto ao capitão do Batalhão de Numancia, na importante negociação que determinou a incorporação deste às tropas republicanas, é atribuído a nada mais do que os seus “encantos” (p. 163).

Logo, em que pese à defesa feita pelo autor diante de uma contestação à sua condecoração com a ordem “Caballeresas del sol”, que colocava sob suspeita os seus méritos políticos para recebê-la por ter sido instituída por San Martín, o seu parceiro amoroso – no que Palma argumenta: “É seguro que a nenhuma outra das condecoradas deveu a causa libertadora serviços de tamanha magnitude como os prestados por dona Rosa.” (p. 164, tradução nossa) – a forma com que compreende a conduta política da personagem é fortemente enviesada. Ela baseia-se visivelmente em um paradigma de gênero ancorado na visão da “mulher” como objeto do desejo masculino, fazendo com que as ações destas, mesmo que voltadas para outros fins, estejam sempre pautadas pelas relações sexuais e/ou amorosas mantidas com algum “homem”. Este viés revela-se igualmente na fundamentação sentimental que atribui a sua filiação ideológica quando afirma que “[...] com o entusiasmo febril com que as mulheres se apaixonam de toda a ideia grandiosa, [ela] se fez ardente partidária *da pátria*.” (p. 163, tradução nossa).

Já a atividade política de Manuela Sáenz ganha outros conteúdos. Se a atuação da “Protetora”, tal como retratada, se desenrolava, sobretudo, a partir de espaços privados – nos “elegantes salões” onde transcorriam as “tertúlias” por ela organizadas, que reuniam os mais destacados conspiradores pró-independência, e em outros espaços de sociabilidade, pelos quais circulava como uma exímia espiã – a “Libertadora” é remetida ao espaço público das

ruas e dos quartéis, a partir da menção a episódios em que ela aparece interferindo diretamente na cena pública com a finalidade de conter ou de estimular a agitação política. Um destes acontece durante sua estadia no Equador: “Foi então quando empunhando uma lança e a cabeça de um esquadrão de cavalaria sufocou um motim na praça e nas ruas de Quito.” (p. 167, tradução nossa); e outro durante sua estadia no Peru: “[...] quando estalou na divisão colombiana a revolução encabeçada por Bustamante contra a Vitalícia de Bolívar, revolução que encontrou eco no Peru inteiro, a Sáenz penetrou, disfarçada de homem, em um dos quartéis, com o propósito de mobilizar um batalhão.” (p. 168, tradução nossa).

Além de conferir assim um ar confrontador e destemido a personagem, o autor também parece encarar o seu engajamento de maneira mais independente dos vínculos mantidos por ela com “homens”, sejam das forças realistas ou patriotas. Ele sublinha, por exemplo, que “Durante o primeiro ano de permanência do Libertador no Peru, a Sáenz ficou no Equador entregue por completo a política” (p. 167, tradução nossa). Por fim, ao reportar o seu desempenho na conspiração setembrina – na qual “A Providencia” teria lhe reservado “o papel de salvadora da vida do Libertador” – reconhece as atitudes decisivas que tomou para tal e louva, sobretudo, o seu “coração altamente generoso”, visto que Palma é outro a sustentar a tese de que teria sido ela quem intercedeu, “insistindo energicamente”, para que Bolívar evitasse que alguns conjurados fossem submetidos a pena de morte (p. 168, tradução nossa).

Em suma, o paradigma da feminilidade exemplar, encarnado por Campusano e o paradigma da desvirtuação masculina da “mulher”, encarnado por Sáenz, culmina, ao final, em duas concepções bastante distintas a respeito da atuação política das chamadas “favoritas”. A despeito de esta representação, em termos simbólicos, situá-las distantes uma da outra, elas estiveram próximas na vida real. Biografias de Manuela Sáenz que serão analisadas nos próximos capítulos apontam que durante a sua residência em Lima, ela não só conheceu Campusano como também integrou os mesmos círculos conspirativos, atuando junto em diversas ocasiões e executando ações semelhantes. Palma, entretanto, parece ignorar, ou talvez não leve em consideração, o fato de que é bem provável que as duas “mulheres” que ele situa como arquétipos contrapostos tenham sido, na realidade, companheiras de luta.

1.3.3 Arquétipos femininos na política: a “donzela” e a “megera”

Na última parte que compõe esta tradição, o resultado da comparação explícita que é feita entre as personagens termina por dar um sentido global a todas estas diferenças. O resultado é, como já mencionado, o estabelecimento de uma oposição entre a feminilidade e a masculinidade que são encarnadas por estas figuras. Porém como o feminino e o masculino não são concebidos pelo autor como construções sociais, mas sim como uma espécie de essência ou disposição natural própria a todos os indivíduos que são assignados a uma ou outra categoria em função dos traços biológicos portados, isto se traduz na percepção de que a “Protetora” seria um ser em perfeita conformidade com a essência que lhe seria própria enquanto a “Libertadora” seria um ser em flagrante contradição com esta. Nesta direção, Palma afirma sem nenhuma hesitação: “A Sáenz renunciava ao seu sexo, enquanto a Campusano se orgulhava de ser mulher” (p. 170, tradução nossa) e mais adiante enfatiza: “Decididamente Rosa Campusano era toda uma mulher” (p. 171, tradução nossa). Sáenz que seria, por assim dizer, uma mulher pela metade é definida nos seguintes termos: “Dona Manuela era uma equivocação da natureza, que em formas esculturalmente femininas encarnou espírito e aspirações varonis.” (p. 169, tradução nossa).

As várias qualidades que o autor atribui a uma e outra para respaldar a sua visão deixam em evidência tradicionais mecanismos de inferiorização da “mulher” (e, conseqüentemente, superiorização do “homem”) que são colocados em prática através de determinadas concepções sobre o que constituiria o modo de ser feminino, pois, diria Mackinnon, “Nada como a feminilidade para dignificar a indignidade da pessoa como sendo a sua identidade” (2013, p. 242). Por um lado, as características de Campusano a colocam em um lugar de fragilidade que a fazem necessitar da “proteção” masculina. Esta fragilidade liga-se, em primeiro lugar, ao domínio das emoções. Palma afirma: “Na Campusano vi a mulher com toda a delicadeza de sentimentos e debilidades próprias de seu sexo. No coração de Rosa havia um depósito de lágrimas e afetos ternos, [...]” (p. 169, tradução nossa), ao passo que Sáenz “Não sabia chorar, apenas encolerizar-se como os homens de caráter duro.” (p. 169, tradução nossa). Em segundo lugar, liga-se a falta de autocontrole emocional e a incapacidade para agir com autonomia em situações de perigo. A oposição entre as personagens nesse quesito é também eloquente:

Aquella [Manuela Sáenz] dominaba sus nervios, conservándose serena y enérgica en medio de las balas y al frente de lanzas y espadas tintas en sangre o del afilado puñal de los asesinos. Ésta [Rosa Campusano] sabía desmayarse o *disforzarse*, como todos esos seres preciosos y engreídos que estilan vestirse por la cabeza, ante el graznar fatídico del búho o la carrera de asustadizo ratoncillo.” (PALMA, 1896, p. 170).

A vulnerabilidade a que a “mulher” estaria assim suscetível, por sua vez, torna-se um argumento para a sua reclusão no ambiente doméstico, visto como calmo e seguro, e para a interdição de sua presença no ambiente público, visto como agitado e perigoso e, como tal, apropriado apenas aos homens. Nesse caso a preferência por um ou outro ambiente é apresentada como uma propensão natural das personagens: “A Protetora amava o lar e a vida mole da cidade; e a Libertadora se encontrava como em seu centro no meio da turbulência dos quartéis e do acampamento.” (p.169, tradução nossa). Até mesmo a maneira como se descolavam pela cidade é apontada, sugerindo o contraste entre uma conduta cômoda e cuidadosa e outra ariscada e aventureira: “A primeira nunca passeava se não em carruagem. A outra se viu nas ruas de Quito e nas de Lima cavalgando a maneira de homem em brioso corcel, [...]” (PALMA, 1896, p. 169-170, tradução nossa).

Por outro lado, Rosa Campusano é colocada em um lugar de atração romântica e sexual, o que é ainda exemplificado pela fala do escritor sobre si próprio: “[...] Sem escrúpulos, tendo sido eu jovem nos seus dias de gentileza, me teria inscrito na lista dos seus amantes... platônicos” (p. 171, tradução nossa). Já Manuela Sáenz, que na visão de Palma falhava como “mulher”, é colocada para fora desta esfera de interesse e conduzida ao âmbito da amizade como também o faz, em certa medida, Boussingault. Em ambos os casos, pelo que fica subentendido, a amizade parece ser compreendida como um tipo de vínculo afetivo restrito aos seres do mesmo “sexo” e no qual incorrem sentimentos de afinidade e admiração. Por isso afirma que “A Sáenz ainda nos tempos em que era uma formosura, não me teria inspirado se não o respeitoso sentimento de amizade que lhe professei em sua velhice.” (p. 171, tradução nossa).

A questão da aparência física que está estreitamente vinculada com a pressão para a adequação a padrões estéticos – voltados, sobretudo, para nós “mulheres” por sermos, com frequência, construídas como objetos do desejo masculino – é também um dos temas abordados pelo tradicionalista. Neste caso, o esmero de Rosa Campusano – que “se preocupava com a moda no vestir”, “deslumbrava pela profusão de pedraria fina” e “perfumava o seu lenço com os mais requintados extratos ingleses” (p. 170, tradução nossa) – está em consonância com o que se postulava como o comportamento feminino ideal. Ele destoa da despreocupação de Manual Sáenz – que “vestia ao gosto da costureira”, “usava

sempre duas argolas de ouro ou de coral como brincos” e perfumava-se com a “máscula agua de verbena” (p. 170, tradução nossa). Ademais, outro elemento utilizado para endossar a feminilidade da “Protetora” é a maternidade, cuja ausência na trajetória da “Libertadora” é encarada como uma espécie de castigo divino, já que sobre esse tópico Palma declara: “Deus lhe concedeu [a Campusano] até o gozo da maternidade, que negou a Sáenz.” (p. 169, tradução nossa).

Porém, se o tema da aparência física “favorece” Rosa Campusano, o tema das aptidões intelectuais “favorece” à Manuela Sáenz, seguindo as tendências já esboçadas pelo autor ao tratar das personagens separadamente. A dicotomia entre beleza e inteligência parece estar aqui visivelmente alinhada com a dicotomia entre feminilidade e virilidade que as separa em campos opostos. Palma é enfático ao classificar o tipo de formação recebida e o perfil intelectual de cada uma: “A primeira, educada por freiras e na austeridade de um claustro, era livre pensadora. A segunda, que passou a infância no meio da agitação social, era crente devota.” (p. 170, tradução nossa). Sua fala repousa em uma construção na qual a autonomia de pensamento, o espírito crítico e uma educação apurada não são condizentes com o modo de “ser” feminino. Elas são remetidas ao campo da masculinidade, visto que aos “homens” eram dadas condições bem mais favoráveis para o desenvolvimento da aspiração intelectuais, constituindo-se o universo do conhecimento como um universo predominantemente masculino.

A indicação dos gostos literários das personagens é um último recurso utilizado para demarcar estes estereótipos de gênero, atribuindo-se à “Protetora” um horizonte intelectual bem mais restrito que o da “Libertadora”. Segundo o autor, as preferências da primeira giravam em torno de uma literatura centrada em temas amorosos (“o nome de dona Rosa Campusano figurou no registro secreto do Santo Ofício de Lima por ser leitora de *Eloísa e Abelardo* e de livrinhos pornográficos.”; p. 170, tradução nossa), enquanto as preferências da segunda eram mais variadas e se dirigiam ao que, provavelmente, eram os campos mais prestigiados do conhecimento: a filosofia, a história e a religião, dando mostras de seu contato com grandes clássicos (“Esta lia a Tácito e a Plutarco; estudava a história da península no padre Mariana, e a da América em Solís e Garcilaso; era apaixonada por Cervantes e para ela não havia poetas para além de Cienfuegos, Quintana e Olmedo.”; p.170, tradução nossa).

Enfim, este jogo comparativo no qual deságua a narrativa de Palma, após um envolvente relato anedótico e biográfico, acentua os traços da “caricatura” de gênero, na qual se baseia a sua composição das personagens. Poder-se-ia dizer que o procedimento do escritor neste sentido tem os seus prós e contras. Se, por um lado, os retratos de Rosa Campusano e Manuela Sáenz são pintados com cores vibrantes que despertam atenção, por outro lado, estas

cores não apresentam nuances: cada qual incorpora, praticamente sem contradições e de maneira unilateral, os modelos de feminilidade ou de masculinidade, que são construções sociais naturalizadas pelo narrador, quem atua então quase como um porta-voz ideológico dos mesmos.

Esses prós e contras não são uma característica apenas desta tradição em particular, mas de fato uma marca recorrente na obra de Palma, pois, como apontado anteriormente, ao circundar a “grande história”, recolhendo e reaproveitando as suas “sobras” para transformá-la em uma série de pequenos relatos nos quais ela se tornaria mais amena, divertida e agradável, o escritor muitas vezes recorre ao que haveria de mais peculiar, orientando-se por uma visão carregada de estereótipos. Se, por um lado, isto funciona como uma estratégia para cativar o leitor, por outro o impede de penetrar nas camadas mais densas e “problemáticas” da realidade, de modo que a vivacidade do mundo que a sua narrativa cria acaba redundando em superficialidade. Como explica Oviedo (1977): “Palma não cria em profundidade: procede por acumulação, disseminando os ingredientes de humor e picardia verbais, sem alterar o fundo do relato.” e mais adiante acrescenta: “Essas graças e primores verbais não ocultam, porém, a um olhar atento, a coleção de lugares comuns e generalizações fáceis, naturais (deve-se dizer) ao gênero no qual se apoiam” (p.XXXVIII, tradução nossa)⁴⁴.

Ora, o paradigma da “mulher” de beleza sedutora, temperamento sensível e modos delicados *versus* a “mulher” de inteligência, temperamento fortes e modos irreverentes – que se pode ver tão nitidamente nesta representação da dupla de “favoritas” dos dois grandes generais do exército libertador ou a dupla de “caballeras del sol” que se sobressaíram pelas notórias contribuições à causa independentista – é um exemplo de um desses lugares comuns que são constantemente repisados ao longo da obra tradicionalista de Palma:

La imagen de la mujer en las tradiciones es, para poner sólo un ejemplo, muy reveladora de su visión de la sociedad colonial o republicana del Perú. Para Palma, el destino de una mujer es casi siempre una consecuencia de su belleza [...]. La belleza física suele ser lo único que la mujer realmente puede llamar suyo, lo que la hace valiosa y codiciable por el hombre, más todavía si la mujer la usa con esa malicia y atrevimiento que se llama en el Perú *lisura* y que tanto exaltó Palma. [...] (Correlativamente, la ausencia de atributos físicos es reemplazada por virtudes como el ingenio, la soberbia o el coraje que son descritos desde una perspectiva de irónica superioridad y que, con frecuencia, terminan proponiendo una imagen más bien varonil de la mujer: la marimacho, [...].” (OVIEDO, 1977, p. XXXIX).

⁴⁴ Citação no idioma original: “Palma no crea en profundidad: procede por acumulación, disseminando los ingredientes de humor y picardía verbales sin alterar el fondo del relato. [...] Pero esas gracias y primores verbales no ocultan, a una mirada atenta, la colección de lugares comunes y fáciles generalizaciones, connaturales (hay que decirlo) al género, en los que se apoyan.”

Este paradigma, contudo, estava longe de ser então uma novidade. É curioso notar que estas duas formulações se aproximam relativamente dos dois arquétipos da “mulher” que são identificados por Hanna Pitkin (2013) na célebre obra de Maquiavel, o filósofo florentino do Renascimento, que goza do *status* de fundador da ciência política moderna. Pitkin (2013) observa que apesar de Maquiavel considerar os “homens” como protagonistas quase exclusivos da história, as “mulheres”, ainda que desprezadas como inferiores, são seres que se destacam em sua obra pela grave ameaça que representam. Segundo a autora, para compreender o universo político de Maquiavel é preciso ter em mente que “[...] por trás do mundo aparentemente masculino da disputa política assoma um poder feminino oculto” (p. 220).

Este poder assume basicamente duas formas. Por um lado, trata-se do poder detido pelas “mulheres” jovens e solteiras que, como almeçadas fontes do prazer sexual masculino, conseguem mover e reter os “homens”, mesmo que se mantenham como objetos passivos diante deles. Mais do que isto: o envolvimento afetivo e sexual com elas faz com que os “homens” reduzam suas defesas e se tornem fracos, podendo se deixar levar pelas paixões e negligenciar as tarefas políticas a que se dedicam, “contaminando-se”, enfim, pela “brandura” feminina, ou seja, pela fragilidade e dependência que seriam qualidades típicas de nós “mulheres”.

Por outro lado, há também o poder que é exercido pelas “mulheres” mais velhas e casadas que não se situam na esfera dos interesses afetivos e sexuais dos homens. Estas “mulheres”, já iniciadas na vida sexual, se tornam hostis quase que pelo simples fato de terem maior capacidade de agencia, o que significa que é maior a sua capacidade para escapar do controle masculino. Além disso, são vistas como portadores de propósitos obscuros e malignos. Segundo Pitkin (2013) na obra, sobretudo literária, de Maquiavel o primeiro tipo ganhará forma no papel da “virgem tímida” e o segundo no papel da “megera perigosa”, que muitas vezes pode corresponder à mesma mulher em diferentes fases da vida, ou simplesmente, antes e depois do casamento (p. 232).

Nós “mulheres” somos concebidas, assim, como um “veneno letal” para os “homens” que conduzem os jogos do poder e para a vida política de um modo geral, podendo ser apontadas como um indício da fraqueza ou como a causa mesma do declínio de um governante. Tal veneno agiria sobre o “organismo” masculino, comprometendo as suas habilidades políticas e levando a perda da *virtú*, um conceito que está assim fortemente vinculado com a questão da virilidade. Por isso, Maquiavel mostra-se muitas vezes contrário a presença de mulheres na política e chega até a recomendar aos “homens” a abstenção sexual

ou o exercício da sexualidade dentro de limites que impeçam o estabelecimento de vínculos mais estreitos com as “mulheres”.

Também na obra de Palma certa concepção sobre a letalidade feminina está contida naqueles estereótipos que orientam a sua abordagem sobre as “mulheres”, uma vez que, como situa Oivedo (1977, p. XL), nesta obra é possível depara-se com frequência com a imagem da “mulher-boneca”, cujos encantos são como uma “força irresistível” que leva o homem a cometer loucuras e com a imagem da “deusa vingativa” que é capaz de “provocar catástrofes” por suas próprias ações. De certa forma, as representações da Rosa Campusano e Manuela Sáenz carregam elementos deste mesmo esquema: a beleza da “Protetora” era a força irresistível que cegou muitos dos seus amantes partidários da coroa, dos quais ela obteve informações para favorecer a luta independentista; as intervenções enérgicas da “Libertadora” nos assuntos públicos era a maneira como ela contribuía para provocar a catástrofe que aos poucos liquidava o antigo regime colonial.

Não obstante, Palma não condena estas atitudes. Ao contrário, ao reporta-las – ainda que fornecendo dados muito limitados para uma caracterização adequada da atuação política destas figuras históricas: pouco é dito, deve-se sublinhar, em relação à carreira militar de Sáenz no exército libertador – ele demonstra certa estima pelo engajamento político destas mulheres, inclinando-se para a sua exaltação. Chega mesmo a argumentar que seria injusto o não reconhecimento das contribuições de Campusano, por exemplo: “Na hora da recompensa e das honras, não era lícito ofendê-la com ingrato esquecimento.” (p. 164, tradução nossa). O modo como admite, neste caso, a ação de “mulheres” na história e na política, entretanto, ao fazer eco daqueles arquétipos presentes na obra de Maquiavel, o faz comungar da mesma suposição básica presente no pensamento do filósofo florentino: a ideia de que existiria uma incompatibilidade entre a feminilidade e a atividade política.

Ou seja, para a mulher que corresponde ao ideal do comportamento feminino estipulado socialmente, a atividade política é vista de maneira enviesada e sempre atrelada aos signos mais caros da feminilidade (a beleza, o poder de sedução e etc.) ou, por outro lado, ela é admitida contando que se mantenha dentro de certos limites que constituem um espaço social em geral menosprezado do ponto de vista político (as ações que se desenrolam no ambiente doméstico, como a espionagem e a conspiração, parecem, desde esta perspectiva, ações subterrâneas e quase imperceptíveis, são como os bastidores do teatro político que se encena nos palcos das instituições políticas formais). Já a mulher que atua politicamente para além destas fronteiras, aproximando-se da performance política masculina (ações de protesto e mobilização na esfera pública), tem a sua feminilidade posta em questão ou seria o seu

distanciamento deste ideal de feminilidade que lhe daria aval, ou ao menos certa tolerância, para uma intervenção em condições aproximadas a dos “homens”.

Em que pese esta forma particular como o tema é abordado (que do ponto de vista de uma caracterização histórica mais apurada é inequivocamente limitada e enviesada) não há dúvidas de que texto de Palma abre uma frente de discussão importante ao tocar na questão do envolvimento político da personagem com um pouco mais de profundidade e isto sem deixar de remarcar a divergência entre o seu comportamento e os padrões de gênero vigentes, o que nesse caso é visto como um conflito com a sua própria corporalidade, já que Manuela Sáenz é, em última instância, o “espírito de um homem” que habita no “corpo de uma mulher”. Mais do que isto, observe-se que esses dois aspectos estão relacionados: a inserção do tema “político” não gera um descompasso com a sua “condição biológica feminina” (o que seria de se esperar de acordo com aquela suposição de Maquiavel que tudo indica estar implícita igualmente no pensamento do autor peruano), justamente porque a feminilidade é abolida de sua representação, sendo como que transferida e concentrada exclusivamente em outra figura, a da “Protetora”, que está também no centro deste relato.

Seguindo, portanto, no caminho do que se poderia denominar de uma “masculinização” mais estrita da personagem, a representação de Manuela Sáenz que é feita por Palma parece bem mais harmoniosa ou, ao menos, livre das contradições notórias que estão presentes nas representações anteriores. A primeira imagem que dela temos é a de uma pobre senhora com dificuldades de locomoção vivendo em uma remota cidade do litoral do Peru, mas conservando ao mesmo tempo a postura altiva, a inteligência e o domínio da palavra que faziam pressentir o passado de poderes e glórias que ela teria vivenciado. Logo em seguida é esse passado que o autor procura descrever e do qual ela emerge sob a figura de uma mulher determinada não só em conquistar o coração de Bolívar, mas também a emancipação colonial. Apesar de serem várias as imagens, que se refletem inclusive nas variadas formas como o autor a denomina - “a favorita”, “a dona Manuela”, “a bela Manuelita”, “a Sáenz”, “a Libertadora” e etc. - a personagem mantém uma unidade e coerência ao longo de todo o fio narrativo, o que é possível, por um lado, pela maneira como ela vai sendo construída em uma mesma direção (expressa ao final sob o signo de “la mujer-hombre”), e, por outro lado, pela comparação implícita ou explícita com a figura e a trajetória de Rosa Campusano.

Isto, por sua vez, pode ser ainda compreendido tendo em conta os propósitos literários mais amplos do autor e de sua obra: ou seja, tendo em conta o fato de que Sáenz e Campusano são peças do enorme “gabinete de curiosidades” montado por Palma, a partir do qual ele

procura “reencantar” a história, conduzindo o leitor a apreciá-la no que ela tem de mais prosaico, inusitado ou engraçado. É curioso como ele mesmo reporta a recusa de Sáenz a ser vista de tal forma (“A princípio, dona Manuela recebeu com agrado as visitas, mas compreendendo logo que era objeto de curiosidades impertinentes, resolveu admitir unicamente as pessoas que lhe eram apresentadas pelos seus amigos íntimos da vizinhança” p.166, tradução nossa), muito embora seja justamente dessa maneira que, como tradicionalista, mobilizou a figura dela, visando criar um mundo mais aprazível e uniforme, o que no final das contas se deu à custa de certa exageração e simplificação das formas.

2 A EXCÊNTRICA AMANTE DO “LIBERTADOR”: UMA ANTI-HEROÍNA DA INDEPENDÊNCIA

En Cartagena los blancos eran los únicos caballeros y sus mujeres las únicas señoras. En esa sociedad provinciana y opulenta anterior a la Revolución, las mujeres se dividían en tres clases, recuerda el general Posada Gutiérrez: las señoras blancas, llamadas "blancas de Castilla"; las pardas, comprendidas las mezclas acaneladas de las razas primitivas y las negras libres. Cuando se realizaba un baile, la concurrencia se dividía en tres salones, para las tres clases y razas señaladas. Los caballeros blancos tenían el privilegio de danzar en los tres salones; los pardos, en el suyo y en el salón de las negras; y los negros, sólo podían bailar con sus negras. No es extraño que cuando Fernando VII es privado de su trono, muchos sectores del patriciado criollo exigieran de España la igualdad de españoles y americanos blancos: pero esta igualdad no conmovía a las negras del tercer salón. La rebeldía criolla no pasaba de allí.

Jorge Abelardo Ramos

Se até aqui a questão fundamental sobre a qual nos detivemos foi a compreensão de como a figura histórica de Manuela Sáenz fez a sua entrada no universo literário, nesta segundo etapa a questão torna-se, justamente, compreender como ela saiu deste universo e passou a habitar o imaginário histórico em nível nacional e latino-americano. Ou seja, após embrenhar-se pelas estruturas narrativas para captar a lógica interna de cada uma das representações elaboradas por O'Leary, Boussingault e Palma – os “cavalheiros” que ousaram romper o “decoroso” silêncio dos historiadores – cabe agora alargar um pouco mais o campo de visão para identificar, em linhas gerais, os efeitos que estas representações produziram ao transcenderem os limites de cada um dos textos e se introduzirem-se efetivamente no “mundo”, por assim dizer, sobretudo no que diz respeito à elaboração de uma memória do processo histórico da independência.

Ora, uma vez tomadas essas representações como “invenções significativas”, tal como desenvolvido na introdução desta tese – ou seja, tendo em vista que são ficcionalizações do passado ainda que se apresentem como testemunhos verídicos do mesmo – é preciso ater-se não só ao seu aspecto inventivo, mas, também, ao aspecto significativo. Trata-se, portanto, de

decantar a significação social e política que delas poderíamos extrair como resíduos que se acumulam no fundo de um recipiente, ainda que tais significados possam ultrapassar, em maior ou menor grau, as intenções originais dos seus criadores e que muitas vezes não tenham sido sequer imaginados por estes. Em suma, expandido os laços entre texto e contexto, já parcialmente explorados no capítulo anterior, procura-se unir as pontas da história e da literatura sob o abrigo de um olhar mais amplo que se apoia nas considerações da sociologia histórica e política ao colocar em tela o fenômeno da emancipação colonial na virada do século XIX para a formação das sociedades nacionais latino-americanas.

Para cumprir este objetivo, a discussão realizada no presente capítulo desdobra-se, basicamente, em três etapas. Em primeiro lugar, são traçados paralelos entre as diferentes representações para delimitar as zonas de convergência e de divergência existentes entre elas. A partir de então serão salientados alguns traços que nos permitem delinear os contornos gerais de uma determinada percepção da personagem que se desprende dessa produção, conferindo-lhe um *status* no rol das figuras históricas nacionais que poderíamos definir como o de uma *anti-heroína*.

A chave, porém, para alcançar a significação política mais profunda desta percepção acerca da figura de Manuela Sáenz está na compreensão de como tal construção anti-heroica faz sentido para além dos microcosmos de cada texto e encontra ecos em processos de envergadura social mais amplos que dizem respeito às condições sociais objetivas nas quais se deu a luta por independência assim como em processos que dizem respeito a toda uma recomposição simbólica imediatamente posterior a partir da qual os imaginários nacionais foram sendo forjados. Assim, em seguida, a análise estará focada em estabelecer conexões significativas entre a moldura anti-heroica usada para enquadrar a personagem e uma interpretação sociológica do processo histórico em duas etapas: primeiro, no que corresponderá a segunda parte do capítulo, a luz do processo de libertação colonial como tal, tendo como um dos seus principais eixos articuladores a questão das mulheres, e depois, na terceira parte, a luz do contexto pós-revolucionário no qual se deu efetivamente a elaboração desta produção inaugural.

2.1 Cruzando fronteiras narrativas: um olhar entre o fascínio e a rejeição

Não há dúvidas de que os escritos analisado no capítulo anterior redundam em três representações bem distintas de uma mesma personalidade histórica. Nas *Memórias do general O'Leary*, Manuela Sáenz aparece muito sucintamente como a esposa infiel, que menospreza a devoção do esposo e rouba o coração do grande general do Exército Libertador, lançando este em um profundo dilema moral. Já nas *Memórias de Boussingault* ela se converte na irreverente “Manuelita”, um ser totalmente singular, capaz de se metamorfosear e adquirir aparência e modos ora femininos, ora masculinos. Age, frequentemente, como uma inconsequente menina travessa e, em muitas outras ocasiões, como uma mulher libertina, igualmente inconsequente. Porém, é nos momentos de grave ameaça que revela uma faceta totalmente oposta: torna-se alguém diligente e responsável, mostrando uma admirável coragem e lealdade aos amigos.

Por fim, nas *Tradições Peruanas* de Ricardo Palma ela é também um ser singular, mas nesse caso pelo seu espírito varonil, que transparece na postura altiva, na inteligência e na autoridade que conserva até o final da vida, mesmo cercada pela pobreza e pelos maiores infortúnios. Ela detém, em suma, uma espécie de carisma masculino que a dota de uma distinta respeitabilidade e uma superioridade em comparação com outras “mulheres”. Resumindo em poucas palavras, passamos da “adúltera” para a “excêntrica” e finalmente damos com a “mulher-homem”.

Por mais diversas que estas composições sejam, no entanto, é possível identificar alguns traços gerais em comum. Em primeiro lugar é preciso pontuar que cada uma dessas obras corrobora de diferentes maneiras o lugar de marginalização ou subalternização histórica que é reservado à personagem. Em O'Leary isto fica evidente pelo fato de que, apesar de suas memórias serem uma grande apoteose documental e narrativa que se converteu em uma fonte indispensável para o estudo do processo de emancipação colonial, Manuela Sáenz tem nela um espaço bastante reduzido: é chamada a falar sobre um ocorrido pontual e a sua figura em si apenas ganha destaque em uma nota de rodapé. Isto porque, evidentemente, ela não era tomada como alguém que fizesse parte do primeiro escalão de lideranças da luta independentista, sendo composto este exclusivamente por “homens”, muito embora fosse alguém que, como indicariam estudos posteriores, praticamente integrava o Estado-Maior bolivariano ou, ao mesmo, estava muito próxima deste, influenciando diretamente em decisões importantes.

Note-se que, entre os três autores, O’Leary era aquele que provavelmente pode testemunhar mais de perto o envolvimento de Sáenz com a causa e, além disso, em seu arquivo havia um material documental muito maior sobre ela, que refere ter recebido das mãos da própria. Todavia, na edição final de suas memórias este material não foi incluído, muito provavelmente por ter sido considerado um conjunto de “cartas de amor” sem relevância, que somente se tornaria público tempos depois.

Se em Boussingault e Palma, Manuela Sáenz deixa as notas de rodapé para se converter em tema de capítulo, ela não adentra com isso os palcos principais da história. Ao invés disso, ela é remetida a uma espécie de sub-história que margeia a história principal, da qual se servem esses autores para propósitos literários distintos. Por um lado temos uma obra na qual um renomado cientista francês faz um relato de suas experiências de vida, recordando em especial a passagem por vários países sul-americanos. Intentando deslumbrar o público europeu com sua aventura por essas “terras exóticas” ele se serve, dentre outros elementos, do relato de sua convivência com figuras locais de maior ou menor proeminência. Penetrando assim neste domínio, a sua narrativa parece inclinar-se para um conteúdo mais especulativo sobre a personalidade e o modo de vida das figuras que povoam o cenário “extravagante” da região. Por outro lado, temos uma obra que inaugura um novo gênero literário que, em certo sentido, reinventa ou ressignifica a narrativa historiográfica convencional, lhe dotando de uma atmosfera mais amena, por meio do relato de pequenas curiosidades e anedotas. Neste caso fica ainda mais patente ser esta uma “história em miniatura”:

Palma dictaminó que la tradición era un género ancilar de la historia, un sucedáneo para educar a un pueblo poco letrado, una graciosa “hermana menor” que le agrega a la otra la dimensión de la fantasía, la superstición popular, la voluntad mitificante y legendaria de las explicaciones ingenuas pero vigentes. (OVIEDO, 1977, p. XXIX)

Em segundo lugar, cabe destacar que o fator responsável pela notabilidade da personagem em todas essas narrativas é indiscutivelmente a vinculação com Bolívar. A maneira como a consagração deste como o herói libertador centraliza as atenções e faz todo o entorno ser arrastado em sua direção é algo que se mostra com mais exatidão, novamente, na obra de O’Leary, pelos propósitos e pelo formato assumido por esta, sobretudo, se pensarmos que a única porta que se abre para Sáenz em uma narrativa que segue as diretrizes da história mais canônica e em função da qual ela conquista certo prestígio e relevância é justamente a sua ação em favor da preservação da vida deste herói nos acontecimentos da “conspiração

setembrina”, que segue sendo um episódio significativo nas memórias de Boussingault e digno de menção nas tradições de Palma.

Ora a exaltação de Manuela Sáenz em função do seu papel nesse episódio é talvez o exemplo mais paradigmático de como o seu valor em termos históricos e políticos é derivado diretamente do valor deste e, mais ainda, de como a sua contribuição para a causa é vista como que estando mediada por este. Ela é a “Libertadora do Libertador”, nas palavras do próprio Bolívar, quem, por uma ironia involuntária ou não, na tentativa de render uma homenagem a sua amada, acaba encerrando-a na sombra de sua própria glória.

Se nas outras produções analisadas – Boussingault e Palma – a personagem pode alçar voos mais altos, sendo portadora de uma personalidade e uma trajetória que permitem pensá-la para além desta relação, ela está ainda impossibilitada de chegar mais longe e conquistar uma verdadeira autonomia, uma vez que, dentre outros motivos, a presença de Bolívar continua pautando decisivamente a sua jornada. Lembremos que tanto em um como em outro é sinaliza-se que a derrocada do herói marca o início de uma série de desgraças na vida da personagem, assignando-se implicitamente a estes toda a sorte de seu destino: tanto os seus êxitos quanto as suas desventuras.

Estabelecidos estes contornos iniciais, ao adentrar mais profundamente na análise dessas representações e passando de uma à outra, ainda que sem seguir uma ordem cronológica, é possível perceber as mudanças de enfoque e, ao mesmo tempo, certas recorrências. Não há dúvidas de que em O’Leary o enfoque esteja no desvio configurado pela relação entre Sáenz e Bolívar, o que pesa fortemente na caracterização da personagem, já que a infidelidade feminina é eleita o elemento chave desta polêmica moral. Se aqui ela é designada como a “cara amiga do general”, os outros textos seguem demarcando o seu lugar de parceira amorosa não oficial com outras denominações (como a “amante titular” e a “favorita”), deixando claro que esta relação não gozava do mesmo *status* daquelas assumidas conforme as bases religiosas e legais do casamento. O triângulo amoroso configurado por Bolívar, Manuela Sáenz e o marido desta, como esperado, repete-se nos outros autores, ganhando, contudo, ênfases diferentes.

Boussingault sublinha o suposto abuso de poder de Bolívar ao apropriar-se da “mulher alheia”, enquanto Palma, por sua vez, sublinha a suposta vitória de Sáenz em tornar-se algo mais do que uma aventura amorosa do “Libertador” e em ser reconhecida publicamente como a companheira deste. Todavia, em Boussingault o adultério cometido pela personagem está longe de ser aquilo que mais choca o “respeitável” cientista. É antes a “ambiguidade” de sua expressão de gênero e a sua conduta sexual em geral, que sob as lentes objetificadoras do

exotismo, lhe provocarão mais do que um choque, um profundo desconcerto e, simultaneamente, um secreto encanto (expressão talvez de desejos reprimidos). Boussingault, portanto, acrescenta na “ficha” da personagem outros dois tipos de desvios, para além da transgressão às leis matrimoniais, que são atestados pela conduta supostamente escandalosa da mesma: os desvios das normas de gênero e os desvios das normas da moral sexual.

Por outro lado, se este autor ensaia introduzir o tema político com certo reconhecimento dos méritos de Manuela Sáenz neste quesito (a valentia na defesa dos aliados), isto ganhará um espaço um pouco maior em Palma. Note-se que nas memórias de O’Leary, o relato da personagem é requerido em função de um acontecimento político, mas esta em si é acionada apenas enquanto uma testemunha dos fatos, sendo a dimensão política de suas ações totalmente desprezada quando se fala diretamente sobre ela nas notas de rodapé. De todo o modo, o relato em si de Sáenz serve mais como uma defesa de Bolívar e só indiretamente, ou muito timidamente, serve para uma apreciação de suas próprias contribuições para a causa.

Também em Boussingault o seu engajamento aparece como algo episódico e despolitizado, já que novamente em função de apenas um único evento em particular e mais como um gesto para salvar o homem amado. O que é ainda mais significativo é que a exaltação das qualidades demonstradas naquela dramática ocasião não poderá se realizar no contexto desta narrativa sem provocar uma “distensão” na representação da mulher excêntrica e desajuizada elaborada anteriormente e, se aproveitando da dualidade de gênero que já havia sido estabelecida como traço constitutivo da personagem, acaba terminando por cindi-la completamente ao meio, sendo o lado masculino aquele que discretamente aparece na origem destas qualidades.

Em Palma, ocorre uma grande virada: com lentes também um tanto objetificadoras, mas que, neste caso, são uma espécie de internalização do exotismo, que forja caricaturas para “apimentar” a história nacional, a expressão de gênero de Manuela Sáenz não se define por sua “ambiguidade”, mas sim por sua unilateralidade: ela desfaz-se de todo e qualquer traço de feminilidade para assumir um caráter viril e o contraponto que permite afirmá-la como tal é dado pela figura de outra mulher: Rosa Campusano. Esta, sim, encarna o modo de ser feminino em máxima potência. É justamente este movimento que desloca uma dualidade de gênero que poderia estar sendo portada pela própria personagem, para fora dela, retendo-se em seu interior apenas os traços masculinos, que torna possível, para o autor, tomar com um pouco mais de profundidade e seriedade a atuação política da mesma.

Logo, aqui, uma tensão semelhante a que estava subjacente em Boussingault entre feminilidade e política está presente, mas ela é retirada do horizonte de visão do leitor e é, por assim dizer, “varrida para debaixo do tapete” na medida em que Sáenz é “desfeminilizada” em sua performance de gênero e Campusano despolitizada em sua performance política. Resta dizer que esta representação ao radicalizar a tendência de não identificação da personagem com o que se considerava próprio ao gênero feminino leva a um acirramento do conflito desta com os caracteres biológicos que, supostamente, fundamentariam as diferenças de gênero. Algo que já era indiretamente sugerido por Boussingault, como um dos significados simbólicos que se pode derivar da relação de Manuela Sáenz com o Tequendama, é expressamente assumido por Palma: a ideia de que ela “desafiava” ou mesmo “contrariava” as determinações da natureza.

Em suma, cada um destes enfoques, realçando um aspecto da vida ou da personalidade de Sáenz, corresponde a um recorte específico de uma existência que por certo era bem mais complexa e multifacetada. Em geral, estas representações parecem refletir, primordialmente, as impressões que esta figura histórica provocava no seu entorno social. Ora, o relato destes autores alimenta-se não só daquilo que diretamente testemunharam, mas, em boa medida também, daquilo que se ouvia falar sobre a personagem, das “etiquetas” que o senso comum lhe aplicava. Isto os situa, portanto, mais no domínio da tentativa de caracterização de uma figura pública do que da tentativa de atingir a compreensão profunda de uma individualidade.

Por outro lado, quando se busca entender como essas representações são construídas “por dentro”, percebe-se que o que está por de trás dos diferentes enfoques são as várias “lentes” com que cada autor olha para a personagem, o que equivale a uma das formas com as quais o texto internaliza o seu contexto. Em todos os casos estas lentes são fortemente informadas pelos pressupostos que garantem a manutenção de um sistema patriarcal e pelos preconceitos de gênero vigentes nos diferentes contextos, resultando em narrativas que tacitamente os admitem e reproduzem. Em O’Leary, a inexistência de uma percepção dos mecanismos de opressão da mulher através do matrimônio e da moralidade sexual, com as desigualdades que estes comportavam, leva o autor a encarar o adultério cometido por Sáenz quase como o mero capricho de uma esposa de índole infiel em uma espécie de provocação gratuita ao esposo.

Em Boussingault, o lado oculto do sistema moderno colonial de gênero, bem como o cerceamento da sexualidade feminina, mostra a sua cara e faz o autor considerar a conduta sexual de Sáenz como algo inusitado e totalmente temerário e condenável, ao mesmo tempo em que hipocritamente desfruta da sua apreciação. Em Palma, a profunda naturalização das

diferenças de gênero em prol de um paradigma binário (ou seja, não só a crença de que à “mulher” correspondam certas características e ao “homem” outras, em uma generificação das condutas, como também a crença de que isto é determinado pela biologia), faz da inadequação do modo de ser da personagem a um determinado ideal de feminilidade, motivo suficiente para a sua classificação no polo definido como diametralmente oposto, sob o signo do que é encarado como uma estranha anomalia.

Se aos olhos de uma leitora ou um leitor que vive nos dias atuais e que, portanto, já se encontra distante e descolado do contexto sociocultural que estava na base dessas produções, essas imagens poderão saltar aos olhos como velhos clichês de um enredo sobre uma mulher que não se enquadrava em padrões tradicionais (a “infiel”, a “perdida”, e a “mulher-macho”), em realidade eles denotam o enorme abismo social existente entre o universo feminino e o universo masculino do qual emergem os mitos e as crenças mais fantasiosas sobre o “sexo oposto”. No entanto, mesmo estruturando-se a partir de vieses que com o passar dos anos se tornaram facilmente discerníveis, essas representações comportam pequenas rachaduras que abrem caminho para uma percepção alternativa em relação àquela que elas mesmas fornecem da personagem. Mais ainda: tais rachaduras, se pressionadas, podem fazer toda essa estrutura se despedaçar.

Em O’Leary este contraponto é dado pelas cartas com as quais se procura ratificar as palavras do autor, pois estas contêm o ponto de vista dos personagens envolvidos na polêmica amorosa, o que permite não só captar com mais detalhes as suas motivações como também captar a desigualdade das posições em que cada um estava colocado. No caso de Boussingault, é a dificuldade de compatibilizar as duas formas claramente destoantes que são assumidas pela personagem, mantendo uma coerência argumentativa, que fornece um forte indício das limitações que essa representação oferece para dar conta de sua complexidade. Já em Palma o fator desestabilizador da narrativa é justamente o contrário, ou seja, a total ausência de contradições de uma construção excessivamente unilateral que produz uma impressão de artificialidade e superficialidade na representação cunhada pelo escritor.

É importante estar atento, portanto, não só ao que estes textos desvelam, mas também ao que simultaneamente intentam ocultar, muitas vezes sem sucesso: uma realidade social dinâmica e contraditória que parece pulsar por debaixo da fina camada que recobre a personagem em cada caso e que nem sempre logra mantê-la imóvel sobre os seus contornos. E justamente isto cria uma situação paradoxal em que o esforço feito pelos autores para submeter a figura de Manuela Sáenz à estereótipos mais ou menos vulgares, que lhes ocupa na maior parte do texto, parece dizer mais sobre os autores em si e suas respectivas visões de

mundo, enquanto aquilo que deixam escapar pelas entrelinhas, muitas vezes de maneira não planejada, por não conseguir realizar tal operação de um modo totalmente satisfatório, parece dizer algo mais consistente sobre a pessoa que terá realmente existido. Seria preciso, então, procurá-la (se tivéssemos a intenção de “encontra-la”, o que não é o caso) neste “não lugar”, nesta outra dimensão, ou seja, neste espaço que estrutura-se virtualmente ao espaço da narrativa.

É justamente esta ferida, por assim dizer, que dilacera em maior ou menor grau o tecido narrativo e que aparece de modo sutil em O’Leary, escancarado em Boussingault e dissimulado em Palma que fornece a pista para captar a dualidade básica que estrutura cada uma dessas representações, definindo ao mesmo tempo a atitude ambivalente dos autores diante da personagem. Por um lado, Sáenz é construída como uma figura, em certa medida, maligna, pois é alguém que comete pequenos “delitos” ou é portadora de um caráter com traços desviantes, que comprometem a sua reputação. É justamente neste domínio que as questões referentes ao gênero se tornam chave, seja pela performance deste no cotidiano, pelo adultério, pela conduta sexual ou mesmo pela conduta política em condições que não eram permitidas e, portanto, que eram sistematicamente recriminadas para nós “mulheres”. Por outro lado, em todas estas representações se admite, de maneira mais ou menos explícita, que ela possui também algo de valoroso: seja em sua postura abnegada, corajosa ou combativa, o que torna a questão do engajamento político o fator chave neste outro domínio, ainda que os autores (cegados pelos preconceitos de gênero) não tenham a capacidade de dotar esses atributos de um fundamento político ou o façam, como é o caso de Palma, em detrimento do reconhecimento de sua feminilidade.

Isto faz com que lhe dirijam um olhar que ao mesmo tempo em que a censura, deprecia e rejeita por alguns aspectos (algo que se aproxima sutilmente do escárnio em Boussingault), é um olhar que a estima e aprova por outros. Assim, essas representações não deixam de render certo tributo à memória da personagem, tomando-a como algo relevante ou, ao menos, digno de nota. Em O’Leary e Boussingault o elogio se faz mais explícito em aspectos bem pontuais, já que o primeiro a assinala como um “ser desinteressado” e o segundo a nomeia um “amigo fiel”. Porém é nas tradições de Palma aonde, talvez, a demonstração de afetos chegue mais longe pela maneira com que se sugere em várias passagens que Sáenz lhe inspirava não só amizade como também admiração, e não será coincidência que isto se dê justamente aí onde ela se apresenta em sua forma mais masculina. Uma admiração que, diga-se de passagem, distingue-se claramente da atração romântica e sexual que é algo muito presente em Boussingault. Além disso, Palma é quem reconhece de

forma mais assertiva o seu compromisso político, afirmando, por exemplo, que ela “[...] indubitavelmente foi uma das mais exaltadas patriotas.” (1989, p. 167, tradução nossa), o que também abre maior espaço para certo enaltecimento de sua figura.

Logo, ainda que estes escritos estejam longe de elevar Manuela Sáenz ao panteão consagrado aos heróis da independência, ela tem aí assinalados alguns momentos ou alguns traços de heroísmo que a fazem desempenhar um papel de uma quase heroína ou uma heroína pouco convencional, o que remete a figura literária do “anti-herói”. Em outras palavras, ela não se encaixa nos padrões do herói nacional tradicional, cuja construção refletiria os traços excludentes da comunidade nacional idealizada, como será visto adiante, porém mesmo com todos os seus pontudos “defeitos” de uma ou outra forma estas narrativas acabam dobrando-se diante dela ou no mínimo atrapalhando-se na tentativa de subjugar-la aos parâmetros que estabelecem. Há algo mais que sutilmente lograr dribla essas estruturas, como uma erva daninha brotando em meio ao concreto. Logo, concebida entre o “bem” e o “mal”, a um passo de ser tomada como a “vilã” e bem distante da imagem da “mocinha”, embora não totalmente indiferente a esta, ela é capaz de cativar e conquistar um lugar de consideração ainda que nas margens da história.

2.2 Os caminhos da luta por independência

2.2.1 Colocando o protagonismo crioulo em perspectiva

Nas ambiguidades e contradições do *status* de Sáenz no imaginário que se desprende desta produção estão refletidas, em primeiro lugar, diríamos, as contradições do próprio processo da independência latino-americana se tivermos em conta o embate de forças fundamental que estava contido em seu interior. Mesmo os clássicos estudos historiográficos fornecem pistas que nos permitem interpretar tal embate como uma das linhas mestras, senão a linha mestra, deste processo que marca, por assim dizer, a inserção da região na chamada era das revoluções, tal como seria definido por Eric Hobsbawm. Uma era na qual se desafiavam os regimes absolutistas e suas respectivas instituições políticas e lançavam-se as bases para o estabelecimento da nova ordem política burguesa, sob a égide de princípios democráticos e liberais.

Ora, a literatura historiográfica da independência sublinha de maneira consistente que a ruptura do vínculo com as metrópoles ibéricas – outrora grandes potências da expansão naval europeia, que se encontravam reduzidas, então, a nações de economia “atrasada” e “subdesenvolvida” – correspondia a uma série de fatores econômicos e políticos de ordem estrutural que se consubstanciaram em um movimento insurgente capitaneado, paradoxalmente, por uma fração da sociedade colonial que havia sido aquela que mais se beneficiou deste mesmo sistema de exploração ao longo de séculos de colonização: a elite branca local descendente dos colonizadores europeus (os denominados *criollos* nas colônias espanholas), formada por grandes proprietários que extraíam suas riquezas da exploração de enormes contingentes da população negra e indígena submetida a formas de trabalho pré-capitalista.

Conduzida por um setor social com traços pronunciadamente aristocráticos, a revolução da independência, embora embalada por uma retórica moderna e ilustrada, acabou por reciclar as estruturas de poder que mantinha este setor no topo da hierarquia social, uma vez que agora ele podia se ver livre das amarras da burocracia política-administrativa e do comércio colonial, ambos controlados, quando não monopolizados, pelos agentes metropolitanos, em sua maioria, imigrantes espanhóis a serviço da coroa (*peninsulares* ou *chapetones*, como eram chamados em muitas colônias espanholas). Em outras palavras, removida a parafernália jurídica e política do regime colonial – cujas engrenagens, em alguns casos, já vinham se mostrando um tanto emperradas e inoperantes – pouco havia se modificado o *status quo* extremamente desigual que conferia os lineamentos básicos tanto da “velha” quanto da “nova” ordem social. Por outro lado, a transformação daquele vasto território colonial em nações “livres” era também um dado um tanto relativo, pois os novos países estavam longe de alcançarem uma inserção no sistema mundial verdadeiramente autônoma e soberana. A América Latina entrou de vez na órbita de influência e domínio da Inglaterra, a nova potência econômica em ascensão sob o fervor da Revolução Industrial.

Se isto diz muito sobre o processo que instaurou os marcos essenciais do nascimento das nações latino-americanas, visto por uma perspectiva crítica, não diz, entretanto, tudo que ainda poderia ser dito. Se ao fim e ao cabo a independência expressou os ideais de uma casta privilegiada, no desenrolar do processo de luta, que abarcou setores bem mais amplos da população até tocar naquela multidão de despossuídos e superexplorados, constituíram-se outros horizontes emancipatórios, muito embora estes não tenham adquirido uma formalização rebuscada pelas ideias das mais avançadas filosofias europeias. A precedência *criolla*, apesar de ser um dado incontestável – e um tanto aterrador se tivermos em conta a

pequenez numérica que este grupo representava naquela sociedade – não se deu de um modo simples ou natural. Ela precisou se erguer e se impor sobre uma torrente de inquietação popular. É justamente este embate de forças, que às vezes processava-se subterraneamente e às vezes atingia à superfície dos fatos, aquele ao qual nos referimos como um ponto estratégico para captar a questão da independência com maiores nuances.

Assim, vários autores que enfocam os contornos especificamente *criollos* que adquiriu a causa libertadora sinalizam também as tensões existentes entre estes e os anseios populares, ainda que muitas vezes tais anseios apareçam de maneira colateral em suas análises: são um pano de fundo agitado para uma história que é protagonizada por outros ou são massas habilmente manipuladas pelos donos do poder. Lynch (1991; 2001), por exemplo, ao situar as origens da independência, sublinha com especial atenção os fatores que levaram a desestabilização do pacto existente entre as elites locais e a metrópole sob o qual estava conformado o regime de exploração colonial. As fissuras que se produziam, assim, no bloco que constituía a classe dominante tinham, em linhas gerais, um viés econômico e um viés político.

Por um lado, a prosperidade econômica experimentada com algumas medidas que flexibilizavam a abertura do comércio, as quais Espanha e Portugal tinham sido levados a adotar em etapas anteriores, gerou a ambição de crescimento e expansão dos negócios em alguns setores da elite, enquanto outros foram prejudicados, deixando claro, de todo modo, as dificuldades causadas pela impossibilidade de definição da política econômica de maneira mais conforme os interesses destes grupos enquanto a “América” permanecesse sobre o arbítrio destas nações estrangeira. Por outro lado, as Reformas Borbônicas implantadas ao longo do século XVIII na tentativa de reforçar o poderio espanhol sobre as colônias, que havia sido afrouxado por uma série de circunstâncias históricas anteriores, levaram ao que o autor denomina de desconstrução do Estado *criollo*, com medidas que reduziam a participação destes grupos no aparato administrativo, militar e religioso em prol de garantia da supremacia metropolitana em tais organizações. Elas teriam um correlato nos domínios portugueses com as reformas pombalinas, que tiveram, contudo, repercussões um pouco menos explosivas.

A maneira como toda esta conjuntura aguçou as rivalidades entre *criollos* e *peninsulares* – em que pesem as ressalvas do autor quanto à possibilidade de fixar uma “simples dicotomia” entre ambos – é certamente um componente importante que contribuiu inclusive para a afirmação de uma identidade “Americana” em contraposição ao que esta mesma elite *criolla* considerou ser, em outros tempos, a sua *madre patria*. Não à toa a frustração e o ressentimento dessas castas, que gozando de inúmeros privilégios sociais viam-

se podadas em suas aspirações políticas e econômicas, é frequentemente lembrado no contexto que situa a sua conversão em agentes rebeldes diante da chamada “segunda conquista da América”, com a qual se tentava fazê-los retroceder das posições que haviam galgado ao longo dos anos.

Ao mesmo tempo, Lynch nos permite enxergar também que talvez o drama *criollo* fosse apenas uma reação superficial de algo bem mais grave que emergia das entranhas da sociedade colonial. Isto porque o autor aponta para uma crescente insatisfação popular, que dava sinais claros quanto à possibilidade da eclosão de mobilizações com potencial para colocar em cheque as estruturas sociais mais profundamente desiguais, sendo este um fator chave a ser levado em conta na busca das razões pelas quais os *criollos* teriam abraçado a causa da independência. De fato, pode-se imaginar que somente algo mais premente faria esta classe deixar de lado as comodidades de uma vida pacata para lançar-se na aventura da emancipação que no caso das colônias espanholas adquiriria proporções bélicas bastante amplas e da qual ela não conseguiria se desvencilhar tão facilmente.

O autor desenvolve este argumento em várias direções. Primeiramente é interessante observar como situa o que se poderia designar como um ciclo de rebeliões populares que tiveram lugar no final do século XVIII antecedendo cronologicamente, portanto, as guerras de independência que se estendem pelas primeiras décadas do século XIX. Neste caso, a combinação entre a postura abusiva de funcionários reais, a cobrança de impostos cada vez mais altos e a deterioração das condições materiais de vida da população teria aguçado tensões étnicas e sociais profundamente arraigadas, levando o povo a se sublevar contra as autoridades no que foram os maiores movimentos da luta anticolonial presenciados até então. Destacam-se, por exemplo, o movimento *comunero* que desabrochou em Nova Granada em 1781, iniciando-se como uma agitação contra a pressão fiscal e monopolista da coroa, o que agrupou tanto os setores mais abastados quanto os mais empobrecidos contra a administração colonial. Lideranças mais próximas da elite *criolla* procuraram, no entanto, controlá-lo, fazendo-o capitular mediante acordos. Porém em outras frentes o movimento manteve-se combativo, assumindo uma maior radicalidade contra as injustiças sociais, sob a liderança de figuras do povo como José Antonio Galán, o que fez com que os *criollos* se descolassem do movimento, somando forças com os realistas para a sua repressão.

Um ano antes, em 1780, uma revolta antifiscal alastrava-se também pelo Vice Reino do Peru, mas neste caso ela foi sobreposta pelo protesto indígena que culminou na chamada Grande Rebelião liderada por Tupac Amaru II, sendo esta também brutalmente reprimida com a ajuda *criolla*, apesar de sua impressionante pujança revolucionária. Lynch não considera

estes movimentos exatamente como precursores da independência, embora as tenham antecipado. Explica que os *comuneros* opunham-se a uma administração colonial que consideravam inadequada, mas não ao sistema colonial em si, enquanto no Peru era a opressão indígena, praticada tanto por *criollos* quanto peninsulares, que estava sendo confrontada, tendo a libertação do domínio espanhol sido colocada em pauta como parte de um programa que ia muito além e dava os contornos de uma autêntica revolução social. Porém, em sua perspectiva, essas revoltas deixaram em evidência que não havia espaço para uma política de tipo reformista que aplacasse os anseios populares e assegurasse a perpetuação do velho regime colonial, dando-lhe ao menos uma sobrevida. Uma ruptura mais decidida com este colocava-se, assim, no panorama como uma opção cada vez mais incisiva. Em suas palavras:

Sin embargo, aunque los insurrectos no formularon ninguna idea de independencia, colaboraron en crear un clima de opinión que los presentaba como un reto fundamental al sistema tradicional. Probaron que en efecto la fórmula «Viva el rey y muera el mal gobierno» era obsoleta; como medio de protesta ya no podía seguir siendo realista, desacreditada como estaba por los mismos Borbones, cuya política centralizadora invalidaba la vieja distinción entre el rey y el gobierno, e hizo a la corona francamente responsable de los actos de sus servidores. Además, las revueltas hicieron más patente el hecho de que el nuevo gobierno venía de fuera. En este sentido, constituyeron una etapa más avanzada del desarrollo o en la toma de conciencia de las colonias, signo de incipiente nacionalismo, defensa dramática de una identidad y de unos intereses claramente diferentes de los de la metrópoli. Los comuneros manifestaron que Nueva Granada era su país, que éste pertenecía a quien había nacido y vivía allí, y que estos propietarios naturales se veían amenazados por los españoles intrusos. También la rebelión en Perú expresó un sentido de nacionalidad. (LYNCH, 1991, p. 32).

Porém, se o caminho da emancipação colonial afigurava-se como algo cada vez mais incontornável, para os *criollos*, em particular, a possibilidade de que ele seguisse por uma rota revolucionária era algo que ameaçava a sua própria existência enquanto classe. Portanto, outro efeito bastante significativo destas mobilizações é que elas teriam colocado à prova, não o desejo, mas a capacidade do Estado colonial para manter aquelas enormes populações de descontentes sobre um estrito controle social que desse segurança às elites locais para seguir explorando sua força de trabalho sem maiores resistências. Em outras palavras, se sentiram vulneráveis em uma situação de maior polarização social em que finalmente o poder metropolitano não parecia lhes fornecer um escudo forte o suficiente para protegerem-se de tal ameaça.

Tudo indica, portanto, que não só a *mágoa criolla* em relação à metrópole europeia, mas também o *temor criollo* em relação às insurreições populares teria sido um componente

importante do panorama político prévio à independência. Deve-se acrescentar ainda que – diferente da independência das Treze Colônias Britânicas que deram origem aos Estados Unidos da América em 1776 e da Revolução Francesa em 1789 (com exceção de sua fase de radicalização jacobina), em geral, apontadas como fontes de inspiração para as independências latino-americanas, tendo exercido sobre elas uma influência quer em termos ideológicos, quer em termos práticos – a libertação da colônia de Saint-Domingue do julgo francês, dando origem a nação haitiana, apareceu aos olhos desta elite, ao contrário, como uma experiência aterrorizante da qual buscaram se distanciar e isto se deveu, justamente, ao teor revolucionário desta. Neste caso, a divisão dos setores que habitavam o núcleo do poder colonial, mediante a turbulência da revolução que se desenrolava em solo metropolitano, deu ensejo para um levantamento de escravos, em 1791, que ganhou força e terminou por conquistar não só a independência como também a abolição da escravatura em uma forte ofensiva contra a classe dirigente branca que restou praticamente aniquilada.

Nessa linha de raciocínio o autor avança, então, o seu argumento em uma segunda direção que nos parece ainda mais crucial para explicitar a importância do fator popular na questão da independência, ainda que esta seja vista em termos do protagonismo *criollo*. Isto porque Lynch (2001) sugere que, “no frigidar dos ovos”, este teria sido o fator realmente decisivo para o engajamento desta casta na luta, na medida em que, temendo que o sistema colonial sucumbisse no que se denominava, então, de uma “guerra de raças”, ela havia finalmente buscado se colocar à frente de um movimento por mudanças, assegurando que estas se mantivessem nos limites dos seus interesses. Os *criollos* teriam, enfim, “feito a revolução” para a garantia da ordem, o que não pode deixar de conferir-lhe certo ar farsesco:

Abandonados por España, los criollos todavía eran conscientes de las exigencias más radicales de los sectores populares y de las divisiones raciales de las que podrían convertirse en víctimas. Los campesinos y el pueblo de México y del Perú, los indios y las castas de los Andes no podían dejarse sin una autoridad suprema. La rebelión de esclavos y negros que tuvo lugar en Coro en 1795, instigada por la revolución de los esclavos de Santo Domingo y que proclamaba “la ley de los franceses”, fue seguida por la conspiración de Manuel Gual y José María España en La Guaira en 1797. Ésta exigía tanto igualdad como Libertad, una república y reforma: tales reclamaciones resonaron en la revuelta mulata de Bahía em 1798. Todos estos hechos terminaron persuadiendo, no sólo a la elite venezolana, sino a muchos otros en las Américas, que llegaba el momento em que tendrían que adelantar-se a la revolución para salvarse a sí mismos. (LYNCH, 2001, p. 169).

O acontecimento que proporcionaria finalmente o acerto de contas final entre os *criollos* e o regime colonial veio à tona no alvorecer do século XIX, quando em 1807-1808 se deu a invasão napoleônica da península ibérica. A desestabilização das monarquias – que, no

caso Português, foi contornada com a apressada fuga da família real para o Brasil, mas que, no caso Espanhol, levou à deposição do Rei Fernando VII – fez o poder metropolitano enfrentar uma crise de legitimidade nas colônias. Diante do enfraquecimento do controle imperial, os *criollos* procuraram aproveitar-se das brechas e preencher os vazios de poder que se criaram em tais circunstâncias e, a exemplo do que ocorria na metrópole, criaram juntas de governo provinciais, com as quais buscaram alcançar a tão almejada autonomia política e comercial, chegando, em alguns casos, a propugnar abertamente a emancipação colonial⁴⁵. Estas iniciativas foram sufocadas com níveis variados de violência, mas este fracasso inicial não foi algo sem maiores consequências. A partir deles a causa foi amadurecendo e ressurgiu, novamente, com o agrupamento de novas forças de libertação, dando início aos confrontos militares que se estenderiam pela próxima década.

Tomando o movimento *criollo* de formação de juntas autônomas de governos como o marco zero da luta, ou seja, como aqueles movimentos que teriam sido os verdadeiros precursores do processo, o autor ratifica a sua compreensão da independência nos termos mais estritos da busca deste setor por um autogoverno, concentrando-se, portanto, em uma reestruturação das instituições políticas. As agitações populares, que traduzindo as reivindicações da camada social explorada, composta por negros, indígenas e mestiços, empurravam as transformações sociais para além desta linha, são vistos então como uma força que se desenvolvia paralelamente e, até mesmo, à sua revelia, em que pese o fato de que a guerra de emancipação teria fornecido um contexto propício para que elas se intensificassem. Desta forma, a sua caracterização deste quadro é bastante contundente ao afirmar que “Al resentimiento criollo le acompañó un malestar popular que tenía mayor capacidad para provocar una revolución social que la independencia política. Este malestar fue un continuo desafío a la autoridad durante la colonia, la revolución y la república” (LYNCH, 2001, p.147).

Contudo a distinção que Lynch consegue estabelecer entre estas duas tendências, ainda que para fins de uma interpretação global das raízes do processo histórico, mostra-se bem menos nítida quando os seus desdobramentos são analisadas em detalhes. A pretendida direção *criolla* e a rebeldia popular ora convergiram e ora se chocaram com grande frequência e intensidade, como sugere o próprio autor. Porém, mais do que isto, há aí elementos que permitem afirmar, novamente, que o impulso fornecido à luta por aqueles situados na base da pirâmide social, longe de ter sido um elemento marginal foi, na realidade, um componente

⁴⁵ As primeiras juntas a serem formadas são as de Caracas, Quito e Montevideo em 1808 e, no ano seguinte, foi a vez de Buenos Aires, Chuquisaca e La Paz. Já em 1810, as novas vitórias da França sobre a resistência espanhola tornaram a visão do futuro da metrópole ainda mais turva e produziram uma segunda onda com iniciativas que se espalharam pela Venezuela, Nova Granada, Quito, Chile e também em Buenos Aires.

político fundamental que definiu importantes pontos de inflexão no seu transcorrer e colocou as questões mais estratégicas no horizonte de suas lideranças políticas. Vejamos o que nos diz a respeito outro historiador.

Donghi (2005) fornece uma caracterização bem instigante do desenvolvimento das guerras de independência. O autor aponta que a iniciativa *criolla* de tomar o lugar dos peninsulares na administração colonial – nesta etapa que funcionaria como um prólogo da independência – se deu com base em uma reivindicação do poder que se pretendia pacífica e, em tese, dentro da legalidade, pois, com a metrópole convulsionada, já não havia rei com autoridade legítima perante o qual se curvar. Mais que uma artimanha para ocultar suas reais pretensões emancipacionistas, estas bases refletiam o fato de que os *criollos* sentiam-se mais os herdeiros de um poder caído do que propriamente opositores radicais do sistema. Simplesmente almejavam colocar este patrimônio político colonial funcionando a serviço dos seus interesses de classe. O problema é que ao iniciarem esta movimentação caíram nas redes de um conflito cujas consequências não fossem talvez aquilo que haviam previsto inicialmente:

Por ahora la revolución es, en efecto, un drama que se representa en un escenario muy limitado: las élites criollas de las capitales toman su venganza por las demasiadas postergaciones que han sufrido; herederas de sus adversarios, los funcionarios metropolitanos, si bien saben que una de las razones de su triunfo es que su condición de americanas les confiere una representividad que todavía no les ha sido discutida -la de la entera población indiana-, y están dispuestas a abrir a otros sectores una limitada participación en el poder, institucionalizada en reformas liberales, no apoyan (no conciben siquiera) cambios demasiado profundos en las bases reales del poder político. No parecen advertir hasta qué punto su propia acción ha comenzado a destruir el orden colonial, del que piensan heredar; no adivinan que sus acciones futuras completarán esta obra destructiva. Pero ya no pueden detenerse; estos hombres prudentes han emprendido una aventura en que las alternativas, como dice verazmente la retórica de la época, son la victoria o la muerte: los ejecutados de 1809 muestran, en efecto, cuál es el destino que los espera en caso de fracasar (DONGHI, 2005, p. 95).

Estas consequências não previstas ou não intencionais, que comprometem a ordem em níveis mais elevados em relação aos ideais criollos, ligam-se essencialmente ao que se designa como uma ampliação das bases do movimento independentista. A análise de Donghi (2005) nos permite identificar as condições em que se deu essa ampliação e os atritos por ela provocados em diferentes etapas. Em um primeiro momento, que vai de 1810 e 1815 aproximadamente, a luta possui os contornos de uma guerra civil americana que opõe frações da classe dirigente, cada uma das quais procura obter a adesão de outros setores para incrementar o seu poder de combate. Isto, porém, não se dá por meio da persuasão ou de

maneira voluntária, mas sim por uma questão de força, na medida em que cada fração arregimenta os seus subordinados graças ao seu poder de mando. Quando esta “aliança” ameaça escapar ao controle das classes “superiores”, ela é imediatamente desfeita ou devidamente contornada.

Daí o fato de que a classe dirigente de Buenos Aires, por meio de sua junta revolucionária, tenha apoiado a expedição militar que liberou os indígenas do Alto Peru do pagamento de impostos e também movimentos que mobilizavam a plebe rural, uma vez que estes não colocavam em risco o seu poder local, mas tenha tido outra postura para com o movimento liderado por José Artigas na Banda Oriental, que se desenrolava mais próximo de suas cercanias e se lançava contra a estrutura fundiária com a distribuição de terras para negros, indígenas e camponeses pobres. No Chile também grupos mais moderados, que recusavam ultrapassar os círculos mais estreitos das camadas militares e urbanas, tomaram a dianteira do movimento que, posteriormente, alinou-se ao redor de Bernardo O’Higgins em oposição a José Miguel Carrera e seus irmãos que eram considerados chefes com tendências mais radicais.

Já na Venezuela a questão se tornaria mais crítica, pois quando o movimento encabeçado por Francisco de Miranda fracassou, a queda da Primeira República, e a aristocracia de Caracas, os chamados *mantuanos*, deu por encerrada uma luta que ameaçava alvoroçar ainda mais os escravos de suas enormes plantações de cacau, outras lideranças retomaram a partir de outras regiões – destacadamente Santiago Mariño desde Cumaná e Bolívar desde os Andes – em uma segunda revolução, na qual os embates assumiram um formato bem mais agressivo, a chamada *guerra de morte* aos espanhóis. Esta acabou, contudo, sendo novamente derrotada pelas forças realistas à frente das quais estava José Tomás Boves com um exército de extração mais popular, devido a forte presença de *llaneros*, produzindo a queda da Segunda República. Já em Nova Granada teriam sido as tendências dispersivas de suas províncias, dominadas por oligarquias locais, que impediram a consolidação e expansão do movimento de libertação, sem que este se enfrentasse com grandes tensões advindas das contradições da estrutura social, enquanto o Peru mantinha-se como uma espécie de núcleo duro do poder metropolitano, apesar da ocorrência de um levantamento em Cuzco em 1814.

Embora as forças revolucionárias se encontrassem, então, bastante enfraquecidas em um momento de refluxo, a partir de 1815 a guerra começou a adquirir as feições de um conflito internacional, já que a metrópole espanhola, que havia se libertado do invasor francês e restituído ao trono o seu antigo Rei, passava a enviar mais soldados e recursos a

combaterem em defesa de suas possessões coloniais (destacadamente, o envio de Pablo Morillo comandando um exército de dez mil homens). O saldo da primeira etapa seria, portanto, um aprofundamento do conflito que implicava diretamente na necessidade de reforço das forças militares, incrementando a tensão com as bases populares que já vinha sendo experimentada:

Los [efectos] políticos y militares en primer término: ellos eran particularmente intensos en Venezuela y en algunas zonas marginales del Río de la Plata, donde se había asistido a una movilización popular en vasta escala, capaz de desbordar el marco institucional preexistente. Las consecuencias de este proceso eran demasiado evidentes y alarmantes para los dirigentes políticos de uno y otro bando; allí donde alcanzaba sus extremos, la disciplina social parecía en peligro de disolverse, y las persecuciones contra los realistas o contra los patriotas, contra los peninsulares o contra los criollos, corrían riesgo constante de transformarse en una guerra caótica de los pobres contra los ricos.

Pero aun salvando estos extremos, aun los más prudentes jefes realistas y patriotas se veían obligados a entrar por un camino cuyos futuros tramos los llenaban de una alarma no inmotivada. Tenían que formar ejércitos cada vez más numerosos, en los que las clases altas sólo proporcionaban los cuadros de oficiales; eso suponía armar a un número creciente de soldados reclutados entre la plebe y las castas. Tenían que mantenerlos pasablemente satisfechos; ello implicaba una tolerancia nueva en cuanto al ascenso. [...] Tenían además que dotarlos de recursos; y aquí la política toca con la economía. (DONGHI, 2005, p. 105).

Donghi (2005) chega, de fato, à conclusão de que o aporte popular dado à luta pela independência, ainda que visto apenas pelo ângulo da atuação militar e supostamente estando distante de ser um engajamento politicamente esclarecido e organizado, ao ser levando mais longe nesta segunda etapa por uma necessidade iniludível das direções *criollas*, alterou sensivelmente a natureza do processo em curso mesmo que isto tenha se dado com graus variáveis em cada região em resposta a circunstâncias políticas e sociais específicas conformadas em cada uma delas. Em outras palavras, para o autor, a emancipação tornou-se também, em certa medida, uma causa do povo, embora como tal ela fosse mais alimentada por um contexto de ganhos imediatos do que por um ideário político mais detidamente elaborado:

Entre los realistas, como entre los revolucionarios, la plebe y las castas tienen su parte en la victoria y no tienen las mismas razones que las oligarquías locales, o los oficiales metropolitanos amigos del orden, para querer moderar sus consecuencias. Sin duda, la transformación de la revolución en un proceso que interesa a otros grupos al margen de la élite criolla y española ha avanzado de modo variable según las regiones, desde un máximo en Venezuela hasta un mínimo en Nueva Granada, donde las disensiones revolucionarias son las de las oligarquías municipales, cuyo dominio no ha sido aún cuestionado; el Río de la Plata, menos tocado que Venezuela por el proceso, que el poder revolucionario parece aún capaz de controlar, ha sido, sin embargo, más afectado por él que Chile. Pero en todas partes se ha avanzado demasiado en este sentido para que sea posible clausurar todo el episodio como una

deplorable rencilla interna a las élites del orden colonial; hay ya demasiados interesados en que esto no suceda. Sería, sin duda, antihistórico ver en estos enemigos de la conciliación adversarios lúcidos del orden social prerrevolucionario; eran tan sólo gentes escasamente interesadas en la supervivencia de ese orden y directamente interesadas, en cambio, en mantener abiertas las nuevas oportunidades que (al margen si no en contra de ese ordenamiento) la guerra había creado (DONGHI, 2005, p.107).

Por outro lado, nesta segunda etapa a empresa revolucionária tornou-se menos vacilante e improvisada, pois ela já não se processaria a partir de focos rebeldes isolados e ganharia maior coerência e unidade a partir de grandiosas campanhas militares que notabilizaram os seus principais líderes, cuja condução estratégica contribuiria para alcançar as mais importantes vitórias. Estas campanhas dividiram-se basicamente em duas frentes. De um lado, partindo do sul com o apoio do governo de Buenos Aires, um exército comandado por San Martín alcançaria o Peru pela rota do Chile, deparando-se com os desafios de uma jornada pelos Andes e arrematando a independência chilena com a Batalha de Chacabuco em 1817.

De outro lado, Bolívar, partindo do norte, penetraria no interior venezuelano e impossibilitado de chegar à Caracas empreenderia também a sua travessia dos Andes, libertando uma parte importante dos territórios de Nova Granada na Batalha de Boyacá, em 1819 e acumulando forças para uma nova investida sobre a Venezuela que teria êxito em 1821, com a batalha de Carabobo. Sobrepondo as dificuldades, as forças de libertação acumulariam ainda novas vitórias na etapa final da guerra, com a libertação de Quito na batalha do Pichincha em 1822 e, finalmente, a libertação do Peru com as batalhas de Junín e Ayacucho em 1824, fruto de uma articulação das forças de ambos os líderes que convergiam, então, para a derrubada deste último bastião do poder realista.

As proporções assumidas pela guerra e os novos rumos que esta imprimiu ao processo acabaram, finalmente, resultando em um panorama social que não coincidia exatamente com o ideal que a elite *criolla* havia inicialmente projetado: após uma luta encarniçada pela “liberdade”, as “pacatas” colônias americanas eram agora uma “terra arrasada”⁴⁶. Ou seja,

⁴⁶ Faz-se alusão a alguns dos problemas enfrentados no pós-independência, ainda que em graus variados conforme as regiões e os setores sociais implicados, como o impacto demográfico causado pelas mortes provocadas não só pela guerra, mas também pelas enfermidades e pela emigração, voluntária ou não, de partes da população, propiciadas por este contexto. Por outro lado, também em proporções variadas, os efeitos da guerra sobre as atividades produtivas (como a perda de rebanhos, a inundação de minas, o abandono de campos e colheitas, assim como a paralização das grandes plantações pela ausência de mão-obra e o peso que os gastos militares adquirem no orçamento público) e o aumento das importações, com o incremento do comércio com os ingleses, criou um quadro econômico delicado marcado pela descapitalização, o déficit fiscal e o endividamento externo e interno. A igreja sentiu tal impacto sobre suas rendas e teve de lidar com reformas anticlericais, enquanto o setor militar foi robustecido e passou a ter uma influência política crescente, proporcionando até

essas elites deveriam reconstruir as suas bases de poder em meio de uma economia abalada e uma sociedade convulsionada. Ao mesmo tempo este panorama estava ainda mais distante de proporcionar uma verdadeira redenção às “massas” que havia se entregado à luta com igual ou até maior ímpeto, pois Donghi (2005) sinaliza que o processo de ampliação das bases do movimento foi também acompanhado por um incremento de um setor “contrarrevolucionário” em seu interior que manteve, enfim, o controle. O autor pondera, portanto, que não foram somente as vicissitudes da guerra, o fator determinante para o desfecho dramático e um tanto singular da independência.

2.2.2 A revolução política como contra revolução social

A pergunta a respeito de como esta fração da classe dominante logrou não só vencer aos espanhóis, mas principalmente, vencer a queda de braço que se estabeleceu com os setores populares e aplacar a fúria revolucionária que emanava destes, em uma espécie de contrarrevolução dentro do próprio segmento revolucionário, é talvez a questão mais fundamental a ser colocada no horizonte desta análise. A resposta que Kossok (1974) dá a ela é particularmente interessante, pois a situa justamente no centro de uma interpretação mais global que formula sobre o processo de emancipação, o que permite, além disso, determinar com mais precisão o saldo histórico produzido por esta.

Em que pesem as suas reservas quanto à possibilidade de construção de uma teoria geral das revoluções de independência latino-americanas, tendo em vista a grande variedade de formas regionais que ela assumiu, ao confrontar a proposta de classificação destas como revoluções burguesas – ou seja, buscando compreendê-las em relação estreita com o “caráter da época”, conforme o conceito de ciclo revolucionário tomado em seu sentido mais amplo – o autor contribui para elucidar o conteúdo propriamente burguês de que eram portadoras e exatamente aí nos deparamos com o surgimento das tendências contra revolucionárias mencionadas anteriormente.

A princípio, a ideia de uma profunda transformação que marca a passagem de uma sociedade que se estrutura sobre bases feudais em direção a uma sociedade sobre bases capitalistas, pela ação revolucionária de uma classe burguesa organizada que ascende à

mesmo um meio de ascensão social para pardos e brancos das camadas pobres, ainda que muito longe de significar qualquer mudança estrutural (BUSHNELL, 1991).

posição de classe dominante na nova ordem constituída, parecerá muito distante do cenário apresentado, àquela altura, pela região. Porém, o autor argumenta que se a concepção das independências unicamente como revoluções anticoloniais diz muito sobre os conteúdos e objetivos das mesmas, ela diz pouco sobre o seu caráter de classe, sendo que neste reside a sua verdadeira significação.

A caracterização das forças sociais motrizes e hegemônicas da revolução esbarra em duas dificuldades primordiais: por um lado, a enorme congruência, que o sistema de exploração colonial criou entre as divisões socioeconômicas e as divisões étnicas da sociedade, o que acabou ofuscando a dinâmica do enfrentamento entre as classes, tendo em vista a precedência que a dimensão étnica, a ela relacionada de maneira multilinear⁴⁷, adquiriu em termos simbólicos, jurídicos e institucionais. Por outro lado, também as especificidades econômicas imprimiam um colorido diferente à estrutura social e, sobretudo, agrária, pois basta lembrar que enquanto algumas regiões estavam voltadas para a criação de gado em larga escala, outras estavam voltadas para a monocultura de exportação em grandes latifúndios e haviam ainda aquelas dedicadas à mineração. Além do mais, tudo isto se processava em meio a relações de produção variadas, com o emprego de mão de obra escrava, em alguns casos, e de tipo servil, em outros.

Em meio a este complexo panorama resultante da colonização havia um espaço muito limitado para o desenvolvimento do elemento produtivo capitalista-burguês de maneira independente e, até mesmo, os poucos centros de produção artesanal existentes foram abalados pelas reformas borbônicas, enfraquecendo uma embrionária classe burguesa de orientação expressamente antifeudal. Esta, além disso, confrontava-se com uma classe de latifundiários exportadores que detinham um poder econômico e político muito maior. Os latifundiários constituíam-se como uma classe essencialmente híbrida, pois ao mesmo tempo em que se utilizavam, internamente, de meios de produção pré-capitalistas, inseriam-se, externamente, nas redes do capitalismo global no processo de escoamento desta produção sob as bases da dependência colonial. Da mesma forma, a chamada burguesia comercial, a mais preponderante neste setor burguês nascente, beneficiava-se das estruturas pré-capitalistas de produção interna e com isto buscava-se incorporar à aristocracia dos grandes proprietários de terras.

⁴⁷ Esta relação é assinalada por Kossok (1974) como multilinear porque este observa que a cada segmento socioeconômico poderiam estar associados diferentes grupos étnicos com algumas associações sendo predominantes e outras secundárias, muito embora isto não altere o quadro geral que vincula os setores ricos (burocracia colonial, latifundistas e comerciantes) às pessoas de pele branca e setores pobres (camponeses livres, camponeses em dependência feudal, proletariado de diversas categorias e escravos) às pessoas negras, indígenas e miscigenadas.

Nestas condições, Kossok (1974) explica que o fato da burguesia não estar capacitada para assumir um papel hegemônico na revolução e como tal permanecer a reboque, sobretudo em termos político-práticos, da fração pró-libertação dos donos de terras criollos, foi justamente o fator decisivo que infundiu um sentido contrarrevolucionário, como aqui o denominamos, ao movimento de libertação, já que tal sentido limitou o alcance das transformações revolucionárias ao proporcionar uma integração parcial dos setores populares à luta:

A consecuencia de no haberse dado una hegemonía “pura” de carácter burgués, o aun pequeñoburgués, sobre todo el proceso o en periodos prolongados de la revolución; como consecuencia también, de la importancia de fuerzas a quienes interesaba primariamente la emancipación política nacional, y no la emancipación social, faltó la base de clase decisiva para movilizar en toda su amplitud el movimiento popular e integrarlo permanentemente a los planteamientos históricos de la revolución anticolonial.

Análogamente, en la medida en que sectores criollo-aristocráticos del partido revolucionario entendían la independencia como segundo frente de lucha (“hacia arriba”, es decir “hacia afuera”, contra España y Portugal, “hacia abajo” contra el radicalismo de las “castas”), la relación de las clases populares con la revolución tenía que ser una relación quebrantada y ambivalente. Si por momentos la contrarrevolución realista lograba alcanzar una auténtica base de masas y ser el primer partido que ponía a la orden del día la “guerra a muerte”, el desarrollo que se daba nada tenía que ver con “inmadurez” o “desorientación” de las clases populares, sino que surgía más bien de la división social interna en el campo de la lucha anticolonial. La primacía concedida al “frente exterior” no fue lo suficientemente eficaz como para impedir – sobre todo hacia la fase final de la revolución (aproximadamente a partir de 1821-1822) – un viraje conservador. (KOSSOK, 1974, p. 297-298).

Ora, esta virada conservadora se faz evidente quando o ciclo revolucionário é analisado em termos mais estritos, ou seja, em termos da correlação de forças em disputa pela hegemonia no campo revolucionário nas diferentes etapas pelas quais atravessa a revolução. Segundo a tipologia proposta pelo autor, havia, ao menos, quatro correntes que demarcavam tendências políticas bem distintas: (a) a corrente revolucionária democrática, que era popular e radical tanto em seus objetivos políticos quanto sociais; (b) a corrente crioula-republicana, que era inapelável em relação à ruptura política e institucional com a metrópole e propunha certo reformismo social; (c) a corrente liberal-crioula, que buscava a independência política sob a base de um compromisso com a metrópole e representava um reformismo moderado e a (d) corrente conservadora, que rechaçava a mobilização popular em prol da manutenção de um ordenamento social favorável ao domínio da aristocracia *criolla*.

Tendo em mente a dinâmica conformada por esta constelação política, se poderia dizer que, se o processo revolucionário demarcava uma linha progressiva e ascendente em suas primeiras etapas (a crise do poder colonial e o surgimento da oposição ao sistema, entre 1789

e 1808, seguidos do advento de uma situação revolucionária em 1808-1809 e, finalmente, na primeira metade da década seguinte, o início, de fato, da luta revolucionária que atinge um nível continental e sofre uma derrota em quase toda a sua extensão), novamente, o ano de 1815, que inicia a fase de retomada e êxito da luta, acompanhada por uma tendência de regionalização que desemboca na formação de Estados Nacionais, é tomado como o ponto de inflexão no qual a curva revolucionária seguirá por uma rota descendente.

Isto porque, como já assinalado, nesta nova etapa, o imperativo de ampliação da base para o triunfo militar que se impôs se deu com uma espécie de “unificação por cima”, já que a incorporação das pautas populares não ocorreu na mesma intensidade que a incorporação da força militar proporcionada por esta base: a libertação dos escravos submeteu-se a condições específicas, evitando ferir os interesses de grandes proprietários, ficando pendente a sua reincorporação ao sistema produtivo como trabalhadores assalariados, enquanto a eliminação das formas de dependência do campesinato indígena consolidou, ironicamente, a dominação da aristocracia *criolla* sobre este, já que a supressão da propriedade comunal indígena, por exemplo, terminou por lançar estes povos em uma situação de maior vulnerabilidade social. Dito de outro modo, se a aristocracia *criolla* aparentemente ariscava os seus princípios, supostamente, revolucionários em nome de uma estratégia militar melhor sucedida, ela obteve êxito na medida em que o sacrifício militar dos setores populares não foi “recompensado” em termos políticos e sociais substantivos, uma vez que estes, sim, viram sabotados os seus ideais, verdadeiramente, revolucionários quando a guerra sobrepôs-se à revolução.

Com isso, e aí está o ponto central da argumentação de Kossok (1974), a revolução não atingiu o seu ponto culminante, se entendermos este como o esgotamento de todas as possibilidades existentes em um momento histórico dado no sentido de uma mudança progressiva da hegemonia (e não, simplesmente, com uma eliminação mais perfeita e completa da ordem anterior, o que dificilmente ocorre em um único momento histórico, pois requer, geralmente, aprofundamentos nas etapas subsequentes), pois:

Existía ciertamente la posibilidad histórica de transformar mediante el empuje revolucionario social de las masas, el movimiento de independencia en una revolución de tipo democrático-burgués, pero fue finalmente bloqueada por la dirección moderada criollo-aristocrática de la revolución. Este desarrollo, que fue una de las causas fundamentales de la no-consumación (social) de la revolución, significó naturalmente que se dejasen las bases negativas para el periodo posterior de la emancipación. (KOSSOK, 1974, p. 302).

O indicativo de que esta possibilidade não era uma simples miragem, mas uma alternativa factível em tal contexto está no fato de que em diferentes locais a diretriz popular

alcançou suficiente protagonismo e autonomia, levando a uma radicalização dos princípios burgueses democráticos, muito embora tenha, por fim, fracassado em quase todos esses, em consonância com as circunstâncias variadas. Além, é claro, do caso da independência do Haiti – que foge ao diagnóstico geral do autor, pois é o único em que, de fato, o processo atinge um ponto de culminação –, também nas primeiras fases da independência mexicana, em que os padres Hidalgo e Morelos conduziram uma guerrilha revolucionária integrada por amplos contingentes de trabalhadores rurais, a maioria indígenas, e na já mencionada atuação de Artigas no Uruguai, essa tendência foi verificada, assim como em outros exemplos históricos mais localizados.

O caso brasileiro – que, aparentemente, se situa no extremo oposto ao caso haitiano por ter representado uma ruptura mais leve, sem ter tido um desenlace militar significativo e expresso, sobretudo, na solução conciliadora que coloca nas mãos do príncipe herdeiro do trono português o comando da nova nação sob um regime monárquico – esconde sob a aparente brandura do processo um quadro de tensões sociais igualmente, ou até mais, profundas. Lynch (2001), por exemplo, destaca que a elite local manteve-se muito mais fiel à metrópole em função da necessidade de manutenção da ordem em uma sociedade profundamente ancorada na escravidão. Assim, “Portugal pudo incrementar la presión imperial sin peligro para el mismo país porque la elite blanca del Brasil tenía una mayor necesidad de esclavos y de una jerarquía social que de libertad” (p.150). Já Donghi (2005) assinala que, apesar da crise que levou a independência não ter assumido os mesmos contornos dramáticos que nos países vizinhos, no período imediatamente posterior, o cenário político do país seria bastante agitado pela dificuldade em encontrar um equilíbrio interno.

Note-se que enquanto para Lynch (2001) e Donghi (2005) a atuação de setores populares subalternizados emerge na narrativa histórica como algo subsidiário e até mesmo accidental, assumindo formas precárias e desorganizadas, apesar das próprias argumentações destes autores acabarem constatando, ao fim, que tal atuação era uma peça chave no quebra-cabeça político que conformava a situação revolucionária, Kossok (1974) a concebe nos termos de uma vertente política definida – a corrente revolucionária-democrática – que apontando em uma direção específica – a radicalização dos princípios democráticos liberais – possui um significado estratégico na compreensão mais global do processo, pois é justamente a tentativa de suprimir esta peça que impede que se componha a imagem completa deste quebra-cabeça.

A definição do processo latino-americano pela sua incompletude pode soar como algo eurocêntrico por estar implícita a ideia de que a revolução somente teria efetivado uma “curva

completa” nos países da Europa, sendo o caso francês aquele em que essa curva adquiriu uma forma mais acentuada, por assim dizer. Consequentemente, isto faria destes países uma espécie de paradigma em relação ao qual o restante do mundo ficou aquém. Porém, em que pesem estas considerações, o raciocínio do autor parece justamente transpor a divisão entre esses dois lados, entre a Europa e a América Latina, graças à compreensão mais ampla que propõe em relação ao conceito de ciclo revolucionário. Por isso, muito longe de subestimar o potencial revolucionário nestas “terras distantes”, o que ele faz é evidenciar as condições concretas nas quais as tendências políticas da virada do século XVIII para o século XIX germinaram no solo latino-americano e explicá-las de forma integrada ao processo europeu, o que não significa que sejam de algum modo secundarizadas do ponto de vista cognitivo. Alternativamente, a negação do seu caráter burguês – ainda que com alcance limitado, ou seria melhor dizer, com um alcance característico – é que redundaria em uma interpretação enviesada que tende sempre a situar a região alguns passos atrás do “velho mundo”.

2.2.3 Um olhar para outros horizontes de emancipação: a utopia feminista

Alejandra Ciriza (2014) aborda de maneira ainda mais fina este potencial político não realizado pelas revoluções de independência e que se expressaria em perspectivas mais radicalmente contestatórias, que emergiram e propagaram-se, especialmente no período de ascensão do ciclo revolucionário, mas que, por fim, foram ativamente reprimidas no seu período de descenso. Isto se deve, por um lado, a uma apreciação crítica em relação ao debate historiográfico, evidenciando os traços euro, étnico e androcêntrico que estão por trás dessas interpretações que tendem a privilegiar o protagonismo das elites *criollas*, desmistificando as bases supostamente neutras sob as quais se realiza a escrita da história e a produção do conhecimento de um modo geral.

Por outro lado, se deve a relação que a autora estabelece entre revolução e utopia. Conforme argumenta, uma vez que os períodos revolucionários são períodos excepcionais nos quais elementos fundamentais da ordem são colocados em cheque, desencadeando transformações de maneira súbita e enérgica, eles descortinam um novo cenário favorável à imaginação e à experimentação política no que diz respeito à idealização de um modelo social contraposto ao existente. Ou seja, em uma espécie de condensação do tempo, que articula mais estreitamente o presente vivido, o passado lembrado e o futuro projetado, semeiam-se

utopias em uma terra revirada pelos crescentes embates entre as forças sociais que se enfrentam.

Porém, sustentadas pelo discurso e pelas ações daqueles que estão desprovidos dos recursos mais básicos, essas utopias muitas vezes só podem ser resgatadas enquanto fragmentos de vidas, feitos e memórias por meio de um admirável esforço investigativo, tal qual o que é realizado por Ciriza neste trabalho ao voltar-se para aqueles/aquelas que não costumam ser tomados como sujeitos da história e que precisam ser buscados nela de uma maneira obstinada e consciente: “El nexos por el cual se procura en este escrito, en cambio, es el que liga procesos revolucionarios y utopias, se halla vinculado a la inquietud, que me azuza desde hace ya mucho tiempo, por buscar en los momentos densos la experiencia de los y las subalternas” (2014, p.305) .

Dentre os campos de elaboração utópica que são destrinchados pela autora, a partir da análise de um pequeno corpus de discursos concernente a cada um deles, além daqueles referentes às aspirações dos povos indígenas e da população negra e escrava – as primeiras expressas nas proclamações de Juan José Castelli em sua missão ao Alto Peru, conforme a luta das então proclamadas Províncias Unidas se expandia rumo àquelas terras, reivindicando uma cidadania plena para estes povos que até então haviam sido submetidos a um arraigado sistema de castas e as segundas que ganharam uma forma contundente na constituição promulgada após a revolução haitiana que além de abolir a escravidão e estabelecer a igualdade entre os cidadãos, propugnava a construção de uma sociedade fraternal – identifica também a projeção de um potencial universo de reivindicações relativas às opressões sofridas pelas mulheres segundo um parâmetro de relações sóciosexuais que designa com o termo *loi de famille*.

Poderá parecer que as utopias, como metas inalcançáveis, como esses ensaios de gestos emancipadores que ficaram pelo caminho, não tenham importância de um ponto de vista sócio histórico de longo alcance. Vale frisar que esta avaliação, todavia, não poderia estar mais equivocada. Ao pautarem experiências de luta, elas constituem pontos de apoio, de referência e de aprendizagem imprescindíveis para o aprimoramento da organização e da ação coletiva no decurso da história, muito embora passem por esta quase sem ser notadas do ponto de vista das correntes do poder dominante que as suprimem e, em sequência, passam a reivindicar o legado histórico de maneira unilateral. Isto significa dizer que são constantemente retomadas e reformuladas ainda que através de mecanismos informais. Nesse sentido é possível ver nestas utopias do ciclo independentista latino-americano o embrião daquilo que Bringel (2020) define como matrizes político-ideológicas clássicas, contribuindo

para visibilizar um patrimônio ancestral de iniciativas populares que aparecem muitas vezes como este emaranhado de “Luchas, disturbios, motines, insurgencias, sublevaciones o revueltas localmente orientadas [...]” (p. 211) e, que como tal, acabam sendo comumente ignoradas no estudo dos movimentos sociais latino-americanos.

Trata, não só de visibilizar este patrimônio, mas de compreender a maneira como ele é resgatado, atualizado e incorporado em um contínuo processo de sedimentação dessas lutas que contribui na formação do repertório político-conceitual do qual dispõe os movimentos sociais contemporâneos. As matrizes político-ideológicas que daí emergem são, então, “filiaciones político-discursivas relativamente estables que orientan normativamente la acción colectiva y la política contes-tataria de los movimientos sociales.” (p. 214), permitindo distinguir e demarcar as grandes áreas que compõem o panorama latino-americano no que tange a questão. Na tipologia proposta, diríamos que a tríade formada pela matriz indígena-comunitária, a matriz de resistência negra e antirracista e a matriz feminista, harmoniza-se a esta constelação utópica que emerge no fragor da luta pela independência tendo aí, conforme detalha o autor, importante raízes fundacionais. Importante observar que a matriz feminista é tomada aqui como tendo um desenvolvimento autônomo na região, desmistificando a ideia de que a sua existência se deu apenas de maneira transversal a outras matrizes ou foi um mero reflexo de uma tendência que se originava na Europa e nos Estados Unidos.

Note-se que ao situar a problemática da “mulher” como parte do horizonte de anelos que levavam mais longe os fins libertários da revolução, visibiliza-se um ideário político importante que não costuma ser lembrado até mesmo quando as leituras historiográficas levantam, seja de maneira colateral ou com mais centralidade, como visto anteriormente, a questão do papel dos setores populares, no interior dos quais a presença das mulheres era não só quantitativamente como qualitativamente importante, já que submetidas a múltiplos sistemas de dominação na interseção que se estabelece entre classe, raça e gênero. De outra parte, uma série de estudos atuais voltados especificamente para a caracterização do engajamento deste segmento social na luta pela independência, não deixando de ser uma formidável contribuição para a compreensão do fenômeno, acaba detendo-se mais sobre os aspectos práticos e materiais da contribuição “feminina” para a causa. A abordagem do problema do ponto de vista da inclusão da pauta “feminina” propriamente dita no programa político e ideológico da independência é mais rara e o é, ainda mais, em conexão com esta diretriz revolucionária de base popular.

É muito interessante como alguns trabalhos evidenciam não só o grau de comprometimento como também a versatilidade da atuação política das mulheres, que

assumindo os mais variados formatos e utilizando-se dos mais diversos instrumentos, contrariava, às vezes, a lógica das práxis política mais tradicional e buscava colaborar de maneira silenciosa, mas não menos fundamental, para o triunfo das forças patriotas. O fato de não avançarem para o plano de princípios políticos mais abstratos e para a tomada dessa participação como um ponto de partida de uma reestruturação mais profunda da interpretação do processo histórico como um todo – como Ciriza (2014) parece propor – se deve, ao menos, a dois fatores cruciais: em razão de que tais estudos precisam lidar com o problema da deterioração ou destruição das fontes que permitiram uma reconstrução da trajetória e da experiência das mulheres e em razão de que, como sinaliza a autora, esta talvez tenha sido a miragem que de maneira menos nítida projetou-se neste horizonte emancipatório radicalizado, em virtude das dificuldades específicas que a questão enfrentava para ser introduzida no debate público da época, o que não significa, contudo, que ela não estivesse colocada de alguma forma.

Para Ciriza (2014) o contexto revolucionário abriu brechas que foram criativamente aproveitadas e alargadas pelas mulheres, não só na medida em que este lhes propiciou uma atividade política mais explícita e arrojada nas fileiras patrióticas⁴⁸, levando-as a ocupar, assim, os novos espaços de luta que se configuravam em meio à saga revolucionária – o que em tempos de “paz” não se lhes seria facultado nem, ao menos, tolerado – mas também no sentido de um relaxamento das normas que compunham o sistema de dominação de gênero (a loi de famille) que instigava a adoção de uma postura contestadora e insubmissa também na vida cotidiana, intensificando práticas de resistência e a busca por novas formas de se viver e de se relacionar e levando, inclusive, ao questionamento mais direto dos preceitos políticos, morais e religiosos com os quais se procurava aprisionar a existência “feminina”.

A autora toma justamente o caso de Manuela Sáenz como ilustrativo disto, pois, segundo ela, “[...] es una de las pocas que pone en palabras la asociación entre la libertad de la patria y la libertad de las mujeres que la revolución abrió brevemente” (p. 321). Isto porque o esforço por reivindicar autonomia pessoal e liberdade amorosa, denunciando abertamente a hipocrisia e falsificação que estavam por trás da moralidade com a qual se impedia a conquista de tais reivindicações, é considerado por Ciriza (2014) um aspecto importante do ativismo político de Sáenz, para além de sua atuação pró-independência em termos mais

⁴⁸ Acredito que a atuação de mulheres nas fileiras realistas, o que também ocorreu apesar de ser algo menos documentado, não pode ser tido no mesmo sentido aqui ressaltado, pois neste caso, tendo tal atuação um caráter contrarrevolucionário e, portanto, essencialmente repressivo, ele está longe de significar uma entrada das mulheres na cena política com algum sentido emancipador para estas, funcionando, a meu ver, no sentido exatamente contrário.

estritos. Mais ainda, seria preciso compreender, no que é um ponto chave de sua argumentação, como essas duas frentes de atuação aparentemente distintas – em uma alusão a tradicional dicotomia entre o “pessoal” e o “político”, superada pela teoria e pelo movimento feminista – estão essencialmente conectadas, já que o fim do regime colonial seria uma possibilidade de ruptura com esta moralidade combatida ativamente pelas ideias e ações da personagem:

Desde su punto de vista la ruptura político-militar del lazo colonial implica asumir un cambio radical. No sólo en el orden político, también en el orden moral, no solo en el campo de batalla, sino en las relaciones entre los sexos. [...] La subversión no termina en el amor a la patria, sino en el amor a Bolívar quien encarna el proyecto que más convenía a la América toda (p. 323).

Ao situar Manuela Sáenz como portadora de uma utopia política libertária que pressionava os limites da transformação almejada com a superação do paradigma colonial é possível lançar toda uma nova luz sobre o dilema da representação da personagem naqueles primeiros textos analisados e o papel de anti-heroína que ela desempenhava em seu interior de um modo geral. Ora, graças a este feixe de luz que a revolução faz recair extraordinariamente sobre a experiência dos sujeitos subalternos, permitindo que o seu brilho exerça um fascínio magnetizador – ainda que apenas por um momento fugaz – sobre aqueles que controlam a “palavra” e elaboram a memória a ser acessada pelas gerações futuras a respeito de uma época de grandes mudanças, a abordagem da figura de Sáenz por O’Leary, Boussingault e Palma acaba revelando, em camadas ainda mais profundas, os elementos que compõem essa utopia “protofeminista”, se poderia dizer, surgida nos tempos da independência.

Observe-se que, como visto anteriormente, em cada uma dessas produções coloca-se em primeiro plano a conduta conscientemente transgressora da personagem no que diz respeito a, ao menos, quatro dimensões sociais importantes: a dimensão das relações familiares-matrimoniais em O’Leary, a dimensão da sexualidade e uma dimensão que poderíamos definir como gênero-performático em Boussingault, que se repete em Palma a partir de uma construção mais rigidamente binária e biologicamente naturalizada com o acréscimo de uma dimensão concernente ao poder político e ao prestígio social. Aqui retomamos a especificidade dessas dimensões para notar como em cada uma delas perfila-se, então, um ideal transformador.

Em O’Leary isto se manifesta mais nitidamente, já que por meio das palavras da própria Sáenz em sua enfática recusa a submeter-se aos ditames da vida conjugal ao lado de um esposo ao qual não desejava mais estar unida. O apelo que para isso faz – carregado de

burla e ironia – vai claramente em direção do ideal moderno de relações amorosas pautadas pela escolha individual e não mais sob o peso das tradições: a religião e convenções sociais cederiam o espaço ao amor e ao desejo vivenciados, supostamente, de forma desprendida. Em Boussingault e Palma, Sáenz mantém o convite à subversão, mas este é feito menos através de uma formulação explícita de suas ideias e mais através de atitudes e comportamentos: um convite a romper o cerceamento da sexualidade feminina e de todo um “modo de ser” atribuído e requerido de nós “mulheres”, que a um só tempo aterroriza e deslumbra Boussingault, como mais uma das excentricidades do “novo mundo” que esquadrinha e registra como viajante naturalista; e um convite a ultrapassar os limites das formas de engajamento político feminino que surpreende e admira Palma como mais uma das curiosidades históricas que coleciona e registra em suas tradições.

Entretanto, como já foi também assinalado, a personagem é sistematicamente repreendida por estas ideias e ações, das formas mais sutis e diversas possíveis, seja por um julgamento breve e sumário como o de O’Leary, seja por uma estigmatização como a que está por trás da retórica escandalizada de Boussingault, seja por uma comparação redutora como a operada por Palma que a torna, finalmente, um incomum e incompreensível desvio da natureza. Neste caso, seria preciso considerar - conforme a ampliação do escopo de análise aqui proposta – que não é simplesmente a figura particular de Manuela Sáenz que é advertida, mas sim o ideal transformador e subversivo do qual ela se torna um veículo divulgador e, com isso, potencialmente mobilizador. De modo que, na mesma medida em que esses discursos deixam transparecer tal ideal, eles procuram rejeitá-lo e combatê-lo. Trata-se, portanto, de uma operação discursiva que reflete, sobre este aspecto, a contra ofensiva que buscava fazer recuar a “utopia das mulheres” do campo revolucionário, tal como ocorria com todas as utopias encampadas pelos setores populares, como visto anteriormente.

É curioso como estas, que estão entre as mais conhecidas dentre as primeiras produções a respeito da figura histórica da personagem, sejam capazes de captar, simultaneamente, tanto uma tendência de abertura quanto uma tendência de fechamento do ciclo revolucionário independentista. Seria possível ir mais além e dizer que é exatamente o embate entre essas duas tendências e a dificuldade de combiná-las, o que produz, em cada caso, aquelas pequenas rachaduras na estrutura narrativa. Recorde-se, por exemplo, do efeito “problematizador” da documentação mobilizada por O’Leary com fins corroborativos, da incoerência argumentativa de Boussingault e da unilateralidade de Palma que resultam em um discurso que, em certa medida, acaba expondo aquilo que buscava ocultar. A tentativa de aprisionar a subjetividade da personagem dentro de alguns rótulos ou os gestos feitos na

direção de “disciplinar” a sua conduta, inevitavelmente acabam falhando e produzindo uma fresta por meio da qual a validade da própria narrativa pode ser colocada em questão.

É por isso que a figura da anti-heroína traduz, de certo modo, o enquadramento geral que se desprende desta produção justamente porque esta é uma figura que permite uma acomodação das duas tendências, sem anular a tensão existente entre elas. Como demonstrado, nesses escritos, Manuela Sáenz é revestida com uma aura anti-heroica na medida em que é apresentada como alguém com reconhecidos méritos por feitos importantes, mas, ao mesmo tempo, como alguém que possui uma moral corrompida devido a alguns traços de personalidade. Agora seria preciso acrescentar que é o embate entre “revolução” e “ordem” que fundamenta a dualidade desta composição, pois o impulso revolucionário, ao mesmo tempo em que a eleva a certo plano de homenagens e reverências, a converte em uma figura inconveniente para os parâmetros conservadores e patriarcais daqueles que a observam e a retratam, uma vez que alarga o horizonte emancipatória da independência e como tal torna-se alvo de uma tentativa de contensão do processo de desestabilização da ordem.

2.3 As bases de um projeto excludente de nação

2.3.1 As bases materiais da nova ordem: a derrota do projeto bolivariano

Se o apelo pelo reestabelecimento da ordem estava presente já durante o percurso revolucionário, ele foi também bastante intenso e com consequências igualmente importantes no período posterior à conquista da independência, no qual se deu efetivamente a produção destas obras. Aquela era, portanto, apenas a primeira etapa de um longo processo no decorrer do qual as classes dominantes, não sem enfrentar oposições e resistências, se empenhariam em “depurar” a história latino-americana de tudo quanto fosse referente à ação insubordinada e a pauta de reivindicações dos setores oprimidos e explorados, já que isto era, sob o seu ponto de vista, um risco que não poderia mais ser tolerado e um mau exemplo que não deveria ser seguido. Ciriza (2014) capta com precisão este movimento de retorno à “normalidade” social que intenta reverter ou obstruir os espaços de contestação especialmente proporcionados pela luta de emancipação colonial a tais setores e que intenta fornecer uma versão mais apaziguada, por assim dizer, da história:

Durante esos momentos densos [los momentos revolucionarios] [...], la presencia de índios e indias, negros y negras y subalternos/as de todas las castas y clases es perceptible. También la de mujeres, las excepcionales y las que no lo son tanto. La insurrección los/las hace visibles. [...] Pero su paso por la historia se borra cuando comienza la edificación del nuevo orden. Entonces el tiempo parece retomar un ritmo regular, y las líneas de continuidad se adelgazan, se borran los procesos históricos que condujeron hasta el momento de la revolución, se desdibujan huellas y sueños. Los/las sujetos subalternos/as parecen abandonar la escena de la historia para ceder protagonismo a otros, a menudo a sus opresores, o a personajes que se hacen con el poder político bajo las condiciones que las revoluciones produjeron. Sucede entonces que no sólo no permanecen sino que, aún cuando en general se pueda decir que protagonizaron algún acontecimiento, es dificultoso hallar registros precisos (p.299-300).

El llamado a la conmoción del orden de las castas, a la ruptura (aun cuando fuera modesta) de las relaciones establecidas entre los géneros sexuales enmudecería durante largo tiempo. La revolución había abierto un espacio, un islote de futuro estrecho y frágil que se fue cerrando a medida que la revolución fuera devorando a sus hijos e hijas, muertos algunos, exiliados otros y otras. Cuando el capítulo de la insurgencia se fuera clausurando estos asuntos, como los malos sueños, fueron expulsados del discurso político para dar lugar no sólo al interés particular, sino incluso faccioso (p.302).

Para compreender em todos os seus meandros esta segunda etapa da tentativa de expurgar a atuação revolucionária de setores populares do campo político, assim como expurgar os princípios libertários que os moviam do imaginário político mais amplo, seria preciso começar perguntado a respeito das “bases materiais” sob as quais era erguida esta nova ordem, ou seja, a respeito das novas condições de vida da população. Isto nos leva, novamente, ao problema de como avaliar as mudanças efetivamente operadas pela independência, o que descortina um panorama de incertezas e ambiguidades, já que, dependendo da perspectiva, pode-se considerar, conforme o dito popular, que o copo estava meio vazio ou meio cheio. Daí que enquanto Bushell (1991) identifica as linhas de continuidade existentes com o antigo regime colonial, Kossok (1974), como visto, ao insistir no conteúdo burguês da revolução, aponta que este se expressou não só no invólucro ideológico da luta (doutrinas iluministas e liberais), mas também nos gestos que foram feitos na direção da consolidação e aperfeiçoamento da ordem capitalista, mesmo que em formas bastante precárias.

Segundo esta lógica, o movimento mais significativo realizado em termos econômicos teria sido a busca pela supressão de formas pré-capitalistas de produção e trabalho. Por um lado, a revolução deu ensejo para o confisco e a redistribuição da propriedade, o que poderia ter tido um forte impacto estrutural, mas acabou não sendo levado muito longe com a concentração das terras de maior valor produtivo nas mãos da velha aristocracia agrária *criolla* que, procurando manter as rédeas do processo, garantiu a continuidade de sua posição como detentora dos principais meios de produção. Por outro lado, como já explicitado, a

aplicação de medidas que liquidavam a escravidão da população negra ou a servidão da população indígena teve, também, um impacto limitado, embora Bushell (1991) não deixe de assinalar esta como a “reforma social” mais importante dos anos da independência. Assim, uma verdadeira modernização capitalista da produção agrícola ficava pendente enquanto a estrutura do poder econômico não sofresse uma alteração significativa.

Já em termos políticos, o movimento mais significativo feito em tal direção teria sido a formação de Estados nacionais que se espalharam por toda a região, já que o Estado nacional é a forma, por excelência, adquirida pelo estado burguês. Kossok (1974) considera que tal configuração política do pós-independência apresentava-se como uma tendência quase que iniludível, posto que era um “Fenómeno que corresponde al carácter de la época y no deja de ser, por lo demás, un criterio importante para comprender la substancia fundamentalmente burguesa del movimiento de emancipación. (p. 290).” Haveria que se considerar, no entanto, o que abre todo um campo de discussões que excedem os propósitos desta análise, a fragilidade das estruturas de sustentação destes organismos políticos recém-fundados na ausência de uma economia amparada por um mercado interno sólido e dinâmico e por um componente burguês nacional igualmente pujante. Isto graças ao poder econômico dos grupos tradicionais mencionados acima, cujos interesses primordiais giravam entorno do comércio de exportação de bens primários e que com a independência passam a exercer o poder político de forma mais direta.

Em outras palavras, trata-se do paradoxo de um Estado nacional que carecia de uma base nacional real, se tivermos em conta que são os interesses dessa minoria privilegiada que efetivamente pautavam os interesses nacionais, pois, como diria Bushell (1991), “Fuera de algunos casos excepcionales, la incorporación de otros grupos sociales en las decisiones nacionales tendría que esperar aún bastante tiempo” (p.123). Suplantando aos colonizadores no aparato burocrático administrativo, os *criollos* em sua relação com as classes populares estabeleciam, então, um tipo de colônia interna, ou seja, operavam uma renovação dos laços de submissão colonial do ponto de vista interno, o que não significa que de um ponto visto mais amplo esta elite, junto a todo o organismo social sobre o qual ela parasitava, não estivesse também em uma posição inferior na cadeia das relações internacionais, ou seja, que estes laços sofreram também uma renovação do ponto de vista de sua estruturação externa.

Ai está outro ponto importante, no qual a questão política se entrelaça com a questão econômica. Isto é, com o fim das restrições impostas pelo poder metropolitano, esses Estados foram tragados mais intensamente para dentro do mercado capitalista mundial, porém, na medida em que isto se deu sobre aquelas mesmas bases produtivas, marcadamente débeis e

limitadas, as relações de dependência econômica se mantiveram e até mesmo se agravaram, reservando a região um papel subordinado no capitalismo industrial que despontava. Neste quesito, a proposta, que em Bolívar encontra a sua formulação mais acabada, de que as nações emancipadas formassem uma confederação de estados, que chegou a ser iniciada com a criação da Grã-Colômbia, revela um sentido importante da sua significação. Além de permitir uma união das forças militares em contraposição a uma possível nova investida imperial, isto certamente daria um maior poder de negociação internacional, garantindo um mínimo de soberania política e econômica para países que isolados ofereciam pouca resistência perante os interesses das grandes potências internacionais: eram frágeis peças no tabuleiro geopolítico de então, como continuam a ser, em grande medida, até os dias atuais.

A derrota do projeto bolivariano de integração regional, que se faz sentir já nos resultados pouco promissores do Congresso do Panamá em 1826⁴⁹, se evidencia com toda a sua força no progressivo dismantelamento da Grã-colômbia. Tal derrota corresponde, essencialmente, à corrosão de autoridade do próprio Bolívar, embora este tivesse gozado de um imenso respaldo junto às massas, tal era a centralidade que este projeto ocupava em seu programa político. Tudo isto levou, conseqüentemente, ao seu alijamento da cena política – só em aparência um ato voluntário, selado pela sua renúncia a presidência da Colômbia em 1830 –, coincidindo, dramaticamente, com o esvanecimento e o findar de sua própria vida.

Como aponta Jorge Abelardo Ramos (1968), “La extensión inmensa, las débiles comunicaciones terrestres o marítimas, el bajo nivel de desarrollo de las fuerzas productivas, la carencia de un centro económico y político capaz de arrastrar a todos los restantes hacia un foco centralizador conspiraron contra el proyecto.” e, logo em seguida, acrescenta: “Parecía que la única solución era puramente militar y que sólo la espada podía asegurar la unidad nacional en el proceso de la independencia.” (p. 138). De fato, Bolívar intenta não só através da espada, mas também através de seu prestígio e da constituição de um sistema político centralizado e com traços cada vez mais autoritários⁵⁰, resguardar tal unidade. Todavia, enquanto apoiava-se em recursos mais ou menos artificiais, a tendência que levava a desagregação dispunha de uma base material mais efetiva: o poder das oligarquias agrárias. Logo, para este autor, a nação restava inconclusa não só pelos seus contornos marcadamente

⁴⁹ O que Bolívar havia projetado, já na Carta da Jamaica, como uma grande assembleia que reuniria todos os estados hispano-americanos, acabou contando com a presença de poucos representantes dos países da região, sem que se estabelecessem acordos de cooperação mais amplos.

⁵⁰ Lembremos que a Constituição redigida por Bolívar para o Estado batizado em sua homenagem, a Bolívia, cujo modelo esperava que fosse adotado pelos outros países da Grã-Colômbia, instituíra uma presidência vitalícia.

criollos, mas também no sentido de não ter alcançado uma abrangência latino-americana, o que lhe priva, finalmente, de um importante anteparo para a defesa e consolidação da independência.

O ideal da “pátria grande”, ao revelar-se como mais uma derradeira utopia dos arrebatadores anos da independência, conforma-se, então, como a última fronteira daquele horizonte emancipatório radicalizador assinalado por Ciriza (2014). Era, por certo, a fronteira que se avistava com maior nitidez, pois em comparação com as aspirações libertárias dos povos indígenas, negros e mulheres, foi a que galgou maior penetração e legitimidade no debate público. Em síntese, para estabelecer-se, a nova ordem precisava, enfim, se desfazer da mais ilustre figura revolucionária que, em vários aspectos importantes, havia contribuído para a construção desta mesma ordem. O motivo é simples: a direção bolivariana, apesar de não representar um programa político radical de corte democrático-popular, tencionava alguns dos limites da transformação a qual estas elites *criollas* estavam dispostas a consentir.

Assim, da sua classe de origem surgiria a força política que atuaria como o seu mais ferrenho opositor, embora, junto com esta, Bolívar tivesse temido a “guerra de raças” e buscado contê-la em tudo quanto esteve ao seu alcance. A história, talvez, teria sido diferente, e seus planos não se veriam frustrados, se tivesse efetuado uma ruptura mais consequente com esta classe e, paralelamente, buscado lastrear tais planos em bases, mais sólidas, de apoio popular. Como observa Ramos (1968) com grande perspicácia, o desfecho da trajetória política de Bolívar reflete bem o impasse no qual estava colocado: “Aquel mantuano que al iniciarse la revolución tenía mil esclavos, los había liberado a todos. Ahora, los propietarios de esclavos que él rehusó expropiar, lo echaban de la patria.” (p. 277). Porém, era isto realmente um impasse ou apenas o reflexo da posição de uma liderança que surge sobre uma confluência específica?

Bolívar é, sem dúvidas, uma figura histórica de extrema complexidade que ao mediar a instável aliança entre dois segmentos sociais antagônicos em meio à escalada de um grandioso conflito militar, acabou encarnando uma série de ambiguidades e contradições. Segundo Lynch (2001), Bolívar foi, até certo ponto, um porta-voz dos grandes proprietários de terra, representando os interesses destes frente à pressão colonial em várias ocasiões, “Sin embargo, no se identificó completamente con su clase, y su juicio político fuera superior al de la oligarquía venezolana” (p. 214). Ele começa a se descolar desta justamente ao atingir a compreensão da necessidade de extrapolação dos limites *criollos* do movimento de independência, embora, como tudo indica, não fosse favorável a abrir mão da direção *criolla* propriamente dita. Já enquanto chefe de Estado, Bolívar toma uma série de medidas com uma

intensão reformadora, mas “Aunque fuese socialmente consciente, no era un revolucionário social.” (p. 214).

Max Zeuske (2018) é um autor que analisa com detalhes a evolução de suas posições políticas em tal direção. Aponta que durante a primeira fase da revolução (1810-1815), do ponto de vista político, Bolívar se situa na ala mais à esquerda entre os *criollos*, por ser partidário de uma independência total em relação à metrópole para que fosse possível alcançar uma plena soberania nacional, enquanto, do ponto de vista social, se situa na ala conservadora, já que mantinha a linha de que as cidades eram o cenário primordial no qual a guerra deveria se desenrolar. Isto impede a penetração do movimento em camadas sociais mais profundas, que acabavam arregimentadas pela contrarrevolução espanhola. Todavia, a relação contraditória entre esse radicalismo político e esse conservadorismo social vai tornando-se insustentável e é finalmente superada na segunda fase da revolução (1815-1821), quando se inclina para uma ruralização da luta revolucionária que a dota de uma maior envergadura social com a adoção de medidas como a libertação dos escravos e sua incorporação no exército libertador e a repartição de terras como pagamento de ativos militares.

Os passos de Bolívar sincronizam-se, então, quase que perfeitamente com o ponto de virada que redefine os rumos do processo revolucionário, tal como assinalado anteriormente. No plano de sua ação individual, tal como caracterizado por Lynch (2001) um dos elementos que marcaram este ponto de virada foi a aliança estratégica estabelecida com caudilhos, a partir da qual as forças de libertação passavam a contar, além do exército regular, com bandos guerrilheiros comandados por estes chefes locais que recrutavam integrantes entre a população mais pobre. Porém, mais do que isto, Bolívar intenta contornar a tendência a uma atuação localista e insubordinada destes grupos, integrando-os a um movimento de libertação unificado que atinge uma escala continental. Assim, contribui para institucionalizar a revolução e levá-la a uma conclusão política objetiva. Contudo, como esta é uma história cheia de reveses, no pós-independência muitos desses caudilhos formariam uma nova camada de ricos donos de terras que terminam sabotando também as pretensões bolivarianas de fundir politicamente os territórios liberados.

Com efeito, terminada a guerra, o equilíbrio da convergência das forças *criollas* e populares – que, com sua habilidade e visão política, Bolívar havia contribuído para estabelecer – torna-se cada vez mais difícil de ser sustentada. Mais uma vez, é válido recorrer ao esquema interpretativo de Kossok (2018) para explicar o fato de que a impossibilidade de manter tal equilíbrio não tenha feito a sua liderança deslocar-se radicalmente para nenhum

desses dois lados. Ora, se Bolívar desafiava os preceitos políticos conservadores das oligarquias, mas ao mesmo tempo não intentava uma transformação que sacudisse as estruturas sociais em atenção aos mais profundos anseios populares (ficando entre polos que costumava denominar como “aristocracia” e “anarquia”), é precisamente porque a sua atuação histórica inseria-se no marco propriamente burguês da revolução, não estando aquém, nem além de tal circunscrição. Eis aí a medida exata de sua glória e também de sua ruína. Nas palavras do autor:

Seu mérito histórico consiste em ter buscado aproximar a revolução não apenas militar, político e ideologicamente, mas também econômica e socialmente à sua essência classista burguesa, elevando-a ao nível de uma transformação social correspondente ao caráter da época. A tragédia de Bolívar foi não ter alcançado esta tarefa histórica: a independência acabou como uma revolução inconclusa. (p.35).

Esta interpretação nos fornece elementos para contextualizar mais a fundo a maneira como o programa político bolivariano começa a transcender o paradigma *criollo* até chocar-se frontalmente com ele. O interessante é que o problema da nação ocupa aí um lugar primordial. Retomando Zeuske (2018) podemos perceber como Bolívar elabora não só uma perspectiva tática de luta superior, como também uma perspectiva mais apurada a respeito da fundação dos novos estados que estavam sendo gestados por esta luta. Vale lembrar que, em sua concepção, estes deveriam ser regidos por uma constituição liberal, embora sempre ponderasse que a simples aplicação dos princípios liberais a realidade latino-americana não era suficiente ou era simplesmente equivocada e que, por isso, tais princípios deveriam ser devidamente ajustados e adaptados, o que o leva a propor fórmulas políticas tidas como conservadoras, como assinalado anteriormente, sob o entendimento de que o julgo colonial havia privado os futuros cidadãos americanos do desenvolvimento das virtudes cívicas adequadas ao bom funcionamento de um sistema político liberal.

Nestas conjecturas sobre a nova ordem há, certamente, o que Zeuske (2018) chama de uma “hipertrofia” do aspecto político em relação ao aspecto social, porém, há também algo maior por detrás deste debate que, em realidade, conecta os dois aspectos. A defesa de Bolívar pela centralização do poder, por exemplo, está ligada a uma tentativa de contornar as deficiências das bases socioeconômicas desses novos estados, sendo algo que propugna desde o início do processo revolucionário, em termos militares e constitucionais, opondo-se ao modelo federalista:

Socioeconomicamente, o federalismo crioulo é a expressão constitucional e política da mera existência regional e local da aristocracia latifundiária e escravista, ou seja, expressão da falta de coesão socioeconômica nacional. O centralismo, por outra parte, ou melhor, pelo contrário, é a expressão política de uma meta socioeconômica progressista e um dos meios principais para alcançá-la. Isto está claro dentro de uma perspectiva de longo alcance. Para uma perspectiva de menor alcance, o centralismo é o único meio de triunfar numa luta de morte. Mas em qualquer aspecto a formação centralista reflete uma concepção de desenvolvimento político e nacional principalmente diferente, uma visão também diferente dos interesses de classe da aristocracia latifundiária, no terreno da relação dialética entre Estado e nação. O centralismo bolivariano aparece assim como a alavanca principal para criar “desde cima”, para assim dizê-lo, a nação (p. 14).

Deste modo, a veia autoritária de Bolívar fundamenta-se por esta tentativa de compensar a falta de condicionamentos materiais para consolidar o paradigma social almejado, por meio do artifício político, mais precisamente, da ação estatal. Neste sentido, ela é o resultado do paradoxo de uma revolução de intenção burguesa e modernizante em um contexto no qual os elementos burgueses e modernos ainda não estavam “maduros” o suficiente e, em realidade, nunca chegariam a estar, pois enquanto permanecessem dentro do perímetro delimitado pelo sistema colonial, a sua configuração responderia a outros ditames. Por certo, a revolução abriu um caminho significativo para o desenvolvimento das forças capitalistas, mas, se não pudesse conter a tendência à desagregação interna (tanto em termos da integridade territorial, quanto em termos da integridade do tecido social) e conter a tendência à constituição de novos laços de dependência externa, que se seguiu quase que naturalmente após a emancipação (na medida em que esta não alterou a base socioeconômica existente e limitou-se à independência política, o que está, na realidade, na origem de toda esta controvérsia), tal desenvolvimento encontraria ainda poderosos obstáculos.

Conforme defendido tanto por Zeuske (2018) quanto por Kossok (2018), a ditadura bolivariana não deve ser vista, portanto, como uma ditadura reacionária que objetiva preservar os pilares do velho regime, freando a revolução. Ela é, na realidade, uma ditadura revolucionária que objetiva preservar e fazer avançar os logros revolucionários ou, para ser mais preciso, objetiva manter, o máximo possível, estes logros nos marcos de uma revolução burguesa. Isso significa dizer que ela funciona tanto para fora: para conter a ofensiva estrangeira, quanto para dentro: para conter o separatismo das “classes altas”, assim como para conter a demanda das “classes baixas” por rupturas mais radicais, embora, neste último caso, tenha sucumbido diante do primeiro fator e não do segundo. É, em suma, diríamos, uma tentativa, talvez desesperada, de fazer a revolução chegar um pouco mais próximo daquele ponto de culminação, do qual já havia se afastado devido à influência que a aristocracia

agrária detinha enquanto componente da direção *criolla* da revolução. Lynch (2001), em uma linha de raciocínio semelhante, a julga de maneira positiva com ainda mais ênfase:

[...] el absolutismo de Bolívar no era um fin en sí mismo. Su preferencia por un gobierno fuerte, en interés de la reforma y del orden, y como marco necesario para el desarrollo post-colonial, fue una cualidad más que un defecto de la política de Bolívar a quien dota de una modernidad que va más allá de los confines de la era de la revolución (p. 246).

Já Abelardo Ramos (1968), que olha um pouco mais ressabiado para a sorte desta “nação latino-americana”, ressalta o quão precário eram os expedientes políticos de Bolívar. Nas suas palavras, “[...] escribir una carta jurídica pretendiendo corregir una constitución real, no podía conducir sino al fracasso (p. 267)” e, mais ainda, afirma: “La desproporción entre la superestructura ideológica y jurídica y la reducida infraestructura económico-social del continente esclavista y semi-servil no podía ser más patética (p. 266)”. Em todos esses autores, contudo, está presente a ideia de que a tarefa história, a qual Bolívar se propunha cumprir, se adiantava as determinações históricas de seu tempo. Desse modo, perseguindo uma espécie de sonho impossível, somos remetidos novamente ao paralelo entre utopia e revolução levantado por Ciriza (2014) e, neste caso, se poderia acrescentar que o projeto bolivariano apresenta-se, então, por todos os aspectos aqui delineados, como uma vertente precursora de outra importante matriz política-ideológica latino-americana dentre as que são assinaladas por Bringel (2020): aquela matriz concernente ao nacionalismo periférico.

Ora isto amplia e aprofunda significativamente a percepção do que teria significado a ruína de Bolívar e, em linha direta de continuidade, a ruína do projeto político por ele encampado. Significa a frustração de uma ampla expectativa social de transformação na medida em que tal projeto funcionava como o repositório dos últimos anseios redentores que poderiam ser proporcionados por esse “novo mundo” constituído com a conquista da independência. Daí que a sua falência seja tão dolorosamente sentida e identificada quase sempre como uma tragédia. Se sob a mira de opositores em intensa campanha para derrubar a sua autoridade política, Bolívar será tomado como um tirano envaidecido pelo poder, signo de um tempo em que as relações haviam se invertido e era preciso, então, “libertar-se dos Libertadores”, do ponto de vista dos seus apoiadores ele será um extraordinário herói, porém um herói trágico que cai em desgraça, amargando traições de seus antigos aliados. Com o passar dos anos, o quão mais os seus sonhos pareçam distantes da realidade, mais a tragédia se aproximará da comédia e ele emergirá, diríamos, como uma espécie de Don Quixote cujos moinhos de vento são esta quimera de uma pátria grande, livre e soberana.

2.3.2 As bases simbólicas da nova ordem: o nacionalismo crioulo

Ao passo que a empresa unificadora de Bolívar foi corroendo-se por dentro e o território correspondente à imensa possessão colonial espanhola na América foi desmembrando-se em Estados cada vez menores, rompiam-se os laços de uma viva cooperação interna forjada em meio a uma penosa guerra de libertação, que demandou vencer árduas distancias para viabilizar o intercâmbio de ideias e recursos entre as forças rebeldes, e retornava-se aos limites demarcados pelas antigas jurisdições dos núcleos da administração colonial. Paralelamente, projetos nacionais com contornos mais estritamente *criollos* foram ganhando terreno. Isto quer dizer que também no plano simbólico com o qual foi cingida a nova ordem, que não apenas herdava, mas em grande medida aprofundava os abismos sociais da era colonial, impõe-se a hegemonia *criolla* sobre os setores populares subalternizados. Ou seja, da mesma forma que estes foram sendo progressivamente subjugados ou simplesmente expulsos do campo da luta revolucionária por independência, como o toque inicial de um castelo de cartas que se desfaz, o mesmo ocorre no campo das projeções emancipatórias vinculadas a essa luta, no campo das estruturas do poder político e econômico estabelecido no novo regime, e, finalmente, no campo do imaginário nacional esgrimido em grande parte por essa elite que encontra neste imaginário um poderoso mecanismo para a legitimação e o encobrimento de sua dominação, já que agora ela pode abrigar-se sob uma bandeira (termo que aqui tem um sentido quase literal) que, supostamente, pertenceria a todos.

O clássico estudo de Benedict Anderson (1993) é certo ao situar a nação e o nacionalismo neste plano de elaborações simbólicas justamente porque os encara mais como manifestações culturais do que como uma doutrina intelectual com preceitos muito bem estabelecidos. Em realidade a nação não existe para os atores sociais como um dado tangível da realidade, ela é uma representação coletiva que, mais precisamente, designa, conforme a sua definição, uma “comunidade política imaginada como inerentemente limitada e soberana” (p. 23). Como tal, surge em um contexto no qual grandes sistemas culturais entraram em declínio: por um lado, as comunidades religiosas articuladas através de suas línguas sagradas e, por outro lado, os reinos dinásticos cujo poder político altamente centralizado era entendido como uma emanção divina. Assim, quando abandonadas as certezas entorno de Deus e do Rei (para dizer de um modo simples), emergem novas formas de percepção da realidade que preparam, então, o caminho para que a ideia de nação pudesse ser cunhada.

Em particular a percepção da simultaneidade, dando-se de forma transversal em um tempo vazio e uniforme, possibilita a concepção dessa comunhão estabelecida entre os vários membros de uma mesma nação, que passam a perceber a si como parte desta totalidade composta por inúmeros anônimos, ou seja, admitindo que todos esses concorressem para a formação desta comunidade, mesmo sem travar um contato efetivo com cada um deles. Tal ideia de simultaneidade propaga-se em especial a partir de dois gêneros literários que florescem neste período: o romance, que destrincha um mundo no qual a ação de diferentes personagens pode ocorrer ao mesmo tempo sem que estes tenham consciência da ação ou mesmo da existência uns dos outros, e o periódico, em que um marco preciso no tempo, como a data do dia corrente, converte-se em um critério suficiente para o alinhamento do relato de uma série de eventos que muitas vezes não tem outra relação entre si para além dessa coincidência temporal.

Finalmente, o capitalismo, servindo-se de uma nova tecnologia de comunicação: a palavra impressa, ou seja, convertendo a imprensa em mercadoria, populariza rapidamente estes gêneros literários e, mais ainda, contribui para que as línguas vernáculas ganhem precedência em relação ao latim, em sua procura implacável por novos mercados para a atividade editorial. Mercados estes que eram constituídos por uma comunidade de leitores de uma mesma língua que de certo modo prefigura a comunidade nacional. Ora, segundo Anderson (1993) a derivação das línguas vernáculas em línguas impressas, que dispunham de maior uniformidade e fixidez, estabelece bases importantes para o surgimento de uma consciência nacional. Em síntese, toda esta confluência entre capitalismo e linguagem contribui para que a comunidade política formalmente secular, em oposição à comunidade religiosa, e formalmente horizontal, em oposição à rígida hierarquia das dinastias, possa habitar a imaginação como algo mais ou menos bem definido em termos de uma simultaneidade temporal e em termos de limites linguísticos e territoriais.

A explanação de Anderson (1993) sobre as condições sociais e históricas que estão na origem da concepção de nação fornece uma boa dimensão acerca do quão longe vai a idealização entorno da comunidade nacional, que na maioria das vezes não encontra uma exata correspondência com a realidade dos Estados. A ideia de um território com fronteiras bem definidas e uma língua própria que permite estabelecer uma linha de distinção em relação às outras nações existentes, constitui uma problemática que se torna paradigmática para o caso da América Latina, como bem destaca o autor. Neste caso, as colônias, ao buscarem a emancipação, se bem almejassem o estabelecimento de uma comunidade política em bases laicas e liberais, não podiam demarcar uma clara diferenciação linguística-cultural em relação

às nações vizinhas que se constituíam em seus arredores a partir do mesmo processo e, principalmente, em relação aos colonizadores. Isto do ponto de vista das elites que “lideravam” o processo, enquanto as classes populares – essas sim com marcantes diferenças culturais – embora tenham tomado partido na contenda, não chegaram ao ponto de conseguir pautá-la politicamente de forma plena, com o naufragar de suas utopias no mar revolto da luta revolucionária, como já assinalado.

O drama da revolução burguesa não consumada tem aí, portanto, uma última consequência primordial. Ele fez com que, capitaneada pelos *criollos*, o despertar da consciência nacional tenha se nutrido não só de um progressivo amadurecimento das unidades econômicas e administrativas herdadas do período colonial, lembrando que a existência destas não explica por si só o surgimento de um senso de identificação para com elas em termos especificamente nacionais, sendo importante o papel de uma *imprensa criolla provinciana* para que começassem a ser vistas, não como simples jurisdições coloniais, mas como nações aprisionadas por um regime de dominação colonial. Esta consciência nutriu-se também, fundamentalmente, daquele ressentimento *criollo* com a exclusão política sofrida por tal classe, posto que este, sim, foi responsável por instituir mais efetivamente uma linha divisória em relação à metrópole, no que se sobressai o papel dos *funcionários criollos* na denuncia destes mecanismos de discriminação e na tentativa de opor-se a eles com uma autoafirmação da identidade americana e, mais especificamente, neogranadina, venezuelana, peruana, mexicana, chilena, rio-platense e etc. Ou seja, a separação da matriz espanhola dava-se, além do mais, concomitante ao surgimento de identificações baseadas em divisões intrarregionais, na medida em que as províncias também rivalizavam entre si em função dos seus respectivos interesses políticos e econômicos, que se tornam a base para o separatismo propugnado pelas oligarquias, como visto anteriormente.

Por isso Anderson (1993) assinala o pioneirismo do desenvolvimento da ideia de nação em terras americanas, antecedendo o advento do mesmo fenômeno na Europa, como um feito especificamente *criollo*. E mesmo sob um ângulo puramente intelectual, como aborda Lynch (2001), este desenvolvimento precursor fez-se necessário dado que a superação do paradigma colonial colocava uma série de problemas que ultrapassavam o escopo das doutrinas iluministas e liberais europeias que inspiraram a investida revolucionária *criolla*, demandando, da parte destes, formulações críticas e originais. Em geral, os pensadores europeus, com algumas poucas exceções, não se detinham sobre as distinções nacionais e suas teorias pouco tinham a oferecer em termos de fundamentos políticos e filosóficos para uma luta de liberação nacional. Muito pelo contrário, o liberalismo político apregoado não se

aplicava aos territórios do “além-mar” para o qual estava reservada a velha política colonial dos tempos do absolutismo, o que se ajustava sob medida às ambições da burguesia europeia que aderira a tal liberalismo. Portanto, como observa o autor, ficou a cargo, dos líderes e intelectuais dos movimentos independentistas na região elevar os ideais de liberdade e igualdade ao nível das relações internacionais e elaborar uma teoria a respeito não só da existência de uma (ou mais de uma) unidade nacional nos territórios colonizados, mas do legítimo direito desta a autodeterminação, como o faz Bolívar na célebre Carta da Jamaica.

Como observa Lynch (2001), o problema do nacionalismo constituía uma espécie de ponto cego da ilustração, a semelhança do que ocorria com o problema das desigualdades socioeconômicas e, se poderia acrescentar ainda, o problema das mulheres, como já analisado. Isto se explica pelo fato de que os principais alvos a serem combatidos eram os privilégios do antigo regime na proporção em que estes constituíam desigualdades perante a lei, mas, quanto mais essas desigualdades deixassem o âmbito formal e remetessem as estruturas materiais, menos elas tornavam-se passíveis de maiores problematizações. Daí que o ideário iluminista servisse muito bem para que *criollos* reivindicassem seus direitos perante os peninsulares, mas encontrava grandes resistências e dificuldades para que a povo explorado os reivindicassem perante os *criollos* ou as mulheres, perante os homens.

Assim, a cegueira iluminista para com estas questões revelava incongruências que, se bem convinham aos interesses de reprodução desta elite colonial, também desnudava o fato de que suas pretensões emancipatórias implicavam diretamente na opressão dos outros setores sociais. A questão nacional, entretanto, merece algumas ressalvas neste quesito. Ela tem um pouco mais de êxito em escapar a esta lógica de ocultações porque pôde ser trabalhada de uma forma que não afetasse as estruturas de poder favoráveis aos *criollos* e, mais do que isto, contribuiu para que estas se reestruturassem e aprofundassem em novos parâmetros, já que aqui, cabe recordar, não se está na linha de um nacionalismo periférico de tipo progressista como o propugnado por Bolívar. O nacionalismo *criollo* que prepondera na etapa mais tardia do período pós-revolucionário é essencialmente conservador.

Nesta direção, Lynch (2001) demonstra que, antes mesmo de adquirirem precedência na luta por independência, no processo de formação de uma identidade nacional que remonta ao período colonial e estende, sobre ele, as suas raízes, os *criollos* eram o setor social que se inclinava mais ativamente para a elaboração de tal identidade, pois era a este setor que mais interessava certo “desenvolvimento” da sociedade colonial. Sendo mais exato, lhe interessava que esta sociedade evoluísse de colônia a nação apenas se ela pudesse libertar-se das travas coloniais, mantendo o *status quo* em seus lineamentos gerais. Já os setores populares, que não

encontravam em tal desenvolvimento mais do que o acirramento das condições para a sua exploração, tornaram-se menos permeáveis a tal ideia de nação. Assim, segundo o autor, enquanto entre os *criollos* prosperava uma original literatura americana que exaltava os recursos e as capacidades humanas locais, dando-lhes consciência dos patrimônios naturais e materiais de que dispunham e infundindo-lhes autoconfiança para geri-los, entre o restante da população iletrada o sentimento nacional que se desprendia dessa literatura penetrava muito mais lentamente. Ele era difuso entre mestiços e quase inexistente entre negros e indígenas, em cujas lutas costumavam apelar para a constituição de uma comunidade política em outros termos. Nas suas palavras: “La rebelión popular, siempre y cuando tuviera una ideología, acostumbraba a mirar a utopías pasadas o a una época de consenso, más que a um futuro de independencia nacional.” (p. 146).

Além disso, ao passo que as camadas sociais subalternas se confrontavam mais frequentemente com estruturas de poder locais, os *criollos* mantinham uma relação mais próxima com as esferas elevadas da administração colonial. Com isso, se supõem que estes últimos estariam especialmente propensos a desenvolver uma visão e uma estratégia de ação política de abrangência mais ampla, facultando-lhes a invocação do espectro nacional. De acordo com Lynch (1991) o precoce imaginário nacional *criollo*, com a amplitude político-programática que proporcionava, foi um dos ingredientes decisivos para que tomassem a dianteira do processo de emancipação, pois “Este proto-sentimiento de nacionalidad era más subversivo ante la soberanía española y mejor conductor a la independencia que las peticiones específicas de reforma y cambio” (p. 33). Seguindo a linha de raciocínio do autor, se é levado a admitir, então, que o nacionalismo em solo latino-americano teria de adquirir, quase que inevitavelmente, uma moldura *criolla*, já que as condições para o seu surgimento na era colonial assim o determinavam. Porém, haveria que se perguntar se não foi, ao contrário, a direção *criolla* que fez deste incipiente nacionalismo um repositório de determinações coloniais.

2.3.3 As mulheres como um “outro interno” no processo de construção nacional

De todo o modo, ao conceber um ideal de nação a sua “imagem e semelhança” – o que significa que as características nacionais eram derivadas das características de uma parcela bem específica da população, na qual se verificava uma singular uniformidade em relação à

descendência, língua, religião, localização geográfica e costumes – a elite *criolla*, em uma espécie de ilusão metonímica, colocava em prática uma operação simbólica com a qual ocultava a pluralidade dos componentes que efetivamente compunham a nação para dar-lhe uma aparência artificialmente homogênea e, assim, estabelecer um contraste com os de “fora”. Mais do que simplesmente omitir os setores populares da conformação da identidade nacional, trava-se de estipular o padrão *criollo* como superior e dominante em relação a todos os demais. Quase como uma ideologia de “supremacismo criollo”, se poderia dizer. Desse modo, o contraste era também estabelecido para “dentro”, fazendo com que, na prática, tais setores não pudessem se reconhecer ou se sentir parte da comunidade nacional, o que reforça a tese de que se perpetuava com isso um tipo virtual de colônia no interior da nação emancipada, já que a ruína do império espanhol era o início do império *criollo*.

É isto que aponta Delfín Ignacio Grueso (2014) ao definir a nação como “[...] uma forma de inclusão que exclui” (p. 335) e ao tratar desse “outro interior” que aparece no processo de construção das nações hispânicas na América Latina. Segundo o autor, que está preocupado, sobretudo, com o problema do apagamento da diversidade étnica e “racial”, a visão de que a unidade política emergiria de uma população homogênea, apesar de remeter ao pensamento político da antiguidade clássica (a *pólis grega*), deixou também as suas marcar na era moderna, o que é perceptível especialmente quando o nacionalismo estava em seu auge no século XIX:

El efecto de esta especie de vicio mental ha sido que todo esfuerzo por validar una comunidad política a partir de las virtudes cívicas que –se supone– marcan la diferencia con un otro exterior, ha implicado una colateral exclusión de otros interiores, políticamente invisibilizados por desentonar con la homogeneidad que esas virtudes suponen y, por ende, por no estar a la altura del vínculo político (p. 335).

Se, como visto, o pensamento político bolivariano apresentava as suas reservas quanto às virtudes políticas daqueles que constituíam a maior parte da população dos novos Estados nacionais – ainda que almejasse a implantação de reformas que revertessem esse quadro e permitissem a plena consolidação de um regime em bases democráticas e liberais, em um projeto nacional que, por assim dizer, se tornaria mais inclusivo no longo prazo – as elites *criollas*, em geral, não estavam dispostas a ceder o menor espaço aos setores populares, nem mesmo para se contraporem culturalmente aos colonizadores, com quem compartilhavam uma afinidade muito mais profunda do que com aqueles que eram efetivamente os seus compatriotas. Como afirma Grueso (2014), a atitude inicial dessas elites foi encarar os traços

divergentes oriundo desses setores, como um obstáculo a ser eliminado no caminho da afirmação da identidade nacional.

O autor detalha a maneira como a classe dominante branca colombiana, em particular, procurou lidar com o que era visto como o “problema negro” e o “problema indígena”, durante as primeiras etapas do período republicano, através de medidas que estavam muito próximas daquilo que se denomina como “limpeza étnica”, ou seja, de técnicas que visam liquidar uma etnia mesmo sem promover diretamente o seu extermínio físico. Por um lado, limitando os contornos civilizados da nação a uma região central urbanizada, na qual se concentravam as camadas sociais mais abastadas, compostas, em sua maioria, pela população branca de ascendência europeia, e renegando as zonas periféricas, nas quais se concentravam as camadas sociais empobrecidas, compostas, em sua maioria, pela população negra e indígena, ela utilizava-se do argumento “geográfico” para suprimir estas últimas de toda e qualquer representação nacional. Por outro lado, utilizava-se de uma estratégia de assimilação cultural que condicionava o reconhecimento desses grupos étnicos como membros da nação à sua conversão ao paradigma católico-hispânico.

A problemática étnica, sem dúvidas um ponto nevrálgico na formação das sociedades latino-americanas, não foi, porém, a única dimensão social na qual se sofreram as graves consequências destas tentativas de “purificar” o nacional e torná-lo o mais próximo possível do ideário conservador *criollo*. Também a problemática das relações de gênero – que se mostra aqui novamente alinhada ao dilema dos setores populares com a ofensiva que, em geral, foi direcionada a estes no pós-revolucionário – é um alvo desta cruzada normativa do nacionalismo *criollo* que, nesse caso, reveste-se de um sentido particularmente moralizador. Assim, se poderia dizer que as mulheres enquanto mulheres são também um dos componentes desse “outro interno” assinalado por Grueso (2014), embora isso se configure em níveis e formatos diferentes conforme as classes sociais. Como sugerem estudos sobre a atuação feminina na independência, o período republicano configurou, de certo modo, um retrocesso em termos dos espaços de atuação política conquistados durante o período da luta, já que as mulheres passam a ser incitadas, quando não forçadas, a abandonarem suas atividades políticas e militares e retomarem aquelas funções ligadas aos papéis tradicionalmente atribuídos ao gênero, deixando a cena pública e recluindo-se ao ambiente doméstico e familiar, tal qual se lhes impunha durante o período colonial, com a diferença de que agora lhes caberia, a partir da manutenção deste lar, contribuir para a preservação dos “bons costumes” e para a “boa educação” dos cidadãos que formavam a nova nação.

A las mujeres las nuevas naciones les asignan la función de maternidad patriótica. Como madres, esposas y amas de casa se les pide que mantengan la cohesión y el honor de la familia y que encaminen a sus maridos y a sus hijos por la senda de la modernidad liberal y nacionalista; su responsabilidad cívica y patriótica es formar ciudadanos honrados y trabajadores sanos, disciplinados y productivos, capaces de adecuarse tanto a la vida pública como a los nuevos requerimientos de la modernización económica (CANO; BARRANCOS, 2006, p. 548).

A diferença, no entanto, é que a tentativa de “disciplinar” esse contingente feminino insurgente – cujo tamanho não era nada desprezível, indicam os estudos, em que pese não se disponha de dados numéricos precisos – se deu mais através de mecanismos discursivos e simbólicos e não exatamente por meio de uma política bem definida como as técnicas de “limpeza étnica”, em geral, supõem. Apesar disso, o exílio de figuras femininas importantes, dentre eles o caso de Manuela Sáenz, aponta também, para um tipo de ação mais direcionada contra este setor, que se não formava um agrupamento político com uma ação e um programa ideológico bem elaborado, certamente, trazia em si os germes de uma potencial articulação deste tipo. Isto, muito provavelmente, não passava despercebido aos promotores da nova ordem, sempre atentos as eventuais ameaças ao regime erguido sobre os escombros de uma revolução que em mais de uma ocasião tinha estado prestes a voltar-se contra estes que se diziam os seus fervorosos partidários. Não seria um exagero crer, portanto, que aquele temor *criollo* em relação à rebelião popular, que foi tão importante para o desencadeamento do processo revolucionário, renova-se nesta etapa posterior com o agravante de que passou, então, a ser reforçado por uma efetiva e recente experiência revolucionária, o que levou novamente a utilização de mecanismos de contenção, talvez até mais duros, pois agora se tratava de zelar por uma ordem que era inteiramente cara as elites locais.

É interessante avaliar como isso se substancia no imaginário não apenas nacional, mas especificamente nacionalista, posto que, mais do que meramente conceber a nação, se trata de torná-la objeto de uma celebração e um enaltecimento com os quais se cultiva em seus integrantes um vínculo sentimental e, até mesmo, um orgulho de pertencimento. Neste sentido, a retomada do processo da independência para compor uma narrativa dos feitos grandiosos que levaram a “libertação nacional”, derivando desta os símbolos pátrios, é algo que foi ganhando forma desde os primeiros intentos historiográficos sobre esse processo. Neste caso, como afirma Grueso (2014), do ponto de vista *criollo*, os/as representantes da população negra e indígena estavam muito longe de serem consideradas agentes fundadores/as da comunidade política nacional e isso se aplica, até mesmo, às mulheres oriundas das elites, o que indica que o recorte de gênero, para além do recorte socioeconômico e racial, teve também a sua importância. Os que são reconhecidos como os

próceres da independência são um seleto grupo composto pelos homens brancos da elite que canalizaram a direção da luta, representando o seu setor efetivamente vitorioso, mas que está muito longe de resumir a multiplicidade de atores e atrizes que tomaram partido nela.

Contudo, a elaboração deste imaginário envolvia operações simbólicas muito mais sofisticadas para além desta restrita composição do panteão nacional. Trata-se não só de encobrir a ação histórica de grupos subalternizados, mas, como já enfatizado, de conceber a estes como “outros” dentro do paradigma nacional. Assim, nós “mulheres” não estávamos de todo ausentes da historiografia convencional com a qual se rendiam homenagens aos mártires da independência. No pequeno espaço que lhes foi reservado dentro dessa particular literatura, elas, porém, só eram admitidas enquanto figuras que secundavam, ou melhor, que orbitam ao redor destes heróis, desempenhando um papel auxiliador ou complementar, além de remetido constantemente à dimensão do afeto e do cuidado no âmbito doméstico e familiar, o que implica em uma adicional despolitização de tal papel. Figuras pintadas, portanto, com as cores de uma “feminilidade” compreendida nos moldes mais tradicionais possíveis em contraste ao ideal de “masculinidade” daqueles que eram os atores principais.

Neste sentido, as “mulheres” são o ingrediente que institui um importante ponto de alteridade a partir do qual se define o lugar ocupado pelos “homens” como o ponto de referência central. Gabriela Cano e Dora Barrancos (2006) sintetizam com agudez os traços desta construção:

[...] en los países hispanoamericanos la guerra segó vidas, destruyó propiedades y dejó tras de sí una sociedad militarizada, donde la violencia estaba a la orden del día. Las narrativas nacionalistas exaltaron esas hazañas militares, piedra de toque de una memoria histórica indispensable para dar identidad común a los Estados que integraron naciones en un proceso paulatino que se extendió durante casi todo el periodo. En esas narrativas fundadoras, los hombres, soldados y ciudadanos fueron los protagonistas centrales, mientras que a las mujeres se les reservó el papel de madres patriotas. Figuras de la historia de bronce, las heroínas independentistas se inscriben en el modelo del sacrificio materno y fueron las únicas mujeres que alcanzaron presencia en la historia política latinoamericana del siglo XIX (p. 548).

Deste modo, ao circunscrever o espaço que teria cabido a cada um dos gêneros na épica da emancipação reproduzem-se os preconceitos e as desigualdades que fazem desse imaginário nacionalista além de elitista e racista, notoriamente androcêntrico e patriarcal. Isto torna evidente, ademais, que a função que se esperava que fosse cumprida pelas “mulheres” no período republicano não era nada mais do que o prolongamento desta compreensão, um tanto irreal e fantasiosa, da função que teriam cumprido durante a independência.

Maria Ligia Coelho Prado (1992) é outra autora que enfatiza o caráter artificial e falacioso destas construções. Ela pontua que ao longo da segunda metade do século XIX e início do século XX, foram elaboradas biografias de algumas das mulheres que tiveram uma atuação mais destacada, como peças da propaganda nacionalista do período pós-emancipação. Por mais que esses textos forneçam as evidências do quão importante e consistente teria sido a participação feminina naqueles acontecimentos, eles intentam moralizar e apaziguar a conduta destas mulheres, apagando os indícios de uma rebeldia antissistema nela contida que, para além da oposição ao poder metropolitano, desafiava os dogmas morais e religiosos que definiam o lugar da “mulher” na sociedade colonial. Assim, se o aporte feminino a causa patriótica era exaltado nestes escritos, ele era também normatizado e disciplinado afim de que não ultrapassasse certos limites ou escapasse ao controle da dominação masculina e como tal era convertido em um “bom” exemplo para as gerações futuras.

Segundo a autora, entorno delas era moldado um “padrão de respeitabilidade” que estipulava modos de ser “decentes” e “corretos” que tinham uma importante vinculação com o ideário nacionalista de então. Suas ações eram movidas sempre pelas emoções e não pela razão. Estavam dispostas ao sacrifício pessoal em nome de um ideal coletivo que perseguiram com obstinação apesar de todo o sofrimento ao qual, com isso, se submetiam. Não nutriam a ambição de atingir qualquer posição mais elevada em termos materiais ou simbólicos e apenas teriam adentrado a cena pública por um imperativo de força maior, sendo que o papel desempenhado no interior das relações familiares continuava sendo fundamental e muitas vezes o verdadeiro impulsionador de tal entrega e engajamento. A fé e devoção inabaláveis conferia a elas um ar religioso, Coelho Prado sugere, neste sentido, que mais do que mães eram concebidas como verdadeiras “Santas da Pátria”:

Em uma palavra, foram mulheres rebeldes, insubordinadas, agindo fora das regras e das normas, que ganharam respeitabilidade, transformadas em modelos de esposas e mães, glorificadas por todas as virtudes cristãs intimamente trançadas com as virtudes patrióticas. Enfim, biografias domesticadas, descarnadas e liberadas de qualquer dimensão de conflito que não aquele entre o bem maior – a pátria – e o mal absoluto – a opressão colonial. Ainda que não cultuadas ou entronizadas, pelo menos até o presente, alcançaram nessas biografias o altar de Santas da Pátria. (COELHO PRADO, 1992, p. 90)

Contudo, a maneira como a figura de Manuela Sáenz relacionava-se com este “respeitável” imaginário nacional está marcada por sensíveis tensões e ambiguidades que são igualmente reveladoras. Tal como se pode ver nos escritos dos autores que foram pioneiros na abordagem literária dela, esta era uma figura muito mais difícil de ser enquadrada nos moldes

de uma moralidade tradicional, não só por mostrar-se avessa a ela em muitos aspectos, mas também, talvez, pelo fato de que, estando ela relacionada com uma liderança masculina tão proeminente, os seus “escândalos” tiveram uma repercussão muito mais ampla e uma “fama” adversa perseguiu-a já em vida. Ou seja, o comportamento insurgente de Sáenz, pela visibilidade alcançada, despertou muitos ódios, elevando o número de seus detratores, o que certamente refletiu-se um pouco nestes escritos, conferindo-lhe uma “aura” maldita.

Observe-se que nas considerações de O’Leary, Boussingault e Palma há uma clara alusão a esta imagem da “mulher” que ampara o “homem”, sobretudo, pelo destaque que é dado a Conspiração Setembrina e a desenvoltura da personagem no episódio. Ora, a disposição em sacrificar-se para preservar a vida do herói é o que fundamenta, em certa medida, a consideração e o apreço que desperta, com o elogio ao seu desprendimento e coragem. Todavia, ao integrar a vida amorosa deste na condição de amante – uma amante “despudorada” e “excêntrica”, diga-se de passagem – não pode fazer às vezes de “esposa legítima e fiel”, de “mulher feminina e recatada” ou de “mãe zelosa”. Ela não se encaixa inteiramente neste modelo e em certo sentido o desmistifica.

Porém, ao mesmo tempo, o exagero ou a supervalorização dos seus traços “desviantes” e “subversivos” acaba fazendo a sua representação funcionar como uma espécie de antítese que reforça o modelo por oposição, na medida em que sua conduta é, ao mesmo tempo, sistematicamente recriminável e constitui, em determinados aspectos, um mau exemplo que não deve ser seguido e, por isso, (não é demais repetir) uma anti-heroína. Daí que cada uma dessas produções reflita, a sua maneira, o desconcerto e a inquietação diante do fato de que Sáenz não cumpria os requisitos para exercer a tão apregoada “maternidade patriótica”, não obstante tenha sido a companheira daquele que foi eleito, por excelência, o “pai da pátria”, como uma expectativa frustrada que, se não é explicitada, permanece latente nas entrelinhas.

Esta situação torna-se ainda mais paradigmática se se tem em conta que a consagração de Bolívar como o “patriarca” da nação – título que secunda ao de “Libertador”, assim como a construção dos Estados nacionais secunda a guerra de libertação – possui desdobramentos bastante significativos, especialmente no caso da Venezuela, pois para além de simbolizar o “nascimento” da pátria pelas mãos de um dos principais líderes do processo, atribui a este, de fato, poderes excepcionais na condução desta empreitada, como detalha Carreira Damas:

La conformación del Padre de la Patria es un hecho histórico de singular trascendencia para los venezolanos. No es un hecho único, pues otros comparables o similares se han producido en diversos pueblos. Llámánles fundadores de la pátria, o

creadores, y presiden simbólicamente los orígenes de una nueva estructura de la nacionalidad. Asocian su nombre a un acto inicial, fuente visible de un estado de cosas que contrasta marcadamente con el precedente, y por ello personifican el cambio mismo. Bastará, entonces, mencionarlos para evocar toda una situación histórica. Pero la condición de Padre de la Patria reconocida a Bolívar desborda bastante los límites de esa transfiguración histórica, porque en esa designación va implícita la noción de creador mismo de la Patria, de supremo hacedor, y una vez admitido esto se derivan consecuencias lógicas que llevan el pensamiento por caminos característicos (2017, p. 76).

Uma das consequências lógicas mais importantes dos contornos singulares que adquire esta consagração, como desenvolve o mesmo autor, é que ela eleva a figura de Bolívar a tais “alturas” que chega ao ponto de convertê-lo, praticamente, em um “herói sem povo” (p. 91). Com isto tal consagração funcionou, na realidade, como o mais poderoso, talvez, artifício simbólico para o fenômeno que se vem rastreando desde o início desta análise: o esvaziamento da história da independência da participação popular, tornando-a “o feito extraordinário de um só homem” (p. 92). Embora esta seja uma tese anti-histórica que pode ser facilmente refutada, ela está profundamente arraigada no pensamento social venezuelano, com demostra Damas (2017) com fartura de exemplos. Assim, a história, que condena Bolívar a uma “solidão divina” (p. 92), transpõe para dentro de si um raciocínio que teológico, já que a conquista da emancipação parece ser compreendida pela lógica do criacionismo, ou seja, tal versão sobre a criação da nação está em perfeito paralelo à versão bíblica sobre a criação do mundo, que faz Bolívar ser reverenciado como um deus enquanto as forças populares são alienadas daquilo que é um fruto de sua própria ação, mas que deixa de ser reconhecido como tal e passa a ser atribuído a um ente superior e transcendental.

Não é a toa que Damas (2017) tenha se dedicado, então, ao estudo do que nomeia especificamente como o “culto a Bolívar”, tendo se tornado a referência central para a compreensão deste fenômeno original, o que não implica em uma avaliação ou um julgamento das qualidades da ação histórica em si do personagem em foco, mas sim das elaborações simbólicas que passaram a revestir a sua figura com grossas camadas de significados e, com isso, alimentaram o resgate constante de sua memória para a estruturação e “sedimentação” de uma consciência nacional a serviço da conformação dos novos Estados na região e dos grupos que se perpetuavam no poder por meio destes grandes aparatos político-burocráticos. Nesta direção, o autor define o culto precisamente como “[...] la compleja formación histórico-ideológica que ha permitido proyectar los valores derivados de la figura del Heróe sobre todos los aspectos de la vida de un pueblo.” e, logo em seguida, enfatiza: “No es nuestro propósito indagar acerca de la consistencia de los méritos que recomiendan al Heróe para ser objeto de

culto. Circunscibimos nuestra atención a las condiciones en que se gestó el culto, a sus manifestaciones y al sentido que se le ha dado, históricamente (p. 19).”

Ora, é interessante notar como nas origens do culto nos deparamos novamente com o imperativo contrarrevolucionário de contenção das massas que toma conta do panorama das nações latino-americanas no pós-independência e que está na raiz da ofensiva repressora que se abete sobre as mulheres, os grupos étnicos e a população pobre de maneira geral. Note-se que, para Damas (2017) o culto não é simplesmente um fenômeno de fundo literário e historiográfico. Ele emerge em circunstâncias determinadas como uma forma de lidar com uma situação específica. As razões históricas para o seu aparecimento, bem como para a sua sobrevivência ao longo de tempo, respondem a uma problemática política e social bem mais ampla que o autor concebe quase como uma necessidade histórica iniludível: a necessidade, sobretudo da perspectiva das elites, de “disimular un fracaso y retardar un desengaño” (p. 36) que proliferava em meio às camadas populares conforme essas se confrontavam com os resultados da luta emancipadora. Uma tarefa que o culto a Bolívar, da maneira como foi estruturado, conseguiu cumprir com êxito, ressalta-se.

Isto porque, nesse contexto, a evocação de Bolívar – como aquele ícone que condensava todas as aspirações transformadoras e ao mesmo tempo todas as frustrações com as falhas do processo que culminam em seu trágico destino – alimenta o ideário da emancipação, já que não havia outro arsenal ideológico que pudesse ser manejado para além deste, deixando-o como uma possibilidade sempre aberto no horizonte. Porém, ao mesmo tempo, o fixava em um nível de idealizações puramente abstratas, uma vez que a figura de Bolívar era colocada neste lugar de perfeição inalcançável, o que mantém a população docilmente em “compasso de espera” por um futuro brilhante que nem tão cedo se pretendida realizar. Uma espécie de fantasia, ou mesmo um expediente mistificador, com um efeito apaziguador e paralisante que apenas superficialmente tenta corrigir os danos, mas sem fornecer uma contrapartida concreta para aqueles que haviam sido os mais onerados ao final da luta e que em virtude disso poderiam incorrer novamente em uma investida rebelde sobre a nova ordem. Nas palavras do autor:

La solución dada a esta dificultad por los ideólogos de la burguesía terrateniente y comercial, promotora y usufructuaria de la Independencia, consistió en declarar permanentemente abierto el proceso de búsqueda de aquellos resultados hermosos que fueron presentados en un comienzo como el producto automático de la emancipación . De esta manera, todo lo vivido se redujo a una mera etapa previa cuyos resultados era necesario no ya consolidar sino lograr de entonces en adelante (DAMAS, 2017, p. 37).

Pode parecer um tanto contraditório ou inusitado o fato de que justamente o ideário que serviu de combustível para a revolução se converta, após esta, em um tipo de bebida embriagante que refreia o ímpeto daqueles setores que detinham em seu interior os germens para uma radicalização da luta. Porém, é preciso ter em conta o quão poderosa podia ser esta estratégia de manipulação política, embora ligeiramente arriscada e nada convencional. Estes para quem a independência havia ficado pela metade ou estava ainda para acontecer são, graças tal estratégia, colocados a reboque de uma classe dominante que parece acentuar com isto o mencionado ar farsesco que a acompanha desde o início na condução da sua comedida “revolução dentro da ordem”. Ironicamente, os mesmos que após sabotarem o projeto bolivariano apropriam-se do influente legado político deste e habilmente o manipulam para favorecer um novo projeto de dominação. Ora, a maneira como isto lhes permite contornar as tensões, reestabelecer um equilíbrio de forças e desobstruir o caminho que vai à direção de uma nova “conquista” – a conquista destas colônias internas – é talvez o exemplo mais paradigmático de como aquelas utopias emancipatórias que furavam a bolha do ideal independentista *criollo* são suprimidas, não com a sua simples retirada do panorama político, mas com a sua transformação em utopias estéreis, exuberante em suas formas, com toda a parafernália de tributos e homenagens dedicada aos seus representantes, mas vazias na realização de sua substância política.

De maneira mais esmiuçada, Damas (2017) aponta três dimensões nas quais o culto cumpria uma função tática específica, por assim dizer. Em primeiro lugar, era mobilizado como um “fator de unidade nacional”, reivindicando-se a partir dele um princípio de ordem para evitar uma ruptura dos grupos subalternos com o projeto de nação estipulado. O culto promovia uma expansão do sentimento nacional cujas repercussões políticas eram sabiamente aproveitadas para firmar uma coesão política e social dos distintos setores entorno de tal projeto. Em segundo lugar, era mobilizado como “um fator de governo”, já que tinha o poder de conferir um maior respaldo as soluções propostas pelos novos governos, para os quais a identificação com o programa político bolivariano, ainda que apenas na aparência, se tornou algo altamente cobiçado. Em terceiro lugar, era um “fato de superação nacional” que instituíam um parâmetro de perfeição moral e cívica para o povo, no que somos remetidos, mais uma vez, ao problema da equiparação de Bolívar a uma espécie de divindade (p. 37).

Isto porque justamente este povo – e não a intransigência ou mesmo a pura e simples existência de arraigadas oligarquias políticas – é assinalado como o obstáculo que inviabilizou a realização dos sonhos do “Libertador”. Bolívar aparece ai, então, como um herói que foi sacrificado a maneira de Cristo, crucificado para redimir os pecadores. Tal definição de papéis

no teatro da emancipação o transforma no referencial máximo para o aprimoramento dos valores e das capacidades da desamparada população dos novos Estados. Assim, esta guarda para com ele uma eterna dívida e parece condenada a nunca estar à altura do seu herói, ou mesmo merecê-lo, o que a coloca em um estado permanente de submissão, que se assemelha a um tipo de submissão religiosa. O culto a Bolívar funcionamento neste sentido, portanto, como uma “segunda religião”, tal como é definido pelo autor na seguinte passagem:

No es Dios, pero tan solo porque proclamarlo habría sido apostasía. Pero sí es un dios, y para su culto naciente habrá de edificarse toda una religión, *la segunda religión*, llamada a complementar en el orden cívico la función que la otra realiza en el orden espiritual y moral. Una religión que tendrá, sobre todo, la virtud de responder a las exigencias muy concretas y urgentes de una conflictiva situación política, en el momento cuando nace, pero que conservará esa propiedad terapéutica y prestará por ello más de un útil servicio a más una inútil causa. Em Bolívar deificado quedaban alienadas, pero sin implicaciones meramente contemplativas, entonces y hasta el presente, las más preciosas potencias del venezolano, a la vez que representada la solución a sus más vivas aspiraciones [...]. (DAMAS, 2017, p. 56, grifo do autor)

Longe de um político realista que não só comete falhas, como também demonstra capacidade de aprender com estas, moldando e modificando a sua linha de ação conforme as circunstâncias, o que estará bem mais próximo dos dados concretos que conformam sua biografia, Bolívar é apresentado ai como alguém que alcança um nível de excelência em todas as suas múltiplas facetas e possui uma retidão de princípios que conformam o seu caráter desde sempre e de maneira inalterável. Isto o torna quase que predestinado à realização da grande obra que se lhe atribuiu, já que toda a sua trajetória pregressa é vista como nada mais do que o prenuncio ou um caminho que inevitavelmente levaria a ela. Dessa forma, o gênio e a originalidade da ação histórica do “Libertador” são inteiramente atribuídos a sua personalidade e não possuem nenhuma fundamentação em seu contexto histórico de origem. É um prodígio que consegue transpor as dificuldades sem outros recursos além de suas próprias qualidades.

Damas (2017) não ignora as raízes populares que estão na origem desta construção, já que aponta que conforme os feitos militares de Bolívar tornaram-se conhecidos eles foram adquirindo, de maneira mais ou menos espontânea, um “tom mítico” na consciência popular, o que logo levou a uma mitificação de sua personalidade como um todo. Não obstante, este processo sofreu um ponto de virada crucial, pois, segundo o autor, “Com el tiempo, lo que fue elemental, primitiva reacción del alma popular, se convirtió en un influjo que sobre ella ejerció la mitificación intelectualizada por escritores e historiadores [...]” (p. 83).

Ora, nada mais contrastante com essa imagem santificada de Bolívar do que a figura anti-heroica de Manuela Sáenz tantas vezes situada em um polo maligno e transgressor, prenhe de deslizes e imperfeições, apesar do seu inegável patriotismo. Ela não só não podia fazer par com o “Libertador” – unindo-se a ele mesmo que como um elemento acessório: no papel de esposa ou legítima companheira – como ainda colocava em risco a sua pureza e correção moral, propiciando uma desmistificação, ou melhor, uma perigosa profanação do símbolo sagrado desse culto. Porém, ao darem-se mais alguns passos atrás é fácil perceber que com isso o que ela verdadeiramente ameaçava era a própria ordem, pois sabotava o controle social que se pretendia produzir através desta particular forma de idolatria.

O fato de ser praticamente o “antimodelo” da “mãe da pátria” fez com que o seu exemplo, ao invés de “pacificador” e “edificante”, tivesse, ao contrário, um poder muito provavelmente incendiário sobre as massas e, em especial, sobre o enorme contingente de mulheres aí inserida. Na medida em que seu espectro desafiava os dogmas dessa “segunda religião”, tal como em vida teria desafiado em pessoa os dogmas da primeira, ela incitava à rebeldia e à insubordinação. Para situá-la nos termos de toda essa simbologia cristã se diria, portanto, que liberava uma potência facilmente classificada como demoníaca, já que pronta a perverter as normas e os “bons costumes”. É por isto que o implícito heroísmo que se lhe concede pela via do registro destes homens só poderia assumir a forma de um heroísmo de tipo rebaixado ou de segunda ordem, pois, em diametral oposição ao que ocorria com a figura de Bolívar, a sua figura não era considerada como estando nem mesmo à altura do “povo”.

Este jogo comparativo nos permite, portanto, avançar uma última linha de interpretação sobre o anti-heroísmo de Sáenz: a ideia de que ele funcionaria como uma espécie de “culto às avessas”, uma vez que quando não se buscava simplesmente ocultar a existência da personagem, buscava-se de algum modo degrada-la. Note-se que o culto às avessas de Manuela Sáenz estava em paralelo e em conformidade com o culto a Bolívar e não seria exagerado supor que um processo nutria-se ativamente do outro, pois fica clara a complementariedade existente entre eles quando se nota que a exclusão ou marginalização de figuras femininas contestadoras da ordem era uma condição indispensável para a elaboração e exaltação de figuras masculinas conformadoras da ordem e vice e versa.

Também em sintonia com o fenômeno da consagração bolivariana é provável que este “anticulto” tivesse igualmente raízes na reação que as ações e o modo de ser de Manuela Sáenz provocaram no seu entorno social, especialmente no seio das elites e camadas medias. Ou seja, os preconceitos e as hostilidades que sofreu em vida, posteriormente, cristalizaram-se em uma literatura em que a palavra era monopolizada pelos homens e que passou a incidir e

alimentar as fantasias desse mesmo entorno social. No entanto, mal sabiam O'Leary, Boussingault e Palma, os iniciadores do "anticulto", que por trás de toda mistificação, forneciam eles mesmos as pistas de um protesto, que se em seus textos aparecia subterraneamente, ou melhor, inadvertidamente, em outros meios se faria ouvir de forma veemente. Cabe agora desbravar esta outra versão da história.

3 O LADO OCULTO DA HISTÓRIA: OS FRAGMENTOS DOS DIÁRIOS E DO EPISTOLÁRIO DE MANUELA SÁENZ

[...] ¿Juzga usted mis actos? Pues le diré: ésta [la libertad de palabra] distingue al hombre de las bestias, y marca el límite entre el rugido y la maledicencia. Convierte a cada hombre en actor de su misma tragedia o en legislador de su Patria.

Si una palabra sola puede cambiar el curso de la historia, otra palabra en la oscuridad derrota la tormenta.

Amor,

Manuela Sáenz

O anti-heroísmo cunhado por O’Leary, Boussingault e Palma conquanto tenha marcado a inserção da figura de Manuela Sáenz no universo literário, constituindo um ponto de referência primordial para as produções posteriores, não era a única via de inserção existente. Ele possuía um contraponto em outra produção que estava, no entanto, submetida a um processo de ocultação ainda mais eficaz e danoso. Não se pode esquecer que este anti-heroísmo tinha em sua essência um caráter reativo (ou, mais do que isso, reacionário) que era a tentativa de conter a expansão e radicalização dos ideais libertários da independência potencializados pela simples existência de uma figura como a de Sáenz. Ora, aquilo ao que reagiam esses escritores (ou o que desejavam ver recuar no desenrolar histórico da revolução) imprimiu também marcas na literatura, embora a censura a recair sobre estas tenha superado os níveis de violência e destruição vistos anteriormente.

Desse modo, se a interpretação do grande processo histórico de luta pela emancipação colonial requer uma “leitura a contrapelo” que remova dela a “película criolla” que quase imperceptivelmente a envolveu resultando em uma versão tão naturalmente aceita e propagada a respeito deste processo quanto uma verdade acima de maiores questionamento, a pequena história do nascimento literário desta particular personagem requer igualmente um olhar para o lado que foi sistematicamente silenciado por estas narrativas que tratavam de objetificá-la e estereotipá-la, julgando-a sem dar-lhe minimamente um espaço defesa. Logicamente, esse outro lado só poderia ser fornecido por aquelas e aqueles que estavam na mira das forças repressivas que, colocando fim ao ciclo revolucionário, tratavam de expulsar as mulheres da cena pública e recolhê-las ao tradicional lugar de submissão, seja dentro do lar ou seja dentro de relações de trabalho precarizadas.

Trata-se, portanto, de confrontar novamente esse suposto vazio e esse suposto silêncio, que longe de simples acasos históricos foram intencionalmente estabelecidos. Se já na narrativa destes autores era possível escutar os ecos distantes de uma voz destoante, seria preciso buscá-la também em outros espaços, especialmente aqueles que permitiram de maneira mais livre a sua projeção. Nesta direção, teria sido a própria Manuela Sáenz quem primeiro introduziu a si mesma através dos seus próprios escritos. Por certo, antes de tornar-se um motivo para a “pena” desses escritores, ela já havia sido, de certa forma, a autora de sua história ao adentrar domínios literários que eram particularmente explorados pelas mulheres letradas da época: as cartas e os diários. Estas, ao contrário das memórias e tradições, não tinham a menor pretensão de se tornarem públicas, pois se supunha que seus conteúdos pertenciam inteiramente ao foro íntimo e privado e ali deveriam permanecer.

Ocorre, no entanto, que previamente ao acordo de cavalheiros, que estabeleceu entre os historiadores o “decoroso” silêncio em relação à figura de Sáenz, a mesma foi silenciada por artifícios talvez bem mais agressivos do que aqueles que dificultaram a publicação e circulação da obra dos autores que se atreveram a desfazer este pacto. A perseguição neste caso, a encurralou em um beco sem saída: a maior parte da produção escrita pela personagem não foi devidamente preservada ou foi intencionalmente destruída, enquanto a pequena parte que foi salva permaneceu por longos anos desconhecida ou foi intencionalmente ocultada.

Por isso as publicações que reúnem os retalhos, por assim dizer, deste patrimônio histórico dilapidado são relativamente recentes. Jorge Villalba publicou uma edição do epistolário de Sáenz de 1986 e, após ele, Manuel Espinosa Apolo lançou uma obra contendo a “Correspondência íntima” de Simón Bolívar y Manuela Sáenz, em 1996. Este último autor fornece um mapa interessante de como se deu a perda e dispersão desta documentação. Nela são recompiladas todas as cartas escritas e dirigidas a personagem que puderam ser coletadas e publicadas por historiadores e colecionadores até aquela data e que segue sendo uma referência para os dias atuais, já que desde então não se produziram novos achados. Segundo o autor, estima-se que Bolívar tenha endereçado a ela cerca de quatrocentas cartas ao logo de quase uma década, entre os anos que vão de 1822 a 1830, e algo aproximado a este mesmo número teria endereçado Sáenz a ele. Supõe-se que O’Leary, tendo resgatado o arquivo pessoal de Bolívar, teria aquelas cartas escritas por Sáenz e Sáenz, teria guardado junto a si até o final de sua vida, aquelas escritas por Bolívar, tendo remetido uma parte destas à O’Leary em 1846 juntamente com o seu testemunho sobre a conspiração setembrina, como este o declara em suas memórias. Com a exceção da carta de Sáenz dirigida a Thorne e da

carta que apresenta a reação de Bolívar ao receber uma cópia desta comunicação, nenhuma outra carta de tal remessa foi incluída nas memórias editadas e publicadas posteriormente.

Entretanto, como afirma Victor W. Von Hagen (1952) é possível que tenha sido organizada uma seção referente à Manuela Sáenz no acervo de O'Leary, porém esta, além de não ter sido incluída nas memórias publicadas, foi alvo de violações, já que um volume com o título bastante revelador de “Correspondência e documentos relativos à Señora Manuela Sáenz, que demonstram a estima em que era tida por várias pessoas de importância e o papel que desempenhava nos assuntos políticos” teria desaparecido do seu arquivo localizado em Bogotá. Já a parte que estava sob a posse de Sáenz teve um destino não menos trágico, uma vez que a casa e todos os pertences da personagem teriam sido incinerados como medida sanitária estipulada pelas autoridades públicas de Paita na tentativa de conter a epidemia de difteria que ocasionou a sua morte. Mais uma vez se veriam, então, os caminhos totalmente opostos pelos quais seguiram os processos de elaboração da memória do casal que se tornaria emblemático para a história latino-americana, posto que enquanto Bolívar teve o seu arquivo salvo, a despeito de o mesmo desejar suprimi-lo, Sáenz, que possivelmente desejava preservar os papéis que conservou consigo até mesmo nas condições adversas e precárias de sua vida no exílio, teve estes suprimidos, seja por uma ação deliberada ou por uma resolução negligente.

Somente no decorrer do século XX vieram a público alguns vestígios dessa documentação. Primeiro, algumas cartas foram publicadas pelo historiador Vicente Lecuna como parte da obra *Cartas del Libertador* de 1929. Depois foi a vez de Angel Isac Chiriboga que, em 1954, publicou o *Glosario Sentimental Simón Bolívar y Manuela Sáenz*. Finalmente, mais para o final do século, em 1985, o colecionador Carlos Alvarez Saá trouxe a tona um novo material inédito, que além de cartas incluía os registros de um diário que teria sido escrito por Sáenz, na obra *Los diarios perdidos de Manuela Sáenz y otros papeles*. De acordo com Alvarez Saá (2005), o material foi resgatado pelo General Antonio de La guerra antes que ele fosse queimado junto aos outros bens que Sáenz possuía em Paita, o que é comprovado por uma carta que este envia a esposa relatando todo o acontecimento e mostrando-se consternado pelo desprezo das autoridades em relação à memória da personagem, mas em especial pelo que esta dizia respeito à memória de Bolívar: “Estoy vivamente conmovido por el celo con que nuestra distinguida amiga guardó esos recuerdos del Libertador y como la ignominia cayó postrera a su descanso, pues pudo más la infame venganza de sus detractores que la noble causa a la memoria de tan insigne hombre.”⁵¹.

⁵¹ Carta de 28 de dezembro de 1856, em Álvarez Saá, 2005, p. 179.

Posteriormente, o material passou para as mãos do General Briceño que o entregou ao Congresso Nacional da Colômbia em 1860, permanecendo esquecido até reaparecer misteriosamente em Quito, onde foi adquirido e incorporado à coleção deste pesquisador, tal como é relatado pelo mesmo. Além dos diários, somando o que é disponibilizado nas obras de Espinosa Apolo (1996) e na de Alvarez Saá (2005) conta-se com mais de oitenta cartas, sendo uma parte escrita por Sáenz e endereçada a Bolívar e outra parte escrita por Bolívar e endereçada a Sáenz, além de algumas cartas de Sáenz dirigidas a outras pessoas e de Bolívar dirigidas também a outras pessoas, mas nas quais Sáenz era em algum momento mencionada ou era o tema da comunicação⁵². Note-se que este é um número, no entanto, bastante inferior ao que teria sido o número total desta correspondência.

A saga para a composição de um conjunto de textos minimamente significativo que permitisse um conhecimento mais abrangente da figura histórica de Manuela Sáenz pelo que seriam as palavras dela mesma e não somente pelas palavras de terceiros, debateria-se ainda com outras dificuldades. Isto porque sobre o material levantado por Alvarez Saá paira a dúvida de se seria uma documentação realmente verídica, embora para Apolo (1996) apenas os diários e não as cartas seriam dignas deste tipo de reservas devido a algumas diferenças de estilo e grafia em comparação com outros documentos de Sáenz que já eram conhecidos. Cogita-se com isso a possibilidade de que tenham sido copiados dos originais ou de que fossem uma criação literária de autora ou autor desconhecido, o que seria menos provável devido ao nível de precisão histórica e biográfica que apresentam segundo argumenta Villacís Molina, editor do livro de Saá.

A questão da veracidade da autoria do epistolário e, sobretudo, dos diários de Manuela Sáenz acaba ficando, contudo, em segundo plano no âmbito desta análise, posto que os relatos selecionados interessem na medida em que se apresentam, não como portadores de supostas “verdades históricas”, mas sim como “invenções significativas”. Ou seja, são valorizadas, sobretudo, as significações sociais que veiculam. Veja-se que O’Leary, Boussingault e Palma pretendiam fornecer um autêntico retrato da personagem conforme a experiência e o conhecimento que cada um deles teria adquirido sobre ela, mas o que constituíam através de suas narrativas eram ficções que, por certo, se alimentavam de elementos extraídos da

⁵² Dentre obras mais recentes que foram também consultadas, mas que disponibilizam basicamente a mesma documentação estão: *Las más hermosas cartas de amor entre Manuela y Simón, acompañadas de los diarios de Quito y Paíta, así como de otros documentos*, publicada pela Fundación editorial el perro y la rana, em 2006, e *Manuela Sáenz, Generala del Ejército Libertador* publicada pelo Consulado General de La República Bolivariana de Venezuela en Santa Cruz de Tenerife, em 2010.

“realidade”, mas que estavam longe de corresponderem exatamente a ela, que em si era algo inapreensível ou se poderia mesmo dizer, inexistente.

O mesmo valeria para os escritos de Sáenz, pois embora aparentem gozar de uma maior confiabilidade, levando-se a crer que o “eu” seria o melhor condutor da “verdade”, já que nesse caso quem fala é efetivamente quem vivenciou a experiência ou os acontecimentos enfocados, esta é apenas outra ilusão. Estes escritos não deixam de ser, da mesma forma, uma construção particular da “realidade”, da qual se podem extrair os traços de uma auto-representação. Ou seja, permanece sendo uma representação ainda que sob um ponto de vista totalmente oposto desde a perspectiva de gênero e mesmo tendo ela sido elaborada longe de qualquer “holofote literário”, mas antes em um diálogo da personagem consigo mesma (no caso dos diários) e em um diálogo com alguém que ocupava um lugar central em seu universo sentimental (no caso das cartas trocadas com Bolívar).

Ora o contraponto fornecido pela própria Manuela Sáenz, seja ela real ou imaginária, revela que do “lado avesso”, por assim dizer, deste anti-heroísmo existia algo semelhante a um heroísmo romântico que traduz o afã com que Sáenz se lançou por um caminho ao longo do qual buscou conquistar autonomia em sua vida amorosa e ao mesmo tempo uma ativa participação na luta de liberação nacional, em um cruzamento entre demandas “pessoais” e “políticas”. Percebe-se como ela concebe a si, inicialmente, como uma força auxiliadora que no decorrer do tempo vai se mostrando uma força mais diretiva, como uma base de amparo fundamental e de radicalização do projeto político bolivariano.

Portanto, se ela se apresentava enquanto este ser que gravitava incessantemente ao redor do “Libertador” e que se colocava atenciosamente a serviço dos propósitos políticos deste, ela também o pressionava e o ultrapassava em um “ato heroico de amor”, um amor que era pelo “homem” e pela “causa” quase que de maneira indistinta. Assim, em uma complexa dinâmica em que se combina uma tendência à submissão e uma tendência à busca por liberação, vemos como este horizonte emancipatório que, por vezes, proporcionava o feliz encontro entre a causa feminina (ou profeminista) e a causa patriótica, apresentava possibilidades e limitações no marco das lutas populares latino-americanas.

3.1 Diário de Quito: a emergência de uma heroína romântica da independência

Os diários se referem a dois períodos distintos na trajetória de Manuela Sáenz. Supondo que tenha mantido tal prática de escrita diária ao longo de toda a vida, estes seriam apenas fragmentos de uma produção bem mais ampla. De todo o modo, porém, os dois períodos para os quais remetem não poderiam ser mais significativos. O primeiro (Anexo D) refere-se ao ano de 1822, quando, contando a idade de vinte e dois anos, ela fez uma visita a Quito, sua cidade natal, de onde ela havia partido cerca de cinco anos antes para residir em Lima após se casar. O segundo (Anexo E) refere-se aos anos que transcorrem entre 1840 e 1846, quando com mais de quarenta anos ela se encontrava exilada em Paita. Quito e Paita demarcam, precisamente, o início e o final da trajetória da personagem e justamente por isso é possível identificar entre esses dois registros certas linhas de continuidade e, ao mesmo tempo, notáveis contrastes.

Figura 7 - Retrato de Manuela Sáenz, por José María Espinosa Prieto, 1828



Legenda: Nesta representação, além do vestido com mangas exuberantes, vemos Manuela Sáenz usando joias e com os cabelos adornados.

Fonte: Imagem de domínio público. O original está no Museu de Antioquia, Medellín.

A passagem por Quito neste ano tem ainda um sentido adicional que faz dessa viagem um ponto de inflexão frequentemente destacado nas biografias e romances que são posteriormente escritos sobre Sáenz. É que é nesta ocasião em que conhece Bolívar e é tragada para dentro do universo do herói: a partir de então a sua vida não seria a mesma. De fato, também, a própria Sáenz significa este acontecimento como divisor de águas, sobretudo, em um sentido afetivo: “[...]descubrí desde aquel mismo momento que el hombre venía solo, pero traía consigo mi felicidad, esa que yo no conocía hasta ahora.” (Sáenz; Álvarez Saá, 2005, p. 69). O diário nos dá, portanto, a oportunidade de acessar o relato da própria sobre este encontro e sobre o início desta relação, um tema que vai adquirindo uma centralidade cada vez maior em sua narrativa. Todavia, essa narrativa deixa claro que o mundo de Sáenz, o mundo subjetivo que projeta para fora de si com estas palavras, gira entorno da revolução e é em função desta que se cruzam os destinos dos dois amantes.

Em realidade o encontro com Bolívar é uma culminação dos acontecimentos que incendiavam o quadro político da cidade em um momento em que a campanha de liberação avançava de modo significativo na região. Assim, nas primeiras entradas do diário, em rápidos apontamentos Sáenz dá amostras da atmosfera política tensa que constata em sua chegada. Ela está atenta aos movimentos do exército libertador e simultaneamente aos esforços dos realistas de manter sobre o seu controle e vigilância a população. Ainda distante de elucubrações ou confissões sentimentais, sua escrita parece estar motivada pelo registro dos fatos que testemunha e que guardavam, para ela, enorme relevância e transcendência histórica e política. Descreve, assim, o que presenciou da batalha do Pichincha em uma manhã que, conforme suas palavras “[...] tuvo un sol esplendoroso, radiante, como de gloria; para señalar el triunfo de los patriotas” (p. 58). O vivo interesse e mais do que isso o envolvimento com a causa reflete-se ainda no fato de que com tal descrição ela não só reporta os sucessos que se desenrolam em campo de batalha, mas também os analisa brevemente com especial perícia. Pontua o espírito e as condições dos exércitos posicionados de cada um dos lados do conflito, examina a movimentação dos diferentes batalhões e julga as estratégias assumidas pelos chefes militares em cena.

Manuela Sáenz, contudo, não se contentar com esta posição de expectadora: ela expressa desde logo o enorme anseio em ampliar e aprofundar sua participação na luta, para a qual, segundo o seu relato, ela já dirigia esforços em, ao menos, dois sentidos importantes: no fornecimento de provisões materiais para as tropas rebeldes e na articulação de uma rede de espionagem a fim de coletar informações estratégicas que favorecessem estas, no que conta com a colaboração de mulheres de outras classes sociais e com mais penetração em círculos

sociais diversificados: Jonathás e Nathán. Suas palavras apontam que tais esforços eram movidos por valores políticos superiores como quando afirma: “No espero que me paguen; pero si éste es el precio de la libertad, bien poco ha sido.” (p. 56) e, mais a frente, sugere certa autenticidade de sentimentos que levavam a sua adesão a causa: “El corazón me palpitaba hasta el delirio, creo que esto de ser patriota me viene más por dentro de mí misma que por simpatía” (p. 65).

A participação na guerra como combatentes militares, porém, era algo que lhes estava vedado: elas acompanham as tropas, mas são admitidas apenas no cuidado dos feridos. Sobre tal interdição afirma: “Los señores Generales del Ejército Patriota no nos permitieron unírnos a ellos; mi Jonathás y Nahtán sienten como yo el mismo vivo interés de hacer la lucha, porque somos criollas y mulatas, a las que nos pertenece la libertad de este suelo.” (p. 57). Note-se que na maneira como reivindica esta participação, Sáenz, ainda que não tematize exatamente o seu pertencimento de gênero, evoca o pertencimento aos grupos étnico-sociais interessados na emancipação (por cima das diferenças de gênero, talvez), o que sugere igualmente a sua crença na aliança revolucionária crioula-popular.

De fato, as resistências que enfrenta em função do gênero e as fórmulas como as quais intenta contestar e sobrepor-se a isso é um tema que perpassa toda a documentação e que, tal como a personagem, evolui ao longo do tempo para formulação mais complexas. Os diários de Quito deixam em evidencia, sobretudo, a constatação dessas barreiras e o desejo de ultrapassá-las no que ela se confronta, invariavelmente, com poderes de tipo patriarcal que além de serem exercidas pelas lideranças militares, se colocam antes no seio das relações familiares em que estava inserida, como indica esta passagem em que nos conta sobre as suas tentativas de aproximar-se do Exercito, o principal vetor da revolução naquele momento⁵³:

He conocido a casi todos los oficiales del Ejército Libertador, yéndome a su cuartel general, a fin de hacerme reconocida de esos cuerpos militares, pues me gusta mucho la causa ¡Creo que nací con vena para la gloria! Aunque mi padre se opone, y mi marido, a que ande en roce con el ejército. No queda más que hacer mi voluntad, que es más fuerte que yo. Además, espero le den buenas referencias mías a S. E. Simón Bolívar. ¿Cómo anhelo conocerlo y tratarlo!, pues me dicen que es muy culto.” (p. 60)

⁵³ Sobre este ponto é válido lembrar algumas colocações de Kossok (2018) sobre a precedência revolucionária adquirida pelo exercito nesse processo histórico. Segundo o autor, “A posição particular e dominante do exército na independência procedia, em primeiro lugar, da íntima unidade entre revolução e guerra de libertação. Na América do Sul, em particular, o fator militar dominava como força motriz da revolução.” (p. 34). Além disso, ressalta que era o “[...] portador do componente continental da revolução e expressão mais avançada da hegemonia crioula liberal-republicana” (p.33).

A passagem é interessante ainda por revelar as pretensões de Sáenz em integrar-se a cúpula do movimento para alcançar ela mesma, quem sabe, uma posição de liderança. Ora, a indicação disto que denomina ser a sua “veia para a glória”, exprime não só a consciência, mas também certa confiança em suas capacidades de direção política. Não seria, então, um exagero dizer que são estes caminhos que a levam até Bolívar, já que ela o projeta como esse dirigente máximo das campanhas de liberação, no que não se diferencia da percepção geral que se estende por grande parte da população. Quando se põe a narrar o clima que transforma a atmosfera política da cidade em meio as comemorações da vitória alcançada, a comoção pela visita de Bolívar é um dos elementos que mais se sobressai: “Todos esperan que S. E. llegue a Quito, a fin de completar los festejos. Hay gran ansiedad por verlo y conocerlo; además que su presencia aquí legitimaría el establecimiento de la República” (p.60).

Bolívar aparece aí como um ícone político que encarna os ideais mais redutores da revolução: “[...] a quien lo llaman el «Mesías Americano», y del que tanto he oído hablar” (p. 63) afirma Sáenz dando mostras do encantamento que esta figura exercia sobre ela, assim como sobre os demais, antes mesmo de que o “herói” fizesse efetivamente a sua entrada em cena. Conforme acompanha as notícias das incursões políticas de Bolívar antes de dirigir-se a Quito e conforme se envolve, com grande euforia e apreensão, nos preparativos da cidade para recebê-lo, sua narrativa vai desenrolando-se em uma crescente de expectativa que desagua por fim na descrição dos grandiosos atos públicos que saúdam o visitante ilustre. “Qué apoteosis de recepción.”, exclama Sáenz, pontuando os sentimentos que inflam aos integrantes de todas as classes e dando especial atenção às mulheres que faziam parte de seu círculo social e que ao seu lado vibram pelo significado político do acontecimento: “[...] todas sentimos que la entrada de S.E. el Libertador y Presidente Simón Bolívar era muy importante para gratificar la ciudad de Quito por su dedicación a la Libertad desde el nueve” (p. 64).

Em meio a esta apoteose, a narrativa do pequeno acidente que a leva a travar o primeiro contato com Bolívar, quando este a cumprimenta a distância após ela tê-lo acertado com uma coroa de flores, produz uma imagem bastante significativa: “Me ruboricé de la vergüenza, pues el Libertador alzó su mirada y me descubrió aún con los brazos estirados de tal acto: pero S.E. se sonrió y me hizo un saludo con el sombrero pavonado que traía en la mano”. O breve gesto faz Manuela Sáenz sentir-se alçada a uma posição especial: “[...] justo esto fue la envidia de todos, familiares y amigos, y para mí el delirio y la alegría de que S.E. me distinguiera de entre todas, casi me desmayo.” (p. 66), porém, é sugestivo lembrar, que isto ocorre graças a iniciativa efusiva da própria que não é simplesmente notada, mas que se faz ser notada pelo arroubo com que brinda à este signo vivo da emancipação. Ou seja,

distinguida de seu entorno pelo “libertador” ela se distingue, anteriormente a isso, por suas próprias ações, ou melhor, pelo fervor com que se entrega a causa.

Ao mesmo tempo, este fugaz momento em que se entrecruzam os seus olhares é também um prenúncio do enlace amoroso que se desenvolve sem grandes percalços, tal como nos relata Sáenz nos apontamentos seguintes do seu diário. A sua ida ao baile promovido em homenagem a Bolívar forneceu, finalmente, a ocasião para que este lhe fosse formalmente apresentado e imediatamente o episódio da coroa de flores é retomado, permitindo uma investida galanteadora por parte do “Libertador”. Na maneira como Bolívar a corteja ele busca lisonjeá-la evocando sua beleza, sua vivacidade e fazendo alusão inclusive ao seu ativismo político: “Me encuentro fascinado de usted por no decir enamorado. De usted y de la Caballera del Sol.” (p.69). Não obstante chama atenção como procura enquadrá-la e, inclusive, exibi-la com uma espécie de prêmio merecido pelos seus feitos heroicos:

S.E. Bolívar no paraba de hablarme y lisonjearme presentándome sus generales, advirtiéndoles de antemano que yo estaba comprometida con él y con la causa; les decía que yo era la realización de sus sueños, la compensación de sus desvelos por la libertad, etcétera, etcétera, etcétera. Todos ellos respondían, a una, que S.E. bien se merecía tal halago, por ser de lo más exquisito para los héroes, cosa que me dejaba perpleja.

A perplexidade de Sáenz expressa bem a atitude um tanto passiva que mantém frente a esta lógica objetificadora implícita no flerte de Bolívar, já que não dá sinais de questioná-la muito embora tenha se sentido constrangida em algumas situações, como indica em outra passagem, na qual se viu novamente exposta nesta condição aos olhares de terceiros, quando “[...] S.E. agradeciera tal distinción de honores, [...] comprometiéndose a dejar un sucesor cuyo en estas tierras. Al concluir esto, por supuesto, arrancó los más vivos aplausos, que me ruborizaron al máximo, puesto todos conocen mi condición civil (aunque no conviva con James)” (p. 70). No entanto, Sáenz não só acolhe as declarações amorosas de Bolívar como se sente envolvida por elas: “Aunque muchos hombres me han lisonjeado, nunca hubo uno con tal osadía; pero en sus palabras no salían sino fragancias de una caja de música. ¡Yo acepté encantada!” (p. 69).

Note-se assim que, se ao “homem” caberia o papel de cortejar a “mulher”, rendendo-lhe elogios e concebendo-a como esse ser diante do qual sucumbe sentimentalmente – para Bolívar, o imperativo que o faz contrariar “los más caros principios de la fidelidad y el respeto” em uma “maravillosa transgresión” (p. 69) – a atitude romântica com a qual ele parece dobrar-se a ela, não vai mais além da mera aparência. A linha que os divide e distingue

permanece clara, reservando a “mulher” uma posição de submissão e inferioridade já que a esta caberia unicamente o papel de corresponder e atender aos anseios masculinos com a devida comisseração e cautela, sendo vista como esse objeto amoroso desprovido de iniciativa própria e cuja subjetividade não é levada em conta com a mesma centralidade.

Na interação entre Simón Bolívar e Manuela Sáenz, estes lineamentos hierárquicos se fazem ainda mais presentes não apenas pelo papel desempenhado por cada um em termos de quem conduz a “conquista amorosa” e de quem é o seu alvo, sendo assim “conquistado”, mas pela maneira como Bolívar, desfrutando de uma excepcional posição de poder, extrai desta um prestígio adicional que utiliza como “arma de sedução”. Por outro lado, se Sáenz também toma iniciativas neste jogo é de maneira bem mais singela (“Me tomé la libertad de hacerle bromas a S.E., las que le encantaron” p. 70) e em uma tentativa de contornar a própria “inferioridade” em algum sentido: “No quise quedarme corta y para descollar por lo menos en algo, a la altura del conocimiento de este señor, empecé hablándole de política, luego de estrategias militares (mi parecer lo tenía embelesado)” (p. 71).

Finalmente, nas entradas finais do diário, em que a convivência com Bolívar parece ter sido aprofundada – ficando a sugestão de um “encontro apasionado” entre os amantes, sem que dele se deem maiores detalhes – Sáenz assume um tom mais reflexivo e analítico. A princípio atribui a essa experiência amorosa um sentido de libertação em relação ao vínculo matrimonial: “Yo no sé que me pasó, pero me sentí liberada de James, y en cambio retribuida por la gloria de este señor, S.E. Simón Bolívar, que se ha fijado en mí y que me hace sentir la vida intensamente” (p. 71). Porém, não se detém muito tempo sobre o problema da superação, seja em termos objetivos ou subjetivos, de tal vínculo. Em realidade, isto não se afigura para ela exatamente como um problema, mas sim do ponto de vista de terceiros, fazendo questão de frisar seu desprendimento em relação ao julgamento destes. Por isso destaca: “Y bien, nos hicimos cita clandestina, que no lo fue para nadie. Esto a los dos no nos preocupa, pues sólo se trata de la carcoma que impide a los débiles el enlace de dos almas correspondidas” (p.74) e mais adiante enfatiza: “Soy mujer y joven; apasionada, con mucho abandono del miramiento social que a mí no me incumbe;” (p.74-75).

De outra parte, sua atenção está majoritariamente voltada para o futuro. Neste sentido, é bastante significativa a maneira como idealiza seu papel ao lado de Bolívar como uma força auxiliadora, o que faz da própria personagem portadora de uma percepção androcêntrica acerca desta relação, tal como se verificaria na narrativa histórica que a designa meramente como a “amante” de Bolívar e da qual as produções de O’Leary, Boussingault e Palma, fazem um eco considerável como analisado. Apesar disso, é preciso estar atento aos detalhes de sua

formulação, na qual se veem refletidos elementos de uma auto representação já assinalados, que estão presentes desde o início de sua narrativa: lembremos, em especial, daquela ideia de que seria possuidora de uma “veia para a glória”. Deste modo, ainda que compreendendo a si mesma em um lugar secundário a sua atuação a partir deste não condiz exatamente com aquilo que projetam estes olhares mais profundamente comprometidos com a reprodução das estruturas patriarcais, do que o olhar de Manuela Sáenz não estava também de todo isento, embora contivesse muito mais pontos de abertura para o seu questionamento.

Trata-se, em síntese, de uma atuação que almeja contribuir ativamente e até mesmo decisivamente para a realização da missão heroica de seu parceiro. Observe-se que as suas reflexões nesta direção, iniciam-se pela súbita constatação das fragilidades e carências de Bolívar. A princípio estas fraquezas parecem ser de ordem sentimental – “Me di perfecta cuenta que en este señor hay una gran necesidad de cariño, es fuerte, pero débil en su interior de él, de su alma, donde anida un deseo incontenible de amor.” (p. 72) – contudo, logo esse diagnóstico traduz-se em termos de uma necessidade mais específica: “Me comentó que se sentía en el cenit de su gloria de él; pero que, en verdad (y esto lo dijo muy en serio), necesitaba a alguien confidente que le diera seguridad” (p.72). Em um segundo momento, constata que apesar da autoconfiança de Bolívar – “Me di cuenta de que este señor sentía mucha seguridad ante su propia efigie; tal como ocurre con todos los grandes hombres, [...]” - este se beneficiaria de um suporte a mais para avançar em seus objetivos: “[...] su ánimo se ve respaldado en su ego, hasta que encuentran el apoyo que les proporciona el valor para emprender nuevas y más audaces empresas.” (p. 73).

Ora, a avaliação da estrutura sentimental do herói, sugerindo os elementos (precisamente, a lealdade e o valor) que se lhe fossem aportados por uma segunda pessoa lhe permitiriam um aprimoramento e potencialização de suas qualidades e, até mesmo, uma reparação de suas deficiências, dão a deixa para uma formulação mais abstrata acerca dos papéis de gênero. Se, por um lado, a “mulher” é concebida como tendo uma função acessória e altamente centrada no “homem” e neste sentido, conseqüentemente, está a ele submetida, por outro lado, não se pode deixar de notar o intento de superar o status de mero adorno ao almejar uma colaboração em termos de estratégia e inteligência, o que se afina com a busca da personagem por uma atuação de liderança no movimento, como visto anteriormente:

Pienso que una mujer no sólo debe trastornar a un hombre con su belleza, sino dedicarle toda su atención, en vista de tal vez una intuición más fina, que procura ver todo con la realidad de los aconteceres, y el tino de poder seducir con mejores armas al enemigo, con sólo un guiño. Siendo caprichosa como en efecto lo soy, no me

limito a tal conducta; por el contrario, advierto la necesidad de sacrificio y hago méritos por imponerme una actitud de atención a toda prueba (p.73).

O fragmento evidencia algo ainda mais importante: a determinação de Sáenz em ir além nisto que concebe como a “tarefa feminina”, por assim dizer. Note-se que ela se diferencia pela radicalidade com que se encarrega de tal tarefa, impondo-se uma lógica ainda mais rígida, em sintonia com um sentido de excepcionalidade que já vinha elaborando entorno de si mesma ao situar a sua vocação para inserir-se em uma esfera política mais elevada (sua “veia para a glória”). Isto é reforçado, ainda, em outra passagem em que projeta mais explicitamente tais valores em sua relação com Bolívar. Ela afirma: “Sé que con este señor llegaré a la cima. Daré mis conocimientos (escasos), mi vigor y mi carácter, así como mis sentimientos, mi existencia si fuera necesaria. Mi vida será arrastrada por su gloria y suyos serán en sus días aciagos mis consuelos” (p. 74).

Ainda que em outro momento, Sáenz confira um sentido de reciprocidade a esta relação – pois ressalta: “Sé que este señor, me necesita, lo sé, y yo también a él; ambos formamos un círculo de sentimientos donde la seguridad va en busca del refugio del otro.” (p. 73) – a maneira como se põe a serviço do herói está certamente mais em foco do que aquilo que este aporta para a sua vida. O ideal de dedicação chega a tal extremo, justamente, porque nisto está implícito o intento de pôr-se a serviço da causa, o que, se não é claramente dito, é facilmente presumido pela maneira como o seu discurso “flerta” com essa questão. Dai a afirmação de suas qualidades como estando à altura do requerido: “Soy por temperamento informal, pero en tanto se me requiera de mi formalidad, asisto sin ambages, agrupando mis cualidades a una potencia de servicio y obra” (p.74). Ora a reiterada disposição em abdicar de tudo para entregar-se a uma finalidade superior, faz com que Manuela Sáenz crie também ao redor de si uma aura heroica que não é uma mera extensão do heroísmo de Bolívar, mas fruto de uma jornada que ela estabelece para si própria, e, na medida em que o amor pelo “homem” mistura-se com o amor pela causa, ela emerge como uma heroína romântica de tipo singular.

3.2 Diário de Paita: as reflexões de uma heroína desterrada

A princípio se poderia dizer que nada seria mais contrastante com a imagem desta entusiasmada partidária da independência, que vivência os acontecimentos mais importantes da campanha de liberação em suas terras de origem e que se vê arrebatada por uma relação a

partir da qual o seu compromisso com a luta ganha contornos dramaticamente românticos, do que a imagem de Manuela Sáenz que se desprende dos diários que redige durante a sua residência em Paita, onde a proscrição política a submete a uma situação de penúria e isolamento. Se antes, unindo forças com a liderança mais proeminente da revolução, a sua trajetória parecia encaminhar-se por uma rota cada vez mais ascendente, aqui a sua “sorte” parece ter virado totalmente ao contrário, tal como ironiza a própria Sáenz invocando retoricamente Bolívar: “Qué contraste Simón: de reina de La Magdalena, a esa vida de privaciones. De Caballera del sol a matrona y confitera; de soldado húsar a suplicante; de Coronel del ejército a encomendera” (p. 82).

Figura 8 - Retrato de Manuela Sáenz, por Marco Salas Yépez, 1965



Legenda: Nesta representação vemos Manuela Sáenz portando a faixa da Ordem do Sol, com a qual foi condecorada por San Martín.

Fonte: Imagem de domínio público. O original está na Casa Museu Quinta de Bolívar, Colômbia.

Dai que nestas páginas se vejam refletidas as dores do exílio da personagem conforme esta aborda o cotidiano nesta cidade portuária que era o ponto de desembarque de tantas embarcações estrangeiras, mas que estava tão desconectada dos principais centros políticos da região. Sáenz elabora a imagem de Paita como um lugar desolador: “Han pasado ya 8 años y

sólo he visto miserias, pobreza, epidemias, susto de los peruanos (cobardes) que se alegran de la desgracia ajena. Un puerto que sólo da lástima, donde el entorpecimiento no es a la orden del día” (p. 82). Ela sofre pelo abandono familiar e pelo afastamento tanto físico quanto espiritual de amigos. Apesar das indicações de que mantinha conexões tanto com pessoas locais (sobretudo, Jonathás com quem reside), quanto de fora (por correspondência ou pelo recebimento de visitantes), lamenta não dispor de uma rede social de apoio mais ampla, o que compromete inclusive a sua sobrevivência material. Neste caso, enfatiza: “No tengo a nadie. Estoy sola y en el olvido. Desterrada en cuerpo y alma, envilecida por la desgracia de tener que depender de mis deudores que no pagan nunca” (p. 82).

Uma de suas principais frustrações diante deste cenário é, sem dúvidas, a impossibilidade de participar mais diretamente da vida política corrente. Isto se dá, por um lado, em termos intelectuais, o que se exprime em sua consternação com a dificuldade em ter acesso à informação, como no trecho em que indaga: “¿Cómo puede una mujer estar al día en cosas de la cultura? El mundo no se percata dónde queda Paita.” (p. 82) ou, ainda, quando reclama: “Las Gacetas que me llegan son números atrasadas y yo quiero vivir el presente con noticias frescas. No vale un cuartillo leer, no hay con quien comentar.” (p. 84). Por outro lado, isto se dá também em termos práticos, quando se ressentido que mesmo suas conexões com o general Flores, então presidente do Equador, não lhe permitam interferir nos rumos da política local ou mesmo dirigi-los: “Que yo estuviera al mando, al menos al lado de este señor para asesorar estrategias. Y que este señor, que yo amo como la Patria tampoco me ocupa para nada en el gobierno y es terco como una mula” (p. 86).

Sáenz, todavia, não se dá por vencida apesar do tom melancólico das falas em que reporta esses impedimentos e contrariedades, procurando resistir a elas. Um exemplo é o ânimo na tentativa de utilizar tudo que estivesse ao seu alcance para tomar conhecimento dos fatos e, nesse sentido, traça claramente uma estratégia: “Idea mía: barco que llegue, asalto de información. Ciudadano que caiga a este: sacarle noticias” (p. 82). Outro exemplo é o plano de ir para Lima que cogita em determinado momento, mas do qual acaba desistindo em outro, pois calcula que isto lhe exporia a maiores dificuldades e não a compensaria, mesmo em termos mais subjetivos: “[...] pienso: ¿éstas no recaban mis más caros afectos, ni mi familia (¿tengo?), ni mis amigos, ni mi Patria. [...] Yo resuelta, es que mi falló está como la suerte de aquí. Ya no regreso para lo menor ver lo mío.” (p.85). Por mais que essas fórmulas não sejam suficientemente eficazes para reverter a sua situação, elas fornecem certo alívio e um estímulo decisivo para seguir adiante. Assim, comprova-se que a atividade política continua sendo concebida como a mola propulsora central de sua trajetória, tal qual se vislumbra no diário de

Quito, muito embora essa atividade só possa ser exercida, então, de maneira precária. Para Sáenz trata-se de uma questão verdadeiramente determinante para a sua existência: “Como de todo me entero hago las delicias de mi interés por saber y dar a conocer lo que concierne a mi Patria. Al fin en algo ocupo mi triste destino, que si no me doy un balazo ¡y punto!” (p. 85).

Preso em uma rotina que lhe era profundamente angustiante (“Ay, que si parece que de angustias vivo. Ni no debo llamarme Manuel sino «Angustias»”, p. 86), a narrativa da personagem tende constantemente a evadir-se do presente e voltar-se para o passado, na direção contrária, portanto, do movimento realizado anteriormente, quando todo um horizonte de novas possibilidades estava colocado a sua frente a partir do entrelaçamento de sua jornada heroica com a jornada heroica de Bolívar. Observe-se, sem embargo, que embora mergulhada em memórias, Sáenz se recusa a ser encarada por terceiros como um mero repositório destas e, conseqüentemente, como uma via de acesso ao passado e aos segredos da vida mais íntima do “Libertador”, o que é também sinalizado por Palma em seu retrato da personagem. A diferença é que aqui, mais do que uma questão de orgulho, como sugere o escritor peruano, trata-se do desejo de integrar a vida política do presente, o que Sáenz expressa de modo enfático ao rechaçar os curiosos: “Así lo he dicho muchas veces a tales señores que vienen de visita, aquí a husmear lo que sé. La historia no se la cuenta ¡se la hace! Que se vayan al diablo cuando vuelvan.” (p. 87).

Assim, ao mesmo tempo em que se submerge em tempos pretéritos, não almeja permanecer nestes e sua atenção ao presente não se desfaz por completo. Ocorre que o passado lhe é especialmente caro. Por certo, o seu contínuo retorno a este é, novamente, uma busca por encontrar-se com o “herói”, mas desta vez tal encontro é marcado por tensões e camadas mais complexas de significados. Dai que o tome, algumas vezes, como o seu interlocutor, indicando que o tem como uma referência importante, que se interpõe inclusive no diálogo que estabelece consigo mesma e que acaba sendo articulado através destas notas. Conseqüentemente, o “universo interior” de Sáenz ao qual adentramos novamente a partir do seu texto revela-se um universo mais rico, dinâmico e multifacetado, como um emaranhado de sentimentos que seguem nas mais variadas direções.

Dai que a escrita adquira, neste caso, um significado especial para além do mero registro de eventos diários, o que é reconhecido e ressaltado pela personagem em várias passagens. Trata-se, talvez, de uma forma de organizar esse universo interno, externalizando e elaborando os sentimentos, recordações, impressões e ideias que percorrem sua mente de uma forma caótica. É o que indica no trecho em que diz: “El escribir estas cosas me ayuda a soltar mi mala sangre y al mismo tiempo de lo que me hallo muy complacida, [...]” (p. 77) ou ainda

quando afirma: “Hoy se me hace preciso escribir por la ansiedad” (p. 93). Neste sentido a escrita cumpre uma finalidade quase terapêutica ou uma forma de estabelecer um espaço de acolhimento e conforto: “Pero aquí estoy de nuevo frente a este diario que es mi refugio” (p. 93). Isto se torna tão crucial que, mais uma vez, remete a uma condição de sobrevivência: “Escribo estas líneas para saberme viva, viva por dentro.” (p. 87)

A maneira como o pensamento de Sáenz vagueia por este passado se traduz, em certa medida, em algumas diferenças formais que se verificam em relação ao Diário de Quito. O Diário de Paita possui um número menor de entradas datadas e essas são mais longas e com uma diferença de tempo maior entre algumas delas. Além disso, elas não produzem um alinhamento cronológico de acontecimentos claramente relacionados. Ao contrário, intercalam acontecimentos situados em linhas temporais distintas, traçando muitas vezes um curso circular, já que frequentemente retomam-se os mesmos temas a respeito deste passado. Seguramente, o tema fundamental para o qual a personagem sempre retorna é Bolívar que mantém a mesma centralidade enquanto eixo a partir do qual articula o seu propósito de vida. Com isso, de certa forma, ela está voltando-se para si mesma, ou melhor, para a saga heroica na qual se lançou, com a diferença de que agora esta saga não está sendo idealizada, mas avaliada a partir da experiência concreta com a qual ela foi efetivamente vivenciada e nisto percebe-se que os seus contornos românticos não perdem força, mas adquirem uma maior densidade política e, conseqüentemente, histórica.

As memórias de Bolívar que a cercam durante o exílio se materializam nos arquivos e documentos que retém consigo. Este “baú de recordações” algumas vezes mencionado ao longo do texto é para a personagem uma espécie de tesouro escondido – note-se que, se referindo a ele, afirma em tom de vitória e satisfação: “[...] no lograron destruir lo que es más sagrado para mí.” (p. 77) – ou, ainda, uma espécie de herança deixada por Bolívar: “Simón quiso que yo las tuviera, y son mías, muy mías y se irán conmigo a la tumba.” (p. 87). Porém ele é também uma fonte de tristezas e amarguras. Revirando estes papéis a nostalgia de um passado que não pode ser restituído lhe assalta e, por isso, o alerta de Jonathás a faz concluir: “Debo mantener el propósito de no volver a mirar esas cosas; ella dice que me hacen mucho daño, y hasta le creo.” (p. 87). Ora é justamente esta ambigüidade de sentimentos que pauta a relação de Sáenz com suas memórias de um modo geral.

Em primeiro lugar, cabe notar que neste outro registro a imagem de Bolívar ganha traços ligeiramente diferentes. Isto se capta, de antemão, por um pequeno, mas significativo detalhe que é a mudança na forma como ele é nomeado. Sáenz passa a chamá-lo apenas pelo primeiro nome, deixando de empregar o nome composto ou o sobrenome que no Diário de

Quito era sempre antecedido pelas siglas “S. E.”, indicando uma expressão de tratamento formal (“Sua excelência”), e frequentemente era acompanhado também pelos termos “El Libertador”, “Presidente” ou “General”, que denotam sua autoridade política e militar. Ora, a distancia existente entre “S.E. el Libertador Simón Bolívar” e, simplesmente, “Simón” é exatamente a distância percorrida por Sáenz entre a escrita de um diário e outro, em termos do caminho ao longo da qual o ídolo revolucionário foi se convertendo, para ela, em uma pessoa cada vez mais próxima e conhecida, referida então de uma maneira que sugere afeição e intimidade.

Isto não significa, entretanto, que Bolívar esteja sendo despojado da aura heroica que o torna digno das mais altas reverências e elogios. Este sentido não só continua presente como a morte parece potencializado. Note-se que ao ressaltar a permanência do vínculo sentimental com Bolívar mesmo após a sua irremediável perda, Sáenz sugere que a representação desta figura ganha uma conotação ainda mais elevada para ela. Em certa altura afirma: “Sí, su amor sigue aquí en mi corazón, y mis pensamientos y mi amor por él están con él en la eternidad.” e mais adiante acrescenta: “Lo amé en vida con locura; ahora que está muerto lo respeto y lo venero.” (p. 79). Para alguns, a maneira como a imagem de Manuela Sáenz se aproxima, com isso, da imagem de uma viúva em luto eterno pelo esposo, redime a personagem dos seus “desvios” amorosos e a afasta da imagem de mulher adúltera e libertina. Porém, mais do que suplantar um estigma por outro, o que seu texto evidencia de forma geral é que nesta lealdade de tipo amoroso e sentimental estava incutida também uma lealdade de teor político.

A viuvez da personagem, por assim dizer, é também relativa ao ícone político e a tudo aquilo que este representava sob tal ponto de vista. Dai que Sáenz veja-se como uma espécie de continuadora de Bolívar no sentido da preservação do seu espírito e das suas ideias – “¿Lograron deshacerse de él? Pues yo digo que no. Nunca supo la maledicencia, la mentira, la venganza, la traición, el arte mefistofélico, que quedando yo viva, perdurarían sus memorias.” (p. 93) – ou que através dela, de suas ações e pensamentos, este se fazia novamente presente, como um alguém sempre lembrado: “[...] él me dejó forzada a seguir viviéndolo; para mí tu vives, Simón. Así como él vivió. Soy una tonta, pero lo percibo cada vez mejor.” (p. 80). O seu pesar, em suma, não é só pela perda de Bolívar, mas pelo fracasso do projeto político bolivariano e toda a desgraça em que caiu o herói a partir disso. Sem maiores delongas isto é colocado já nas primeiras linhas do diário:

Venzo de ser vengativa en grado sumo. ¿Cómo perdonar? Si Simón hubiera escuchado a esta su amiga, que sí lo fue. ¡Ah! Otra cosa habría sido (no había quedado mico con cola). Creo en esa obligación de dar su merecido a quienes

faltaron a la lealtad del Libertador y a la República, y a algunos que burlaron la gratitud para con él. (p. 77)

Este lamento não vem acompanhado de uma postura de capitulação ou abatimento. Ao invés disso, o desejo de vingança da personagem demonstra, particularmente, um sentimento de inconformidade e indignação para com os que, em sua visão, seriam traidores deste projeto. Se os nomes destes não aparecem de imediato eles surgem, ironicamente, mais adiante, quando Sáenz refere-se aos seus cachorros, nomeados de Páez, Córdoba, La Mar e Santander, justamente os representantes das oligarquias que se opuseram ao projeto de integração bolivariano. Neste primeiro parágrafo, a sua avaliação contém ainda uma sutil crítica a Bolívar que é ao mesmo tempo uma defesa do seu ponto de vista, o qual este não teria acatado. A discordância política entre os amantes vai ganhando uma forma mais elaborada ao longo do diário e é um elemento fundamental para recolocar as bases do heroísmo romântico de Sáenz. Se já no Diário de Quito ela assinalava um pouco das fragilidades do herói, aqui as expõe de maneira mais contundente, em função não simplesmente da falta de um apoio adicional, mas da existência efetiva de falhas, mesmo que cometidas com “boas intenções” ou guiadas por “nobres” valores.

Ao que tudo indica, Sáenz propugnava uma ruptura mais efetiva com estas lideranças e neste sentido reprova alguns aspectos da política de Bolívar que comprometeram, por isso, os seus objetivos (“Escribo y pienso... Cómo se destruyó a sí mismo, Simón” p. 80). De início aponta que o erro, em sua concepção, teria sido a equivocada adoção de um determinado princípio de justiça: “Y él sabía que se estaba destruyendo, aniquilando, dejando a un lado su férrea voluntad, sus decisiones nunca dictadas por sus convicciones, pero sí un sentido de justicia ¿Justicia? ¿Quién fue justo? A él, que todo lo dio por la libertad.” (p.80). Logo em seguida, não sem certo ar de ironia, relembra citações, por ele apreciadas, que pregavam a “clemencia” e o “amor” ao próximo. Já a origem destas ideias, ela associa a um dos mentores intelectuais de Bolívar: Simón Rodríguez. Ao reportar uma visita deste, que se encontrava de passagem por Paita, Sáenz o apresenta como “un viejo amigo del Libertador, el creador de sus desgracias, por él haber metido en la cabeza de Simón tanta idea, para manejar las cosas con tanta cualidad de favorecimientos para todos: amigos y enemigos” (p. 83).

Talvez algo de uma crítica quanto à postura compassiva de Bolívar para com os seus opositores políticos estivesse também presente na maneira como Manuela Sáenz, no seu relato que integra as memórias de O’Leary, destaca as “provas de humanidade” por ele dadas em relação aos envolvidos na Conspiração Setembrina e que ela faz questão de pontuar que as adota igualmente apenas por determinação deste. É interessante pontuar que, se neste relato

dirigido a um terceiro, a crítica é bastante sutil e na realidade se transfigura, ao final, em um elogio ao herói (provavelmente, também, por se tratar de uma situação inquisitorial, o que deve ser levado em conta nesta comparação), nos diários ela é mais explícita. Por outro lado, no entanto, também aqui os defeitos de Bolívar acabam sendo interpretados como oriundos de algo que no fundo o enaltece e isto não só por sua “moral superior”.

Observe-se que Sáenz é adepta da ideia de que Bolívar almejava realizações que seriam impossíveis de alcançar sob as condições dadas. Era alguém a frente do seu tempo: “El vivía en otro siglo fuera del suyo. Sí, el no era el diez y nueve. Sí, él no hizo otra cosa que dar; vivía en otro mundo muy fuera del suyo. No hizo nada, nada para él” (p. 96). Em função deste desencontro entre a realidade e os sonhos almejados, ela o compara, inclusive, ao Quixote: “Como ese agudo hombre de novedades en desbaratar un molino, así hizo Simón cayendo con el peso de su propia armadura” (p. 81). Alinha-se, portanto, a compreensão deste como um herói cujo desfecho não poderia deixar de ser trágico:

En este silencio mío, medito. No puedo olvidar. Simón no comprendió nunca que todavía no había llegado el momento para emprender la lucha, y lograr conquistas de libertad. Sólo consiguió deshacer su vida de él. La llenó de dificultades. Sus hazañas extraordinarias quedaron vilmente desposeídas de la gloria. Se apagó su orgullo viril y su amor muy adicto por la libertad. Siempre bajo su destino despiadado (p. 93).

Como já havia sido projetado por Sáenz ao se unir a Bolívar muitos anos antes, a “heroína romântica” que vai ao socorro deste “herói trágico” precisava ser algo além de uma parceira exclusivamente amorosa, o que agora é explorado de forma bem mais detalhada. Ela, porém, não o logrou com facilidade. A personagem salienta como foi preciso sobrepor-se às tendências que intentavam restringi-la ao lugar de “amante”, o que advém inicialmente de seu próprio parceiro: “Nunca permití que Simón pensara en nuestro amor como una aventura; lo colmé de mis favores y mis apetencias y casi olvidó su acostumbrado filtro donjuanesco.” (p. 88). Sua resistência a isto passava por um esforço na diversificação dos papéis desempenhados em relação a este “homem”. Nesse sentido, enfatiza: “Oh amor deseado... tuve que hacer de mujer, de secretaria, de escribiente, soldado húsar, de espía, de inquisidora como intransigente.” (p. 94). Note-se que o papel de “mulher”, com o qual provavelmente designa esse lugar amoroso tradicionalmente reservado ao gênero feminino, é elencado como mais um entre outros que buscou interpretar. É interessante como Sáenz organiza as suas múltiplas facetas em ao menos três eixos, sendo um deles de teor nitidamente político:

Un amigo muy querido me preguntó qué había sido yo para el Libertador: ¿una amiga? Lo fui como la que más, con veneración, con la vida misma. ¿Una amante? El lo merecía y yo lo deseaba y con más ardor, ansiedad y descaro que cualquier mujer que adore un hombre como él. ¿Una compañera? Yo estaba más cerca de él, apoyando sus ideas y decisiones y desvelos, más, mucho más que sus oficiales y sus raudos lanceros. (p. 94)

Portanto, apresentando-se, mais que “amiga” e “amante”, como “companheira” – “Si, compañera de luchas; metida en asuntos militares y presidenciales.” (p. 98), reforça em outro momento – a personagem descortina a grande versatilidade e relevância de sua atividade política ao lado do aclamado “Libertador”. Em si, este já é um dado muito importante, mas caberia sublinhar a dramaticidade heroica com a qual Sáenz se entrega a cada uma de suas tarefas nesta esfera, levando sempre os esforços aos extremos, no que se realça a sua ousadia, coragem e abnegação. No que tange a atuação militar, por exemplo, ela destaca a tarefa de cuidar dos arquivos e documentos de campanha, que incluíam as cartas pessoais de Bolívar (tendo sido, portanto, tão íntima deste material, que se tornou posteriormente a pedra de toque da historiografia sobre a independência, quanto o General O’Leary), o que ela classifica como “[...] una responsabilidad inmensa que yo, agradecida, cumplí a cabalidad con mi vida misma” (p. 95). Afirma também ter se distinguido como oficial do Exército Colombiano pelo empenho com que procurava reerguê-lo quando este se encontrava nas condições mais precárias: “Yo le di a ese ejército lo que necesitó; ¡valor a toda prueba! Y Simón igual. El hacía más por superarme” (p. 95). A entrega a estas tarefas é algo que assume sempre uma forma visceral, procurando chegar às últimas consequências: “Bueno yo era toda una comisaria de guerra que no descansó nunca hasta ver el final de todo.” (p. 99).

Já no que tange aos círculos sociais mais amplos que os militares, a atuação política de Sáenz articulava-se fundamentalmente entorno de dois aspectos: inteligência e direção. A personagem conta como procurava obter informações estratégicas sobre os principais adversários políticos de Bolívar e aferir as opiniões em circulação tanto em meios aristocráticos quanto populares, usando-se para isso de diferentes artifícios, como a intensificação de eventos sociais e a articulação de informantes de várias camadas sociais. As técnicas de espionagem e comunicação colocadas, assim, em prática funcionavam como um eficaz “termômetro” para medir a temperatura política conforme a situação e isto teria sido de suma importância para fornecer uma visão panorâmica e tática que orientasse as ações políticas do Libertador. Segundo ela, “Parecía que Simón lo supiera todo. Pero no era así, sus conocimientos necesitaron siempre de mi apoyo; el que era conocer el ambaje de ideas de los naturales de estos lados del Sur.” (p. 98).

Entretanto, Sáenz era mais que uma valiosa porta de acesso ao mundo das intrigas políticas. Ela detinha também o poder de influir diretamente nas decisões de Bolívar. Neste sentido, há alguns exemplos interessantes mencionados pela personagem de como os seus conselhos acabaram resultando em fórmulas políticas acertadas. Este foi o caso do impasse que se formou a respeito de Guayaquil, uma região portuária com um significado econômico estratégico que por isso acabou sendo disputada pela Colômbia e pelo Peru no pós-emancipação, o que levou ao memorável encontro de Bolívar em San Martín nesta cidade no ano de 1822. Sáenz não só instigou Bolívar a garantir a precedência colombiana sobre esse território, como lhe deu instruções detalhadas de como fazer San Martín recuar, já que este era uma figura política por ela conhecida: “«Vaya usted en persona e impresiones a esos indecisos, acójalos bajo su protección de la República de Colombia y encargúese usted mismo del mando militar y político de ese puerto y su provincia»” (p. 90).

De forma igualmente incisiva ela dispôs sobre questões militares que iam desde o posicionamento de oficiais em determinados confrontos (“Le recomendé no involucrar al General Sucre en ninguna batalla por esos días.”, p. 99) até um trabalho de agitação e organização popular mais amplo (“Juntos movilizamos pueblos enteros a favor de la revolución, de la Patria.”, p. 98) ou ainda a busca por solucionar as dificuldades produzidas pelo contexto da guerra, participando até mesmo na idealização de políticas de estado, como indica a passagem:

Simón vio la desmoralización en que se encontraba el Ejército, y se desalentó muchísimo, cosa que inmediatamente remedié con un consejo de lo necesario que era para ese momento; y con todos los poderes de los cuales Simón fue investido, comenzar a solucionar todos los problemas de organización, de avituallamiento, de pagos a los soldados, de permisos, de reclutamiento, etc., etc. (p. 97).

Como visto, porém, nem todas as suas sugestões eram bem acolhidas, principalmente aquelas referentes a certos aliados políticos. Quanto a isto era enfática: “Yo le increpaba su desatino en considerar el «valor» de algunos que se encontraban muy lejos de su amistad. [...] Sólo había traiciones, desengaños, atentados.” (p. 94). Neste tópico o problema referente à Santander era um dos mais expressivos. A personagem relembra de quando alertou Bolívar das tentativas deste de inviabilizar a campanha de libertação do Peru, planejando, inclusive, que o congresso o despojasse de seus poderes em função de sua dedicação a esta campanha. Porém, em diversos momentos frisa como Bolívar não só negligenciava como agia em contrário aos seus avisos, o que criava sérios conflitos entre o casal, embora estes não os levassem a um ponto de ruptura: “Una y una más se lo advertía de no permitir la subida de

Santander. ¿Pero qué? Se enfadaba conmigo, me castigaba con sus desplantes, ignorándome, cosa que era peor. (p. 81)”.

De todo o modo, em que pese à existência destes pontos da divergência (que são também assinalados como diferenças de personalidade: “[...] en Simón existiera la condescendencia y el perdón, y en mí la audacia y la intolerância, [...]” p. 91) o fato é que Manuela Sáenz representa a si como alguém que fornecia uma base de apoio que transpunha o mero reforço das iniciativas e qualidades de Bolívar e que muitas vezes as contestava e direcionava. O seu suporte teria alcançado tal importância que poderia ser visto como um pilar indispensável para a concretização da obra bolivariana, por assim dizer. Daí que um sentido de necessidade, que sublinha em algumas passagens, inverta a lógica de sua dedicação ao “Libertador” fazendo com que este apareça como aquele que está, na realidade, em posição de dependência, no que ela ultrapassa uma linha que outros, quiser, cruzaram: “Era necesaria, muy a pesar de los que lo asistían para su trabajo de él: una buena cantidad de ayudantes, Generales, secretarios y auxiliares, de los que no necesitó nunca, pues era tercamente un solitario hombre introvertido, cuando su soledad lo aprisionaba.” (p. 98).

Esta construção desarticula, ao menos em uma determinada dimensão, a unilateralidade da submissão que está suposta nesta relação não só pela particular configuração da missão heroica da personagem, como pelos parâmetros sociais gerais que submetiam a vida da “mulher” à vida do “homem”, também no que diz respeito às suas aspirações e interesses. Em outras palavras, se Manuela Sáenz orbitava ao redor de Bolívar este também orbitava ao redor dela, se invertermos a perspectiva de observação, embora seu movimento não fosse comumente percebido como tal. Daí também o sentido da unidade e comunhão existente entre os amantes que são salientados em várias passagens, com o que ela elabora imagens em que não está na retaguarda de Bolívar, mas sim ai seu lado. Vejamos, novamente destacando a sua importância para Bolívar, conclui: “El [...] halló en mí ¡TODO! y yo, lo digo con orgullo, fui su mejor amiga y confidente. Para unificar pensamientos, reunir esfuerzos, establecer estrategias. Dos para el mundo. Unidos para la gloria, aunque la historia no lo reconozca nunca.” (p. 88). Algo semelhante se verifica quando, ao rebater a visão provavelmente limitada que teria seu marido James acerca desta relação, argumenta:

Su empecinamiento no ve mi consagración personal al Libertador Bolívar. No comprende que fuimos amantes de espíritus superiores. Que vivimos una misma posición de gloria ante el mundo, que vivimos un mismo sacrificio y una misma manera de ver las cosas y una misma desconfianza de todos. (p. 91).

A ideia de “amantes de espírito superior” nos remete novamente aos vários matizes desta relação para além do envolvimento amoroso e significava o estabelecimento de um compromisso em outros planos, sobretudo, no plano político. Sáenz enfatiza: “Los dos escogimos el más duro de los caminos. Porque a más del amor, nuestra compañía se vio invadida por toda suerte de noticias; guerra, traición, partidos políticos, y la distancia, que no perdonó jamás nuestra intimidad.” (p. 92). A identificação política se mostra, com efeito, como um fator decisivo para a personagem, desfazendo o lugar comum que concebe o engajamento político feminino como algo determinado pela entrega amorosa. Aqui, ao contrário, é a identificação política que parece, se não determinar, despertar e potencializar o vínculo amoroso. Em suas palavras: “Yo tuve razones muy poderosas para unirme con él: convicción de patriota, juntos, a costa de todo. Mi firmeza y mi carácter, debido a que estaba convencida de que Simón sería único en la historia del mundo, como Libertador de una nación grande y soberana.” (p. 89). Por isso mesmo, no desenvolvimento da relação, às motivações políticas e amorosas se mesclam de modo a se tornarem praticamente indistinguíveis: “Difícil me sería significar el porque me jugué la vida unas diez veces. ¿Por la Patria libre? ¿Por Simón? ¿Por la gloria? ¿Por sí misma? Por todo y por darle al Libertador más valor del que yo misma tenía.” (p. 96). É talvez essa indistinção aquilo que está no cerne do que se denomina aqui como o heroísmo romântico de Manuela Sáenz.

Já da parte de Bolívar, ao revés daquilo que era concebido e preconizado para a conduta masculina, Sáenz sugere que, em alguns momentos, a questão política tendia a ceder espaço para a questão amorosa: “Yo meditaba planes. Si, los consultaba con él, casi se los imponía; pero él se dejaba arrebatar de mi locura de amante, y allí quedaba todo.” (p. 94). Nisto têm-se uma imagem invertida em relação aos dogmas de gênero tradicionais, uma vez que o “homem” aparece rendendo-se aos impulsos sentimentais, enquanto a “mulher” guia-se por princípios políticos. Em certo sentido, a narrativa da personagem, apesar de não ser exatamente um discurso calcado em autoelogios, mas antes em uma retórica sobre altruísmo e auto-sacrifício, ao revelar-se como a “grande mulher” que estaria por trás do “grande homem”, rompe com a aura imaculada de autossuficiência do herói que seria algo tão caro ao culto a Bolívar tal qual este posteriormente se constituiu, conforme visto no capítulo anterior, com a condenação de sua figura a uma espécie de “solidão divina”.

Se, do ponto de vista dos seguidores deste culto, isso significaria certo rebaixamento do herói tal movimento corresponde, simultaneamente, a certa “elevação” da figura de Sáenz, como alguém que estaria à altura do ídolo. De fato, no Diário de Paita nos encontramos novamente com aquele sentido de excepcionalidade que faz a personagem se sobressair

justamente pela precedência que alcança aos olhos de Bolívar e pelo aspecto público que assume a relação entre eles: “[...] fui la escogida por este señor muy digno para aparecer en sus círculos.” (p. 91-92), do que a personagem se sente profundamente orgulhosa. Porém é preciso lembrar que a escolha de Bolívar também passava pelo reconhecimento e a identificação com os propósitos políticos de Sáenz, com algumas passagens deixando claro o respaldo político que ela alcançou diante dele: “Insistentemente le pedí que fuera implacable más cuando se tratara del bien de la Republica. Que no diera pie atrás en cada una de sus decisiones. Cosa por la que me admiraba y respetaba.” (p. 98).

O *status* de Sáenz, ou melhor, as percepções sociais mais gerais acerca de sua figura estavam marcadas, não obstante, por uma série de ambiguidades, como indica o seu próprio relato. Se como companhia amorosa ela conquistou um lugar de “consideração” e foi tomada como a “esposa legítima”, sobretudo, por parte dos políticos e militares mais próximos, é perceptível que isto se derivava diretamente da consideração dedicada a Bolívar, já que a tratavam “Con deferencia característica hacia «La dama dueña del corazón y de la vida de su Libertador»” (p. 97). Por outro lado, os seus feitos na luta também lhe rendiam simpatia e autoridade em meios sociais mais amplos e diversos, a exemplo do que relata ter ouvido após um triunfo na guerra: «Mi Capitana— me dijo un indio, por usted se salvó la Patria.»” (p. 95). Ao mesmo tempo confrontava-se com certa reprovação social, mas a qual procurava se sobrepor com indiferença, sem ocupar-se muito do tema: “La gente hablaba. Pero qué importaba. Total logramos vencer y basta.” (p. 92).

Certamente, os aspectos políticos e amorosos também se mesclavam para Bolívar em sua relação com Manuela Sáenz: os dilemas políticos perpassavam a relação amorosa assim como os dilemas amorosos perpassavam a relação política. No seu caso, contudo, por maior que fosse a influência de sua parceira sobre a sua atuação política, tal atuação não se pautava essencialmente por esta relação, nem era concebida ou apresentada como tal. Já no caso de Sáenz, em que pese o seu engajamento político fosse anterior e mais amplo do que esta relação, é inegável que, ao longo do tempo, conforme se toma a dedicação a Bolívar como uma forma de dedicação ao processo revolucionário, ela passou a ser um dos eixos essenciais a partir do qual se concebia e se pautava este engajamento. Ou seja, enquanto Bolívar era simplesmente o herói a serviço de uma causa, Sáenz era, em certa medida, uma heroína a serviço de um herói e com isso a serviço dessa mesma causa. Bolívar, não simplesmente como amante, mas como ícone político, canalizava, neste sentido, a sua ação política e, embora não fosse a única via de canalização para isto, era, seguramente, uma das mais importantes.

Assim, a gesta heroica da personagem era sugada para dentro da gesta heroica do “homem” que ela amava e acabava passando despercebida aos olhos dos expectadores, ainda que fosse, na realidade, um importante braço de sustentação. Observe-se que, assim como o anti-heroísmo daqueles que iniciaram o “culto as avessa” da figura de Manuela Sáenz, o heroísmo romântico concebido pela própria personagem a partir dessa configuração, neste esboço de autorrepresentação que se desprende de seus diários, contém igualmente em seu interior uma profunda contradição relativa às significações que transcendem a forma literária e se articulam com os dilemas da vida social. Neste caso, não se trata da tensão entre revolução e ordem, entre o reconhecimento e a detração ou entre o fascínio e a rejeição de uma figura que, com sua existência mesma, alargava o horizonte de utopias emancipatórias da independência.

Trata-se de uma contradição que é mais interna ao dilema da condição feminina neste período e que se estrutura a partir de outros dois polos de significados que se poderia definir com os termos: “submissão” e “libertação”. Isto porque este heroísmo romântico pode ser compreendido como uma tentativa de mesmo a partir de um lugar altamente centrado em uma figura masculina, construir uma “rota de fuga” através do qual a existência e o engajamento político feminino alcançam dimensões que desafiavam, sobretudo em termos práticos (mais também ideológicos como se verá mais adiante), os limites impostos às mulheres desde as suas vivências mais cotidianas até a forma como enxergavam o mundo de maneira mais ampla. Algo semelhante a mecanismos de resistência e contestação ao qual recorrem os sujeitos subalternos que, se utilizando de elementos da própria estrutura de opressão, buscam criar brechas que permitam se não subverter por completo esta estrutura, ensaiar movimentos que abram caminho em tal direção.

3.3 Uma revolução dentro de outra revolução: mulheres e independência

Ora, como visto no capítulo anterior, o processo revolucionário alargou essas brechas de maneira significativa e, na medida em que os setores populares foram também agentes revolucionários importantes, eles tendiam a pressionar os limites “bem comportados” da revolução *criolla*. A figura de Manuela Sáenz, vista pelo prisma destes diários, revela neste sentido uma configuração singular de algo que estava colocado na trajetória de muitas outras mulheres que participaram da gesta independentista. Nas últimas décadas, os estudos que

proliferaram sobre o tema no campo da historiografia tendem a conformar uma literatura cada vez mais vasta, tal como ocorre com a literatura sobre a independência, conforme enfocam as experiências específicas dos diferentes países da América Latina ou mesmo se debruçam sobre a trajetória de algumas mulheres em particular que vão sendo resgatadas dos antigos arquivos disponíveis ou a partir da exploração de novos tipos de fontes. Algumas relembradas e outras tiradas de um quase anonimato.

A obra editada por Moisés Guzmán Pérez, *Mujeres y revolución en la independencia de hispanoamérica* (2013), por exemplo, reunindo o trabalho de vários investigadores fornece um amplo panorama das diversas formas que o engajamento político feminino adquiriu neste período de transformações, atentando ainda para as tendências que antecederem, bem como as que se seguiram, ao contexto da guerra. Na mesma direção, temos as obras editadas por Sara Beatriz Guardia reunindo um número ainda maior de trabalhos resultante de eventos científicos internacionais sobre o tema, que foram promovidos pelo Centro de Estudios La Mujer en la Historia de América Latina (CEMHAL): o *V Simposio Internacional Las Mujeres en la Independencia de América Latina*, em 2009, *Primer Congreso Internacional Las Mujeres en los Procesos de Independencia de America Latina*, em 2013, e o *Simposio Internacional Las Mujeres en la formación de los Estados Nacionales en América Latina y El Caribe*, em 2017.

Um primeiro aspecto importante é que estas formas de engajamento podiam se desenrolar tanto na esfera pública quando na esfera privada, embora neste último caso elas tenham sido práticas quase invisíveis aos olhos da historiografia tradicional. Uma perspectiva que começa a mudar com o advento da história social e a atenção desta para a vida cotidiana e para dinâmicas culturais que afetavam a vida de pessoas comuns, dando ensejo também ao surgimento da história das mulheres. Vale notar, antes de tudo, que um olhar para a vida das mulheres durante o período colonial evidencia que a reclusão doméstica e o controle da conduta feminina por instituições como a igreja, a família e o estado certamente buscavam inviabilizar o interesse e o envolvimento destas em questões políticas, mas nem sempre conseguiam. Havia múltiplas formas de resistência. Por um lado, as mulheres dos setores populares tomaram parte ativamente nas rebeliões indígenas e de escravos. Por outro lado, no caso das mulheres das camadas mais abastadas, ainda que não houvesse nada próximo a um movimento coletivo organizado, no nível individual havia diversas maneiras de burlar as normas, furando a “bolha” na qual estavam encerradas na busca, por exemplo, por um aprimoramento no campo educativo e intelectual, o que se dava muitas vezes no espaço dos conventos que conformavam uma alternativa ao enlace matrimonial.

Toda essa experiência antecede a crise do regime colonial que desemboca em uma ruptura revolucionária, na qual mulheres de todos os agrupamentos étnicos e sociais tiveram uma presença indiscutível, apesar de esquecida e subestimada, especialmente no caso das “mulheres do povo”. Entre estas estava, por exemplo, Manuela Beltran uma vendedora ambulante que conduziu um motim contra o aumento de impostos em Nova Granada, rasgando os editos referentes ao decreto real em praça pública. Na Venezuela, Juana Ramírez, conhecida como *la Avanzadora*, era filha de uma escrava e trabalhava como lavadeira. Durante o período das guerras, ela tomou parte nas batalhas com destaque para a defesa da cidade de Maturín a frente de um batalhão composto só por mulheres em 1813. Na Argentina María Remedios del Valle, mulher negra e pobre, se tornou “capitão” do exército libertador. Ora, o mesmo gesto intelectual que leva à compreensão da luta independentista para além das suas direções criollas, leva a considerar a importância das mulheres de origem popular neste contingente feminino que engrossou as fileiras revolucionárias, para além da relativa notabilidade alcançada por algumas integrantes da elite, como é caso de Manuela Sáenz.

Isto leva a uma segunda constatação: tão variado quanto o perfil social das mulheres que se colocaram pró-emancipação, foram as formas com que estas buscaram aportar contribuições para a causa. Um primeiro eixo em torno do qual se poderiam alinhar essas contribuições é o da conspiração e todas as atividades relacionadas, que remetem a uma dimensão mais especificamente organizativa da luta. As mulheres não só participavam de reuniões e confabulações como ajudavam a estabelecer espaços de sociabilidade e redes de contatos a partir dos quais se tramava a ofensiva contra algumas autoridades coloniais ou em oposição ao sistema como um todo. Observe-se que o ambiente doméstico e os vínculos de parentesco podiam ser oportunamente ativados por elas neste sentido. Assim, se enfocarmos a experiência das classes altas, basta lembrar que as tertúlias nos salões de algumas damas da alta sociedade foram pontos de encontro e articulação das forças patriotas que se esgrimiam nestes meios, como é o caso da equatoriana Manuela Canizares, em cuja casa se organizou as reuniões que culminaram no “Primeiro grito de independência”.

Deste modo, os lares e famílias tornavam-se permeáveis às ideias e às atividades subversivas, como o oferecimento de abrigo para aqueles que eram perseguidos e tornavam-se fugitivos. Constituíam uma espécie de antessala dos acontecimentos políticos quando estes eclodiam enfim na cena pública. Contudo, não era apenas neste aspecto que os elementos que compunham a sofisticada estrutura de opressão das mulheres eram instrumentalizados para se alcançarem determinados objetivos políticos.

Utilizando-se do estereótipo que costuma atribuir às mulheres uma ignorância ou neutralidade em relação aos temas políticos, elas conseguiam penetrar com mais facilidade e sem levantar maiores suspeitas nos círculos sociais realistas para captar informações estratégicas que repassavam as lideranças do movimento de libertação, que com isso obtinha obviamente vantagens políticas e militares para a elaboração de sua linha de ação. Essa tarefa de espionagem estava intimamente associada à outra: a tarefa de estabelecer canais seguros de comunicação, no que algumas mulheres atuavam como “correios”. Um exemplo clássico é o de Policarpa Salavarrieta, conhecida como La Pola, que se converteu em mártir do movimento independentista colombiano após ser executada em 1817 pelos realistas ao descobrirem suas atividades como espiã e mensageira em favor da guerrilha nos llanos. Como costureira ela mantinha contato com mulheres de diversas famílias “importantes” de Bogotá.

Tudo isto demonstra como a esfera privada e a esfera pública estavam profundamente interconectadas, sendo ambas atravessadas pelos vetores da situação política. Por estarem mais ligadas ao primeiro e totalmente excluídas de espaços da política formal, tal como quase toda a população indígena, negra e pobre, as mulheres tendem a aparecer erroneamente como sujeitos políticos menos importantes. Por outro lado, suas ações em alguns casos transbordavam espaço da casa e dos laços sanguíneos ainda que para isso se defrontasse com maiores dificuldades. As mulheres tomaram as ruas em protestos e convulsões sociais, assim como existem indícios de que colaboraram com a imprensa partidária da causa quando esta conseguiu fazer circular suas ideias, embora para as mulheres letradas não fosse nada simples conseguir uma inserção nestes meios. Há o exemplo da equatoriana Manuela Espejo que escrevia para o diário *Primicias de la Cultura de Quito* ainda que ocultando sua identidade por um pseudônimo, e o exemplo da mexicana Leona Vicário que desenvolveu um trabalho pioneiro ao reportar os acontecimentos da guerra em alguns jornais da época. Ela escreveu para *El Ilustrador Americano e Semanario Patriótico Americano*.

Logo, há que se considerar que as mulheres foram igualmente agentes intelectuais que, por certo em menor grau pelas limitações que lhes eram impostas, pautavam também as bases ideológicas do movimento, cooperando, além disso, no trabalho de propaganda e conscientização política. Entretanto, tão ou até mais significativo que este aporte de ideias, foi o aporte que ofereceram em termos materiais. Aquelas que detinham possessões as reverteram para auxiliar no financiamento da guerra que para os patriotas teve um custo considerável, já que não contavam para isso com os fundos do estado, mas sim com suas fortunas particulares, no caso das elites ou com sua própria força de trabalho, no caso da população pobre. Mulheres de todas as classes, mas, sobretudo, as mulheres pobres cumpriram, neste sentido,

um papel fundamental ao prestarem uma série de serviços às tropas: preparando a comida, costurando os uniformes e atendendo aos feridos após os confrontos, por exemplo. Era comum que as famílias inteiras de soldados os acompanhassem na guerra, percorrendo com eles os longos percursos das campanhas. Formavam uma espécie de retaguarda para o Exército Libertador, as chamadas “guarichas” ou “soldaderas”, garantiam certa infraestrutura para os confrontos.

Apenas esse aspecto serviria para desmistificar a impressão de que as guerras de independência em toda a América Latina foram um acontecimento histórico que dizia respeito apenas aos homens. Seria preciso acrescentar, ademais, que as mulheres também atuaram como combatentes e há exemplos históricos suficientes para considerar que isto não foi algo raro, mas que foi até mesmo apreciável no bojo da tendência de ampliação das bases populares do exército libertador em determinadas fases da luta. Seguramente, em alguns casos, a interdição para este tipo de participação ou a hostilidade que enfrentavam nestes meios fez com que algumas mulheres recorressem a disfarces e intentassem ocultar a suas verdadeiras identidades. Em outros casos, elas não só foram admitidas abertamente como os seus desempenhos alcançaram certo reconhecimento, logrando subir na hierarquia militar. Além de Manuela Sáenz, outra que se notabilizou neste aspecto foi Juana Azurduy, que liderou ao lado de seu companheiro, Manuel Padilla, as guerrilhas contra os realistas na região do Alto Peru, chegando a posto de “Coronel”.

Algo que toda esta literatura sobre a participação das mulheres nas lutas de independência assinala é a maneira como esta atividade militante sorrateiramente burlava ou flagrantemente rompia com aspectos da organização social do gênero tal como esta se configurava no período. Seria possível ir mais longe e afirmar que dentro da revolução por emancipação colonial processava-se outra que estava implícita em seu interior. Essa segunda revolução – que seria mais “sutil” e “silenciosa” ou que era, simplesmente, ofuscada pela primeira – era aquela que ameaçava subverter de maneira mais profunda o paradigma das relações de gênero. Isso tendia a colocar as mulheres em uma posição mais radicalmente antissistema já que suas ações atentavam contra aspectos mais amplos da ordem colonial, penetrando na dimensão das normas morais e religiosas, por exemplo. Daí que da mesma forma que este contexto abriu possibilidades de transgressões de gênero, ele as expôs a uma repressão que assume traços ainda mais violentos. Além da perseguição, tortura e morte elas

estavam sujeitas a sofrerem humilhações públicas e agressões sexuais que eram como que uma represália a mais pela insubordinação de gênero⁵⁴.

O heroísmo romântico de Sáenz expressa, em certo sentido, esta revolução dentro de outra revolução, pois estipula um caminho de rupturas com as estruturas da dominação de gênero por dentro desse caminho de sacrifícios em nome da causa que ressignificam e elevam o seu propósito existencial. Ao mesmo tempo tudo isto se dá sobre a base de um centramento romântico na figura de um homem, o que foi frequentemente usado para subvalorizar ou mesmo desqualificar o engajamento político feminino em tal contexto em comparação com o engajamento político masculino, este sim era supostamente o mais genuíno e esclarecido. O afeto era também uma forma de tomar a atividade política das mulheres como algo subsidiário à atividade de seus parceiros amorosos ou familiares e com isso justificar o desvio do padrão de comportamento que lhes era imposto, quando na realidade esta foi desencadeada por aspectos variados tais como fatores econômicos e convicções ideológicas. Neste quesito a polêmica que se processa entre Lucas Alamán e Leona Vicário, resgatada no trabalho de García López (2011), é bastante instrutiva, pois ao rebater as insinuações feitas por Alamán neste sentido, Vicário afirma em carta publicada no jornal *El Federalista Mexicano*:

Confiese Ud. Sr. Alamán, que no sólo el amor es el móvil de las acciones de las mujeres: que ellas son capaces de todos los entusiasmos, y que los deseos de la gloria y de la libertad de la patria no les son unos sentimientos extraños; antes bien, suele obrar en ellas con más vigor, como que siempre los sacrificios de las mujeres son más desinteresados, y parece que no buscan más recompensa de ellos que la que sean aceptados. Si M. Staël atribuye algunas acciones de patriotismo en las mujeres a la pasión amorosa, esto no probará jamás que sean incapaces de ser patriotas, cuando el amor no las estimula a que lo sean. Por lo que a mi toca, sé decir que mis acciones y opiniones han sido siempre muy libres, nadie ha influido absolutamente en ellas, y en este punto he obrado siempre con total independencia, y sin atender a las opiniones que han tenido las personas que he estimado. Me persuado que así serán todas las mujeres exceptuando a las muy estúpidas, y a las que por efecto de su educación hayan contraído un hábito servil. De ambas clases también hay muchísimos hombres. (Apud, GARCÍA LÓPEZ, 2011, p. 39).

No caso de Manuela Sáenz ocorre, porém, que este centramento romântico converte-se em algo profundamente ambíguo e totalmente permeável ao fator político, posto que se inicialmente ele paute uma subordinação do polo feminino ao polo masculino, posteriormente se desenvolve conformando com uma unidade entre esses polos ou, até mesmo, fazendo o primeiro se sobrepor ao segundo em determinadas circunstâncias.

⁵⁴ O estudo de Bruce e Gresores (2015), ao analisar o desenrolar da guerra nos territórios que correspondem atualmente à província de Jujuy, na Argentina, e a maneira como esta afetou a vida cotidiana das mulheres, situa que se, por um lado, esta abriu para elas um cenário de oportunidades a partir das quais tornam-se uma presença irredutível na cena pública, por outro lado, gerou situações de sofrimento extremo.

As diferenças que se verificam entre o Diário de Quito e o Diário de Paita nos ajudam a entender como este caminho submisso e ao mesmo tempo insurgente é percorrido. Se no primeiro diário vemos como Sáenz começa a despontar como uma “heroína romântica” pela maneira como progressivamente a sua ação política vai sendo canalizada entorno da liderança bolivariana, conforme os seus propósitos políticos se confundem e se mesclam com o seu encantamento amoroso e as aspirações românticas que o acompanham, isto não é mais do que a culminação de uma trajetória que já havia sido profundamente enredada nas tramas da luta emancipacionista e como tal almejava uma inserção cada vez mais profunda em seu interior, atingindo, quem sabe, a “glória”, ou seja, esta relevância e notabilidade reservada às figuras mais especiais. Em certo sentido, a personagem “apaixona-se” e “compromete-se” primeiro com a causa e, conseqüentemente, pelo ícone “Libertador” que se ergueu a partir desta e só posteriormente pela pessoa que está por detrás de toda essa construção.

Por outro lado, dentro dessa relação amorosa transgressora, que se choca de imediato com as convenções sociais, ela é, já de início, inserida em uma lógica objetificadora que lhe designa esse lugar de “adorável prenda”, com a qual o herói sente-se recompensado pelos serviços prestados a coletividade e pode gabar-se de mais uma “conquista” amorosa. Diante das pressões tanto externas quanto internas que assim se defronta – embora o encantamento inicial a tenha feito se manter passiva diante destas últimas, enquanto rebatia e desprezava as primeiras – Sáenz abraça com determinação o papel de brilhante apoiadora do herói concebendo este apoio como algo que ia muito além do mero acolhimento afetivo e que almejava somar esforços na direção da luta.

Já em Paita, enquanto vivenciava as amarguras da ruína de sua glória e os dissabores do isolamento social e político ao qual foi forçadamente submetida, a escrita do diário se converte em um exercício importante na tentativa de aplacar ou amenizar o sofrimento provocado por essas situações. A sua visão sobre o passado, que agora pode observar a certa distância, expressa na narrativa que se desenrola meio desordenadamente por essas páginas, evidencia de modo mais contundente como, na realização de sua romântica missão heroica, ela ultrapassou vários limites impostos ao gênero, o que ao mesmo tempo relativiza a suposta “perfeição” e “excelência” do protagonista masculino diante da importância e até mesmo da imprescindibilidade que o “companheirismo” de Sáenz adquiriu para Bolívar. Um herói que é visto então de maneira mais descarnada, com seus equívocos e vulnerabilidades, sem que com isso perca a sua grandiosidade, ressaltada por um caráter com traços ainda mais fortes de benevolência e humanismo e, sobretudo, por ser portador de um ideal transformador que não

era, porém, comportado pela realidade que o cercava: um herói iludido que pecava pelo que eram, na realidade, as suas qualidades.

É importante notar, contudo, que a personagem transcende o papel auxiliador do grande líder principalmente quando se descola sutilmente dele no esforço de articulação de uma crítica interna que vai ao sentido de certa radicalização da direção bolivariana, sendo esses os elementos que afloram quando procura refletir a falência do projeto revolucionário encampado por ambos. Sáenz não só acatava esta direção, como procurava também impor as suas concepções a ela. Dai que enfatize: “A veces la fuerza fue necesaria; debido al rigor de mi carácter impulsivo, me impuse en cuanto era menester, para bienestar de la República y de S.E.” (p. 89). Não é por acaso que os movimentos feitos por Sáenz em prol dessa radicalização sejam encarada como uma conduta insubordinada no que diz respeito àquela que se considerava a conduta apropriada ao seu gênero. No texto isso é expresso pelo próprio Bolívar, quem, ao desaprovar determinadas ações da personagem evoca dizeres sobre as mulheres que as deprecia ou que intenta regular o seu modo de ser: “[citaba] a Demóstenes: «Una mujer desbarata en un día lo que un hombre construye en un año», refiriéndose mi Simón a lo del acontecimiento del castillo, que con tanta gana hice en Bogotá. [...] Y a Cervantes: «La mujer ha de ser buena, y parecerlo, que es más», recriminándome mi conducta con Santander.” (p. 81).

Ora, a insubmissão feminina mesmo dentro da fórmula da heroína romântica que está, por assim dizer, a “reboque” do herói, embora seja este alguém que personifica a causa, é talvez uma expressão de como o ideal de emancipação nacional fundia-se com um incipiente ideário de emancipação feminina, apesar de que nos diários este último se expresse em termos mais circunstanciais relativos às questões que perpassavam a trajetória de Sáenz, como a reivindicação por certos espaços de atuação política e pela emancipação do vínculo matrimonial a fim de conquistar autonomia para o estabelecimento de relações amorosas, e não em termos de uma reivindicação que acione a figura das “mulheres” como uma categoria social que está sujeita a lógicas de opressão específicas. Por outro lado, a personagem está ciente que sua atividade política em certas ocasiões tencionava o paradigma da feminilidade e isto a fez inclusive não se reconhecer nele. Relembrando seu desempenho nos combates de guerra, ela afirma: “Yo no parecía una mujer. Era una loca por la Libertad, que era su doctrina.”. Note-se que aqui é a aparência e não o “ser” mulher que é colocado em questão, embora sem uma problematização mais profunda que identifique esta como uma construção social. Mais adiante ressalta ainda a impressão que isto provocava entre os soldados: “Me

maldecían pero me cuidaban, sólo verme entre el fragor de una batalla les enervaba la sangre.” (p. 95).

Isto nos remete a outra problemática que constitui um foco de debates importantes quando se olha para a experiência das mulheres em geral na luta por independência. Isto é a problemática de até que ponto esta luta pode ser considerada como precursora da luta e do pensamento feministas na região. Em outras palavras, cabe perguntar-se se a existência dessa abertura para condutas divergentes em relação às normas de gênero, proporcionada pela excepcionalidade do processo revolucionário, estaria realmente ligada à emergência de um ideário emancipatório no mesmo sentido. Embora o movimento feminista atual possa, eventualmente, reivindicar essa experiência como um ponto de referência importante para a história do seu desenvolvimento na América Latina – veja-se, por exemplo, a *Antología del Pensamiento Feminista Nuestroamericano* organizada por Gargallo (2011) e que reserva um lugar para alguns escritos de mulheres da independência, as quais toma como “Protofeministas de Nuestramérica” – de um ponto de vista mais formal o fato de as mulheres estarem organizadas e engajadas em uma ação coletiva, que pode ter diferentes finalidades, por si só não confere um caráter feminista a tal ação, enquanto as relações de poder que constituem as relações de gênero não forem distinguidas e tematizadas de maneira especial.

Ora, seguindo esta linha de raciocínio se poderia concluir que as mulheres que aderiam aos ideais pró-emancipação não necessariamente almejavam uma transformação das relações de gênero que revertesse à estrutura de poder na qual estas se baseavam. Todavia, não só o caso de Manuela Sáenz, mas também o de outras mulheres fazem com que este raciocínio mereça algumas ressalvas. Em primeiro lugar, olhando para o aspecto ideológico, cabe lembrar que o pensamento feminista, em sua vertente europeia, tem suas origens na filosofia iluminista que animava, em certa medida, os movimentos de libertação colonial nas Américas, penetrando, sobretudo, em suas frações *criollas*. Ele é definido por Amelia Valcárcel (2001) como a mais significativa e profunda correção feita ao democratismo ilustrado. Isto porque ele se constituía como um novo discurso crítico que reivindicava o princípio da igualdade denunciando a exclusão das mulheres de direitos que apesar de proclamados como universais eram reservados apenas aos homens, em obras como *Uma Reivindicação pelos Direitos da Mulher* (1792), de Mary Wollstonecraft e a *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã* (1791) de Olympe de Gouges.

Apesar de esta produção não ter ultrapassado os limites de círculos intelectuais mais restritos e o feminismo ter se convertido em uma espécie de “filho não desejado” do iluminismo, como afirma a autora, em terras latino-americanas também se verificou certa

sensibilidade ao tema. Francisco de Miranda, considerado uma das figuras precursoras da independência e importante liderança do movimento na Venezuela, era favorável ao direito das mulheres à representação nas instituições política, por exemplo. Já quanto ao pensamento das próprias mulheres que se uniram à luta por libertação, especialmente no que diz respeito a como concebiam o lugar que ocupariam nessa nova ordem social que se constituiria livre do jugo colonial, é preciso ressaltar que a produção intelectual destas era ainda menos pública do que as suas ações, o que dificultou o seu resgate histórico. A escassez de fontes para acessar este pensamento não significa, entretanto, que ele não tenha de algum modo existido, ainda que de maneira difusa. Vale lembrar que em suas atividades na imprensa, Manuela Espejo, por exemplo, publicou manifestos contra os maus tratos sofridos pelas mulheres.

Em segundo lugar, cabe observar que – conquanto houvesse frações e lideranças patriotas que não só celebravam como encorajavam a adesão feminina, no interesse talvez de que mais um segmento social pudesse fortalecer a causa, tal como sinalizam alguns registros históricos – na vivência cotidiana desta luta, as mulheres também travavam embates no interior do movimento para serem encaradas como atores políticos legítimos e terem o seu espaço de ação aceito e reconhecido pelos homens. Esta demanda as levou muitas vezes a um questionamento dos estereótipos de gênero que indicam o despertar de uma consciência feminista, por assim dizer. Alba Carosio (2017) ilustra isto com um documento histórico muito significativo. Em 1811, um grupo de mulheres da província de Barinas, na Venezuela, envia uma petição ao governador, que foi publicada na Gaceta de Caracas com o título “La Representación que hace el bello sexo al Gobierno de Barinas”, no qual se colocam a disposição para a defesa da cidade:

No ignoran que V.E., atendida la debilidad de nuestro sexo, acaso ha procurado eximirnos de las fatigas militares: pero sabe muy bien V.E. que el amor a la patria vivifica a entes más desnaturalizados y no hay obstáculos por insuperables que no venza. Nosotras, revestidas de un carácter firme y apartando a un lado la flaqueza que se nos atribuye, conocemos en el día los peligros a que está expuesto el país; él nos llama a su socorro y sería una ingratitud negarle unas vidas que sostiene. El sexo femenino, Señor, no teme los horrores de la guerra: el estallido del cañón no hará más que alentarle: su fuego encenderá el deseo de su libertad, que sostendrá a toda costa en obsequio del suelo Patrio. (Apud, CAROSIO, s/d, p. 10).

Nesta passagem vê-se como sutilmente a visão a respeito das mulheres como o “sexo frágil”, a qual inicialmente se parece aderir sem maiores indagações, vai sendo minimizada e relativizada em função do “amor à pátria” e da necessidade de protegê-la que se colocava naquele momento. Uma tendência a redefinir a feminilidade em termos totalmente opostos ao convencional se dá por uma retórica de amor e heroísmo que soa até mesmo semelhante à

retórica de Sáenz. Esta é, talvez, mais uma indicação de como as mulheres foram concebendo a si mesmas como sujeitos políticos acionando elementos que integravam a estrutura mesma de sua dominação, mas que foram perspicazmente direcionadas em um novo sentido. Se um ideário de emancipação feminina não estava aí claramente colocado ele existia de um modo potencial através dessa fantasia heroica.

Mais que nos diário é o epistolário de Manuela Sáenz que permite vislumbrar com detalhes o horizonte emancipatório projetado pela personagem nos dois sentidos assinalados (o nacional e o profeminista) e, por vezes, interconectados. Nele se aborda, frente a situações concretas, as dificuldades que enfrentou para a construção desta “rota de fuga” em relação ao paradigma dominante das relações de gênero, enquanto lutava pela independência e pela constituição da nação segundo as diretrizes do sonho bolivariano da Grã-Colômbia.

3.4 O epistolário de Manuela Sáenz: mais que cartas de amor

3.4.1 A luta por “libertação amorosa” em meio à revolução

Os fragmentos do epistolário de Manuela Sáenz aos quais se tem acesso constituem uma coleção formada em sua maior parte por cartas de amor trocadas com Bolívar. A uma primeira vista elas podem parecer um material um tanto “inofensivo”, por assim dizer, já que se apresentam enquanto o registro das “carícias verbais” entre dois amantes. Algo que era parte da experiência amorosa de casais de determinadas camadas sociais naquele período. A forma com a qual se expressam responde por certo ao estilo de uma época e põem em destaque, inclusive, as habilidades literárias de ambos, já que é notável o esmero e a fruição criativa presente na redação de muitas destas cartas.

Figura 9 - Retrato de Manuela Sáenz, por Pedro Durante, 1825



Legenda: Nesta representação vemos Manuela Sáenz com uma aparência mais austera.

Fonte: Imagem de domínio público. O original está no Museu Nacional de Arqueologia, Antropologia e História do Peru.

Os sentimentos são expressos sempre com grande eloquência. O amor provoca uma constante inquietação e certa desorientação ou desestabilização interna. Bolívar, por exemplo, destaca: “Yo, que me jacto de tranquilo, ¡Estoy en penumbras de mi desasosiego! Sólo pienso en ti, nada más que en ti [...]”⁵⁵, enquanto Sáenz questiona: “¿Por qué me ha dejado enamorada? ¡Con el alma en pedazos!”⁵⁶. Esses sentimentos amorosos são constantemente reiterados e associados ao desespero, ao delírio e a loucura. Sáenz afirma: “Su Excelencia sabe bien cómo lo amo. Si ¡con locura!”⁵⁷, enquanto Bolívar procura assegurar: “¡Nunca miento! Que es loca mi pasión por ti, lo sabes.”⁵⁸.

⁵⁵ Carta de 29 de setembro de 1825, em E. Apolo, 1996, p. 94.

⁵⁶ Carta de 05 de maio de 1825, em *ibidem*, p. 80.

⁵⁷ Carta de 01 de maio de 1825, em *ibidem*, p. 77.

⁵⁸ Carta de 03 de julho de 1822, em *ibidem*, p. 38.

Neste sentido, as cartas, que dão acesso à comunicação mantida entre os dois personagens quando os seus caminhos os levavam em direções diferentes em função de suas atividades políticas e militares, representam a tentativa de manter viva esta relação mesmo com tal afastamento, o que várias vezes é invocado como um elemento causador de grande sofrimento. Um exemplo é que quando Bolívar deixa Quito em dezembro de 1822 para sufocar uma rebelião que ocorria em Pasto, Sáenz que permanecia em sua cidade natal onde o havia conhecido em junho daquele ano, lhe escreve: “Bien caro me há costado el triunfo de Yaquanquer. Ahora dirá usted que no soy patriota, por todo lo que le voy a decir, mejor hubiera querido triunfar yo de él y no que hayan diez triunfos em Pasto.”⁵⁹. Já Bolívar busca ver nisto um fator de intensificação dos sentimentos amorosos, conforme lhe escreve quando, no ano de 1825, se encontrava no Alto Peru e Sáenz em Lima: “Mira que esta distancia de um sítio a otro de que tú y yo estamos, solo sirve para alimentar em mayor escala el fuego creciente de nuestras pasiones.”⁶⁰.

Porém, assim como há o lamento pelo afastamento involuntário, há igualmente o anseio pela reaproximação, pondo em relevo as inúmeras despedidas e reencontros que marcaram essa relação. Sáenz, em carta de julho de 1822, após uma envolvente descrição das instalações da fazenda “El Garzal”, na qual aguardava pela presença de Bolívar, revela por fim as verdadeiras intenções por trás de tal artifício literário: “Toda esta pintura es de mi invención: así que ruego a usted que perdone mis desvíos por mi ansiedad de usted y de verlo presente, disfrutando de todo esto que es tan hermoso.”⁶¹. Em janeiro do ano seguinte, uma carta de Bolívar enfatiza não só o desejo, mas a determinação em unir-se novamente a ela: “Manuela Bella, Manuela mía, hoy mismo dejo todo y voy, cual centella que traspasa el universo, a encontrarme con la más dulce y tierna mujercita que colma mis pasiones con el ansia infinita de gozarte aquí y ahora, sin que importen las distancias.”⁶².

Como indica já o trecho desta carta, as declarações de amor ganham também, em algumas ocasiões, conotações eróticas, que da parte de Bolívar são um pouco mais frequentes e envolvem sempre um elogio à beleza de Sáenz e a recordação de sua figura revestida de sensualidade, com referências mais ou menos diretas a experiência sexual do casal:

⁵⁹ Carta de 30 de dezembro de 1822, em *ibidem*, p. 42.

⁶⁰ Carta de 29 de setembro de 1825, em *ibidem*, p. 94.

⁶¹ Carta de 27 de julho de 1822, em *ibidem*, p. 40.

⁶² Carta de 30 de janeiro de 1823, em *ibidem*, p. 44.

“¡Viva el amor en el raso y la seda, las camas mullidas con blandos colchones, los terciopelos rojos, las alfombras, la gloria de ver a una mujer más linda que Cleopatra, ejerciendo todo el poder de sus encantos sobre mis sentidos; el ludibrio de rasgar tus vestidos sin importar su costo, deshaciendo al mismo tiempo tu laborioso peinado de tocador.

Me atraen profundamente tus ojos negros y vivaces, que tienen el encantamiento espiritual de las ninfas; me embriaga sí, contemplar tu hermoso cuerpo desnudo y perfumado con las más exóticas esencias, y hacerte el amor sobre las rudimentarias pieles y alfombras de campaña.

Todo esto es una obsesión, la más intensa de mis emociones ¿Qué he de hacer? Tu ensoñación me envuelve en el deseo febril de mis noches de delirio.”⁶³.

O certo constrangimento e comedimento não deixam de aparecer nas falas de Sáenz no que toca a este tema, embora ela faça também alusões a um estado de atração e excitação, encontrando um espaço para a afirmação do seu próprio desejo. A esta carta de Bolívar, que recebe com grande emoção, ela responde: “Tiene su recuerdo tal cúmulo de retratos, que me hacen ruborizar, pero de deseo, sin romper mi intimidad o mi modestia.”⁶⁴. Com imagens um pouco mais sutis, o erotismo delineado por Sáenz, ao menos nas cartas às quais se têm acesso, trata também de elaborar a própria imagem com o objetivo de alimentar as fantasias de Bolívar, mas nisto acabam sinalizando igualmente as próprias fantasias e sensações, como na passagem desta mesma carta em que diz: “Déjeme usted estar feliz con mis caprichos y mis voluptuosidades, que desde luego contaré con detalles a usted; que sé, usted gozará en inmensidad de sus placeres mentales peregrinos.”⁶⁵, ou ainda em outra correspondência em que enfatiza a vontade de estar junto a Bolívar: “[...] porque estoy enamorada, sintiendo en mis carnes el alivio de sus caricias. Le guardo la primavera de mis senos y el envolvente terciopelo de mi cuerpo (que son suyos).”⁶⁶.

Entretanto, nem tudo transcorria em plena harmonia. Não só as vicissitudes da guerra e da política dificultavam a manutenção do laço afetivo entre os amantes que, ao que tudo indica, esteve mais firmemente atado em alguns momentos do que em outros. O drama amoroso que se refletia na correspondência do casal ia muito além desses fatores e por mais que, nos diários, Sáenz dê como superada a polêmica provocada pela existência deste laço frente ao vínculo matrimonial que, a despeito da sua vontade, possuía com outro homem, a verdade é que precisou travar uma luta interna à sua relação com Bolívar para tal superação.

⁶³ Carta de 16 de junho de 1825, em *ibidem*, p. 88.

⁶⁴ Carta de 14 de julho de 1825, em *ibidem*, p. 93.

⁶⁵ Carta de 14 de julho de 1825, em *ibidem*, p. 92.

⁶⁶ Carta sem data, em Álvarez Saá, 2005, p. 142.

As cartas indicam algo já sinalizado a partir das correspondências compiladas nas memórias de O’Leary: enquanto Bolívar tendia a ceder diante do imperativo das normas e convenções sociais e, com isso, retroceder em sua relação com Sáenz, esta estava disposta a resistir e se opor a tudo isto, argumentando obstinadamente contra os preceitos em função dos quais tal relação não era admitida. Assim, os personagens abrem um interessante debate entorno da questão.

Já na mais antiga carta de Bolívar dirigida à Sáenz, datada de julho de 1822, este apresentava uma postura reticente ao corresponder aos “requerimentos de amor” desta. Afirma: “No esquivo tus llamados, que me son caros a mis deseos y a mi pasión. Sólo reflexiono y te doy un tiempo a ti [...]” e mais adiante conclui: “Permíteme estar seguro de mí, de ti y verás querida amiga quién es Bolívar al que tú admiras.”⁶⁷. Posteriormente, as cartas indicam que, em mais de uma ocasião, Bolívar decidiu pelo rompimento visando preservar a reputação de sua amada: “[...] tu imagen me acompaña a todo lado [...]. Sin embargo, soy preso de una batalla interior entre el deber y el amor; entre tu honor y la deshonra, por ser culpable de amor. Separarnos es lo que indica la cordura y la templanza, en justicia ¡Odio obedecer estas virtudes!”⁶⁸. Novamente vemos emergir do tema do “amor culpado”, com o qual, ao mesmo tempo em que procure reafirmar seus sentimentos por Sáenz e mostrar-se contrariado em declinar destes em função do que considera ser um dever moral, não questiona esta moralidade, mas, pelo contrário, a endossa e vê o seu acatamento como uma necessidade e uma qualidade que conformam o seu caráter idôneo. Dai o tom resignado que assume em outras passagens em que o retorno de Sáenz a vida conjugal – sucumbindo, portanto, as regras da instituição matrimonial – apesar de profundamente sentido, é visto praticamente como uma fatalidade, algo que não pode ser revertido:

Cada momento estoy pensando en ti y en el destino que te ha tocado. Yo veo que nada en el mundo puede unirnos bajo los auspicios de la inocencia y del honor. Lo veo bien, y gimo de tan horrible situación por ti; porque te debes reconciliar con quien no amabas; y yo, porque debo separarme de quien idolatro!!! Sí, te idolatro hoy más, que nunca jamás. [...]

[...] En lo futuro, tú estarás sola aunque al lado de tu marido; yo estaré solo en medio del mundo. Sólo la gloria de habernos vencido será nuestro consuelo. El deber nos dice que ya no somos más culpables! No, no lo seremos más.⁶⁹

⁶⁷ Carta de 3 de julho de 1822, em E. Apolo, 1996, p. 37.

⁶⁸ Carta de 26 de abril de 1825, em *ibidem*, p. 76.

⁶⁹ Carta de 20 de abril de 1825, em *ibidem*, p. 72-73.

As concepções defendidas por Sáenz não poderiam ser mais destoantes, pois como já indicado em outros contextos ela enxerga estes códigos morais não como princípios com uma fundamentação transcendental, mas como convenções sociais que servem para regular a conduta, muito embora não sublinhe a regulação que, neste sentido, a conduta feminina sofre em especial. Lembremos que na carta ao marido, presente nas memórias de O’Leary, ela caracteriza a reprovação moral que recai sobre si como oriunda de “[...] preocupaciones sociales inventadas para atormentarse mutuamente.”⁷⁰ No epistolário, Sáenz denuncia a existência mais retórica do que efetivamente prática desse ordenamento moral e sugere ainda a seletividade com o qual os critérios baseados nele eram aplicados: “Usted me habla de la moral, de la sociedad. Pues, bien sabe usted que todo eso es hipócrita, sin otra ambición que dar cabida a la satisfacción de miserables seres egoístas que hay en el mundo.” e, logo em seguida, acrescenta: “Dígame usted: ¿Quién puede juzgarnos por amor? Todos confabulan y se unen para impedir que dos seres se unan; pero atados a convencionalismos y llenos de hipocresía.”⁷¹

Questionada a validade do dever moral em nome do qual Bolívar se mostra disposto a desfazer-se do afeto que sente por ela (“Pero ahora, ya me parece que una eternidad nos separa, porque mi propia determinación, me ha puesto en el tormento de arrancarme de tu amor [...]”⁷², afirma este), a personagem enfatiza que são justamente os critérios sentimentais ou, simplesmente, o amor que deve determinar e legitimar uma união, sobrepondo-se a todos as demais determinações. Por isso questiona: “¿Por qué S.E. y mi humilde persona no podemos amarnos? Si hemos encontrado la felicidad hay que atesorarla.”⁷³. Assim, confronta a escala de valores adotada por Bolívar ao priorizar a norma – que, diga-se de passagem, tende a cercear a autonomia feminina, favorecendo a dominação masculina – em detrimento do interesse individual. Nesse sentido, argumenta: “[...] cuál es la cordura y la templanza que obligan al Libertador a enjuiciarse a sí mismo? Si una de las virtudes primordiales es la obediencia al amor, que la misma providencia auspicia en todo ser humano.”⁷⁴. Já, em outra oportunidade, indicando o estreitamento da visão de seu amado, nega-se a seguir os mesmos

⁷⁰ Carta sem data, em *ibidem*, p. 163.

⁷¹ Carta de 01 de maio de 1825, em *ibidem*, p. 77.

⁷² Carta de 20 de abril de 1825, em *ibidem*, p. 72.

⁷³ Carta de 01 de maio de 1825, em *ibidem*, p. 77.

⁷⁴ Carta de 09 de maio de 1825, em *ibidem*, p. 82.

pressupostos que o norteiam: “La eternidad que nos separa sólo es la ceguera de su determinación de usted, que no lo ve más. Arránquese usted si quiere, su corazón de usted, pero el mío ¡No! Lo tengo vivo para usted, que sí lo es para mí toda mi adoración, por encima de todos los prejuicios.”⁷⁵.

Para Sáenz, esta compreensão coloca em cheque, conseqüentemente, o princípio da indissolubilidade do casamento, contra o qual ela advoga claramente, questionando: “Según los auspicios de lo que usted llama moral, ¿Debo entonces seguir sacrificándome porque cometí el error de creer que amaré siempre a la persona con quien me casé?”⁷⁶. Note-se ainda que, diferente de Bolívar, ela recusa-se a admitir este como um destino inexorável, ou melhor, ela reinterpreta a intervenção do destino em sua trajetória como algo que determina não o matrimônio no qual está aprisionada, mas sim o seu encontro amoroso com Bolívar em condições extra matrimoniais: “No hay que burlarse del destino (este según usted es cruel, despiadado). No, yo creo que, por el contrario, nos ha hecho encontrar, nos dio la oportunidad de vernos e intercambiar opiniones de aquello que nos interesaba, de la causa patriota y, desde luego,...”⁷⁷. Esta reinterpretação não só nega a lógica determinista e conformada do pensamento moral de Bolívar, como ainda ressalta a necessidade de saber agir sob as condições colocadas, já que logo em seguida acrescenta: “si no sabemos aprovechar esto, después se vengará de nosotros y entonces no tendrá misericordia ni piedad.”⁷⁸. Em realidade o seu apelo é para que um senso de autodeterminação prevaleça nesta situação: “Véalo por usted mismo: nada hay en el mundo que nos separe, que no sea nuestra propia voluntad. La mía es seguir, a costa de mi reposo y mi felicidad.”⁷⁹

Da parte de Sáenz não há culpa, remorso ou constrangimento, mas sim irreverência e desprendimento, como já apontado nos diários. Ela reforça: “[...] mi decisión de seguir amándole, aún a costa de cualquier impedimento o convencionalismos que en mí no dan preocupación alguna por seguirlos.”⁸⁰. Portanto, em contraposição ao “amor culpado” de Bolívar, Sáenz é portadora de um ideal de “amor libertário”, mas que para ser alcançado

⁷⁵ Carta de 12 de fevereiro de 1823, em *ibidem*, p. 45.

⁷⁶ Carta de 01 de maio de 1825, em *ibidem*, p. 77.

⁷⁷ Carta de 03 de maio de 1825, em *ibidem*, p. 79.

⁷⁸ Carta de 03 de maio de 1825, em *ibidem*, p. 79.

⁷⁹ Carta de 03 de maio de 1825, em *ibidem*, p. 79.

⁸⁰ Carta de 03 de maio de 1825, em *ibidem*, p. 79.

necessita transpor as barreiras erguidas pelo seu próprio amante: “Usted dice que el amor nos libera. Si, pero juntos. Eso fue comprobado por lo de Junín; de lo contrario me siento encarcelada en mi desasosiego.”⁸¹. O paralelo entre a libertação amorosa e a libertação colonial, porém, vai mais além desta breve alusão à batalha que selou a libertação do Peru. De fato, a personagem, interconecta explicitamente os dois movimentos e sugere que as transformações desencadeadas pelo processo revolucionário de independência deveriam abarcar também uma transformação do paradigma moral herdado do regime colonial:

Usted, mi señor, lo pregona a cuatro vientos: «El mundo cambia, la Europa se transforma, América también»... ¡Nosotros estamos en América! Todas estas circunstancias cambian también. Yo leo fascinada sus memorias por la gloria de usted.

¿Acaso no compartimos la misma? No tolero las habladorías, que no importunan mi sueño. Sin embargo, soy una mujer decente ante el honor de saberme patriota y amante de usted.⁸²

O interessante é que nesta passagem, Sáenz transfigura a sua demanda individual em uma pauta de envergadura social mais ampla, o que certamente se relaciona com a compreensão alcançada a respeito das problemáticas sociais por detrás do dilema amoroso no qual se via inserida, conforme delineado acima. Além disso, a maneira como ressignifica o conceito de honra aponta ainda para uma formulação mais propositiva a respeito de um novo paradigma moral ou, ao menos, de um paradigma moral alternativo, em que o “amor” e o “patriotismo” são ressaltados como dois elementos, em especial, que elevam o seu caráter: a quebra das cadeias da opressão patriarcal, de um lado, e da opressão colonial, de outro. Mesmo Bolívar em determinado momento dobra-se aos argumentos de Sáenz e reforça ele também esta conexão: “La moral, como tú dices, en este mundo es relativa; la sociedad que se gestó y ha surgido en esa desastrosa época de colonialismo es pernicioso y farsante; por eso no debimos actuar, como tú bien dices, sino al llamado de nuestros corazones.”⁸³

A “causa romântica”, todavia, esteve longe de ser defendida por Bolívar com a mesma intensidade em que o fora para Manuela Sáenz e isto se relaciona, primeiramente, com o fato de que os vínculos conjugais e familiares possuíam uma maior centralidade na vida das “mulheres” do que na vida dos “homens” e isto podia se traduzir também em termos da conformação de suas respectivas subjetividades. Note-se para Bolívar o amor é, por vezes,

⁸¹ Carta de 05 de maio de 1825, em *ibidem*, p. 80.

⁸² Carta de 01 de maio de 1825, em *ibidem*, p. 78.

⁸³ Carta de 16 de junho de 1825, em *ibidem*, p. 89.

referido como um fator que desvirtuava a sua atenção em relação a outros afazeres. Após frisar a preocupação com os trabalhos que ainda estava por realizar em sua “gloriosa” carreira política, afirma: “Sin embargo, todo se empaña en la remembranza de tu imagen vestal y hermosa, casi causante de esta lucha interna de mi corazón que se halla entre mis deberes; la disciplina, mi trabajo intelectual y el amor.”⁸⁴. Já Sáenz que, por vezes, se via às voltas com as amarras do que era, em suas palavras, um “desatinado matrimonio”, esta relação assumia um caráter de urgência, como uma necessidade vital: “Sí, porque sólo la sombra de usted, mi glorioso Libertador, es la que me cubre, en el absurdo de mi convivencia, en este hogar que aborrezco con todo mi corazón.”⁸⁵

Por outro lado, a correspondência entre os personagens indica que ela estava muito mais imersa e comprometida com esta relação do que o seu parceiro. São várias as cartas em que Sáenz reclama de maneira inflamada pela ausência de notícias e coloca claramente em dúvida os sentimentos de Bolívar. Isto se dá, algumas vezes, com uma retórica provocadora que busca extrair deste uma posição mais firme: “[...] porque ni siquiera usted me contesta. ¡Tanto le cuesta hacerlo? ¿Será que ya no soy la dueña de sus sueños? Dígame usted sin ambages, que yo de frágil no tengo nada.”⁸⁶ Em outras, adota um tom de clemência, como que buscando sensibilizá-lo: “Contésteme usted aunque sea sólo una línea, ¿sí? Déle vida a esta pobre mujer que amargada por las circunstancias desea sólo estar a su lado y no apartada de usted.”⁸⁷. Ela também traça explícitas comparações com os seus próprios sentimentos, evidenciando o alheamente amoroso de Bolívar em contraste a dedicação amorosa inabalável que lhe tributa. Neste sentido reflete: “Cuán cierto es que las grandes ausencias matan el amor, y aumentan las grandes pasiones.” e logo em seguida conclui: “Usted, que me tendría un poco de amor, la gran separación lo acabó. Yo, que por usted tuve pasión y esta la he conservado por conservar mi reposo y mi dicha, que ella exista y existirá, mientras viva Manuela.”⁸⁸

Há momentos em que a relação se estremece ao ponto de uma efetiva ruptura. Nem sempre Sáenz se mostrará disposta a atender ao chamado de Bolívar, ciente de que este se

⁸⁴ Carta de 21 de abril de 1825, em *ibidem*, p. 74.

⁸⁵ Carta de 18 de maio de 1825, em *ibidem*, p. 83.

⁸⁶ Carta sem data, em em Álvarez Saá, 2005, p. 177.

⁸⁷ Carta de 18 de maio de 1825, em E. Apolo, 1996, p. 83.

⁸⁸ Carta de 27 de novembro de 1825, em *ibidem*, p. 99.

afastaria dela em breve. Quando a convoca para unir-se a ele no Alto Peru, em 1825, a sua resposta é sincera: “Yo salgo el primero de diciembre (y voy porque usted me llama), pero después no me dirá que vuelva a Quito, pues más bien quiero morir que pasar por sinvergüenza.”⁸⁹. Porém, pouco tempo depois de chegar à região, Bolívar necessita regressar a Lima e Sáenz permanece a sua espera, novamente sem a perspectiva de um reencontro. Ela então lhe comunica a decisão de unir-se novamente ao esposo e partir com ele para Londres como forma de livrar-se do sofrimento amoroso: “[...]mi amor por usted se encuentra resentido, por lo acrisolado del sufrimiento de saberlo mío y no tenerlo junto a mí” e ainda enfatiza: “No quiero que usted se forme algún concepto de que yo le hago fuerza para que me ame, si no lo siente de verdad, ¿Qué puedo yo esperar? Usted dirá que me quejo demasiado, pero es injusto su olvido y su silencio [...]”⁹⁰. Bolívar, entretanto, reagiria para impedir a fatal separação, no que se mostra também pendente desta relação: “Diga Ud. la verdad, y no se vaya Ud. a ninguna parte: yo lo quiero resueltamente. [...]Aprende a amar, y no te vayas ni aun con Dios mismo.”⁹¹

Isto nos leva ao problema da infidelidade de Bolívar. Apolo (1996), ao traçar a linha cronológica dos dados da trajetória dos personagens durante os anos em que se mantiveram em correspondência, pontua que certos períodos de afastamento correspondem justamente ao envolvimento amoroso de Bolívar com outras mulheres. É preciso considerar neste contexto que o “amor culpado” de Bolívar poderia funcionar para este como um dispositivo retórico com o qual procurava inviabilizar esta relação para manter-se livre de qualquer compromisso que o limitasse em relação a outras “conquistas” amorosas, impedindo, portanto, que Sáenz exercesse algum controle sobre sua vida afetiva e sexual. Por outro lado, este dispositivo serviria ainda para ceder periodicamente às pressões da opinião pública e preservar a sua imagem, que eventualmente tornava-se também alvo da comoção moral ainda que com bem menos intensidade que a de Sáenz. Ou seja, é possível que Bolívar desejasse desfrutar de tal relação, mas não submeter-se integralmente a ela e por isso evitava estar inteiramente nela.

Ora, isto é algo mais ou menos assumido pelo mesmo ao revelar que por trás do seu “amor culpado” havia um “amor de fugas” povoado de traições, conforme um dos relatos que consta no Diário de Bucaramanga, publicado pela primeira vez em 1912 (Anexo F). A obra foi redigida pelo General Luis Perú de Lacroix enquanto este cumpria a função de secretário

⁸⁹ Carta de 27 de novembro de 1825, em *ibidem*, p. 99.

⁹⁰ Carta de 17 de maio de 1826, em *ibidem*, p. 113

⁹¹ Carta de julho de 1826, em *ibidem*, p. 114.

de Bolívar na cidade de Bucaramanga, durante os meses em que ali permaneceram para acompanhar as resoluções do Congresso de Ocaña em 1828. No breve relato em que o “Libertador” fala sobre Sáenz, ao ser indagado sobre os seus sentimentos por ela, ele assim caracteriza a dinâmica desta relação: “¡Yo siempre tan pendejo! ¿Vio usted? Ella estuvo muy cerca, y yo la alejaba; pero cuando la necesitaba siempre estaba allí. Cobijó todos mis temores...” e mais adiante enfatiza: “Pero cuanto más trataba de dominarme, más era mi ansiedad por liberarme de ella. Fue, es y sigue siendo amor de fugas. ¿No ve? Ya me voy nuevamente.”⁹²

Nas cartas de Sáenz o tema da infidelidade de seu parceiro aparece algumas vezes e é sempre motivo de indignação, em que pese esta se dirija menos para Bolívar e mais para essas outras mulheres – no que se reflete a maneira como, em certa medida, a mesma compactuava com a duplicidade do padrão moral sexual que tende a ser mais tolerante com as infrações masculinas e que sobre ela recaia com tanta força em função de sua conduta adúltera – guardando ainda a intenção de reestabelecer o vínculo abalado pelo parceiro. Em carta de maio de 1824, a mais significativa nesse sentido, ela afirma: “Me pregunto a mí misma, si vale la pena tanto esfuerzo en recuperarlo a usted de las garras de esa pervertida que lo tiene enloquecido últimamente. Dirá usted que son ideas absurdas.”⁹³

Enquanto da parte de Sáenz há uma clara sujeição dentro desta relação, uma vez que admite a ausência de reciprocidade neste aspecto, da parte de Bolívar há um esforço, que ao que tudo indica é apenas retórico, por reparar esse desequilíbrio. Dai a promessa de manter a correspondência ativa, o esforço por desfazer os rumores de traição e inumeráveis juras de amor eterno e único em resposta aos clamores de sua parceira:

Tú me pides que te diga, que no quiero a nadie.
 ¡Oh! No, a nadie amo: a nadie amaré. El altar que tú habitas no será profanado por otro ídolo ni otra imagen, aunque fuera la de Dios mismo.
 Tú me has hecho idólatra de la humanidad hermosa o de Manuela. Créeme: te amo y te amaré sola y no más. No te mates. Vive para mí, y para ti: vive para que consueles a los infelices y a tu amante que suspira por verte.⁹⁴

Apesar desta idolatria, proclamada com extravagância para aplacar qualquer dúvida, é interessante observar que na exaltação dos sentimentos amorosos é a subjetividade masculina

⁹² Disponível em Álvarez Saá, 2005, p. 103-105.

⁹³ Carta de 30 de maio de 1824, em ibidem, p. 61.

⁹⁴ Carta de 6 de outubro de 1826, em ibidem, p. 116.

que está em foco na maioria das vezes. Note-se que em muitas passagens Bolívar venera Sáenz por ser ela a “mulher” capaz de corresponder a todos os seus anseios. A passagem mais exemplar a este respeito é talvez aquela em que afirma: “¡Tú solamente existes en el mundo para mí! Tu prístina pureza y rocío tutelar es como un ángel que da ánimo, necesario para mis sentidos y mis deseos más vivos. [...] desde el principio supe que en ti existe todo lo que yo ansío en mis más caros anhelos.”⁹⁵. Por sua parte, Sáenz também sublinha o lugar crucial ocupado por Bolívar em seu particular universo sentimental, embora isto não a leve a uma afirmação que totalize o sentido da existência deste, mesmo que apenas por força de expressão. “En mis pensamientos estoy más que convencida de que usted es el amante ideal, y su recuerdo me atormenta durante todo el tiempo.”⁹⁶ afirma ela em carta de abril de 1825, na qual expressa todo o seu pesar pela partida do “Libertador” em direção ao Alto Peru.

Além disso, a personagem procura se apresentar sempre como este alguém capaz de corresponder em plenitude a tais anseios no que se distingue de todas as outras mulheres, invocando para si um sentido de excepcionalidade que é semelhante ao visto nos diários: “Bien sabe usted que ninguna otra mujer que usted haya conocido, podrá deleitarlo con el fervor y la pasión que me unen a su persona, y estimula mis sentidos. Conozca usted a una verdadera mujer, leal y sin reservas.”⁹⁷

O sentido de excepcionalidade da figura de Sáenz é algo igualmente reforçado pelo próprio Bolívar, se novamente, ultrapassando o escopo do epistolário de Manuela Sáenz nos detemos sobre a representação que este faz sobre a personagem em outros contextos discursivos. Retomando novamente o seu relato presente no Diário de Bucaramanga ele a caracteriza como uma mulher que se distingui das demais particularmente pela sua capacidade de submeter-lhe as regras de uma relação amorosa: “No, no hay mejor mujer. Ni las catiras de Venezuela, ni las momposinas, ni las... ¡Encuentre usted alguna! Esta me domó. Sí, ¡ella supo cómo!”. Isto porque apesar do seu “amor de fugas” ele não conseguiu a se desfazer dela que obstinadamente lutava para manter o vínculo amoroso. Assim, após descrever um episódio em que Sáenz o teria agredido diante dos indícios de uma traição (o mesmo episódio referido por Boussingault como uma monumental “cena de ciúmes” protagonizada pela personagem) Bolívar ressalta a determinação desta de permanecer ao seu lado apesar de tudo: “Manuela

⁹⁵ Carta de 29 de setembro de 1825, em *ibidem*, p. 94.

⁹⁶ Carta de 14 de abril de 1825, em *ibidem*, p. 71.

⁹⁷ Carta de 23 de setembro de 1823, em *ibidem*, p. 54.

siempre se quedó. No como las otras. Se importó a sí misma y se impuso con su determinación incontenible, y el pudor quedó atrás y los prejuicios así mismo.”⁹⁸

Percebe-se, portanto, que este mesmo “espaço” a partir do qual Manuela Sáenz perseguia uma espécie de liberação amorosa, no que dizia respeito principalmente ao efeito opressor das relações matrimônias sobre a vida das “mulheres”, era também um espaço de subordinação amorosa na dinâmica de outra relação na qual as desigualdades de gênero se refletiam em muitos outros aspectos, criando desequilíbrios e unilateralidades. Porém, este é apenas um lado da moeda. A paixão fervorosa, a entrega total e a dedicação implacável – que conformam, em alguma medida, o seu ideal de feminilidade, já que a revela como uma “verdadeira mulher” – faz ainda, possivelmente, uma alusão à outra dimensão da relação entre os amantes que é a parceria política e ideológica existente entre eles. Este outro lado da moeda está também fortemente refletida nas cartas, como será analisado com mais detalhes a seguir.

3.4.2 A luta por libertação nacional em meio ao drama amoroso

O epistolário de Manuela Sáenz fornece, do ponto de vista historiográfico, uma ampla comprovação documental da atuação política da personagem que, como já havia sido esboçado nos diários, mostra-se em toda a sua complexidade, seja pela variedade de espaços ocupados, seja pela versatilidade demonstrada no desempenho das funções requeridas em cada um deles. Novamente, podem-se assinalar ao menos três dimensões em que esta atuação política se desenrola: (a) a dimensão militar, (b) a dimensão das atividades de inteligência; e (c) a dimensão das atividades de organização e direção política. Isto porque as cartas comprovam não só a maneira como Sáenz ingressa no exército, tendo sido admitida com a patente de Húsar⁹⁹ para encarregar-se do arquivo da guerra no que foi incorporada ao Estado Maior Geral da Campanha Libertadora¹⁰⁰, como dão detalhes do seu desempenho em campo de batalha, tendo participado dos confrontos que se processaram em Junín e Ayacucho, em 1824, pelo que foi elevada aos postos de “capitão” e “coronel”, respectivamente. Mostram

⁹⁸ Disponível em Álvarez Saá, 2005, p. 104-105.

⁹⁹ O termo denomina aos integrantes do batalhão de cavalaria ligeira.

¹⁰⁰ Carta sem data, em Álvarez Saá, 2005, p. 116.

também como ela captava e direcionava informações estratégicas e como procurava articular uma visão própria da conjuntura e influir no rumo dos acontecimentos políticos.

Em todas essas frentes é patente como a sua ação está decididamente centrada na figura de Bolívar enquanto um alto dirigente político e militar do processo no qual estava engajada, não obstante seja inevitável que este alinhamento político nutra-se, ao mesmo tempo, do sentimento amoroso e vice e versa. A sua visão sobre o papel histórico deste como um papel absolutamente decisivo e inovador é algo explicitado por Sáenz na tentativa de torna-lo mais consciente e talvez confiante do mesmo. Ela afirma: “La inteligencia de S.E. sobrepasa a los pensamientos de este siglo, y bien sé que las nuevas generaciones de esa provincia y de América, seguirán el resultado de las buenas ideas de usted, en procura de una libertad estable y hacienda saludables.”¹⁰¹. E mesmo Bolívar ratifica ser este o pensamento de sua amada, no que dá mostras de como essas palavras ecoavam em sua mente, quando comenta: “Mi fiel acompañante Lacroix [...] me dice durante largas jornadas de conversación, que la patria y la historia me deben todo. En eso concuerda contigo, y me hace recordarte.”¹⁰²

Em diversas oportunidades, Sáenz fornece apoio às iniciativas do “Libertador”, como quando endossa o projeto de criação da República da Bolívia, que considerava também uma solução estratégica para a disputa que havia entre o Peru e a Argentina sobre a região, mantendo-a na esfera de influência bolivariana. Neste sentido, afirma: “Espero con profunda ansiedad ver colmadas sus aspiraciones, que sí son muy justas [...]”¹⁰³. Ademais, vibra com suas vitórias e com as homenagens que lhe eram rendidas pelos lugares por onde passava, saudando, por exemplo, a sua entrada triunfal em Lima após a derrota do último foco da resistência realista em 1826: “Sé que usted en todas partes es admirado y yo me halago por ello [...]”¹⁰⁴. Por outro lado, também se compadecia profundamente com as suas derrotas. Em 1828, quando uma insurreição em Lima despojou Bolívar de seus poderes especiais no governo do Peru e Sáenz foi presa e, em seguida, expulsa do país, ela lhe escreve: “Sé que usted se encuentra muy enfadado, y no es para menos. Cuánto quisiera estar a su lado y reconfortarlo dándole ánimo.”¹⁰⁵

¹⁰¹ Carta de 28 de maio de 1825, em E. Apolo, 1996, p. 85.

¹⁰² Carta de 03 de abril de 1828, em *ibidem*, p. 135.

¹⁰³ Carta de 09 de maio de 1825, em *ibidem*, p. 82.

¹⁰⁴ Carta de 26 de fevereiro de 1826, em *ibidem*, p. 108.

¹⁰⁵ Carta de 07 de fevereiro de 1827, em *ibidem*, p. 128.

Porém, mais do que isto, a personagem dá mostras de como trabalhava diretamente e constantemente pela consolidação do projeto político bolivariano. Desde Chuquisaca, para onde havia se dirigido para auxiliar nas articulações políticas da nova república, Sáenz procura tranquiliza-lo: “[...] me empeño en que las cosas acá salgan bien en su nombre.”¹⁰⁶ Ela faz o mesmo após a sua tentativa fracassada de conter a insurreição no Peru, que descreve com precisão: “Al día siguiente (el 27), me aparecí vestida con traje militar al cuartel de los insurrectos, y armada de pistolas con el fin de amedrentar a éstos y librar a Heres.” e mais adiante ressalta: “No se preocupe por mí; dése usted cuenta que sirvo hasta para armar escándalos a su favor.”¹⁰⁷

Ora, se da parte de Manuela Sáenz vemos como ela se colocava energicamente a serviço da causa bolivariana, da parte de Bolívar vemos como este a acionava em seus planos e estratégias militares. Durante a campanha de libertação do Peru que transcorre no ano de 1824, ele pede que ela articule-se com o general Sucre e encubra o disfarce com o qual contornava a sua ausência no acampamento militar: “Tú serás muy útil al lado de Héctor”¹⁰⁸, afirma. Em outra correspondência, solicita que lhe transmita informes detalhados de tudo o que ocorria e que poderia lhe ser ocultado pelos outros generais, por isso, destaca: “Al mantenerme al tanto de todo lo que acontece allí, puedo mirar dos frentes, seguro de encontrar el respaldo que tú lograrás en ese cuartel.”¹⁰⁹

Sáenz era mais que uma valiosa peça no tabuleiro do jogo político de Bolívar, com sua capacidade de reprimir movimentos divergentes, assim como criar movimentos a seu favor, de intermediar planos de guerra e de agir como uma hábil observadora e informante. Ela parece ser também um importante ponto de referência em termos da direção política exercida por este. Bolívar frequentemente compartilhava com Sáenz suas impressões, expectativas e apreensões diante de um novo quadro político que se configurava a cada momento, bem como as ações tomadas ou que pretendia tomar em face deste. Assim, intercambiavam opiniões sobre diversos tópicos, o que permite vislumbrar um pouco do diálogo que mantiveram sobre algumas questões.

¹⁰⁶ Carta de 26 de fevereiro de 1826, em *ibidem*, p. 108.

¹⁰⁷ Carta de 07 de fevereiro de 1827, em *ibidem*, p. 127-128.

¹⁰⁸ Carta de 26 de setembro de 1824, em *ibidem*, p. 66.

¹⁰⁹ Carta de 04 de outubro de 1824, em *ibidem*, p. 67.

Reconhece, por exemplo, a influência de Sáenz no tema da criação da Bolívia: “Sé, mi amor, que en esto no hay otra cosa que los ensueños de tu maravillosa imaginación.”¹¹⁰, afirma. Em 1828, enquanto aguardava em Bucaramanga as decisões da Convenção de Ocaña, que acabou por rejeitar sua proposta constitucional, escreve a ela mostrando-se pendente da sua colaboração e interrogando-a diretamente acerca do quebra-cabeça político que então se conformava: “[...] sé que me falta tu consejo y tu presencia, aquí donde todo me es ingrato. La Gran Colombia se sumerge en la discordia de los partidos y no queda otro camino que sucumbir, o la dictadura. ¿Qué me aconsejas?”¹¹¹. Já em 1829, quando se preparava para deixar a presidência da Colômbia, ele requer novamente seus serviços de inteligência e mediação: “Guárdame en tu corazón y cuéntame pormenores de la política. Te diré, que pienso firmemente en apoyar a Sucre como mi sucesor. Ojalá sea respaldado por todos. Te ruego prepares algo de esto, que me interesa mucho por el futuro de la Gran Colombia.”¹¹²

Como um aliado para a discussão de assuntos estratégicos, Bolívar indica a estima pelas apreciações políticas de Sáenz e, principalmente, a confiança que depositava nela em termos práticos e ideológicos. Em passagens contidas em algumas dessas comunicações de teor mais político que romântico, ele realça esta afinidade e a parceria especial que era estabelecida entre os amantes, o que se distinguia da relação com outros aliados: “Sólo en ti encuentro esa amistad y finura que me son tan queridas;”¹¹³. De certa forma, reconhece também a lealdade e o suporte que lhe eram oferecidos: “Gracias doy a la Providencia por tenerte a ti, compañera fiel, tus consejos son consentidos por mis obligaciones, tuyos son todos mis afectos.”¹¹⁴. Em 1824, quando se encontrava em campanha pela libertação do Peru e recebeu a comunicação do Congresso Colombiano retirando-lhe os seus poderes especiais, em carta dirigida à Sáenz, ele frisa: “A todos cabe, sin embargo, una disculpa. Tú, en cambio, te conservas siempre fiel a mí.”¹¹⁵

Todavia, a insistência de Manuela Sáenz sobre alguns pontos sugere que nem sempre as suas recomendações eram levadas em conta por Bolívar, o que nos leva novamente à constatação de que, por mais que a personagem estivesse firmemente na defesa da política

¹¹⁰ Carta de 08 de junho de 1825, em *ibidem*, p. 86.

¹¹¹ Carta de 18 de maio de 1828, em *ibidem*, p. 135.

¹¹² Carta de 02 de novembro de 1829, em *ibidem*, p. 143.

¹¹³ Carta de 22 de novembro de 1826, em *ibidem*, p. 119.

¹¹⁴ Carta de 26 de março de 1828, em *ibidem*, p. 131.

¹¹⁵ Carta de 24 de outubro de 1824, em *ibidem*, p. 68.

bolivariana, ela também a instigava e pressionava na direção que considerava ser a mais adequada. Em sintonia com os diários, estes pontos que suscitam tensões dizem respeito justamente a certas figuras – dentre elas a de maior destaque é Santander – que catalisaram o processo de fragmentação da Grã-Colômbia. Em várias cartas Sáenz expõe suas suspeitas, aconselhando seu amado para que tivesse mais atenção e cuidado em relação a estas figuras e, quando necessário, as confrontasse ou assumisse uma posição firme diante delas.

Em 1824, ao interceptar a correspondência de Santander e saber da recusa deste – de maneira injusta e deliberada, dirá ela – em atender aos pedidos de Bolívar na campanha do Peru, questiona: “Quisiera usted referirme ¿qué clase de hombre es este Santander, que siendo su enemigo usted lo tolera? Sin que haga nada usted por esquivar esas infâmias [...]”¹¹⁶. Em 1826, quando as intrigas se aguçam no cenário político peruano após a partida de Bolívar para a Venezuela, ela lhe cobra uma ação: “¿Qué es usted un caballero? Acepto, pero no deje usted a los infames denigrar de su persona sin que reciban castigo merecido. Usted tiene el poder, ¿Por qué no lo emplea? ¿Tiene recelo? Yo le digo que yo misma me he enfrentado, brazos en jarra, para disputar su honor.” e mais adiante aconselha: “Cúidese usted, que anda sin prevención de sus enemigos, que usted no cree”¹¹⁷. Em 1828, volta a confrontá-lo sobre os obstáculos enfrentados no contexto da política colombiana: “He de preguntarle ¿A qué tanta ley santanderista? Sólo sirve para desplazar su autoridad cada día más del Gobierno. ¿No se da usted cuenta? Pare ya eso. Después, no dirá que no se lo advertí.”¹¹⁸

Bolívar tenta dissuadir Sáenz de perseguir tais questões. Veja-se que em carta de março de 1828, ele afirma: “Lo que estimas sobre los generales del Grupo «P» (Paula, Padilla, Páez) no debe incomodarte; deja para las preocupaciones de este viejo, todas tus dudas.”¹¹⁹. Porém, a resposta de Sáenz reafirma a sua determinação e denota o intenso desejo de eliminação destas oposições políticas:

Dios quiera que mueran todos estos malvados que se llaman Paula, Padilla, Páez, pues de este último siempre espero algo. Sería el gran día de Colombia el día que estos viles muriesen; éstos, y otros son los que le están sacrificando con sus maldades, para hacerlo víctima un día u otro. Este el pensamiento más humano: que mueran diez para salvar millones.¹²⁰

¹¹⁶ Carta de 17 de junho de 1824, em Álvarez Saá, 2005, p. 121.

¹¹⁷ Carta de 04 de outubro de 1826, em E. Apolo, 1996, p. 115.

¹¹⁸ Carta de junho de 1828, em *ibidem*, p. 138.

¹¹⁹ Carta de 26 de março de 1828, em *ibidem*, p. 131.

¹²⁰ Carta de 28 de março de 1828, em *ibidem*, p. 132.

Durante este mesmo ano, enquanto residia em Bogotá, ao descobrir a articulação de grupos que planejavam atentar contra a vida de Bolívar, Sáenz emite uma série de alertas nas cartas enviadas a este. O tema da segurança do “Libertador” converte-se então em uma preocupação constante: “Le ruego, por lo que más quiera en este mundo (que no soy yo), no asista a ese baile de disfraces; no porque usted se encuentre obligado a obedecerme, sino por su seguridad personal, que en mucho estimo; cosa que no hacen sus generales, ni la guardia.”¹²¹. Porém, mais do que isolada, a voz de Sáenz, ao erguer-se neste clamor, parece ser também desacreditada, pois reclama: “[...] usted no me escucha; piensa que sólo soy mujer. Pues sepa usted que sí, además de mis celos, mi patriotismo y mi grande amor por usted, está la vigilia que guardo sobre su persona que me es tan grata para mí.”. Após isso ela promete agir a revelia de sua aprovação: “De no escucharme, usted me verá hacer hasta lo indebido por salvarlo.”¹²². Assim, embora Sáenz não conteste ou negue a ideia de que o “ser mulher” determinaria a sua preocupação em função dos laços pessoais e subjetivos, como fica subentendido em sua fala, argumenta que esta preocupação não se fundamenta somente nisto e que não deixa de ser válida por isto.

Ora, o preconceito de gênero que aparece ai de forma breve aparece também em outras situações. Isto ocorre, especialmente, quando as ações da personagem inclinam-se no sentido de uma radicalização política, seja em termos ideológicos ou práticos, com gestos que tencionam o paradigma de feminilidade vigente. Cabe observar que a reação de Bolívar diante de algumas iniciativas de Sáenz está marcada por uma dubiedade de sentimentos que oscilam entre a estima pela “ousadia” com a qual ela se lança em favor da causa e ao mesmo tempo a apreensão a respeito de como ela compromete a sua figura pública com estas ações, no que percebemos os ecos daquele mesmo padrão que pode ser deduzido das representações de O’Leary, Boussingault e Palma e que mescla fascínio e rejeição diante das transgressões de gênero da personagem. Em Bolívar, se pode dizer que este padrão, em certa medida, se reproduz com a diferença de que o elogio e a celebração de sua conduta tem mais espaço, sendo acompanhado por um leve ar de repreensão que nesse caso se justifica por uma tentativa de preservá-la das pressões do entorno social, algo que se assemelha ao seu dilema do “amor culpado”, mas nesse caso o receio e pesar não são pelo desvio amoroso, mas pelo desvio dos códigos de comportamento feminino devido ao ativismo político.

¹²¹ Carta de 01 de agosto de 1828, em *ibidem*, p. 140.

¹²² Carta de 07 de agosto de 1828, em *ibidem*, p. 142.

A carta que evidencia isto com mais força é de 1823, quando Bolívar toma conhecimento dos feitos de Sáenz ao desbaratar um motim em Quito. Neste caso, as emoções contraditórias se expressam sem mais rodeios: “Profunda preocupación tiene mi corazón, a más de mi admiración por tu valentía al enfrentarte sola al anatema de la luz pública, en detrimento de tu honor y de tu posición.”¹²³. Esta declaração com a qual abre a correspondência deixa claro que se a atitude da personagem é vista como louvável e algo que a tornava digna, inclusive, de um atributo que em geral era reservado apenas aos “homens” (a “valentia”), do ponto de vista do “Libertador”, ela também suscitava problemas ao colocar em risco a sua reputação, o que comprometia um aspecto caro de sua existência. Mais adiante, Bolívar chega mesmo a render elogios à capacidade de Sáenz de confrontar as normas sociais: “Tú has escandalizado a media humanidad, pero sólo por tu temperamento admirable. Tu alma es entonces la que derrota los prejuicios y las costumbres de lo absurdo;”¹²⁴, mas logo em seguida apela novamente para a necessidade de se adequar a essas mesmas normas, com a questão da reputação ganhando um tom ainda mais grave, pois ela afetaria o seu lugar dentro do próprio movimento e da ordem constituída por este. Por isso, aconselha: “pero Manuela mía, he de rogarte: prudencia, a fin de que no se lastime tu destino excelso en la causa de la libertad de los pueblos y de la República.”¹²⁵

Mais uma vez, Bolívar se mantém – de uma forma que parece ser conveniente aos seus interesses e à sua posição de poder na estrutura das relações de gênero – no meio termo entre a ruptura e ordem. Se no âmbito do dilema amoroso ele compactua com os preceitos morais e alega infringi-los movido apenas por uma força maior (o amor), aqui ele sinaliza um distanciamento crítico em relação às normas que regulam a conduta das “mulheres” em distinção a dos “homens”, mas não crê que fosse conveniente contrariá-las, antes de tudo por questões práticas. Note-se que sempre está atento às consequências que a atividade política produz na vida de sua amada: “De paso sé que haces respetar la imagen de la República con fervor y ahínco; solo que esto te trae mil contrariedades.”¹²⁶. Além disso, teme o risco de vida, a exposição e as represálias às quais ela fica suscetível. Ao saber de sua resistência a insurreição de 1827 no Peru, por exemplo, reflete: “Tu hazaña ha dejado la huella del respeto que te mereces, pero también ha sembrado la semilla del rencor y odio gratuitos, que nos son

¹²³ Carta de 13 de setembro de 1823, em *ibidem*, p. 53.

¹²⁴ Carta de 13 de setembro de 1823, em *ibidem*, p. 53.

¹²⁵ Carta de 13 de setembro de 1823, em *ibidem*, p. 53.

¹²⁶ Carta de 17 de junho de 1825, em *ibidem*, p. 90.

comunes y semejantes, cuanto más, al estar juntos.”¹²⁷. Certamente, essas falas refletem um simples desejo de proteção, mas é possível que nelas estivesse contido também o desejo em demover Sáenz deste campo de atuação.

Contudo, sendo isto inviável, é perceptível que há, em compensação, o intento de conter ou minimamente controlar as reações desta diante de acontecimentos mais inquietantes da cena política. Neste quesito cabe lembrar o pedido que Bolívar faz à Sáenz em meio aos choques com o legislativo colombiano em 1824: “Sin embargo, por el amor que me profesas, no hagas nada que nos hundiría a los dos. Desconoce el hecho como un desliz de mis detractores, sin más que guardar la compostura que obliga en estos casos, mientras yo recurro a mi intuición [...]”¹²⁸. É também digna de nota a carta que lhe envia após sua partida ao exílio, em 1830, em que enfatiza: “Amor mío, mucho te amo, pero más te amaré si tienes ahora más que nunca mucho juicio. Cuidado con lo que haces, pues si no, nos pierdes a ambos perdiéndote tú.”¹²⁹. A personagem, contudo, não seguiria as suas instruções e ao lado do General Rafael Urdaneta impulsioneira um movimento para restituir-lhe ao poder, o que não se realizaria com o agravamento da doença e morte de Bolívar alguns meses depois.

O fato de que nesta postura ambígua de Bolívar diante do engajamento político de sua parceira está contido um preconceito de gênero se manifesta com mais precisão no pequeno debate que travam a respeito da participação direta de Manuela Sáenz nos confrontos bélicos, talvez um dos pontos mais delicados deste engajamento, já que guerra constitui um universo simbólico predominantemente masculino, ainda que a presença de mulheres não tenha sido nada desprezível no contexto histórico da luta por independência na América Latina, como visto anteriormente. Em 1824, quando organizava a expedição militar que culminaria na batalha de Junín, Bolívar, estando provavelmente ciente do interesse de Sáenz em integrar as tropas, escreve-lhe sugerindo o seu alistamento, mas ao mesmo tempo desencorajando-a de modo implícito ao traçar uma imagem bastante negativa da guerra. Por um lado, coloca em questão retoricamente este desejo de participação, supondo que ela desconheceria as adversidades e os riscos envolvidos em tal experiência, os quais enfatiza ou até mesmo exagera, já que em tom irônico questiona: “¿Quiere usted probar las desgracias de esta lucha? ¡Vamos! El padecimiento, la angustia, la impotencia numérica y la ausencia de pertrechos

¹²⁷ Carta de 05 de abril de 1827, em *ibidem*, p. 129.

¹²⁸ Carta de 24 de outubro de 1824, em *ibidem*, p. 68.

¹²⁹ Carta de 11 de maio de 1830, em *ibidem*, p. 151.

hacen del hombre más valeroso un títere de la guerra.”¹³⁰. Por outro lado, coloca em questão a sua capacidade para adaptar-se as circunstancias que em si mesmas, na sua perspectiva, não seriam as mais adequadas para ela: “¡Tú quieres probarlo! Hay que estar dispuesto al mal tiempo, a caminos tortuosos a caballo sin darse tregua; tu refinamiento me dice que mereces alojamiento digno y en el campo no hay ninguno. No disuado tu decisión y tu audacia, pero en las marchas no hay lugar a regresarse.”¹³¹. Ora a resposta de Sáenz é sucinta e direta:

A.S.E. el Libertador Simón Bolívar

Mi querido Simón

Las condiciones adversas que se presenten en el camino de la campaña que usted piensa realizar, no intimidan mi condición de mujer. Por el contrario, yo las reto. ¡Qué piensa usted de mí! Usted siempre me ha dicho que tengo más pantalones que cualquiera de sus oficiales, ¿o no? De corazón le digo: no tendrá usted más fiel compañera que yo y no saldrá de mis labios queja alguna que lo haga arrepentirse de la decisión de aceptarme.

¿Me lleva usted? Pues allá voy. Que no es condición temeraria esta, sino de valor y de amor a la independencia (no se sienta usted celoso)

Suya siempre

Manuela¹³²

A personagem coloca em primeiro plano algo que não é dito, mas que deduz sem hesitação das falas de Bolívar, que é a ideia de que o gênero (ou em suas palavras, sua “condição de mulher”) estaria na origem desta incompatibilidade com a guerra, tornando sua presença nela algo indevido e por isso não recomendado, como fica subentendido no discurso desestimulador deste. Sáenz procura rebater essa suposição, garantindo superá-la na prática, como o seu próprio interlocutor já teria reconhecido, de certa forma, em outras ocasiões com comparações que ultrapassam as divisões de gênero. Sem deixar de reforçar que o mesmo se verificaria no futuro em tom de promessa, o apelo aos dados efetivos de sua conduta pregressa agrega a sua fala um ar mais realista que o de Bolívar que pretendia desmistificar a sua visão supostamente ingênua dos conflitos e da vida militar. Por fim, revaloriza positivamente esta possibilidade de participação na medida em que ela expressaria a adesão aos valores da revolução, que neste caso – como mais um elemento que fica subentendido no discurso – estaria acima de qualquer outro ideal e em especial daqueles que se baseiam nas diferenças de gênero que se não são contestadas ai como construções sociais são, em certo sentido, confrontadas com uma realidade que as desestabiliza.

¹³⁰ Carta de 09 de junho de 1824, em *ibidem*, p. 62.

¹³¹ Carta de 09 de junho de 1824, em *ibidem*, p. 62.

¹³² Carta de 16 de junho de 1824, em *ibidem*, p. 63.

Aqui se pode ver mais de perto como para conquistar uma inserção em determinados espaços em que se processava a o movimento de emancipação colonial, ou para ter o reconhecimento desta como uma inserção legítima, a personagem debateu-se com preconceitos de gênero e esforçou-se para derrotá-los, ao menos nas circunstâncias particulares da sua trajetória, engendrando algumas vezes discursos que sinalizavam uma problematização dos papéis sociais atribuídos tradicionalmente a “homens” e “mulheres”, ainda que por meio de formulações mais ou menos primárias e pouco aprofundadas. Justamente neste ponto constata-se novamente uma singular imbricação entre o ideal de libertação feminina (que está, certamente, esboçado ainda em linhas muito tênues) e o ideal de libertação nacional (delineado com linhas bem mais marcantes).

Este último é, neste caso, a finalidade superior que motiva a problematização da questão do gênero, complementando o movimento visto anteriormente, em que a libertação amorosa (em certo sentido, portanto, uma libertação feminina) era a finalidade principal que acionava o ideal de transformação mais amplo da revolução ao seu favor. Ora, ainda que não reivindique a sua participação na causa enquanto parte de um grupo social que é alvo de um tipo de opressão específica e que vê na revolução uma possibilidade de emancipação desta opressão pelo que se torna um dos agentes propulsores do movimento – ou seja, não reivindica essa participação enquanto mulher, mas sim apesar disto – é possível dizer que o ideal de libertação nacional se favorece, em certa medida, de um ideal subjacente de libertação das mulheres, já que a “condição de gênero” é explicitamente contestada como um parâmetro válido para a sua exclusão de algumas esferas de luta.

As cartas em que Bolívar outorga a Sáenz os títulos que a elevam de patente, revelam que este termina por reconhecer não só o seu bom desempenho no cumprimento dos deveres militares, mas também a forma como ela teria se destacado e contribuído para o êxito das batalhas¹³³. Ao conferir-lhe o título de Capitão de Hússares, não deixa, contudo, de fazer uma breve alusão a afeição especial que tem pela personagem: “Cumpro así con la justicia, de dar a usted su merecimiento de la gloria de usted, congratulándome de tenerla a mi lado como mi más querido oficial del ejército colombiano.”¹³⁴. Já, ao conferir-lhe o título de Coronel – que ela obtém após contrariar as ordens para que se conservasse “al margen de cualquier

¹³³ Aqui não seria demais lembrar como Sucre, quem estava no comando das operações em Ayacucho, relata este desempenho à Bolívar: “Se ha destacado particularmente doña Manuela Sáenz por su valentía; incorporándose desde el primer momento a la división de Húzares y luego a la de Vencedores, organizando y proporcionando el avituallamiento de las tropas, atendiendo a los soldados heridos, batiéndose a tiro limpio bajo los fuegos enemigos; rescatando a los heridos.” (Carta de 10 de dezembro de 1824, em *ibidem*, p. 161).

¹³⁴ Carta de 06 de agosto de 1824, em *ibidem*, p. 65.

encuentro peligroso con el enemigo” – Bolívar transparece o mesmo sentimento de orgulho, mas ainda censurando-a levemente por sua “desobediência”: “[...]no tuve más que sorprenderme por tu audácia, [...]; a más de que tu desoída conducta, halaga y ennoblece la gloria del ejército colombiano, para el bien de la patria y como ejemplo soberbio de la belleza, imponiéndose majestuosa sobre los Andes.”¹³⁵. Aqui caberia se perguntar se o ato de singularizá-la pelo aspecto da “beleza”, que a personifica neste jogo de palavras, não é uma maneira de esvaziar a singularidade que na realidade é devida ao gênero.

Portanto, se a problematização do gênero era algo percebido e esboçado timidamente por Sáenz mais ainda o era por Bolívar. No entanto, é interessante notar que ao lidar com a objeção de outros altos oficiais de exército em relação à ação política de sua companheira, este também procurou rebater os preconceitos dos quais esta se tornou alvo e que tinham origem nas concepções de gênero correntes. Santander, novamente ganha destaque nesta polêmica. Ele escreve a Bolívar questionando-lhe a decisão de conceder o título de Coronel à Sáenz, o que considerava um ato “desatinado” e que manchava a “honra” do Exército. Como tal pede que a degrade e justifica: “[...] pues que actos de ascensión como ese, sólo perjudican en política a V.E., y más grave aún, en lo castrense, en recibir el desfavor de este cuerpo, cuyos hombres ven con repudio tan fácil concesión [...]”¹³⁶

Bolívar, em resposta às insinuações de que o título não teria sido obtido por méritos próprios, mas pela sua influência, enquanto uma “difamación vil y despreciable como ausente de toda realidade”. Em seguida ressalta que a competência de Sáenz era algo de conhecimento de todos e que seu ato fazia apenas justiça a tal fato e ao que era demandado pelo batalhão ao qual esta pertencia e pelas autoridades militares as quais estava submetida na hierarquia militar. Por fim, reivindica que o valor heroico de sua amada e a importância deste para o exército, no que as diferenças de gênero ficam em um segundo plano. Por isso é enfático ao negar o pedido de degradação: “¿Que la degrade? ¿Me cree usted tonto? Un ejército se hace con héroes (en este caso heroínas), y estos son el símbolo del ímpetu, con que los guerreros arrasan a su paso en las contiendas, llevando el estandarte de su valor.”¹³⁷

Algo semelhante se processa em outra polêmica que sustenta dessa vez com o General José María Córdoba. Pelo que se deduz da carta de Bolívar, este o teria prevenido em relação à Sáenz supondo o envolvimento desta em determinados assuntos que não são claramente

¹³⁵ Carta de 20 de dezembro de 1824, em *ibidem*, p. 70.

¹³⁶ Carta de 23 de janeiro de 1825, em Álvarez Saá, 2005, p. 127.

¹³⁷ Carta de 17 de fevereiro de 1825, em *ibidem*, p. 129.

explicitados. Neste caso além de negar tal envolvimento, que denuncia como uma “injustiça” da parte de pessoas “sem escrúpulos”, Bolívar necessita novamente sublinhar as qualidades da personagem, apontando o respaldo e até mesmo o simbolismo elevado de que ela deveria gozar dentro do movimento. Argumenta: “Usted conoce bien mi personalidad y no existe ni existirá nada que cambie a un ser que nació amando la libertad. Ella es también Libertadora, no por mi título, sino por su ya demostrada osadía y valor, sin que usted y otros puedan objetar tal.” e logo em seguida acrescenta: “De este raciocinio le viene el respeto que se merece como mujer y como patriota.”¹³⁸

Apesar de um tempo depois Bolívar dirigir uma nova carta à Córdoba no qual se mostra contrário as atitudes de Sáenz e de outros aliados no episódio em que estes promoveram a encenação do fuzilamento de Santander durante uma festa – assegurando-lhe que faria um esforço mais determinado para separar-se dela em breve – novamente em debate com Santander, alguns meses depois, ele sairia em defesa da personagem com maior eloquência ainda. Neste momento, em que a relação entre os dois dirigentes estaria mais estremecida já que Bolívar o havia destituído da vice-presidência, as acusações de que Sáenz seria uma má influência sobre o governo bolivariano parecem vir à tona, já que Bolívar faz questão de frisar à importância que ela teria para si: “Manuela es para mí una mujer muy valiosa, inteligente, llena del arrojo, que usted y otros se privan en su audacia. No saldrá (ahora menos) de mi vida por cumplir caprichos mezquinos y regionalistas.”¹³⁹. Em seguida enfatiza as provas de lealdade e confiança que lhe teria dado, refutando a imagem negativa que se faria dela, no que o componente de gênero é assinalado como um fator equivocadamente determinante:

[...] pretendiendo que yo he obrado a la ligera y que ella se sobra en mis decisiones. ¡Jamás! Si bien «confío en Manuela ciegamente», no ha habido la más leve actitud en la persona de ella que demuestre desafecto o deslealtad; en fin, no ha defraudado mi confianza.

Como supuesto, todos saben que en mi recia personalidad no toleraría jamás una afrenta a mi dignidad, y por esto, Manuela no recogerá el fardo asqueroso de la desvergüenza sólo por ser mujer. Quienes así la denigran, se cargan con la miseria de su maledicencia, y la corrupción de sus palabras atraganta sus pescuezos ávidos de la horca.¹⁴⁰

¹³⁸ Carta de 07 de junho de 1828, em *ibidem*, p. 162.

¹³⁹ Carta de 21 de setembro de 1828, em *ibidem*, p. 167.

¹⁴⁰ Carta de 21 de setembro de 1828, em *ibidem*, p. 167-168.

Nestas falas, Bolívar não reclama simplesmente o reconhecimento das contribuições políticas de sua amada ou mesmo o direito de interferência desta nas altas esferas do poder político. Ele empenha-se, além disso, em desmistificar tais contribuições como algo pernicioso que afetaria a sua direção política. Por isso insiste em demarcar a firmeza dos princípios que o orientam e as bases reais das quais extrai a segurança para apoiar-se politicamente em Sáenz, enquanto uma decisão consciente e que não comprometia a sua autonomia de pensamento ou ação. Assim, a defesa da atuação política da personagem é, simultaneamente, uma defesa dessa relação, na qual está implícita a parceria política e amorosa mantida com ela. Não por acaso é justamente este aspecto que o faz conceber tal relação como algo único e especial em seu “histórico romântico”. Veja-se que na carta que Bolívar dirige a sua irmã Antônia anos antes, em janeiro de 1823, com o objetivo de tranquilizá-la acerca das especulações que começavam a circular sobre a sua mais nova “aventura” amorosa, não há de sua parte um intento de questionar os preceitos morais para a defesa dessa relação.

A sua argumentação, de uma parte, tenta destacar a autenticidade e profundidade do envolvimento amoroso: “Yo diría que nunca antes me he sentido tan seguro de mí mismo como ahora, que confidencialmente hago esta declaración. ¡Simón se encuentra enamorado! ¿Qué te parece? No es un jolgorio; ¡Es Manuela, «La Bella!»”¹⁴¹. De outra parte, tenta destacar as virtudes de Sáenz no que se sobressai outra vez um sentido de dedicação inabalável que não está voltado unicamente para ele, mas antes para a revolução: “[...] esta señora no dará más un motivo para habladurías, pues no se lo merece. Su mayor pecado ha sido el fervor que, como patriota, se ha desbordado en atenciones para conmigo.”¹⁴². Em suma, a defesa da presença de Sáenz em sua vida tem a ver com uma cumplicidade e afinidade de propósitos políticos que, evidenciado no diário de Paita pela própria com a ideia dos “amantes de espírito superior”, evidencia-se aqui pelas palavras de Bolívar em um elogio a singular e abnegada personalidade desta como uma “amiga de alma muito superior”:

Aceptarla en mi destino parece ser la respuesta ineludible; pues ella en su afán de servicio, se muestra como una noble amiga de alma muy superior: culta, desprovista de toda intención de ambición, de un temperamento viril, además de femenina.

Ella abandonó su hogar para brindarnos a la causa, y a ti, querida hermana, todo lo que su genio tiene en aras del bien común. Enérgica cuando se lo requiere, se desdobra en infantil ternura cuando su noble corazón se lo pide; orgullosa, porque le viene de sangre, yo la he aceptado por la comprensión nuestra y su hábil descaro de

¹⁴¹ Carta de 09 de janeiro de 1823, em *ibidem*, p. 159.

¹⁴² Carta de 09 de janeiro de 1823, em *ibidem*, p. 159.

imponerme su amor. Tú dirás que me he excedido en este retrato; pero, en honor a la verdad, no cabe más que apreciar.¹⁴³

Se aqui esta superioridade passa por uma masculinização (o seu “temperamento viril”) em um movimento semelhante ao feito por Palma – embora sem suprimir aquilo que se consideravam serem os traços constitutivos da feminilidade – se lançamos mão mais uma vez do testemunho feito a Peru de Lacroix, quando a relação entre os dois já se encontrava em um estágio bem mais avançado, vemos que ao caracterizá-la como esta “mujer excepcional”, que arraigou em seu coração a paixão que despertou desde o primeiro encontro, Bolívar continua conferindo um enorme peso ao compromisso e a devoção políticas que pautavam a conduta da mesma. Neste contexto, recoloca em novos termos aquela mesma confissão sentimental: “La amo. Sí, todos lo saben también. ¡Mi amable loca! Sus avezadas ideas de gloria; siempre protegiéndome, intrigando a mi favor y de la causa, algunas veces con ardor, otras con energía.”¹⁴⁴

Note-se que se este entusiasmo, a um só tempo político e romântico, o comovia, ele também o assustava e suscitava-lhe uma atitude de receio em sintonia ao que foi delineado anteriormente, pois o termo “amable loca”, com o qual se refere a ela também em algumas cartas, sintetiza justamente este olhar de Bolívar que transmite carinho e afeição e, ao mesmo tempo, certa preocupação pelo que considerava serem as “loucuras” e sua amada, ou seja, atitudes que ele via possivelmente como imprudentes e exacerbadas e que eram desencadeadas pela força e impulsividade dos seus ideais. Desta vez, contudo, ao pontuar a impressionante trajetória de Sáenz dentro do movimento, cujo percurso de ascensão faz questão de sublinhar como uma obra inteiramente dela, não lhe atribui traços masculinos, mas ao contrário pontua o seu “ser mulher” tanto como uma disposição para a luta quanto uma disposição para o amor:

Nuestras relaciones fueron cada vez más profundas. ¿No ve usted? ¡Carajos! de mujer casada a Húzar, secretaria y guardián celoso de los archivos y correspondencia confidencial personal mía. De batalla en batalla, a teniente, capitán y por último, se lo gana con el arrojo de su valentía, que mis generales atónitos veían; ¡coronel! ¿Y qué tiene que ver el amor en todo esto? Nada. Lo consiguió ella como mujer (¡era de armas tomar!) ¿Y lo otro? Bueno, es mujer y así ha sido siempre, candorosa, febril, amante. ¿Qué más quiere usted que yo le diga? ¡Coño de madre, carajo!¹⁴⁵

¹⁴³ Carta de 09 de janeiro de 1823, em *ibidem*, p. 160.

¹⁴⁴ Disponível em Álvarez Saá, 2005, p. 104.

¹⁴⁵ Disponível em Álvarez Saá, 2005, p. 106.

Portanto, além o empenho, sacrifício e perseverança que Manuela Sáenz devotava a Bolívar em termos amorosos, que marcavam tanto a vivência desta relação como a expressão e conceptualização dos sentimentos, havia também o empenho, sacrifício e perseverança em termos políticos que marcavam igualmente o aprofundamento da relação. A amante fervorosa que supera todas as barreiras para estar ao seu lado, assumindo para isso algumas vezes uma postura submissa é, por outro lado, a patriota que está inteiramente entregue a um ideal emancipador mais amplo e que precisa transpor preconceitos para a conquista e o reconhecimento de seu lugar no processo político, já que a sua simples presença e ação em alguns espaços tencionavam os limites da feminilidade e da masculinidade, embaralhando com isso os papéis tradicionais de gênero. Por fim, o lugar de submissão se transmutava, assim, em outro lugar de busca por liberação, em um vai e vem entre sonhos e desilusões.

Esses dois lados estavam em certo sentido conectados, a despeito de que, como Bolívar enfatiza, a “amante” e a “aliada política” fossem para ele claramente distinguíveis, querendo enfatizar talvez que a existência de uma não comprometia a existência da outra. Isto porque o entrelaçamento de ambos os lados é, na verdade, o que conforma o heroísmo romântico da personagem. Ora os traços gerais dessa formulação que se desprende dos diários podem ser verificados nas cartas com matizes ainda mais sofisticados. Através da correspondência percebe-se – com todas as contradições e paradoxos que as relações sociais e humanas comportam – como Sáenz embarca em uma jornada em que a busca por liberação amorosa e sexual era, ao mesmo tempo, uma jornada pela realização e defesa de um projeto político transformador. Na primeira ela se defrontava com as barreiras impostas pelo “amor culpado” de seu próprio parceiro e pelos desequilíbrios e desigualdades que atravessavam esta relação, enquanto na segunda se defrontava com as barreiras imposta pela postura moderada e conciliadora do “Libertador” para com alguns adversários políticos e com a censura às suas “amáveis loucuras”. O mais interessante é perceber como cada uma dessas frentes fornecia elementos com os quais se constituía a outra, pois, como visto, o processo de superação da etapa colonial alimentava uma utopia de transformação moral assim como um questionamento dos preceitos morais, especialmente referentes aos modos de ser atribuídos a cada gênero, alimentava e impulsionava o engajamento neste processo.

Nos dois casos, Bolívar é o elemento catalizador a partir do qual se projetam luzes e sombras em sua trajetória. Dai que em outras correspondências e, em especial, em um dos poucos documentos públicos redigidos por ela ao qual se tem acesso, a declaração de lealdade a este seja o eixo norteador de sua conduta e definidor do seu caráter. O contexto de tal publicação era adverso: quando Bolívar deixou a presidência colombiana, seguindo viagem

para o exílio, a imprensa de Bogotá tornou-se cada vez mais hostil à figura de Sáenz que, por sua vez, mantinha-se como uma articuladora e agitadora do grupo bolivariano. Em resposta aos ataques perpetrados na imprensa naquele período, ela fez circular um manifesto datado de 30 de junho de 1830 (Anexo G), em que isto era colocado com veemência: “[...] pueden disponer alevosamente de mi existencia, menos hacerme retrogradar ni una línea en el respeto, amistad y gratitud al general Bolívar;” e reforça: “[...] los que suponen ser esto un delito, no hacen sino demostrar la pobreza de su alma, y yo la firmeza de mi genio, protestando que jamás me harán ni vacilar, ni temer.”. Mais do que um compromisso de ordem pessoal, nesta declaração estava contida uma “profissão de fé” em relação ao programa do “Libertador”, cuja afinidade demonstra ainda ao reivindicar uma identidade nacional que se constituiria acima das fronteiras criadas com a fragmentação da Grã-Colômbia. Ela encerra a sua comunicação com o provocador questionamento: “¿Por qué llama hermanos a los del sur y a mí forastera?... Seré todo lo que quiera: lo que sé es que mi país es el continente de la América y he nacido bajo la línea del Ecuador.”¹⁴⁶

Apesar disso, anos depois, em carta ao General Juan José Flores ela nega esta atividade política, possivelmente com o objetivo de obter a sua colaboração para conseguir a permissão de retornar ao Equador, do qual este era então presidente. No ano de 1824, quando ela ainda se encontrava na Jamaica, lhe escreve: “[...] usted no ignora que nada puede hacer una pobre mujer como yo; pero Santander no piensa así; me da un valor imaginario, dice que soy capaz de todo y se engaña miserablemente.”. A personagem justifica ainda as suas ações e posicionamentos em função de relações pessoais: “Lo que soy es un formidable carácter, amiga de mis amigos y enemiga de mis enemigos, y de nadie con la fuerza que de este ingrato hombre.”. O mais curioso é que nesta tentativa de minimizar suas capacidades de influência política, que efetivamente estariam bastante reduzidas àquela altura dos acontecimento, ela não declina de sua devoção a Bolívar, mas a intenção de apresentar este sentimento depurado de conotações políticas acaba soando um tanto falacioso quando indaga: “¿Qué tengo yo que hacer con la política? ¿ Yo amé al Libertador; muerto, lo venero, y por esto estoy desterrada por Santander.”¹⁴⁷

Por fim, cabe observar que se Bolívar era um ponto de referência central em sua jornada heroica, a ausência deste provocou em Sáenz um desnorreamento e uma profunda angústia, como já indicava o diário de Paita. Consumada a tragédia do herói ela vive também

¹⁴⁶ Disponível em *Las más hermosas cartas...*, 2006, p. 156-157.

¹⁴⁷ Disponível em *Las más hermosas cartas...*, 2006, p. 160.

sua própria tragédia: pois se fecha a porta pela qual havia operado uma tentativa de fuga das estruturas opressoras que recaiam sobre a vida das mulheres e que agora só lhe restava apreciar como parte do seu passado. Entretanto, o fato de esse ponto de referência estruturar-se para além de uma relação amorosa, mas enquanto a personificação de um ideal político que transcenderia as eras faz com que ele permaneça como um guia com a qual procura manter-se em diálogo. Por isso, Sáenz lhe dirige uma última carta durante o seu exílio no porto peruano, quando Bolívar já não era mais que uma miragem em sua imaginação. Nela fica patente a importância que a figura deste continua tendo na maneira como concebe a própria identidade. Sente-se observada por ele e, ao que parece, não é a impossibilidade de se unirem novamente que a incomoda, mas antes talvez a impossibilidade de restituir-lhe o sonho:

Simón

Mi amor:

Mi Simón triste y amargado. Mis días también se ven rodeados por una huraña soledad, llena de la nostalgia hermosa de su nombre.

También miro y retoco el color de los retratos que son testimonio de un momento aparentemente fugaz. Las horas pasan impávidas ante la inquietud ausente de sus ojos, que ya no están conmigo; pero que de algún modo siguen abiertos, escrutando mi figura.

Conozco al viento, conozco los caminos para llegar a mi Simón; pero yo sé que aún así no puedo responder a ese interrogante de tristeza que ponen las luces en su rostro, y su voz que ya no es mía, ya no me dice nada.

Manuela Sáenz¹⁴⁸

¹⁴⁸ Carta sem data, em E. Apolo, 1996, p. 176.

4 A FUSÃO DAS MATRIZES POLÍTICO-IDEOLÓGICAS: FEMINISMO E NACIONALISMO PERIFÉRICO

O heroísmo romântico que se deduz das representações que Manuela Sáenz traça de si mesma, em fragmentos de escritos sobreviventes à destruição que costuma acometer os documentos históricos relativos às mulheres, foi apresentado como um contraponto discursivo ao anti-heroísmo que, por sua vez, se deduz das primeiras representações da personagem que galga um espaço, mesmo que ainda pequeno, no imaginário literário projetado pelos homens, como uma espécie de avesso de um involucro que se tornou o mais aparente. Isto se dá justamente porque ambas são manifestações que estão vinculadas a um mesmo processo histórico e social, mas por vertentes antagônicas.

Um processo histórico que longe de se desenvolver em uma única direção, desenvolveu-se, na realidade, em direções contrapostas, como definiria Fernando Mires (1989) fazendo alusão a uma erupção vulcânica que libera das profundezas do solo algo que vinha se constituindo, mas que não se esperava que pudesse emergir a superfície com tanta violência e intensidade. Assim, as duas produções transportam para dentro do texto literário um embate de forças que estava colocado no âmago da luta por independência, embora a narrativa historiográfica mais tradicional tenha se esforçado em esvaziá-la dessas tensões, ou não tenha sido o suficientemente apurada para captá-la sob o fascínio da epopeia criolla que surge quase que naturalmente no horizonte sem se defrontar com grandes oposições e resistências, transformando em um caminho em linha reta o que era na verdade um labirinto, para usar de outra imagem ilustrativa da revolução.

Por isso estas duas construções guardam entre si um paralelo fundamental. Observe-se que aquilo que aparece enquanto uma dicotomia que fundamenta o elogio e ao mesmo tempo a aversão a esta anti-heroína é, justamente, o fator de unidade que fundamenta o heroísmo romântico. No primeiro caso, a insubordinação feminina combinada com adesão à causa e o desenvolvimento de uma atividade política (que em alguns casos não chega nem mesmo a ser concebido como tal, na medida em que aparece como uma atividade que responde a vinculações pessoais) é algo que gera uma profunda inquietação. Se um aspecto é digno de repúdio o outro merece uma exaltação, ainda que bastante comedida. Dai que sejam vistos, de certa forma, como descolados um do outro, gerando contradições mais ou menos explícitas que acabam produzindo pequenas fissuras no tecido da narrativa. Em O'Leary, Sáenz é a mulher caprichosamente adúltera, mas ao mesmo tempo um espírito abnegado. Em

Boussingault é a dama frívola e excêntrica, mas ao mesmo tempo um “amigo” leal. Em Palma é a favorita que se revelou uma combatente patriota inteligente e altiva, porém isto só não produz uma contradição porque ela é totalmente retirada do polo da feminilidade e remetida ao polo da masculinidade. Neste caso, a incoerência seria então obra da “natureza” que teria feito encarnar um “temperamento viril” em “corpo de mulher”.

Ora, sob o paradigma da heroína romântica não há que se inserir uma conjunção de sentido adversativo em todas essas sentenças, ou melhor, em cada uma dessas dimensões não se derivam atributos que implicam na exclusão da outra. Ao contrário, ele não só comporta as duas dimensões de maneira harmoniosa como faz uma passar por dentro da outra. A fantasia heroica com a qual Sáenz se põe ao lado de Bolívar primeiro como uma brilhante apoiadora e depois como uma apoiadora crítica que tenta alertá-los dos perigos e impeli-lo a posições mais radicais é uma via por meio da qual o compromisso político misturava-se com o compromisso amoroso, fazendo com que a transgressão de gênero andasse de mãos dadas com a atividade política para percorrer um caminho que não estava, contudo, despojado de obstáculos.

Assim, se antes os seus feitos patrióticos eram dignos de certo reconhecimento apesar da ruptura com as normas morais e de gênero. Aqui eles se realizam justamente através desta ruptura, o que faz com que a sua figura não se preste, simplesmente, a um rebaixamento caricatural. Seu comportamento em termos das relações sociais mais cotidianas não é uma excentricidade de terras tropicais ou uma singularidade que brinda a narrativa histórica com divertidas anedotas, é parte de sua jornada heroica pela realização de um ideal amoroso e político: ser livre do julgo matrimonial e fazer da América uma grande pátria livre da opressão colonial.

Entretanto, não era apenas no âmbito das relações matrimoniais que os limites eram ultrapassados, mas também em todos os âmbitos que acabam sendo alvo de estigmatizações do ponto de vista dos promotores deste anticulto de Sáenz que se, por um lado, fazem da sua figura algo memorável não a elegem exatamente como um modelo de inspiração. Também no âmbito sexual, no âmbito dos códigos comportamentais que situam o gênero em termos de uma performance social e no âmbito da participação política o mesmo se verifica. Embora este heroísmo romântico esteja fortemente centrado em uma figura masculina ele proporciona mecanismos de escapamento do caminho tradicional que deveria ser percorrido pela mulher em todos esses domínios. Além disso, como uma resposta à inevitável tragédia do herói, ele tende a relativizar este centramento, ao menos em determinadas situações, ao evidenciar como este, na realidade, estava também em posição de dependência, conformando uma relação

simbiótica com sua “companheira de luta”, cuja indispensabilidade ressalta-se com toda ênfase. Isto não significa, diga-se de passagem, que estes caminhos alternativos não tivessem que ser dolorosamente desbravados e conquistados, sem que a personagem, obtivesse efetivamente êxito em todas as frentes nas quais buscava alcançar uma nova posição diante de um mundo que estava também em transformação.

Esta conduta rebelde era acompanhada por um ideário de emancipação feminina que, a luz da contemporaneidade, parecerá composto por fórmulas primárias e pouco elaboradas, mas que correspondem às possibilidades colocados no momento para a articulação de um discurso que expressava o clamor pela transformação da ordem patriarcal, responsável por designar a nós mulheres um lugar rebaixado nas relações sociais, agravado ainda com os matizes criados pelas desigualdades étnicas e socioeconômicas. Assim, nos escritos de Sáenz, refletindo os dilemas de uma mulher branca de origem criolla, percebe-se que o paradigma moral sob o qual repousava o “casamento por conveniência” era questionado ainda que sem atentar-se para o caráter duplo dessa moralidade que fazia com que a sua escala de valores não fosse aplicado da mesma forma para cada um dos gêneros.

Além disso, um espaço de afirmação do desejo e do prazer sexual feminino parecia constituir-se sutilmente, embora possamos nos perguntar até que ponto ele efetivamente desarticulava a precedência e centralidade do desejo e do prazer sexuais masculinos. Os sentidos que compunham a concepção dominante de feminilidade eram postos à prova ao ponto de esta concepção ser reformulada em novos termos, mas permanecendo sob uma lógica binária que a opunha à masculinidade e a tomava como um tipo de essência e não como uma construção social. Finalmente, a reivindicação de uma participação política em bases equiparáveis a dos homens desafiava preconceitos arraigados, porém estava aparentemente distante de promover uma articulação coletiva das mulheres, já que se realizava, na maioria das vezes, de forma individualizada e não por um movimento organizado.

As possibilidades e limitações deste ideário refletiam, por certo, a relação dialética entre submissão e liberação que estava inscrita na experiência das mulheres em geral, e de um modo especial para aquelas que se engajavam na luta pela independência, já que estas, embaladas pelo ideal de superação do regime colonial, vislumbravam um horizonte de oportunidades mais amplo e diversificado para a emergência de práticas e ideias não convencionais. Na medida em que esse processo, que é um importante acúmulo de experiências para a luta das mulheres, passa por dentro do processo de liberação nacional ele o dota de novos significados, não obstante estes tenham sido sistematicamente apagados da memória coletiva e de uma boa parte da literatura historiográfica. O heroísmo romântico de

Sáenz é uma via de acesso a um universo subjetivo particular que, no entanto, permite captar as sutilezas do entrelaçamento entre esses dois fenômenos sociais mais amplos.

Lembremos que o enquadramento anti-heroico da sua figura pretendia operar uma depuração do imaginário nacional de toda a “irreverência feminina”, mas na impossibilidade de domestica-la e enquadrá-la na forma de um heroísmo “bem comportado”, que é o modelo da mãe da pátria, opta por exagerar os seus traços desviantes e cunhar sobre ela uma caricatura que a perseguiria por muito tempo. Neste sentido é digno de nota que as duas principais biografias de Manuela Sáenz escritas no século XX – *Manuela Sáenz: la Libertadora del Libertador* (1944) de Alfonso Rumazo González e *Las cuatro estaciones de Manuela* (1952) de Victor Wolfgang von Hagen – não eliminam ou suavizam a aura transgressora que envolvia a personagem e se de algum modo intentam redimi-la de seus “pecados” é destacando sua ambição de glória e a utilidade do papel que desempenhava ao lado de “Libertador”, respectivamente. Porém estas não foram as únicas “invenções significativas” cunhadas em torno da personagem e embora expressem, por assim dizer, o lado mais visível da história, houve outras que revelavam justamente o seu lado mais oculto.

O enquadramento proporcionado pelo heroísmo romântico, ao contrário, funda o nacional a partir desta “irreverência” e, como tal, alinha-se às forças revolucionárias populares que conduziam a verdadeira luta pela independência contra a qual sobreveio a farsa da independência criolla, buscando antes de tudo refreá-la. Nessa direção seria possível designá-lo como precursor da fusão de duas dentre as principais matrizes político-ideológicas que orientam as lutas populares na América Latina: a matriz do nacionalismo periférico e a matriz feminista, conforme a já referida conceituação de Bringel (2020).

Ora isto projeta uma luz interessante sobre ambas. Por um lado, sugere que esta seria uma vertente importante e constitutiva do feminismo latino-americano que na busca de referências ancestrais a respeito de suas ideias e ações – a fim de estabelecer uma genealogia menos eurocêntrica, como propõe Ciriza (2015) – encontra nela um ponto de convergência entre a problemática de gênero e os dilemas que são próprios de um contexto periférico. Por outro lado, o nacionalismo periférico também encontra nele um aporte crítico a respeito dos traços excludentes e misóginos que marcam a formação do imaginário nacional na região.

Se hoje os restos mortais de Manuela Sáenz repousam no Panteão Nacional venezuelano ao lado dos de Simón Bolívar cabe perguntar sobre a importância da atualização desta combinação de matrizes política-ideológicas, originada no longínquo e turbulento século XIX, e os limites e as possibilidades que ela oferece para impulsionar a luta das mulheres no

século XXI em que uma segunda e definitiva independência continua a se colocar como uma vívida utopia no horizonte da luta revolucionária.

REFERÊNCIAS

ACUÑA, María Elena. *Género, machismo e inequidades: reflexión crítica al género como concepto*. [Material do curso “Introducción a las teorías feministas”, realizado na UAbierta, Universidade do Chile], 2019.

ÁLVAREZ SAÁ, Carlos (Org.). *Manuela, sus diarios perdidos y otros papeles*. Editor Rodrigo Villacis Molina. Fundación para la Investigación y la Cultura, Bogotá, Colombia, 2005.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. Fondo de Cultura Económica, México, 1993.

ANSALDI, Waldo; GIORDANO, Verónica. *América Latina, la construcción del orden: De la colonización a la disolución de la dominación oligárquica*. 2012.

APOLO, Manuel Espinosa (Org.); *Simón Bolívar y Manuela Sáenz: Correspondencia íntima*. Centro de Estudios Felipe Guamán Poma, Quito, Ecuador, 1996.

APOLO, Manuel Espinosa. *En el amor y en la guerra: la correspondencia íntima entre Simón Bolívar y Manuela Sáenz*. In: GUARDIA, Sara Beatriz. Edición y compilación. *Mujeres en la Independencia de América Latina*. Lima: UNESCO, USMP, CEMHAL, 2010.

BLANCO-FOMBONA, Rufino. *O'Leary y sus memorias*. In: O'LEARY, Daniel Florencio. *Bolívar y la emancipación de Sur-América, Memorias del general O'Leary*. Traducidas del inglés por su hijo Simón B. O'Leary. Biblioteca Ayacucho, bajo la Dirección de Don Rufino Blanco-Fombona. Volume I. Madri: Sociedad española de librería, 1915.

BOUSSINGAULT, Jean Baptiste Joseph Dieudonné. *Memorias*. Bogotá: Banco de la República. Departamento Editorial, 1985. Capítulo XII – El Salto de Tequendama – Historia de Manuelita Sáenz, p. 283-297.

BOUSSINGAULT, Jean Baptiste Joseph Dieudonné. *Mémoires de J.-B. Boussingault*. Tome Troisième (1823-1824). Paris: Typographie Chamerot et Renouard, 1900.

BOTELHO, André; HOELZ, Maurício. *Sociologias da literatura: do reflexo à reflexividade*. Tempo social, v. 28, n. 3, p. 263-287, 2016.

BOYER, Richard. *Las mujeres, la "mala vida" y la política del matrimonio*. In: Lavrin, Asunción (coord.). *Sexualidad y matrimonio en la América Hispánica, Siglos XVI-XVIII*. México: Ediciones Grijalbo, 1991, p. 271-308.

BRINGEL, Breno. *Movimientos sociales en América Latina: matrices político-ideológicas, cartografía de las resistencias y conflictos societarios*. In: José Angel Sotillo; Bruno Ayllón. (Org.). *Las transformaciones de América Latina: cambios políticos, socioeconómicos y protagonismo internacional*. 1. ed. Madri: Catarata, 2017, v., p. 96-119.

BRINGEL, Breno. *Movimientos sociales y realidad latinoamericana: una lectura histórico-teórica*. In: TORRES, Esteban (ed.). *Hacia la renovación de la teoría social latinoamericana*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2020.

BRUCE, Beatriz; GRESORES, Gabriela. *Como vivir en un mundo en llamas: impacto de la guerra de la independencia en la cotidianeidad de las mujeres*. Cuadernos de la Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales-Universidad Nacional de Jujuy 48 (2015).

BUSHNELL, David. *La independencia de la América del Sur española*, In: BETHELL, Leslie (ed.). *Historia de América Latina, Tomo 5, La independencia*. Editorial Crítica. Barcelona, 1991.

CANO, Gabriela; BARRANCOS, Dora. *Introducción: una era de transiciones, América Latina*. In: Gómez-Ferrer, G., Cano, G., Barrancos, D., & Lavrin, A. *Historia de las mujeres en España y América Latina*. Madrid: Editorial Cátedra, 2006.

CAROSIO, Alba. *Las mujeres en el proceso independentista nuestroamericano*. Disponible em <<http://www.rebellion.org/noticia.php?id=109320>>. Acceso em 20 de jun. 2017.

CARRERA DAMAS, Germán. *Las memorias de un naturalista y científico que cedió a la tentación de ser observador y crítico social*. In: BOUSSINGAULT, Jean Baptiste Joseph Dieudonné. *Memorias*. Bogotá: Banco de la República. Departamento Editorial, 1985, p. 1-18.

CARRERA DAMAS, Germán. *Simón Bolívar, el Culto Heroico y la Nación*. In: *Hispanic American Historical Review*, 63, 1, pp. 108-126, 1983.

CARRERA DAMAS, Germán. *El culto a Bolívar: esbozo para un estudio de la historia de las ideas en Venezuela*. Editorial Alfa, 2017.

CIRIZA, Alejandra. *Genealogías feministas: sobre mujeres, revoluciones e ilustración, una mirada desde el sur*. Revista estudios feministas, v. 20, n. 3, p. 613-633, 2012.

CIRIZA, Alejandra. *Utopía y revolución: los sueños de un mundo mejor en tiempos de insurgencia (1770-1824)*. LA UNIÓN LATINOAMERICANA: DIVERSIDAD Y POLÍTICA, p. 297, 2014.

CIRIZA, Alejandra. *Construir genealogías feministas desde el Sur: encrucijadas y tensiones*. MILLCAYAC-Revista Digital de Ciencias Sociales, v. 2, n. 3, p. 83-104, 2015.

CIRIZA, Alejandra. *La formación de la conciencia social y política de las mujeres en el siglo XIX latinoamericano: mujeres, política y revolución: Juana Azurduy y Manuela Sáenz*. In: El pensamiento social y político iberoamericano del siglo XIX. Trotta, 2000. p. 143-168.

DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DE BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Vol. I: Fatos e mitos. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

DE BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Vol. II: A experiência vivida. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

DE LA PARRA, Teresa. *Influencia de las mujeres en la formación del alma americana*. Caracas: Fundación Editorial El perro y la rana, 2016.

DONGHI, Tulio Halperin. *Historia contemporánea de América Latina*. Alianza Editorial, 2005.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Ensaio de Interpretação Sociológica. São Paulo: Globo, 2006.

FIGUEIREDO, Vera Lúcia Follain de. *Da profecia ao labirinto: imagens da história na ficção latino-americana contemporânea*. Rio de Janeiro: Imago/Eduerj, 1994.

GARCÍA LÓPEZ, Ana Belén. (2011). *La participación de las mujeres en la independencia hispanoamericana a través de los medios de comunicación*. Historia y Comunicación Social, Vol. 16, páginas 33-49.

GARGALLO, Francesca. *Ideas feministas latinoamericanas*. Universidad de la Ciudad de México, 2004.

GARGALLO, Francesca. *Antología del Pensamiento Feminista Nuestroamericano en el Siglo XIX y XX*. 2011.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. *El colonialismo interno*. En publicación: Sociología de la explotación. Pablo González Casanova. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina, p.185-205, 2006.

GRUESO, Delfín Ignacio. *El desafío de la incorporación política de la diversidad: una reflexión a partir del caso colombiano*. Utopía y revolución: los sueños de un mundo mejor en tiempos de insurgencia (1770-1824). LA UNIÓN LATINOAMERICANA: DIVERSIDAD Y POLÍTICA, p. 297, 2014.

GUARDIA, Sara Beatriz. *Literatura e escrita feminina na América Latina*. Anuário de Literatura, v. 18, p. 15-44, 2013.

GUARDIA, Sara Beatriz (Ed.). *Las mujeres en los procesos de Independencia de América Latina*. Primer Congreso Internacional. Lima: CEMHAL, UNESCO, Universidad De San Martín de Porres, 2014.

GUARDIA, Sara Beatriz. *Las Mujeres en la Formación de los Estados Nacionales en América Latina y el Caribe*. Centro de Estudios la Mujer en la Historia de América Latina, CEMHAL, 2017.

GUZMÁN PÉREZ, Moisés (Ed.). *Mujeres y revolución en la independencia de hispanoamérica*, Morelia, Instituto de Investigaciones Históricas de la Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo Secretaría de la Mujer del Gobierno del Estado de Michoacán de Ocampo, 2013.

IANNI, Octávio. *Enigmas do pensamento latino-americano*. Primeira Versão—IFCH/Unicamp, v. 125, 2012.

KOSSOK, Manfred. *El contenido burgués de las revoluciones de independencia em América Latina*. Historia y Sociedad N°. 4, Segunda Época. México, 1974, p. 284-308.

KOSSOK, Manfred. *Simón Bolívar, o primeiro Bonapartista da América Latina?* Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas V.12 N.2 2018, p. 31-36.

LAVRIN, Asunción. *La mujer en la sociedad colonial hispanoamericana*. In: Bethell, Leslie (coord.). *Historia de América Latina*, Vol. 4, Barcelona: Editorial Crítica, 1990, p. 109-138.

LAVRIN, Asunción. *Introducción: el escenario, los actores y el problema*. In: Lavrin, Asunción (coord.). *Sexualidad y matrimonio en la América Hispánica, Siglos XVI-XVIII*. México: Ediciones Grijalbo, 1991, p.13-52.

LÓPEZ, Jenny Londoño. *Manuela Sáenz: “mi patria es el continente de la América”*. Cuadernos Americanos, núm. 125 (2008), pp. 67-85.

LÓPEZ, Jenny Londoño. *Nueve Mujeres del Primer Grito de Independencia Quiteña*. Ponencia al encuentro Las Independencias: Un Enfoque Mundial. VII Congreso Ecuatoriano de Historia 2009. IV Congreso sudamericano de de Historia Bicentenario de la Revolución de Quito, 10 de Agosto de 1809. Quito, 27 al 31 de julio de 2009.

LORDE, Audre. *Os usos do erótico: o erótico como poder*. In: Textos escolhidos de Audre Lorde. Herética Difusão Lesbofeminista, s/d.

LUGONES, María. *Colonialidad y género*. Tabula rasa, n. 09, p. 73-101, 2008.

LUGONES, María. *Rumo a um feminismo descolonial*. Revista Estudos Feministas, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014

LYNCH, John. *Los orígenes de la independencia hispano-americana*. In: BETHELL, Leslie (ed.). *Historia de América Latina*, Tomo 5, La independencia. Editorial Crítica. Barcelona, 1991.

LYNCH, John. *Las raíces coloniales de la independencia latinoamericana*. In: Latinoamérica, entre colonia y nación. Editorial Crítica. Barcelona, 2001.

LYNCH, John. *Simón Bolívar y la era de la revolución*. In: Latinoamérica, entre colonia y nación. Editorial Crítica. Barcelona, 2001.

LYNCH, John. *Bolívar y los caudillos*. In: Latinoamérica, entre colonia y nación. Editorial Crítica. Barcelona, 2001.

MACKINNON, Catharine. *Desejo e poder*. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (org.). Teoría política feminista: textos centrais. Vinhedo, Editora Horizontes, 2013.

EMBAJADA DE LA REPÚBLICA DE ECUADOR Y MINISTERIO DEL PODER POPULAR DEL DEPACHO DE LA PRESIDENCIA. *Manuela Sáenz: Pasado, presente y futuro*. Ediciones de la Presidencia de la República: Caracas, 2011.

CONSULADO GENERAL DE LA REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA EN SANTA CRUZ DE TENERIFE, ISLAS CANARIAS, REINO DE ESPAÑA. *Manuela Sáenz, Generala del Ejército Libertador*. 2010.

MÁRQUEZ, Gabriel García. *O general em seu labirinto*. Tradução de Moacir Werneck de Castro. Rio de Janeiro: Editora Record, 1989.

MENTON, Seymour. *La nueva novela histórica de la América Latina, 1979-1992*. Mé-xico: Fondo de Cultura Económica, 1993.

MIRES, Fernando. *La rebelión permanente: las revoluciones sociales en América Latina*. Siglo XXI, 1989.

O'LEARY, Daniel Florencio. *Memorias del general Daniel Florencio O'Leary*. Tomo I. Caracas: Imprenta de la "Gaceta Oficial.", 1879.

O'LEARY, Daniel Florencio. *Memorias del general Daniel Florencio O'Leary*. Tomo Tercero, Apéndice. Bogota: Librería Americana, 1914.

OVIEDO, José Miguel. *Palma entre ayer y hoy*. In: PALMA, Ricardo. Cien tradiciones peruanas. Biblioteca Ayacucho, 1977.

PALMA, Ricardo. *La Protectora y la Libertadora*. In: Tradiciones Peruanas, Ropa Vieja, Tomo IV, Barcelona: Montaner y Simón, 1896, p.162-171. Disponível em: <
http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/tradiciones-peruanas-septima-serie--/html/0156a98e-82b2-11df-acc7-002185ce6064_18.html#I_70_>. Acesso em 26 de fevereiro de 2020.

PERROT, Michelle. *Mi historia de las mujeres*. Buenos Aires: Fondo Cultura Económica, 2009, p. 6-21.

PITKIN, Hannah. *Gênero e política no pensamento de Maquiavel*. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 12, p. 219-252, 2013.

RAMOS, Jorge Abelardo. *Historia de la nación latinoamericana*. 1968.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Tomo I. Trad. Constança Marcondes César. 1994.

RICOEUR, Paul. *Entre tempo e narrativa: concordância/discordância*. Kriterion: Revista de Filosofia, v. 53, n. 125, p. 299-310, 2012.

ROMERO, Aníbal. *Bolívar como herói trágico*. Caracas: Universidad Simón Bolívar, 2001.

RUBIN, Gayle. *Pensando Sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade*. Tradução: Felipe Bruno Martins Fernandes, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1582/gaylerubin.pdf?sequen>>.

RUMAZO GONZÁLEZ, Alfonso. *Manuela Saenz, la libertadora del libertador*. MUNDIAL, 1944.

SÁENZ, Manuela; BOLÍVAR, Simón. *Las más hermosas cartas de amor entre Manuela y Simón, acompañadas de los diarios de Quito y Paíta, así como de otros documentos*. Fundación editorial el perro y la rana, 2006.

SÁNCHEZ, Manuel Segundo. *Introducción*. In: O'LEARY, Daniel Florencio. *Memorias del general Daniel Florencio O'Leary*. Tomo Tercero, Apéndice. Bogotá: Librería Americana, 1914.

SCHAEFFER, Jean-Marie. *Why Fiction?* Lincoln and London: University of Nebraska Press, 2010. Páginas 109-204.

SCOTT, Joan. *Gênero, uma categoria útil de análise histórica*. Educação & realidade, v. 20, n. 2, 1995.

SOARES, Eliane Veras. *“Embora lidando com literatura, você está fazendo sociologia”*. Civitas, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 81-92, 2014.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?*. Editora UFMG, 2010.

- TAXIN, Amy. *La participación de la mujer en la Independencia: El caso de Manuela Sáenz*. ProcessoS Revista Ecuatoriana de Historia, n°14, Corporación Editora Nacional, 1999.
- TWINAM, Ann. *Honor, Sexualidad e ilegitimidad en la hispanoamérica colonial*. In: Lavrin, Asunción (coord.). *Sexualidad y matrimonio en la América Hispánica, Siglos XVI-XVIII*. México: Ediciones Grijalbo, 1991, p. 127-171.
- VALCÁRCEL, Amelia. *La memoria colectiva y los retos del feminismo*. CEPAL, 2001.
- VANCE, Carole (org.). *Placer y peligro: explorando la sexualidad femenina*. Madrid: Talasa Ediciones, S. L., 1989.
- VERDESOTO DE ROMO DÁVILA, Raquel. *Elogio a Manuelita Sáenz*. In: GOETSCHEL, Ana María. *Orígenes del feminismo en el Ecuador*. FLACSO, 2006.
- VILLALBA, Jorge. *Manuela Sáenz: Epistolario*. Ediciones del Banco Central del Ecuador, Quito, 1986.
- VON HAGEN, Victor Wolfgang. *Las cuatro estaciones de Manuela: una biografía, los amores de Manuela Sáenz y Simón Bolívar*. Editorial Hermes, 1952.
- YANETH OVIEDO, Mary. *Manuela Sáenz en las Memorias de Jean Baptiste Boussingault: ¿La mujer emancipadora o emancipada?*, p. 131-137, 2013.
- ZEUSKE, Max. *Simón Bolívar, sua Posição na História e na Atualidade*. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas V.12 N.2 2018, p. 10-30.

APÊNDICE - Detalhes acerca das obras literárias sobre Manuela Sáenz

Tabela 1 – Compilado das principais biografias e romances sobre Manuela Sáenz

Ano	Título	Gênero	Autor(a)	Sobre o(a) autor(a)
1944	La Libertadora: el último amor de Simón Bolívar	Biografía histórica novelesca	Concepción Peña Pastor	Doutora em Direito, escritora e política espanhola. Deportada pelo regime franquista e exilada na América Central, Panamá.
	Manuela Saenz, la libertadora del libertador	Biografía	Alfonso Rumazo González	Escritor, historiador, ensaísta e crítico literário equatoriano. Também residiu e trabalhou na Venezuela.
1946	La Vida Ardiente De Manuelita Sáenz	Biografía	Alberto Miramón	Advogado, professor de história colombiana e escritor.
1950	Coeur de héros, coeur d'amant	Romance	Emmeline Carriès Lemaire	Escritora e feminista haitiana.
1952	Las cuatro estaciones de Manuela	Biografía	Victor Wolfgang von Hagen	Explorador estadunidense, antropólogo, historiador, arqueólogo e memorialista de viagens. Desenvolveu estudos sobre a civilização Inca.
	Amor y gloria: el romance de Manuela Sáenz y el Libertador Simón Bolívar	Romance	María Jesús Alvarado Rivera	Feminista, educadora, jornalista, escritora e ativista peruana.
1958	Manuela Sáenz, la divina loca	Biografía novelada	Olga Briceño	Escritora Venezuelana.
	Vida amorosa de S Bolívar: Manuela S, la libertadora del Libertador	Biografía	Evaristo San Cristóval Palomino	Historiador peruano.
1963	Manuela Sáenz (Tomo I y II)	Biografía novelada	Raquel Verdesoto de Romo Dávila	Educadora, Pedagoga, escritora, feminista e ativista equatoriana.
1964	La caballera del sol: el gran amor de Bolívar	Romance histórico	Demetrio Aguilera Malta	Escritor, cineasta, pintor e diplomata equatoriano.

1972	Manuela Sáenz, la mujer providencia de Bolívar	Biografía	Gonzalo Humberto Mata	Escritor equatoriano.
1982	Yo soy Manuela Sáenz ¡y qué...!	Biografía	Mario H. Perico Ramírez:	Advogado, escritor, historiador, poeta, e político colombiano.
1983	Manuela Sáenz: el angel tutelar del libertador Simón Bolívar	Biografía	Jose Tomas Rojas Graffe	[Informação não encontrada]
1987	La esposa del Dr. Thorne	Romance (erótico)	Denzil Romero	Escritor venezolano destacado no campo dos romances históricos.
1991	Manuela	Romance	Luis Zúñiga	Romancista e poeta equatoriano.
1994	Jonatás y Manuela	Romance	Luz Argentina Chiriboga Guerrero	Escritora, ensaísta, romancista, genealogista, ecologista, linguísta e poetisa equatoriana. Ativista de direitos humanos da mulher negra e da cultura afro-americana.
	Manuela, mujer republicana	Biografía	Ligia Elena Rojas Millán	[Informação não encontrada]
1997	Manuela Sáenz: hasta el ocaso	Romance Histórico	Marie-Claire de Andreis	[Informação não encontrada]
	Manuela Sáenz, una mujer total (ou Sin temores ni llantos: vida de Manuelita Sáenz)	Biografía	Galo René Pérez	Escritor, poeta, crítico literário, biógrafo e professor acadêmico equatoriano.
1999	Manuela	Romance	Gregory Kauffman	Escritor norte-americano.
	Manuela	Romance	Lindy Arriaga Díaz	Docente de Latim na Universidade Nacional da Colômbia.
2000	Manuela Sáenz. Coronela de los ejércitos libertadores de América	Biografía	Nela Martínez Espinosa	Política e escritora equatoriana.
	La gloria eres tú	Romance	Silvia Miguens	Escritora e pesquisadora argentina.

	La dama de los perros	Romance	María Eugenia Leefmans	Escritora venezolana, nacionalizada mexicana.
2001	Manuela, mi amable loca...	Romance	Carlos Hugo Molina Saucedo	Advogado, político, escritor e ensaísta boliviano.
2002	Manuelita Sáenz: mujer de América	Biografía	Antonio Cagua Prada	Historiador, professor universitário, jornalista e diplomata colombiano.
	Manuela Sáenz: amor y pasión del libertador Simón Bolívar	Romance histórico	Elsa María Bruzzone	Escritora e pesquisadora argentina.
2004	Manuelita Sáenz, la guardiana del héroe	Biografía	Aquiles Echeverri M.	Escritor colombiano.
2005	Manuela Sáenz, coronela de los ejércitos de la Patria Grande	Biografía	Yolanda Añazco H.	Escritora, poeta e ativista equatoriana.
	Manuela Sáenz, la gran verdad	Biografía	Ketty Romo Leroux G.	Escritora e pesquisadora equatoriana.
	Manuela Sáenz: una historia mal dicha	Romance histórico	Tania Roura Machuca	Poeta e escritora equatoriana.
	Manuelita Sáenz. La dama de la libertad.	Biografía novelada	Alejandra Jaramillo Morales	Escritora, crítica e professora do Departamento de Literatura da Universidade Nacional da Colômbia.
2006	La Otra Agonia: La Pasion De Manuela Saenz	Romance histórico	Víctor Paz Otero	Escritor e sociólogo colombiano, destacado no campo do romance histórico.
	Our Lives Are the Rivers	Romance	Jaime Manrique	Poeta, novelista, ensaísta, educador e tradutor colombo-americano.
	Memorial de la ciudad de los espejos	Romance Histórico	Marcela Costales	Etno Historiadora, agricultora, política.
	Manuela Sáenz, la insepulta de Paíta	Biografía novelada	Lía Mantilla Tanzi	Escritora equatoriana.

2008	For Glory and Bolívar: The Remarkable Life of Manuela Sáenz	Biografia	Pamela S. Murray	Professora de história da Universidade do Alabama em Birmingham.
2010	Simon Bolivar y Manuela Saenz. La Coronela y el Libertador	Biografia	Jazmin Saenz	[Informação não encontrada]
2011	Manuela Sáenz	Biografia	Hernán Rodríguez Castelo	Literato, escritor, especialista em história da literatura, crítico de arte, ensaísta e linguísta equatoriano.
2012	Manuelita: La amante revolucionaria de Simón Bolívar	Biografia novelada	Manuel R. Mora	Escritor e jornalista espanhol.

Fonte: MACÉDO, 2021.

Tabela 2 – Distribuição das obras ao longo das décadas

Década	Biografia	Biografia novelada	Romance	Total
1940	2	1	0	3
1950	2	1	2	5
1960	0	1	1	2
1970	1	0	0	1
1980	2	0	1	3
1990	2	0	5	7
2000	6	2	8	16
2010	2	1	0	3
Total	17	6	17	40

Fonte: MACÉDO, 2021.

ANEXO A - Carta de Manuela Sáenz ao general O'Leary

« Señor general Daniel F. O'Leary, encargado de negocios de S. M. B

Me pide usted le diga lo que presencié el 25 de septiembre del año de 1828 en la casa de gobierno de Bogotá. A más quiero decirle lo que ocurrió días antes.

Una noche, estando yo en dicha casa, me llamó una criada mía diciéndome que una señora con suma precisión me llamaba en la puerta de la calle; salí, dejando al Libertador en cama, algo resfriado. Esta señora, que aún existe, y me llamaba, me dijo que tenía que hacerme ciertas revelaciones nacidas del afecto al Libertador, pero que en recompensa exigía que no sonara su nombre. Yo la hice entrar, la dejé en el comedor y lo indiqué al general. El me dijo que estando enfermo no podía salir a recibirla ni podía hacerla entrar a su cuarto, y que además ella no éralo que pretendía. Le di a la señora estas disculpas; la señora me dijo entonces que había una conspiración, nada menos que contra la vida del Libertador, que había muchas tentativas y que sólo la dilataban hasta encontrar un tiro certero; que los conjurados se reunían en varias partes, una de ellas en la casa de moneda; que el jefe de esta maquinación éra el general Santander, aunque no asistía a las reuniones, y sólo sabía el estado de las cosas por sus agentes, pero que él era el jefe de obra; que el general Córdoba sabía algo pero no el todo, pues sus amigos lo iban reduciendo poco a poco. En fin, la señora me dijo tanto, que ni recuerdo.

El Libertador apenas oyó nombrar al general Córdoba, se exaltó, llamó al edecán de servicio y le dijo: 'Fergusson, vaya usted a oír a esa señora.' Este volvió diciéndole lo que yo le había dicho y con más precisión que yo. El general dijo: ' Dígale usted a esa mujer que se vaya y que es una infamia tomar el nombre de un general valiente como el general Córdoba.' El señor Fergusson no fue tan brusco en su respuesta, pero la cosa quedó en ese estado. Vino entonces don Pepe París y le dijo el general todo. Este señor contestó: 'esas buenas gentes tienen por usted una decisión que todo les parece una conspiración.' 'Pero usted hable con ella mañana,' le dijo el general. No supe más de esto, pero en muy pocos días fue el acontecimiento que voy a contar.

El 25 a las seis de la tarde me mandó llamar el Libertador; contesté que estaba con dolor a la cara; repitió otro recado diciendo que mi enfermedad era menos grave que la suya y que fuese a verlo; como las calles estaban mojadas, me puse sobre mis zapatos, zapatos dobles. (Estos le sirvieron en la huida porque las botas las habían sacado para limpiar).

Cuando entré estaba en baño tibio. Me dijo que iba a haber una revolución. Le dije: ‘ puede haber, en horabuena, hasta diez, pues usted da muy buena acogida a los avisos.’ ‘No tengas cuidado,’ me dijo, ‘ya no habrá nada.’ Me hizo que le leyera durante el baño; desde que se acostó sé durmió profundamente, sin más precaución que su espada y pistolas; sin más guardia que la de costumbre, sin prevenir al oficial de guardia ni a nadie, contento con que el jefe de estado mayor, o no sé lo que era, le había dicho qué no tuviese cuidado, que él respondía. (Este era el señor coronel Guerra, el mismo que dicen dio para esa noche santo, seña y contraseña, y a más, al otro día andaba prendiendo a todos hasta que no sé quién lo denunció).

Serían las doce de la noche cuando latieron mucho dos perros del Libertador y a más se oyó algún ruido extraño que debe haber sido al chocar con los centinelas, pero sin armas de fuego por evitar ruido. Desperté al Libertador y lo primero que hizo fue tomar su espada y una pistola y tratar de abrir la puerta; lo contuve y le hice vestir, lo que verificó coivmucha serenidad y prontitud. Me dijo: ‘ ¡bravo! vaya, pues, ya estoy vestido, ¿ y ahora qué hacemos ? hacernos fuertes ? ? Volvió a querer abrir la puerta y lo detuve Entonces me ocurrió lo que le había oído al mismo general un día. ‘¿Usted no dijo a Pepe París que esta ventana era muy buena para un lance de éstos ? ’ * Dices bien, ’ me dijo, y fue a la ventana; yo impedí el que se botase porque pasaban gentes, pero lo verificó cuando no hubo gente, y porque ya estaban forzando la puerta.

Yo fui a encontrarme con ellos paradai le-tiempo a que se fuese, pero no tuve tiempo para verle saltar ni para cerrar la ventana. Desde que me vieron me agarraron y me preguntaron: ‘ ¿ dónde está Bolívar V Les dije que en el consejo, que fue lo primero que se me ocurrió; registraron la primera pieza con tenacidad, pasaron a la segunda, y viendo la ventana abierta, exclamaron: ‘ ¡huyó! se ha salvado! ’ Yo les decía: ‘ no señores, no ha huido; está en el consejo.’ • Y por qué está abierta esa ventana ? ’ ‘ Yo la acabo de abrir porque deseaba saber qué ruido había.’ Unos me creían y otros nó; pasaron al otro cuarto, tocaron la cama caliente, y más se desconsolaron por más que yo les decía que yo estuve acostada en ella esperando que saliese i del consejo para darle un baño; me llevaban a que les enseñase el co ísejo (pues usted sabe que siendo esa casa nueva no conocían cómo estaba repartida, y el que quedó a entrar a enseñarles se acobardó, según se supo después). Yo les dije que sabía que había esa reunión que la llamaban consejo, a la que asistía todas las noches el Libertador, pero que yo no conocía el lugar.

Con esto se enfadaron mucho y me llevaron con ellos- hasta que encontré a Ibarra herido; y él desde que me vió me dijo: ‘ ¿ Conque han muerto al Libertador?’ 4 No, Ibarra, el

Libertador vive.’ Conozco que ambos estuvimos imprudentes; me puse a vendarlo con un pañuelo de mi cara. Entonces Zulaivar me tomó por la mano a hacerme nuevas preguntas; no adelantando nada, me condujeron a las piezas de donde me habían sacado, y yo me llevé al herido y lo puse en la cama del general. Dejaron centinelas en las puertas y ventanas y se fueron.

Al oír pasos de botas herradas me asomé a la ventana y vi pasar al coronel Fergusson, que venía a la carrera de la casa donde estaba curándose de la garganta; me vio con la luna, que era mucha; me preguntó por el Libertador, y yo le dije que no sabía de él, ni podía decirle más por los centinelas; pero le previne que no entrara, porque lo matarían; me contestó que moriría llenando su deber. A poco oí un tiro: éste fue el pistoletazo que le tiró Carujo, y además un sablazo en la frente y el cráneo; a poco se oyeron unas voces en la calle y los centinelas se fueron, y yo tras ellos a ver al doctor Moore para Andresito. El doctor salía de su cuarto y le iban a tirar, pero su asistente dijo: ‘ No maten al doctor,’ y ellos dijeron: ‘ No hay que matar sacerdotes.’ Fui a llamar al cuarto de don Fernando Bolívar, que estaba enfermo, lo saqué y lo llevé a meter el cuerpo de Fergusson, pues yo lo creía vivo; lo puse en el cuarto de José (*) (que estaba de gravedad enfermo; si no, muere porque él se habría puesto al peligro).

Subí a ver los demás, cuando llegaron los' generales Urdaneta, Herrén y otros a preguntar por el general, entonces les dije lo que había ocurrido; y lo más gracioso de todo era que me decían ‘ ¿Y adonde se fue?’ cosa que ni el mismo Libertador sabía a dónde iba.

Por no ver curar a Ibarra me fui hasta la plaza, y allí encontré al Libertador a caballo hablando con Santander y Padilla, entre mucha tropa que daba vivas al Libertador. Cuando regresó a la casa me dijo: ‘ Tú eres la libertadora del Libertador.’

Se presentó don Tomás Barriga y le iba a arengar, pero el general, con esa fogocidad que usted tanto conocía, le dijo: ‘ Sí señor, por usted y otros como usted, que crían malcriados a sus hijos, hay estas cosas; por que de imbéciles confunden la libertad con el libertinaje.’

Fueron muchos extranjeros, entre ellos el señor Illingworth, y todos fueron muy bien recibidos. El Libertador se cambió ropa y quiso dormir algo pero no pudo, porque a cada rato me preguntaba algo sobre lo ocurrido y me decía: ‘No me digas más.’ Yo callaba y él volvía a preguntar, y en esta alternativa amaneció. Yo tenía una gran fiebre.

El Libertador se molestó mucho con el coronel Crofton, porque le apretó el pescuezo a uno de los que condujo al palacio, a quien el general mandó dar ropa para que se quitase la que traía mojada, buscándola entre la suya, y los trató a todos con mucha benignidad; por lo que don Pepe París les dijo: ‘¿Y a este hombre venían ustedes a matar?’ y contestó Horment: ‘Era al poder y no al hombre;’ entonces fue cuando tuvo lugar la apretada, a tiempo que

entraba el Libertador y se puso furioso contra este jefe (Crofton) afeándole su acción de un modo muy fuerte.

Dicen que les aconsejó a los conjurados que no dijese a sus jueces que traían el plan de matarlo, pero que ellos decían que habiendo ido a eso no podían negarlo. Hay otras tantísimas pruebas que dio el general de humanidad, que sería nunca acabar.

Su primera opinión fue el que se perdonase a todos, pero usted sabe que para esto tenía que habérselas con el general Urdaneta y Córdoba, que eran unos de los que entendían en estas causas. Lo que sí no podré dejar en silencio fue que el consejo había sentenciado a muerte a todo el que entró en palacio, y así es que excepto Zulaivar, Horment y Azuerito, que confesaron con valor como héroes de esa conspiración, los demás todos negaron, y por eso dispusieron presentármelos a mí a que yo dijese si los había visto; por esto el Libertador se puso furioso. ‘ Esta señora’ dijo, ‘ jamás será el instrumento de muerte ni la delatora de desgraciados.’ No obstante esto, me presentaron, ya en mi casa, a un señor Rojas y consentí en verlo porque tuve muchos empeños de señoras para que dijese que no lo había visto; así lo hice, mas una criada mía y un soldado que entraban a tiempo lo conocieron, pero yo compuse la cosa con decir que si más caso hacían de lo que ellos decían que dé mí, y que los que lo acusaban estaban equivocados, y se salvó. Dije también que don Florentino González me había salvado’ a mí la vida diciendo: ‘ No hay que matar mujeres,’ pero ño fue él sino Horment al tiempo de em trar cuando hicieron los tiros.

Entraron con puñal en’ mano y con un cuero guarnecido de pistolas al pecho; puñal traían tocios, pistolas también; pero más creo que tenían Zulaivar y Horment; entraron con farol grande con algunos artilleros de los reemplazos del Perú. Estos señores no entraron tan serenos, pues no repararon ni en una pistola que yo puse sobre una cómoda, ni en la espada que estaba arrimada, y además en el sofá del cuarto había una fuerza de pliegos cerrados y no los vieron; cuando se fueron los escondí debajo de la estera.

El Libertador se fue con una pistola y con el sable que no sé quién le había regalado de Europa. Al tiempo de caer en la calle pasaba su repostero y lo acompañó. El general se quedó en el río y mandó a éste a saber cómo andaban los cuarteles; cín el aviso que le llevó, salió y fue para el de Vargas. Lo demás usted lo sabe mejor que yo, sin estar presente; que si está, yo sé que usted habría muerto.

No se puede decir más sino que la Providencia salvó al Libertador, pues nunca estuvo más solo; no había más edecanes que Fergusson e Ibarra, ambos enfermos en cama: el uno en la calle y el otro en casa, y el coronel Bolívar donde el general Padilla. Nuestro José, muy malo; don Fernando, enfermo; la casa era un hospital.

Cuando el general marchó de Bogotá no sé para dónde, fue que me dijo: «Está al llegar preso el general Padilla; te encargo que lo visites en su prisión; que lo consueles y lo sirvas en cuanto se le ofrezca.» Así lo hice yo. El señor general Obando, a quien Dios guarde por muchos años, ha dicho en Lima antes de ahora, que yo, en medio de mis malas cualidades, tenía la de haberme portado con mucha generosidad, a lo que yo contesté que esa virtud no era mía sino del Libertador, que me había dado tántas y tan repetidas lecciones de clemencia con el mismo panegirista. Esto es muy cierto; a usted le consta. De modo que tantos escapados de la muerte fue por el Libertador. Baste decir a usted que yo tuve en mi casa a personas que buscaban y que el Libertador lo sabía. Al general Gaitán le avisaba que se quitase de tal parte porque ya se sabía. Al doctor Merizalde lo vi en una casa al tiempo de entrar yo a caballo, y Je dije a la dueña de casa: «Si así como vengo con un criado, viniese outra persona conmigo, habrían visto al doctor Merizalde; dígale usted que sea más cauto.» Tal vez sería por eso que después de muerto el Libertador, me hizo comadre Merizalde.

Infinitas cosas referiría a usted de este género, y las omito por no ser más larga, asegurándole a usted que en lo principal no fui yo más que el instrumento de la magnanimidad del gran Bolívar.

Paita, 10 de agosto de 1850.

Manuela Sáenz»

(*) José Palacios, el fiel mayordomo del Libertador.

ANEXO B - Capítulo sobre Manuela Sáenz contido nas memórias de Boussingault

El Salto de Tequendama — Historia de Manuelita Sáenz.

La arenisca de la meseta de la Cordillera Oriental presenta dos accidentes de terreno que ya he descrito: El “Hueco del Aire” cerca de Vélez y el puente natural de Icononzo entre Melgar y Pandi. No me queda por describir sino la incomparable caída del río Bogotá, en Funza de los muiscas, el Salto de Tequendama. Desde la capilla Guadalupe, de donde la vista alcanza a todo el llano de Bogotá, llama la atención al sur oeste, una permanente columna de vapor que se eleva por encima de la grande y admirable cascada del Tequendama que se encuentra a 3 leguas de Bogotá y un poco al sur del pueblo de Soacha.

Humboldt ha dicho: “El Salto de Tequendama debe su aspecto imponente a la relación de su altura y de la masa de agua que se precipita. El río Bogotá, después de haber regado el pantano de Funza, cubierto de bellas plantas acuáticas, se angosta y vuelve a su lecho cerca de Canoas. Allí tiene todavía 45 metros de ancho. En la época de las grandes sequías me ha parecido, suponiendo al río cortado por un plan perpendicular, que la masa de agua presenta una sección de 700 a 780 pies cuadrados (74 a 82,50 metros cuadrados). El gran muro de roca, cuyas paredes baña la cascada y que por su blancura y la regularidad de sus capas horizontales recuerda el calcáreo jurásico; los reflejos de la luz que se rompe en la nube de vapor que flota sin cesar por encima de la catarata; la división al infinito de esta masa vaporosa que vuelve a caer en perlas húmedas y deja detrás de sí algo como una cola de corneta; el ruido de la cascada parecido al rugir del trueno y repetido por los ecos de las montañas; la oscuridad del abismo; el contraste entre los robles que arriba recuerdan la vegetación de Europa y las

plantas tropicales que crecen al pie de la cascada, todo se reúne para dar a esta escena indescriptible un carácter individual y grandioso. Solamente cuando el río Bogotá está crecido, es cuando se precipita perpendicularmente y de un solo salto, sin ser detenido por las asperezas de la roca. Al contrario, cuando las aguas están bajas, y así es como las he visto, el espectáculo es más animado. Sobre la roca existen dos salientes: la una a 10 metros y la otra a 60 metros; éstas producen una sucesión de cascadas, debajo de las cuales todo se pierde en un mar de espuma y de vapor”.

No se podría añadir sino algunos detalles a esta página trazada por uno de los grandes pintores de la naturaleza. Efectivamente, cerca de la mina de Canoas, el río Bogotá pierde su

placidez y toma el aspecto de un torrente. Se dirige hacia una cadena de colinas que limitan la meseta al sur oeste y en donde existe algo así como una brecha o un canal que tiene únicamente doce metros de ancho y por el cual las aguas se precipitan.

Humboldt ha llamado la atención sobre el hecho de que si esta salida se cerrase, no cabría ninguna duda de que a pesar de la evaporación, el insignificante pantano de Funza se transformaría en lago alpino. De acuerdo con las observaciones barométricas, el fondo del canal es 183 metros más bajo que el río Bogotá en la sabana, en el Puente del Común.

Río en el Puente del Común	-	2.605 metros
Altura del Salto de Tequendama	-	2.422 "
Diferencia	-	183 "

Las riberas en la garganta del Tequendama se embellecen con una abundante vegetación arborescente: beffarias resinosa, urcuas, melastomas y aralias. El terreno es de arenisca en capas poco espesas y casi horizontales como en el puente de Icononzo, que está a 7 u 8 leguas de distancia y cuya fisura no deja de tener analogía con el abismo de paredes verticales donde cae el río Bogotá.

Siguiendo un estrecho sendero se llega sin dificultad a un sitio horizontal, un tanto por debajo del principio y sobre el costado occidental de la caída. Se encuentra uno sobre un muro de arenisca cortado verticalmente, al borde del precipicio. Una cavidad tallada en la roca y en la cual se puede entrar hasta la cintura, permite mirar sin peligro la cascada, en toda su extensión vertical. Dos o tres árboles que se encuentran sobre ese terreno y de los cuales uno se puede sostener, dan una seguridad suficiente para lanzar un vistazo hacia el abismo. Conocí una sola persona a quien tendré ocasión de nombrar, que tuvo la suficiente audacia para permanecer de pie sin ningún soporte, al borde de la roca sin sentir vértigo.

Todas las veces que visité el Tequendama, fue durante la estación lluviosa y por lo tanto no había sino una sola cascada. Se distinguía una capa de agua continua, hasta una cierta profundidad en donde comenzaba a diluirse y hacia el final de la caída ya no se veía el líquido y se podía creer que era un alud de copos de nieve.

Instalado en mi cavidad me extasiaba, pues me imaginaba que la cascada hablaba, amenazaba, se peleaba, rugía con ecos prolongados y formidables. Por efecto de la agitación del aire esas voces infernales se modificaban tomando las más curiosas entonaciones. En dos oportunidades mis compañeros se vieron obligados a arrancarme de mi observatorio en donde me sostenía de alguna manera suspendido por encima del caos.

En la posición que ocupaba, muy poco por encima del tramo superior, se encuentra uno mejor colocado para juzgar el efecto de la catarata, que sobre algún otro punto más elevado. Allí, como lo he podido constatar, no se ve sino una niebla espesa de donde sale un ruido formidable y es que, sobre el Tequendama, existe siempre esta alta columna de agua pulverizada que, a pesar de la distancia, se ve desde las montañas de Bogotá, la cual vuelve a caer en gotas extremadamente tenues. Así, cuando el Sol en el levante alcanza la altura de 40° a 45°, aparecen arcos irisados concéntricos.

Las tentativas hechas para llegar al pie de la cascada bajando por la quebrada de Povara, no han resultado y no ha sido posible encontrar un sitio desde donde uno pueda abarcar todo el conjunto. Humboldt y Boulin pensaban haber llegado de 40 a 60 metros abajo de la caída, pero la corriente de agua era de tal violencia que fue imposible remontarla. Las observaciones barométricas hechas por esos viajeros, comparadas con las que se hicieron en la cima, han dado los resultados más erróneos para calcular la altura de la caída. Una piedra que dejé caer desde el sitio donde me había colocado, tomó en promedio, 5,7 segundos para llegar al fondo.

Caldas había encontrado 6

Humboldt 6

La medida de la profundidad por medio de la caída de un cuerpo sólido, en las condiciones en las cuales nosotros la observábamos, no podía ser exacta. El único resultado aceptable es el obtenido por el barón Gros y Joaquín Acosta por medio de una plomada, perfectamente instalada. Obtuvieron como altura de la cascada 146 metros, cifra que por una coincidencia singular es, precisamente, la altura de la más elevada de las pirámides de Egipto.

Como se ve, estamos lejos de la de una legua dada por algunos turistas extraños a la ciencia. Como lo ha dicho Bouguer con la autoridad de un hombre que ha practicado la geodesia en los Andes, se debe ser muy cuidadoso con el empleo de la palabra “legua” cuando se trata de altura.

El río Bogotá corre, después de su caída, de 20 a 25 kilómetros antes de entrar en el río Magdalena.

Sobre una saliente de una roca del Tequendama se puede ver, según me lo han asegurado, una botella y se afirma que fui yo quien la colocó en ese sitio, evidentemente, inaccesible. He tratado de defenderme de esta proeza, pero persisten en atribuirme el milagro. Decididamente es la “botella del comandante don Juan”. Ahora es una leyenda.

La bella pintura del barón Gros y una excelente fotografía que poseo, están lejos de dar una idea del fenómeno que se puede admirar en el Tequendama. A esas reproducciones, de una exactitud incontestable, falta lo que produce la emoción: la vitalidad, el movimiento, inclusive diría yo que la palabra: el agua está inmóvil y muda.

Jamás había visto yo la cascada en época de sequía, cuando cae en dos o tres saltos, así que acepté con entusiasmo la invitación que me hicieron algunos amigos de unirmeles para un paseo al Tequendama.

Estábamos en pleno verano, tiempo seco, y la cita fue por la mañana a las 8 en la calle de la Carrera, delante de la casa de Illingworth. A la hora indicada me puse en camino y alcancé a ver de lejos un grupo de jinetes que iban adelante y entre ellos, para mi sorpresa, un oficial superior. Sin embargo, de acuerdo con lo convenido, todos debíamos estar en traje civil. Cuando me acerqué para saludar al coronel, él maniobró de manera de esconder su rostro, de lo cual resultó una escena de equitación bastante curiosa por algunos momentos; luego mirándome soltó la risa y vi que el oficial era una mujer muy bonita, a pesar de su enorme mostacho: Manuelita, la amante titular de Bolívar.

Nos dirigimos hacia Soacha acompañados de una mula cargada de vinos y de comestibles. El tiempo era espléndido, una de esas mañanas vigorizantes, como solamente se ven en las mesetas de las cordilleras. Los caballos piafaban y tascaban el freno hasta el momento de partir; entonces hubo un galope fantástico (y pensar que he corrido así). Nos acercábamos a la loma de Canoas cuando el coronel Manuelita tuvo una caída, que nos aterró: él —o ella— salió de la silla y fue a caer a seis pasos de su caballo. Aturdida por el golpe quedó sin movimiento, pero felizmente el doctor Cheyne, un espléndido escocés iba con nosotros; al desabotonar el uniforme del coronel le dije al doctor: —“¡Haga una exploración, ya que Ud. tiene conocimientos de los seres!” —“Mala lengua”, dijo Manuelita. Terminado el examen se vio que no había pasado nada grave: una muy ligera luxación del hombro izquierdo. La coronela, a quien yo le había quitado los mostachos, subió de nuevo a la silla sin dificultad y yendo al paso llegamos a Canoas, en donde dejamos los caballos para seguir por el estrecho sendero que llega al sitio desde donde se ve la cascada. Aquí tuvo lugar una seria discusión: Propuse admirar, en primer término, la caída de agua y almorzar en seguida; Illingworth opinaba lo mismo, pero la coronela propuso el almuerzo inmediato y en seguida, en un mantel puesto sobre la hierba, se sirvieron los alimentos más delicados y vinos más exquisitos, entre los cuales descollaba el champaña.

El camino había desarrollado el apetito y se devoró y bebió en exceso. La coronela, muy comunicativa, daba muestras de una loca alegría y yo me decía a mí mismo, para no

entristecer la reunión: -“Somos 8 personas y es de temer que por lo menos uno de nosotros caiga al abismo”. Un misionero inglés improvisaba versos sin sentido sobre el infierno, el paraíso y el fin del mundo; dos irlandeses más que ebrios, se durmieron y procedieron a roncar como para insultar la bella naturaleza; yo los observaba cuando vi a Manuelita, de pie, al borde del precipicio, haciendo gestos muy peligrosos; lo que ella decía no se oía por el ruido del Tequendama. De inmediato me lancé hacia ella y tomándola por el cuello del vestido, quise colocarla en mi observatorio, cosa imposible pues la lucha se convertía en algo arriesgado; entonces me dejé resbalar dentro de la cavidad desde donde así fuertemente su pierna, mientras que el doctor Cheyne, quien comprendió el peligro que corría esta loca y bebida mujer, se prendió a un árbol mientras enrollaba a su brazo izquierdo las largas y magníficas trenzas de la imprudente que parecía resuelta a saltar al vacío.

Así pasamos Cheyne y yo un terrible cuarto de hora, hasta que al fin, con intervención de los amigos, se pudo llevar a la joven a un sitio seguro. Una vez reunidos, resolvimos regresar; los dos irlandeses roncaban todavía y les vertí agua en la espalda; se despertaron sobresaltados, convencidos de que habían caído a la cascada. Antes de partir lanzamos las botellas vacías al Tequendama; puede que alguna de ellas cayera, sin romperse, sobre una saliente roca cubierta de musgo: ¿seña ese el origen de la leyenda de “la botella del comandante don Juan?”

Regresamos a Bogotá al trote, tranquilamente y bien cansados. A la caída del Sol entrábamos a la ciudad. Por la tarde los excursionistas del Tequendama estábamos reunidos en los salones de Manuelita, quien lucía fresca y adornados sus cabellos con flores naturales. Estuvo encantadora y amable con cada uno de nosotros; habló del salto con entusiasmo: “Allá volveremos y pronto”, decía. ¡Qué persona tan extraordinaria Manuelita! Qué de debilidades, de ligerezas, de valor y devoción a sus amigos. Se podría decir de ella: “es un amigo seguro, pero una amante infiel”.

Quiero intentar trazar dejando correr mi pluma, el recuento de su vida excéntrica. Las informaciones más singulares las recibí de ella misma o de sus íntimos. Nunca intentó esconder la ligereza de sus actos; éramos sus confesores y la adorábamos. Bolívar la idolatraba y la celaba al exceso.

Manuelita Sáenz

Manuelita no confesaba su edad. Cuando la conocí parecía tener de 29 a 30 años; estaba entonces en todo el esplendor de su belleza no muy clásica: bella mujer, ligeramente

rolliza, de ojos pardos, mirada indecisa, tez blanca y sonrosada y cabellos negros. Su manera de ser era bien incomprensible; tan pronto lucía como una gran señora, o como una “ñapanga” cualquiera; bailaba con igual perfección el minuet o la “cachuca” (el cancán). Su conversación no tenía ningún interés, cuando se salía de los adornos galantes; era burlona, pero carecía de gracia; ceceaba ligeramente con intención, como lo hacen las señoras del Ecuador. Tenía un secreto atractivo para hacerse adorar y el doctor Cheyne decía de ella: “¡es una mujer de una conformación singular!”; jamás le pude hacer explicar cómo estaba conformada.

Manuelita Sáenz nació a principios del siglo en Quito donde su padre mantenía un comercio importante con España. En su primera juventud lo acompañaba en sus viajes por la costa del Perú, de Guayaquil a Lima, en donde debió ser una especie de reina durante un corto periodo. A los 17 años entró como interna a un convento en donde aprendió las labores de aguja y los bordados en oro y plata que son motivo de admiración para los extranjeros, luego le enseñaron la preparación de helados, sorbetes y confituras. Las religiosas instruían a sus discípulas en la lectura y la escritura, únicos conocimientos que posee una joven de buena sociedad. Las damas suramericanas, gracias a su vivacidad y a sus perfecciones naturales, son a pesar de eso mujeres agradables, pero absolutamente privadas de instrucción. En mi época no leían jamás, ni siquiera malos libros, aun cuando, sin duda, existían raras excepciones.

Un joven oficial, Delhuyart, raptó a Manuelita Sáenz del convento; éste era hijo del químico a quien se le debe el descubrimiento del tungsteno y que como ingeniero al servicio de España, había sido enviado a América. Manuelita jamás hablaba de su fuga del convento; ¿fue abandonada por su raptor y reintegrada a su familia? Esto lo ignoro. Se la encuentra de nuevo en Lima, hacia el principio de la invasión de las tropas libertadoras del Perú, comandadas por Bolívar. Estaba entonces casada con un médico inglés muy respetable a quien dejó para vivir con el Libertador, en ese entonces en el pináculo de su gloria y con todo el poder dictatorial.

La conducta del Libertador fue universalmente censurada. El marido reclamaba a su mujer en los términos más fervientes: a nadie le preocupó y si no me equivoco, recibió orden de salir del Perú. De todas maneras la opinión pública se pronunció en tal forma contra este abuso de poder, que Bolívar resolvió enviar a Manuelita a la Nueva Granada, a Bogotá, en donde la conocí. En Lima Manuelita había sido de una inconsecuencia increíble; se convirtió en una Mesalina y los edecanes me contaron cosas insólitas: el único que las ignoraba era el general Bolívar. Los amantes, cuando están bien enamorados, son tan ciegos como los maridos. Una noche hacia las 11 ella iba hacia palacio, en donde el Libertador la esperaba con

impaciencia; se le ocurrió pasar por el cuerpo de guardia en donde se encontraba un piquete de soldados a las órdenes de un joven teniente; la loca comenzó a bromear con los soldados, incluyendo al tambor; pronto el general fue el más feliz de los hombres. Usualmente era de noche cuando Manuelita iba donde el general; en una ocasión llegó inesperadamente y encontró en la cama de Bolívar un magnífico zarcillo de diamantes. Sucedió entonces una escena indescriptible: Manuelita, furiosa, quería arrancarle los ojos al Libertador; en ese entonces era una mujer vigorosa y estrechó tan fuertemente a su infiel que el pobre grande hombre se vio obligado a pedir socorro. A dos edecanes les costó trabajo arrancarlo de las garras de la tigresa, mientras él no cesaba de decirle: “Manuelita, tú te pierdes”.

Las uñas, por cierto muy bonitas, habían hecho tales estragos en la cara del infeliz, que tuvo que permanecer en su cuarto durante 8 días, debido a una gripa, como lo decía el estado mayor. Pero durante esos 8 días el herido recibió los cuidados más solícitos, los más enternecedores, de su querida gata.

Manuelita había terminado por hacerle creer al general todo lo que ella que ¡júzguese si no! En el curso de una conversación íntima con sus oficiales, Bolívar llegó a sostener que jamás había podido constatar que Manuelita satisficiera algunas necesidades que siente toda la humanidad; como ellos se manifestaran incrédulos, él añadió que tenía pruebas sobre lo que había dicho. En el curso de una navegación en el Océano Pacífico, Manuelita aceptó dejarse encerrar en una cabina que era vigilada con atención; un guardia permanecía en la puerta; la observación duró 8 días durante los cuales la prisionera no hizo ninguna emisión. Se puede pensar que sucede con frecuencia a personas embarcadas que no pueden ir al excusado por 8, 10 o 15 días y éste es un hecho conocido de los marinos; sin embargo prefiero admitir que Manuelita usó la superchería:

Hay que saber que ella nunca se separaba de una joven esclava, mulata de pelo lanoso y ensortijado, hermosa mujer siempre vestida de soldado, excepto en las circunstancias que contaré más adelante. Ella era la sombra de su ama; tal vez también, pero esta es una suposición, la amante de su ama, de acuerdo con un vicio muy común en el Perú, del cual fui testigo ocular con algunos camaradas, con quienes nos habíamos cotizado para asistir a la ceremonia impura, pero muy divertida, de una tertulia. Además no hacíamos gala de una moralidad muy severa. La mulata no tenía ningún interés en hacerse pasar por un ángel; encerrada con Manuelita en el camarote podía salir y entrar libremente. Se puede adivinar el resto. Bolívar se había convertido en el Libertador del Perú. La batalla de Ayacucho, ganada por Sucre, había destruido las fuerzas españolas; este militar nombrado gran mariscal de Ayacucho, fue hecho presidente vitalicio del nuevo estado fundado en el Alto Perú (Bolivia).

El Libertador en el colmo de la gloria, iba a ver llegar, cosa que se encuentra dentro del orden natural, la época de las decepciones. La ejecución del conde de Torretagle, acusado de haber conspirado en favor de la madre patria, trajo un cambio en los sentimientos de la población peruana, en lo que se relacionara con el ejército colombiano. Las damas de Lima corrompían a los oficiales libertadores. El ocio de las tropas mal disciplinadas hizo nacer la insurrección. Varios escuadrones se rebelaron contra la autoridad de Sucre. En Lima, toda una división se levantó, los jefes fueron encarcelados por sus soldados y, en una palabra, apenas Bolívar dejó la ciudad, un ejército peruano se levantó contra el ejército colombiano que los había liberado; se organizaron guerrillas en el Ecuador, en la Provincia de Pasto.

El Libertador había previsto estos movimientos y habiendo decidido regresar a Bogotá antes de que estallaran, despachó a su querida Manuelita al Ecuador, quien al desembarcar en Guayaquil partió hacia Quito acompañada de una escolta de 4 granaderos escogidos por ella misma, entre los mejor parecidos del escuadrón; marcharon en jornadas cortas, sin otra sirvienta que su mulata y en cinco días llegó a su ciudad natal. Una indiscreción del brigadier hizo que se conocieran los incidentes eróticos del camino.

Después de haber pasado un tiempo con su familia, Manuelita emprendió viaje hacia la Nueva Granada en compañía de mi amigo el coronel Demarquet, quien siempre afirmó haber sido un compañero platónico.

Manuelita se estableció en Bogotá en una encantadora residencia y recibía casi a diario noticias de su amigo a quien las circunstancias retenían en el Perú. Fue en Bogotá en donde la conocí y de quien contaré las excentricidades lo mismo que su valor y la devoción por sus amigos.

Manuelita siempre estaba visible; en la mañana llevaba una bata de cama que tenía su atractivo; sus brazos, generalmente desnudos que se guardaba muy bien de disimular; bordaba mostrando los más lindos dedos del mundo; hablaba poco, fumaba con gracia y su manera era modesta. Daba y recibía noticias; durante el día salía vestida de oficial y en la noche sobrevenía la metamorfosis, gracias, creo yo, a la influencia de unos vasos de vino de Oporto que le gustaba mucho; usaba colorete y sus cabellos siempre estaban artísticamente arreglados; tenía mucha vida, era alegre sin mucha gracia y a veces usaba expresiones bastante arriesgadas.

Como todas las favoritas de los personajes políticos, atraía a los cortesanos y su amabilidad y generosidad no tenían límites. Imprudente en exceso, cometía los actos más vituperables por el solo placer de cometerlos. Un día, cabalgando por las calles de Bogotá, vio a un soldado que llevaba la consigna de acción en una nota colocada, como de costumbre, en

la extremidad de su fusil; lanzarse al galope sobre el pobre infante, quitarle al paso la nota y leerla, fue asunto de un instante. El soldado disparó sobre ella y regresó sobre sus pasos para devolver el santo y seña. ¡Un acto de locura!

Ella adoraba los animales y era dueña de un osezno insorportable que tenía el privilegio de circular por toda la casa. Al feo animal le gustaba jugar con los visitantes; si se le acariciaba arañaba las manos o se prendía de las piernas, de donde era difícil retirarlo. Una mañana hice una visita a Manuelita y como no se había levantado todavía, tuve que entrar a la alcoba y vi una escena aterradora: el oso estaba tendido sobre su ama, con sus horribles garras posadas sobre sus senos. Al verme entrar, Manuelita me dijo con gran calma: —“Don Juan, vaya a la cocina y traiga un jarro de leche que colocará al pie de la cama: este diablo de oso no quiere dejarme”. La leche llegó, el animal dejó lentamente a su víctima y bajó para beber; después llamé a un hombre, quien me ayudó a encadenarlo y llevarlo al patio a pesar de sus gruñidos. Algunos días después lo hice ejecutar. Fue un inglés, Coxe, quien lo hizo.

— "Vea Ud. decía Manuelita, mostrándome sus pechos, no estoy herida”.

Se contaban escenas increíbles que sucedían donde Manuelita y en las cuales, la mulata soldado, tenía el papel principal. Esta mulata, el álter ego de su ama, era un ser singular, una comedianta, una imitadora de primera magnitud, que habría tenido gran éxito en el teatro. Tenía una facultad de imitación increíble; su rostro era impasible; como actriz o como actor, exponía las cosas más divertidas, con una seriedad imperturbable. La oí imitar a un monje predicando la Pasión; ¡nada más risible! Durante cerca de una hora nos tuvo bajo el encanto de su elocuencia, de su gesto y de las perfectas entonaciones de su voz.

Aseguraban, pero estoy convencido de que esto no era cierto, que en una escena de la Pasión habían crucificado a un mico. La verdad es que tenían la tendencia de burlarse de las cosas sagradas, afición muy imprudente e indecente.

Estos espectáculos no se efectuaban sino en las reuniones íntimas; así la mulata tomaba los vestidos de su sexo como el de ñapanga de Quito, ejecutaba las danzas más lascivas para nuestra gran satisfacción; entre otras, un paso cuyo nombre he olvidado: la bailarina giraba sobre sí misma con gran rapidez, se detenía y se agachaba con su falda llena de aire, haciendo lo que los niños llaman “un queso” y seguía bajando hasta el suelo y al levantarse se alejaba dando vueltas de nuevo, pero en el sitio en donde había caído, se podía uno dar cuenta de que había hecho contacto con el piso. Esto arrancaba aplausos unánimes y

era de una obscenidad asquerosa. Pronto la bailarina volvía vestida con su uniforme militar, tan sería que parecía que no era ella quien hubiese hecho esa escandalosa representación.

Jamás se conoció un amante de la mulata y creo que nunca amó con amor sino a Manuelita. En cuanto a Manuelita, yo no le conocí en Bogotá sino dos enamorados ostensibles: el doctor Cheyne y un joven inglés de apellido Wills; ¡ningún otro!

¡Y nuestro querido Libertador escribía a mi amigo Illingworth pidiéndole que la vigilara bien y le diera buenos consejos!

Manuelita llevaba la excentricidad hasta la locura. Yendo de Bogotá hacia el valle del Magdalena, llegué una tarde a Guaduas; el coronel Acosta, en cuya casa me iba a hospedar, vino a mí llorando para decirme que Manuelita se moría, que se había hecho morder por una serpiente de las más venenosas. ¿Sería un suicidio? ¿Quería ella morir como Cleopatra? Fui a verla y la encontré tendida sobre un canapé, con el brazo derecho hinchado hasta el hombro. ¡Qué bella estaba Manuelita mientras me explicaba que había querido darse cuenta si el veneno de la serpiente que me mostró, era tan fuerte como se decía! Inmediatamente después de la mordedura se hizo que tomase bebidas alcohólicas calientes que es el remedio empleado por las gentes del país. Prescribí un ponche basándome en la opinión anterior muy acreditada en América del Sur, la cual asegura que la borrachera impide la acción del veneno; luego se le aplicaron cataplasmas en el brazo y Manuelita se durmió; al día siguiente estaba bien. La dejé persuadido de que había atentado contra sus días. ¿Por qué?.

¡La buena Manuelita era una de las mujeres livianas más curiosa! Una tarde pasé por su casa para recibir una carta de recomendación que me había prometido, dirigida a su hermano, el general Sáenz, quien residía en el Ecuador, a donde yo debía viajar. Se acababa de levantar de la mesa y me recibió en un pequeño salón y en el curso de la conversación elogió la habilidad de sus compatriotas quiteñas para el bordado y como prueba se empeñó en mostrarme una camisa artísticamente trabajada. Entonces, sin más ni más y con la mayor naturalidad, tomó la camisa que tenía puesta y la levantó de manera que yo pudiese examinar la obra de sus amigas. ¡Desde luego fui obligado a ver algo más que la tela bordada! y ella me dijo:

—“Mire, don Juan, ¡cómo están hechas!”

—“Pero, hechas en torno”, contesté yo haciendo alusión a sus piernas.

La situación se estaba convirtiendo en un problema para mi pudor, cuando me sacó de peligro la entrada de Wills, a quien ella dijo, sin desconcertarse:

—“Muestro a don Juan bordados de Quito”.

Tiempo después, durante una cena en casa de Poncelet, Mago contaba esta historia al edecán de Luis Felipe, general Baudrad, añadiendo: “¡Esto no se inventa!” Lo que tal vez quería decir era que la prueba de la veracidad se encontraba en lo extraordinario del suceso.

Manuelita aborrecía el matrimonio y sin embargo tenía la manía de casar a las personas, como diciéndoles: —“ ¡El himeneo no obliga a nada, es una pasión de placer!” Especialmente yo fui uno de los escogidos para ser sus víctimas: hay que saber que en ese entonces en la América española, el matrimonio era un acto puramente religioso. Era suficiente que en presencia de un sacerdote, los futuros declararan que deseaban ser unidos; recibían la bendición y ahí terminaba todo. Se casaban en cualquier parte: en la calle, en el baile y así muchos de mis camaradas quedaron casados entre dos vasos de ponche, entre otros el coronel Demarquet, quien después se mordía los dedos, aunque su mujer fuera bella, encantadora y procedente de una familia muy honorable.

Una noche había tertulia en casa de Pepe París, quien se había convertido en hombre acaudalado explotando las minas de esmeraldas. Su hija era una persona deliciosa, muy bajita, 1,50 metros y realmente había una afinidad entre ella y yo. Manuelita participaba en la reunión y al filo de la media noche, cuando todos estábamos un tanto sobreexcitados, un amigo inglés se acercó para decirme al oído: —“Don Juan, tenga cuidado, hay un cura que va a hacer su aparición”. Entonces, sin que nadie se diera cuenta, procedí a retirarme discretamente.

A pocos días de esto, me encontré con mi novia Manuelita — precisamente el mismo nombre de la favorita— y le planteé claramente la propuesta de matrimonio, con la condición de que tendría que vivir en Europa. Manuelita no tenía inconveniente en pasar una temporada en Francia; pero me declaró francamente que no le gustaría establecerse allá. La dejé, después de haberle besado su mano en miniatura; mi asistente me esperaba en la puerta de la casa; salté a caballo y salí para el Magdalena. No volví a ver a la pequeña y graciosa Manuelita París.

Dejo las excentricidades, las inconsecuencias y lo que se podría llamar actos de locura de la otra Manuelita, para mostrar el valor y la abnegación de que era capaz.

Ella había dado pruebas de su valor militar; al lado del general Sucre, asistió lanza en mano, a la batalla de Ayacucho, último encuentro que tuvo lugar entre americanos y

españoles, en donde recogió, a manera de trofeo, los estupendos mostachos de los que se hizo hacer postizos.

Se puede decir que tenía entrenamiento, de lo cual no cabe duda, pero Manuelita, como se va a ver, estaba dotada de gran valor, de sangre fría y de una calma increíbles, en las circunstancias más peligrosas.

Tan pronto el general Bolívar dejó el Perú, que ilusoriamente creía pacificado y organizado, comenzaron los movimientos de insurrección que estallaron desde Bolivia hasta Lima. La tercera división auxiliar se levantó contra sus jefes y se puso bajo las órdenes de generales peruanos que surgían como hongos, héroes de un día, desaparecidos al siguiente. Es un hecho histórico que a los libertadores primero se les aclama y después se les detesta. El reconocimiento y la gratitud no existen en política por una sencilla razón: un pueblo que no conquista por sí mismo su libertad, se encuentra a la merced de aquellos que lo han liberado. ¿Qué se podía esperar en el Perú del ejército libertador, soldadesca indisciplinada y corrompida? Durante un año, 1827 a 1828, no hubo sino revoluciones locales desde Guayaquil hasta Caracas. Bolívar cosechaba lo que habíamos sembrado. Con el militarismo solamente se funda la opresión. Jamás, dígame lo que se diga, este hombre eminente o más bien, perseverante, se preocupó por organizar el país. No era capaz de hacerlo; no comprendió que después de la expulsión del ejército español, su misión había sido cumplida, que debía retirarse y dejar a otros el cuidado de establecer un gobierno civil.

Las clases inferiores, como siempre, permanecían indiferentes a todas las agitaciones, solamente las padecían; se les arruinaba con exacciones incesantes, pero en lo que se podría llamar como las clases pensantes, si no esclarecidas, se había formado una viva reacción contra el gobierno militar bajo el cual se vivía desde hacía casi 15 años. Venezuela, la Nueva Granada y el Ecuador, unidos en una causa común como era la separación de las colonias españolas de la madre patria, querían constituirse en estados diferentes. A un gobierno central le quedaba difícil administrar una extensión tan considerable.

De acuerdo con la ley llegó la época de la revisión de la Constitución de Cúcuta. La convención se reunió en Ocaña, pero fue disuelta inmediatamente por el partido militar.

Un congreso improvisado en Bogotá proclamó a Bolívar dictador supremo y naturalmente llegaron las adhesiones de todos los puntos del territorio. El dictador subió al poder el 24 de junio de 1828; promulgó algunas medidas financieras que no tuvieron éxito, pues las arcas del estado estaba vacías; llovieron los decretos, las proclamas y las declaraciones patrióticas. A pesar de los memoriales aprobatorios de las poblaciones, no podía desconocerse que se manifestaba, por todas partes, una especie de fermentación silenciosa

contra lo que llamaban y no sin razón, el despotismo de Bolívar. Guayaquil, Quito y Caracas ya no obedecían a las órdenes que emanaban de Bogotá; de hecho, el gobierno central ya no existía. Había partidarios levantados en favor de España en las costas, en los llanos de Venezuela y en la Provincia de los Pastos. A pesar de lo que dijeran las autoridades, se estaba en la más completa anarquía; en Bogotá el partido monárquico conspiraba activamente, se llevaban a cabo reuniones nocturnas en casa de los hombres más importantes; nadie se escondía, la policía lo sabía y no hacían nada; hay que decirlo, se temía a los conspiradores, quienes, después de todo conspiraban en favor de la libertad, ésta era su excusa y su fuerza; aun cuando en realidad entre muchos de ellos hubiera más ambición que patriotismo.

La sociedad más activa era la de los jóvenes que se reunían para estudiar; muchos eran profesionales o alumnos del Colegio de San Bartolomé; su objetivo secreto era el de expulsar al gobierno del Libertador. Se supo después que este movimiento estaba dirigido por un viejo francés, Argagnil, uno de los sans culottes de Marsella en 1793, por otro francés muy exaltado, Auguste Horment y por un oficial venezolano, el comandante Pedro Carujo. La sociedad había decidido al principio que la revolución estallaría el 28 de octubre en el curso de una fiesta que se le ofrecería a Bolívar para celebrar el día de San Simón. Diversas circunstancias les impidieron actuar.

Las sociedades secretas son generalmente traicionadas por la imprudencia de sus afiliados; esto fue lo que sucedió el 25 de septiembre. Un oficial, Francisco Salazar, informó a la policía que un tal Benedicto Triana le había propuesto participar en una conspiración que tenía por objeto asesinar al Libertador. Triana fue inmediatamente detenido e interrogado, pero no se le encontró nada comprometedor y no se tomó ninguna medida. Sin embargo, los conjurados creyendo haber sido descubiertos, se reunieron al atardecer en casa de uno de ellos, Luis Vargas Tejada; se convino en actuar sin demora, los papeles fueron distribuidos: se contaba con el jefe del estado mayor, Ramón Guerra, con el comandante de las baterías de artillería, Rudesindo Silva, con varios oficiales y algunos estudiantes. Los comandantes Carujo, Horment, Sulaiivar y el teniente López, fueron encargados de atacar el palacio y de asesinar a Bolívar. A media noche, encabezando un piquete de artilleros seguido de conjurados, Canijo sorprendió al oficial de guardia, degolló a los centinelas y penetró en el palacio, después de haber hecho prisioneros a los hombres de turno. Un joven edecán, Ibarra, trató de detenerlos y fue derribado después de ser gravemente herido. Bolívar habitaba un entre suelo y los conjurados quisieron entrar allí, golpearon con fuerza y cuando iban a tumbar la puerta apareció Manuelita.

—“¿Qué desean ustedes?” les preguntó con gran calma.

—“¡A Bolívar!”

—“No está aquí, pueden buscarlo”.

Se buscó en vano porque ella, al escuchar el ruido, adivinó una conspiración e inmediatamente, con ayuda de una sábana atada a una ventana que daba sobre la calle, había hecho escapar al Libertador. Puede juzgarse cuál fue la sorpresa de los conjurados.

—“Pero dónde está el general?”

—“Está acostado”.

—“Llévenos a donde él esté”.

—“Bien, pero con una condición: que no lo matarán”.

—“Lo prometemos”.

—“Entonces síganme”.

Manuelita, a la cabeza de estos hombres enfurecidos hasta la demencia, los hizo recorrer todos los pisos del palacio: se subió se bajó y al fin se regresó al punto de salida. La impaciencia de los conjurados era extrema: de pronto, Manuelita se volteó hacia la horda furiosa y les dijo: —“Usé una estratagema para ganar tiempo. Ya Bolívar está fuera de peligro; lo he hecho escapar por esta ventana. ¡Ahora mátenme!”, añadió cruzando los brazos sobre su pecho. La tumbaron, la maltrataron y uno de los conspiradores la golpeó en la cabeza con su bota; 10 puñales se levantaron sobre ella que no dejaba de gritarles: —“¡Pero mátenme, cobardes, maten a una mujer!”.

Tiempo después todavía se veía sobre la frente de Manuelita el rastro del golpe que le habían dado.

Los conspiradores salieron de palacio desesperados de que su víctima se hubiera escapado, gritando “el tirano ha muerto”. Al salir encontraron al coronel Ferguson, edecán de servicio, quien se dirigía a su puesto: Canijo lo mató de un tiro de pistola. El “tirano”, una vez en la calle, corrió a esconderse en los pliegues del terreno, por donde corre un riachuelo, mientras se terminaba el drama que casi le cuesta la vida. Existía en Bogotá el batallón Vargas, cuyo cuartel Silva atacó sin éxito, con una batería de artillería. Los soldados dispararon desde las ventanas sobre los artilleros, tomaron los cañones y logrando una salida, persiguieron a los atacantes en todas direcciones. El general se puso a la cabeza de las tropas que permanecían fieles y lanzó, en persecución de los revoltosos, a los granaderos montados,

quienes hicieron numerosos prisioneros. Sucedió lo que se puede observar en todos los golpes sorpresivos y es que los indecisos —que eran numerosos— se pronunciaron por los vencedores. Yo conocí a varios que se condujeron en esa forma, entre otros, al vicepresidente de la república general Santander.

En el curso de esta escena nocturna hubo mucha agitación; los bravos aparecieron cuando el peligro había pasado y cada uno hacía valer los servicios que había prestado, según aseguraba. Pero se puede afirmar que a quien se debió el éxito fue al batallón Vargas y especialmente a su comandante, el coronel Whittle, excelente y valeroso oficial cuyo triste fin tendré que contar más adelante.

Mientras se desarrollaban los sucesos que acabo de narrar, el Libertador había pasado 3 horas en el río San Francisco, dentro de la más viva inquietud. Cuando cesó el fuego ignoraba por completo el resultado de la conspiración. Sus amigos, después de la victoria, no sabían qué suerte había corrido; fue por casualidad que una de las patrullas del batallón Vargas pasó cerca del sitio en donde estaba escondido y oyó a los soldados que por medio de sus gritos de alegría informaban la derrota de los conjurados. Bolívar pudo entonces reunirse con sus amigos en la plaza de la Catedral; de allí, después de haber recorrido la ciudad, entró triunfante al palacio de donde, algunas horas antes, había salido lastimosamente por una ventana.

Los conspiradores perseguidos por la tropa y por el pueblo, fueron detenidos casi todos y el general Santander fue llevado a prisión al día siguiente, aun cuando no hubiese cooperado activamente en la revuelta.

Bolívar se afectó profundamente con los sucesos del 25 de septiembre y puede decirse que aun cuando escapó de milagro, fue realmente asesinado porque a partir de esa fecha su salud declinó muy rápidamente.

Un tribunal extraordinario formado por 4 oficiales superiores y 4 jueces civiles, procedió a juzgar a los prisioneros. Horment, Sulaivar, el comandante Silva y los tenientes Galindo y López fueron condenados y fusilados el 30 de septiembre. Se instituyó otro tribunal puramente militar presidido por el general Urdaneta, con la asesoría de mi amigo el coronel Barriga. El 2 de octubre se pronunció una sentencia de muerte contra el coronel Guerra y el general Padilla. Algunos días después —el 14— fueron pasados por las armas un joven muy instruido Pedro Celestino Azuero, profesor de filosofía en el Colegio de San Bartolomé y algunos artilleros. El miserable Garujo, asesino de Ferguson, escapó al suplicio, gracias a las revelaciones que hizo; varios de los conspiradores escaparon de la muerte porque huyeron o porque les fue conmutada la pena. González, cuya familia conocí, desapareció en los llanos y

jamás, desde entonces se volvió a oír hablar de él. El proceso de Santander despertó un gran interés. El general no había tomado parte ostensible en el atentado del 25 de septiembre. De todas maneras el consejo de guerra lo condenó a ser pasado por las armas, pero el consejo de ministros opinó que era preferible conmutar esta pena por la del destierro. Algunos años después de estos sucesos, Bolívar había muerto y Santander regresaba a Colombia como presidente. Yo tuve la oportunidad de almorzar con él en Santa Marta, cuando yo regresaba a Francia. Se han discutido los motivos que tuvieron los conjurados para atentar contra la vida del Libertador y se creyó ver en este atentado la mano de España. Nada menos probable. Los conspiradores eran simplemente unos exaltados ambiciosos. En lo que se refiere a Horment, el cónsul general de Francia, el señor Martigny, me ha asegurado que en los papeles que él examinó después de la ejecución de este infeliz, no encontró sino cartas de familia, entre otras una muy afectuosa de su madre, dándole el consejo de no mezclarse en política.

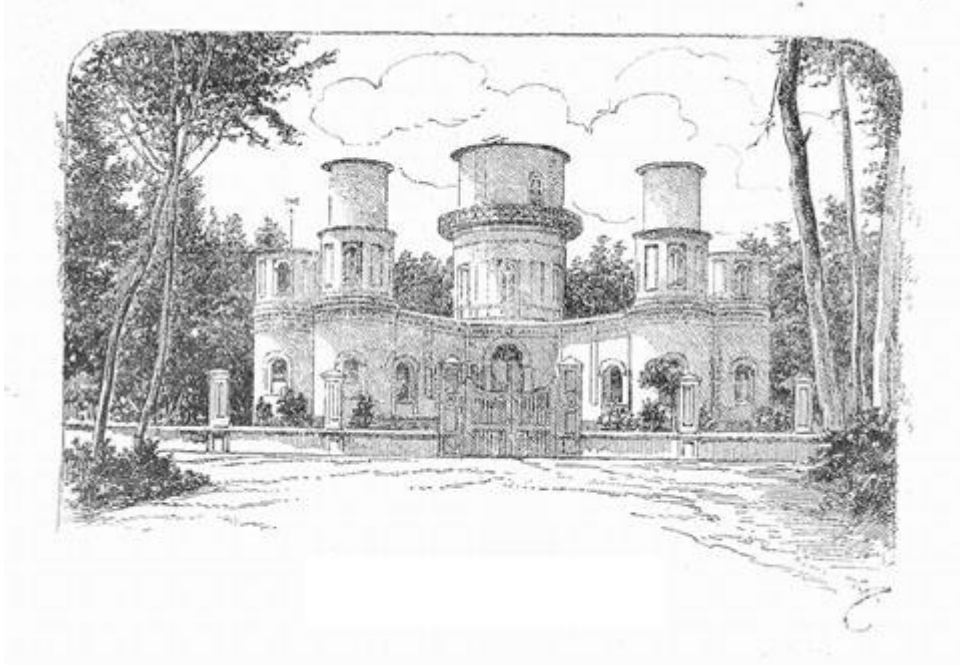
Esa fue la conspiración del 25 de septiembre en la cual Manuelita mostró un gran corazón, audacia y una rara presencia de espíritu. Nada tan divertido como su relato de la fuga del general:

—“Figúrese que quería defenderse. ¡Dios mío! era divertido verlo en camisa y espada en mano. Don Quijote en persona; ¡si no lo hubiese hecho saltar por la ventana, habría sido hombre muerto!”.

¡Pobre Manuelita! Hacia el fin de su carrera, habiendo desaparecido ya Bolívar, cayó en la miseria. Un amigo la encontró en Paita, sobre la costa del Perú, vendiendo cigarros, siempre alegre, afable y lo que nada habría hecho prever en la época de su grandeza con una obesidad extraordinaria.

ANEXO C - Capítulo sobre Manuela Sáenz contido em Tradições Peruanas

La Protectora y la Libertadora
(Monografías históricas)



Observatorio astronómico de Quito

I

Doña Rosa Campusano

Tendría yo el tradicionista de trece a catorce años; y era alumno en un colegio de instrucción preparatoria.

Entre mis condiscípulos había un niño de la misma edad, hijo único de don Juan Weniger, propietario de dos valiosos almacenes de calzado en la calle de Plateros de San Agustín. Alejandro, que así se llamaba mi colega, excelente muchacho que, corriendo los tiempos, murió en la clase de capitán en una de nuestras desastrosas batallas civiles, simpatizaba mucho conmigo, y en los días festivos acostumbábamos mataperrear juntos.

Alejandro era alumno interno y pasaba los domingos en casa de su padre, alemán huraño de carácter, y en cuyo domicilio, al que yo iba con frecuencia en busca del compañero, nunca vi ni sombra de faldas. En mi concepto, Alejandro era huérfano de madre.

Como en ningún colegio faltan espíritus precoces para la maledicencia, en una de esas frecuentes contiendas escolares trabose Alejandro de palabras con otro chico; y éste, con aire de quien lanza abrumadora injuria, le gritó: «¡Cállate, protector!». Alejandro, que era algo vigoroso, selló la boca de su adversario con tan rudo puñetazo que le rompió un diente.

Confieso que en mi frivolidad semi-infantil no paré mientes en la palabra, ni la estimé injuriosa. Verdad también que yo ignoraba su significación y alcance, y aun sospecho que a la mayoría de mis compañeros les pasó lo mismo.

-¡Protector! ¡Protector! -murmurábamos-. ¿Por qué se habrá afarolado tanto este muchacho?

La verdad era que por tal palabrita ninguno de nosotros habría hecho escupir sangre a un colega. En fin, cada cual tiene el genio que Dios le ha dado.

Una tarde me dijo Alejandro:

-Ven, quiero presentarte a mi madre.

Y en efecto. Me condujo a los altos del edificio en que está situada la Biblioteca Nacional, y cuyo director, que lo era por entonces el ilustre Vigil, concedía habitación gratuita a tres o cuatro familias que habían venido a menos.

En un departamento compuesto de dos cuartos vivía la madre de mi amigo. Era ella una señora que frisaba en los cincuenta, de muy simpática fisonomía, delgada, de mediana estatura, color casi alabastrino, ojos azules y expresivos, boca pequeña y mano delicada. Veinte años atrás debió haber sido mujer seductora por su belleza y gracia y trabucado el seso a muchos varones en ejercicio de su varonía.

Se apoyaba para andar en una muleta con pretensiones de bastón. Rengueaba ligeramente.

Su conversación era entretenida y no escasa de chistes limeños, si bien a veces me parecía presuntuosa por lo de rebuscar palabras cultas.

Tal era en 1846 ó 47, años en que la conocí, la mujer que en la crónica casera de la época de la independencia fue bautizada con el apodo de la Protectora, y cuya monografía voy a hacer a la ligera.

Rosita Campusano nació en Guayaquil en 1798. Aunque hija de familia que ocupaba modesta posición, sus padres se esmeraron en educarla, y a los quince años bailaba como una

almea de Oriente, cantaba como una sirena y tocaba en el clavecín y en la vihuela todas las canciones del repertorio musical a la moda. Con estos atractivos, unidos al de su personal belleza y juventud, es claro que el número de sus enamorados tenía que ser como el de las estrellas, infinito.

La niña era ambiciosa y soñadora, con lo que está dicho que después de cumplidas las diez y ocho primaveras, prefirió el ser la esposa de un hombre pobre de fortuna que la amase con todo el amor del alma, ser la querida de un hombre opulento que por vanidad la estimase como valiosa joya. No quiso lucir percal y una flor en el peinado, sino vestir seda y terciopelo y deslumbrar con diadema de perlas y brillantes.



Doctor don Francisco de P. González Vigil

En 1817 llegó a Lima la Rosita en compañía de su amante, acaudalado español que barbeaba medio siglo, y cuyo goce era rodear a su querida de todos los esplendores del lujo y satisfacer sus caprichos y fantasías.

En breve los elegantes salones de la Campusano, en la calle de San Marcelo, fueron el centro de la juventud dorada. Los condes de la Vega del Ren y de San Juan de Lurigancho, el marqués de Villafuerte, el vizconde de San Donás y otros títulos partidarios de la revolución; Boqui, el caraqueño Cortínez, Sánchez Carrión, Mariátegui y muchos caracterizados conspiradores en favor de la causa de la independencia formaban la tertulia de Rosita, que con

el entusiasmo febril con que las mujeres se apasionan de toda idea grandiosa, se hizo ardiente partidaria de la patria.

Desde que San Martín desembarcó en Pisco, doña Rosa, que a la sazón tenía por amante oficial al general don Domingo Tristán, entabló activa correspondencia con el egregio argentino. Tristán y La Mar, que era otro de los apasionados de la gentil dama, servían aún bajo la bandera del rey, y acaso tuvieron en presencia de la joven expansiones políticas que ella explotara en provecho de la causa de sus simpatías. Decíase también que el virrey La Serna quemaba el incienso del galanteo ante la linda guayaquileña, y que no pocos secretos planes de los realistas pasaron así desde la casa de doña Rosa hasta el campamento de los patriotas en Huaura.

Don Tomás Heres, prestigioso capitán del batallón Numancia, instado por dos de sus amigos, sacerdotes oratorianos, para afiliarse en la buena causa, se manifestaba irresoluto. Los encantos de doña Rosa acabaron de decidirlo, y el Numancia, fuerte de 900 plazas, pasó a incorporarse entre las tropas republicanas. La causa de España en el Perú quedó desde ese momento herida de muerte.

En una revolución que a principios de 1821 debió encabezar en la fortaleza del Callao el comandante del batallón Cantabria don Juan Santalla, fue doña Rosa la encargada de poner a este jefe en relación con los patriotas. Pero Santalla, que era un barbarote de tan hercúleo vigor que con sólo tres dedos doblaba un peso fuerte, se arrepintió en el momento preciso, y rompió con sus amigos, poniendo la trama en conocimiento del virrey, si bien tuvo la hidalguía de no denunciar a ninguno de los complicados.

San Martín, antagónico en esto a su ministro Monteagudo y al Libertador Bolívar, no dio en Lima motivo de escándalo por aventuras mujeriegas. Sus relaciones con la Campusano fueron de tapadillo. Jamás se le vio en público con su querida; pero como nada hay oculto bajo el sol, algo debió traslucirse, y la heroína quedó bautizada con el sobrenombre de la Protectora.

Organizada ya la Orden del Sol, San Martín, por decreto de 11 de enero de 1822, creó ciento doce caballerasas seglares y treinta y dos caballerasas monjas, escogidas entre las más notables de los trece monasterios de Lima. Entre las primeras se encontraron las condesas de San Isidro y de la Vega, y las marquesas de Torre-Tagle, Casa-Boza, Castellón y Casa Muñoz.

El viajero Stevenson, que fue secretario de lord Cochrane, y que como tal participaba del encono de su jefe contra San Martín, critica en el tomo III de su curiosa y entretenida obra, impresa en Londres en 1829, *Historical and descriptive narrative of twenty years*

residence in South America, que el Protector hubiera investido a su favorita la Campusano con la banda bicolor (blanco y rojo), distintivo de las caballeresas. Esta banda llevaba en letras de oro la inscripción siguiente: Al patriotismo de las más sensibles. Paréceme que en los albores de la independencia la sensiblería estuvo muy a la moda.

Sin discurrir sobre la conveniencia o inconveniencia de la creación de una Orden antidemocrática, y atendiendo únicamente al hecho, encuentro injusta la crítica de Stevenson. Es seguro que a ninguna otra de las caballeresas debió la causa libertadora servicios de tanta magnitud como los prestados por doña Rosa. En la hora de la recompensa y de los honores, no era lícito agraviarla con ingrato olvido.

Con el alejamiento de San Martín de la vida pública se eclipsa también la estrella de doña Rosa Campusano. Con Bolívar debía lucir otro astro femenino.

Posteriormente, y cuando los años y acaso las decepciones habían marchitado a la mujer y traídola a condición estrecha de recursos para la vida, el Congreso del Perú asignó a la caballeresa de la Orden del Sol una modesta pensión.

La Protectora murió en Lima por los años de 1858 a 1860.

II

Doña Manuela Sáenz

El puerto de Paita por los años de 1856, en que era yo contador a bordo de la corbeta de guerra Loa, no era, con toda la mansedumbre de su bahía y excelentes condiciones sanitarias, muy halagüeña estación naval para los oficiales de marina. La sociedad de familias con quienes relacionarse decorosamente era reducidísima. En cambio, para el burdo marinero Paita con su barrio de Maintope, habitado una puerta sí y otra también por proveedoras de hospitalidad (barata por el momento, pero carísima después por las consecuencias), era otro paraíso de Mahoma, complementado con los nauseabundos guisotes de la fonda o cocinería de don José Chepito, personaje de inmortal renombre en Paita.

De mí sé decir que rara vez desembarcaba, prefiriendo permanecer a bordo entretenido con un libro o con la charla jovial de mis camaradas de nave.

Una tarde, en unión de un joven francés dependiente de comercio, paseaba por calles que eran verdaderos arenales. Mi compañero se detuvo a inmediaciones de la iglesia, y me dijo:

-¿Quiere usted, don Ricardo, conocer lo mejorcito que hay en Paita? Me encargo de presentarlo, y le aseguro que será bien recibido.

Ocurriome que se trataba de hacerme conocer alguna linda muchacha; y como a los veintitrés años el alma es retozona y el cuerpo pide jarana, contesté sin vacilar:

-A lo que estamos, benedicamos, franchute. Andar y no tropezar.

-Pues en route, mon cher.

Avanzamos media cuadra de camino, y mi cicerone se detuvo a la puerta de una casita de humilde apariencia. Los muebles de la sala no desdecían en pobreza. Un ancho sillón de cuero con rodaje y manizuela, y vecino a éste un escaño de roble con cojines forrados en lienzo; gran mesa cuadrada, en el centro; una docena de silletas de estera, de las que algunas pedían inmediato reemplazo; en un extremo, tosco armario con platos y útiles de comedor, y en el opuesto una cómoda hamaca de Guayaquil.

En el sillón de ruedas, y con la majestad de una reina sobre su trono, estaba una anciana que me pareció representar sesenta años a lo sumo. Vestía pobremente, pero con aseo; y bien se adivinaba que ese cuerpo había usado, en mejores tiempos, gro, raso y terciopelo.

Era una señora abundante de carnes, ojos negros y animadísimos en los que parecía reconcentrado el resto de fuego vital que aún la quedara, cara redonda y mano aristocrática.

-Mi señora doña Manuela - dijo mi acompañante -, presento a usted este joven, marino y poeta, porque sé que tendrá usted gusto en hablar con él de versos.

-Sea usted, señor poeta, bien venido a esta su pobre casa - contestó la anciana, dirigiéndose a mí con un tono tal de distinción que me hizo presentir a la dama que había vivido en alta esfera social.

Y con ademán lleno de cortesana naturalidad, me brindó asiento.

Nuestra conversación, en esa tarde, fue estrictamente ceremoniosa. En el acento de la señora había algo de la mujer superior acostumbrada al mando y a hacer imperar su voluntad. Era un perfecto tipo de la mujer altiva. Su palabra era fácil, correcta y nada presuntuosa, dominando en ella la ironía.

Desde aquella tarde encontré en Paita un atractivo, y nunca fui a tierra sin pasar una horita de sabrosa plática con doña Manuela Sáenz. Recuerdo también que casi siempre me

agasajaba con dulces hechos por ella misma en un brasero de hierro que hacía colocar cerca del sillón.

La pobre señora hacía muchos años que se encontraba tullida. Una fiel criada la vestía y desnudaba, la sentaba en el sillón de ruedas y la conducía a la salita.

Cuando yo llevaba la conversación al terreno de las reminiscencias históricas; cuando pretendía obtener de doña Manuela confidencias sobre Bolívar y Sucre, San Martín y Monteagudo, u otros personajes a quienes ella había conocido y tratado con llaneza, rehuía hábilmente la respuesta. No eran de su agrado las miradas retrospectivas, y aun sospecho que obedecía a calculado propósito al evitar toda charla sobre el pasado.

Desde que doña Manuela se estableció en Paita, lo que fue en 1850, si la memoria no me es ingrata, cuanto viajero de alguna ilustración o importancia pasaba en los vapores, bien con rumbo a Europa o con procedencia de ella, desembarcaba atraído por el deseo de conocer a la dama que logró encadenar a Bolívar. Al principio doña Manuela recibió con agrado las visitas; pero comprendiendo en breve que era objeto de curiosidades impertinentes, resolvió admitir únicamente a personas que le fueran presentadas por sus amigos íntimos del vecindario.

Esbochemos ahora la biografía de nuestra amiga.

Doña Manuela Sáenz, perteneciente a familia de holgada posición, nació en Quito, en las postrimerías del pasado siglo, y se educó en un convento de monjas de su ciudad natal. Era, en dos o tres años, mayor que su compatriota la guayaquileña Campusano. En 1817, contrajo matrimonio con don Jaime Thorne, médico inglés que pocos años más tarde vino a residir en Lima, acompañado de su esposa.



El Libertador don Simón Bolívar

No podré precisar la fecha en que rota la armonía del matrimonio, por motivos que no me he empeñado en averiguar, regresó doña Manuela a Quito; pero debió ser a fines de 1822; pues entre las ciento doce caballeras de la Orden del Sol, figura la señora Sáenz de Thorne, que indudablemente fue una de las más exaltadas patriotas.

Después de la victoria de Pichincha, alcanzada por Sucre en mayo del 22, llegó el Libertador a Quito, y en esa época principiaron sus relaciones amorosas con la bella Manuelita, única mujer que, después de poseída, logró ejercer imperio sobre el sensual y voluble Bolívar.

Durante el primer año de permanencia del Libertador en el Perú, la Sáenz quedó en el Ecuador entregada por completo a la política. Fue entonces cuando lanza en ristre y a la cabeza de un escuadrón de caballería sofocó un motín en la plaza y calles de Quito.

Poco antes de la batalla de Ayacucho se reunió doña Manuela con el Libertador, que se encontraba en Huaura.

Todos los generales del ejército, sin excluir a Sucre, y los hombres más prominentes de la época, tributaban a la Sáenz las mismas atenciones que habrían acordado a la esposa legítima del Libertador. Las señoras únicamente eran esquivas para con la favorita; y ésta, por su parte, nada hacía para conquistarse simpática benevolencia entre los seres de su sexo.

Al regresar Bolívar a Colombia, quedó en Lima doña Manuela; pero cuando estalló en la división colombiana la revolución encabezada por Bustamante contra la Vitalicia de Bolívar, revolución que halló eco en el Perú entero, la Sáenz penetró, disfrazada de hombre, en uno de los cuarteles, con el propósito de reaccionar un batallón. Frustrado su intento, el nuevo gobierno la intimó que se alejase del país, y doña Manuela se puso en viaje hasta juntarse con Bolívar en Bogotá. Allí Bolívar y su favorita llevaron vida íntima, vida enteramente conyugal; y la sociedad bogotana tuvo que hacerse de la vista gorda ante tamaño escándalo. La dama quiteña habitaba en el palacio de gobierno con su amante.

La Providencia reservaba a la Sáenz el papel de salvadora de la vida del Libertador; pues la noche en que los septembristas invadieron el palacio, doña Manuela obligó a Bolívar a descolgarse por un balcón, y viéndolo ya salvo en la calle, se encaró con los asesinos, deteniéndolos y extraviándolos en sus pesquisas para ganar tiempo y que su amante se alejase del lugar del conflicto³.

Corazón altamente generoso, obtuso doña Manuela que Bolívar conmutase en destierro la pena de muerte que el Consejo de guerra había impuesto, entre otros de los revolucionarios, a dos que fueron los que más ultrajes la prodigaron. Bolívar se resistía a complacerla; pero su amada insistió enérgicamente y dos existencias fueron perdonadas. ¡Nunca una favorita pudo emplear mejor su influencia para practicar acción más noble!

Muchos años después de la muerte de Bolívar, acaecida en diciembre de 1830, el Congreso del Perú (y entiendo que también uno de los tres gobiernos de la antigua Colombia) asignó pensión vitalicia a la Libertadora, apodo con que, hasta en la historia contemporánea, es conocida doña Manuela. Algo más. En su vejez no se ofendía de que así la llamasen, y en diversas ocasiones vi llegar a su casa personas que, como quien hace la más natural y sencilla de las preguntas, dieron: «¿Vive aquí la Libertadora?». Doña Manuela sonreía ligeramente y contestaba: «Pase usted. ¿Qué quiere con la Libertadora?».

¿Qué motivos tuvo la amada de Bolívar para venir a establecerse y a morir en uno de los por entonces más tristes lugarejos del Perú? La pobre baldada me dijo, un día en que aventuré la pregunta, que había elegido Paita por consejo de un médico, quien juzgaba que

con baños de arena recobrarían los nervios de la enferma la flexibilidad perdida. Alguien ha escrito que por orgullo no quiso doña Manuela volver a habitar en las grandes ciudades, donde había sido admirada como astro esplendoroso: temía exponerse a vengativos desdenes.

Cuando vino doña Manuela a residir en Paita, ya su esposo, el doctor don Jaime Thorne, había muerto, y de mala manera. Thorne, asociado con un señor Escobar, trabajaba en la hacienda de Huayto, sobre cuya propiedad mantuvo ruidoso litigio con el coronel don Justo Herculles, que alegaba también derechos al fundo, como parte de su herencia materna. Una tarde de 1840 ó 1841 en que Thorne, de bracero con una buena moza que lo consolaba probablemente de las ya rancias infidelidades de doña Manuela, paseaba por uno de los callejones de la hacienda, se echaron sobre él tres enmascarados y le dieron muerte a puñaladas. La voz pública (que con frecuencia se equivoca) acusó a Herculles de haber armado el brazo de los incógnitos asesinos. También Herculles concluyó trágicamente, uno o dos años más tarde; pues caudillo de una revolución contra el gobierno del presidente general Vidal, fue fusilado en Huaraz.

III

La Protectora y la Libertadora

Yo que tuve la buena suerte de conocer y tratar a la favorita de San Martín y a la favorita de Bolívar, puedo establecer cardinales diferencias entre ambas. Física y moralmente eran tipos contrapuestos.

En la Campusano vi a la mujer con toda la delicadeza de sentimientos y debilidades propias de su sexo. En el corazón de Rosa había un depósito de lágrimas y de afectos tiernos, y Dios le concedió hasta el goce de la maternidad, que negó a la Sáenz.

Doña Manuela era una equivocación de la naturaleza, que en formas esculturalmente femeninas encarnó espíritu y aspiraciones varoniles. No sabía llorar, sino encolerizarse como los hombres de carácter duro.

La Protectora amaba el hogar y la vida muelle de la ciudad; y la Libertadora se encontraba como en su centro en medio de la turbulencia de los cuarteles y del campamento. La primera nunca paseó sino en calesa. A la otra se la vio en las calles de Quito y en las de Lima cabalgada a manera de hombre en brioso corcel, escoltada por dos lanceros de Colombia y vistiendo dolmán rojo con brandeburgos de oro y pantalón bombacho de cotonía blanca.

La Sáenz renunciaba a su sexo, mientras la Campusano se enorgullecía de ser mujer. Ésta se preocupaba de la moda en el traje, y la otra vestía al gusto de la costurera. Doña Manuela usó siempre dos arillos de oro o de coral por pendientes, y la Campusano deslumbraba por la profusión de pedrería fina.

La primera, educada por monjas y en la austeridad de un claustro, era librepensadora. La segunda, que pasó su infancia en medio de la agitación social, era devota creyente.

Aquella dominaba sus nervios, conservándose serena y enérgica en medio de las balas y al frente de lanzas y espadas tintas en sangre o del afilado puñal de los asesinos. Ésta sabía desmayarse o disforzarse, como todos esos seres preciosos y engréidos que estilan vestirse por la cabeza, ante el graznar fatídico del búho o la carrera de asustadizo ratoncillo.

La Campusano perfumaba su pañuelo con los más exquisitos extractos ingleses. La otra usaba la hombruna agua de verbena.

Hasta en sus gustos literarios había completa oposición.

Cuando se restableció el absolutismo y con él la Inquisición, porque turbas estúpidas y embriagadas rodeaban en Madrid la carroza en que se pavoneaba Fernando VII, a los gritos de «¡viva el rey! ¡vivan las cadenas!», y el monarca con aire socarrón les contestaba: «¿queréis cadenas, hijitos?, pues tranquilizaos, que se os complacerá pedir de boca», el nombre de doña Rosa Campusano figuró en el registro secreto del Santo Oficio de Lima por lectora de Eloísa y Abelardo y de libritos pornográficos. Lluvia de librejos tales hubo en Lima por aquel año, y precisamente la persecución que los padres de familia emprendieron para que aquéllos no se introdujesen en el hogar, hizo que hasta las mojigatas se diesen un buen atracón de lectura, para tener algo que contarle al fraile confesor en la cuaresma.

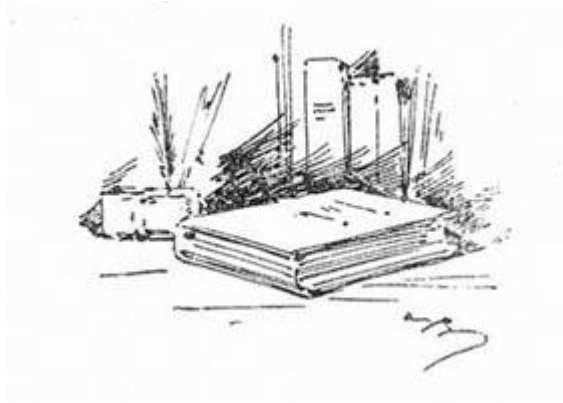
El galante Arriaza y el dulcísimo Meléndez eran los poetas de Rosita.

¡Qué contraste con las aficiones de doña Manuela! Ésta leía a Tácito y a Plutarco; estudiaba la historia de la península en el padre Mariana, y la de América en Solís y Garcilaso; era apasionada de Cervantes, y para ella no había poetas más allá de Cienfuegos, Quintana y Olmedo. Se sabía de coro el Canto a Junín y parlamentos enteros del Pelayo, y sus ojos, un tanto abotargados ya por el peso de los años, chispeaban de entusiasmo al declamar los versos de sus vates predilectos. En la época en que la conocí, una de sus lecturas favoritas era la hermosa traducción poética de los Salmos por el peruano Valdez, doña Manuela empezaba a tener ráfagas de ascetismo, y sus antiguos humos de racionalista iban evaporándose.

Decididamente Rosa Campusano era toda una mujer; y sin escrúpulo, a haber sido yo joven en sus días de gentileza, me habría inscrito en la lista de sus enamorados... platónicos.

La Sáenz, aun en los tiempos en que era una hermosura, no me habría inspirado sino el respetuoso sentimiento de amistad que le profesé en su vejez.

La Campusano fue la mujer-acápite. La Sáenz fue la mujer-hombre.



ANEXO D - Primeiro fragmento do diário de Manuela Sáenz (Quito, 1822)

Diário de Quito

19 de mayo de 1822

Hemos llegado a Quito sin novedad. El ejército se desvió en Tambillo y nosotras seguimos hacia el Norte, hasta la plaza de San Francisco, donde nos apeamos para llegar en andas hasta la casa.

20 de mayo de 1822

Los chapetones miran con mucho recelo a todo recién llegado, piden salvoconducto y demás cédulas de tránsito, a fin de realizar algún hallazgo de «sedición» que es su término favorito.

22 de mayo

Hay noticias de que es probable se entable batalla con el enemigo, ya sea en las afueras o dentro de Quito; los realistas están en vigilia por toda la población y no dejan de meter sus narices en todo y reuniones; poniendo fin al encanto de hacerles estallar la pólvora en las patas.

Yo estoy enviando ahora mismo una ración completa a la compañía de la guardia del batallón «Paya» y cinco mulas para su abastecimiento y reponer las pérdidas. No espero que me paguen; pero si este es el precio de la libertad, bien poco ha sido.

23 de mayo de 1822

Hoy, a las tres, ha llegado un soldado del «Yaguachi» vestido de paisano con particulares para los simpatizantes de la causa, de que se preparen ayudas de ser necesario de parte de los civiles para reforzar a los valientes, pues se aprestan a tomar Quito con el señor general Sucre al mando (este general es venezolano).

Los godos se han puesto nerviosos y andan por todas partes atisbando el descuido de algunos para tomarles presos. Ya le he impartido órdenes a Jonathás, yéndose con Nathán a recoger información que sirva como espionaje, de dónde se encuentran las fortificaciones y los puestos de defensa de los españoles, para mandarles dicha información a los patriotas.

24 de mayo de 1822

Hoy ha amanecido, con una gran agitación que ha despertado a todos en general. Los godos proclaman bandos a los cuatro vientos, ordenando que no salgamos de las casas; pues hacer la contraorden es justificación de rebeldía y se castiga con el cepo.

Todos miramos a través de las rendijas y los visillos de las ventanas. Los godos corren a las faldas del Pichincha para detener el avance del general Sucre con su tropa, quien ya se encuentra arriba y les ha madrugado en posiciones... (me detengo aquí para observar y no perderme detalle).

Los señores generales del ejército patriota no nos permitieron unirnos a ellos: mi Jonathás y Nathán sienten como yo el mismo vivo interés de hacer la lucha; porque somos criollas y mulatas a las que nos pertenece la libertad de este suelo.

Sin embargo, seguimos a pie junto a este ejército de valientes, a los cuales les sobran agallas para enfrentarse con los godos, que sí están bien apertrechados y armados y alimentados; tanto, como organizados en la disciplina militar. Ahora vamos rodeando la cordillera hasta llegar a las proximidades de Quito, recibiendo postas con noticias de graves acontecimientos, porque los realistas están por todas partes.

Ya son las cinco y media de la tarde.

Jonathás y Nathán y yo estamos rendidas. Llegamos de auxiliar a los heridos y ayudar a calmar sus dolencias con bálsamo del Perú e infusiones de amapola.

Le he enviado al general Sucre, a quien he conocido en persona y es muy agradable y fino en su trato, una recua de cinco mulas, yendo Juan a entregarlas, con raciones de comida. Retomo aquí el acontecimiento de la batalla: como a las nueve y media empezó la batalla, que gozamos con mucho nerviosismo, comiéndonos las uñas. Jonathás gritaba como una loca y Nathán se dio tremendo golpe en el brazo izquierdo por subirse en un escaparate vencido. La mañana tuvo un sol esplendoroso, radiante, como de gloria; para señalar el triunfo de los patriotas.

Desde los balcones se divisaba el fuego de la artillería y las cargas de infantería arremetiendo contra toda voluntad. Parecía una fiesta de castillos más que una batalla, aunque el olor a pólvora traía los alaridos de los cobardes que se despeñaban por huir de las bayonetas que les perseguían. La caballería se movía lenta pero precisa en el bosque abajo, aguardando la orden de ataque.

El batallón «Paya» al mando del comandante José Leal, que enarbolaba orgulloso su bandera y estandarte, fue el primero en tener contacto cuerpo a cuerpo con el enemigo. Un poco de duda estuvo a punto de perder las posiciones logradas por el ejército patriota; pero el

coronel Córdoba, al mando del batallón Magdalena, arengó muy bonito a los soldados, y estos febrilmente se lanzaron prestos a derrotar y destruir a los españoles, obligándoles a salir despavoridos a refugiarse al fuerte del Panecillo.

Nemencio, el lacayo de papá, se encuentra muy irritado, pues es «chapelón» y no hace sino maldecir con el tabaco entre los dientes. Yo le he manifestado que no va a sucederle nada, pero es tan terco por ser gallego.

A toques de corneta, que se escuchaban como alejándose por el viento, los patriotas despeñaban a los realistas, que subían escalando difícilmente esa ladera.

Disparaban a todo lado, sin cuartel, hasta que los godos tocaron a retirada.

Fue entonces cuando se lanzó la caballería a la caza de los que huían. La artillería cubrió de descargas todo el campo de batalla. Allí se destacó un joven de apellido Calderón, quien no quiso abandonar el campo de Marte y murió valerosamente.

Los peruanos del batallón «Piura» se dieron en derrota, lo mismo que el «Trujillo», al no ser auxiliado por el anterior. Pero los colombianos del «Paya» y del «Yaguachi» respondieron valerosamente por la Victoria; aunque los del «Cazadores» y «Granaderos» se batieron también en retirada, que no se justificó, por hallarse estos en las mejores posiciones, sin que hicieran algo por luchar contra el enemigo. El general Sucre le propuso a Aymerich (comandante de los españoles) una rendición honrosa, muy digna de su gallardía, y que el realista aceptó. Ocasión que dio lugar a la capitulación y libertad de Quito del poder español.

25 de mayo

Las mingas, a las que precede la matraca, dan la vuelta a la ciudad. La gente se ha salido a las calles a festejar, se celebró un Tedeum en la Catedral y colaboramos todos en el arreglo y decoración del altar. Esto fue el día 25 de mayo.

La ciudad se encuentra muy bonita, y adornada con arcos triunfales de flores, por donde entraron los libertadores. Pero todo también ha tenido su medida, pues las fiestas ya tienen la invitación al Libertador Simón Bolívar. Tengo la fortuna de lisonjearme la amistad del apuesto general Sucre. Es un hombre muy valiente, caballero, y se ve en sus ojos la sinceridad. Yo, por mi parte, le he brindado mi casa y mi amistad. Su excelencia, general A. de Sucre me ha hablado mucho de S.E. El Libertador Bolívar, y me tiene encantada con sus pláticas sobre el arrojo de nuestro Libertador.

Todos esperan que S.E. llegue a Quito, a fin de completar los festejos. Hay gran ansiedad por verlo y conocerlo; además que su presencia aquí legitimaría el establecimiento de la república.

He conocido a casi todos los oficiales del ejército libertador, yéndome a su cuartel general, a fin de hacerme reconocida de esos cuerpos militares, pues me gusta mucho la causa. ¡Creo que nací con vena para la gloria! Aunque mi padre se opone, y mi marido a que ande en roce con el ejército. No me queda más que hacer mi voluntad, que es más fuerte que yo. Además, espero le den buenas referencias más a S.E. Simón Bolívar. ¡Cómo anhelo conocerlo y tratarlo!, pues dicen que es muy culto.

Manuela

P.D. Se dice que S.E. El Libertador Simón Bolívar llega en el mes de junio, tal vez a finales.

Junio 4 de 1822

Parece que el Libertador prepara la adhesión de Guayaquil a la Gran Colombia, pues sin este puerto no habría condición estratégica de la República.

Junio 6 de 1822

Hoy he platicado con el coronel Córdoba, pero me parece un hombre rígido y poco de fiar, pues sus pretensiones son las de obtener la misma gloria de S.E. El Libertador.

El general Sucre me ha confesado que hay que tolerar cierta insolencia de sus oficiales, pues de todas maneras es con ellos que se ha logrado la victoria. Concepto que no comparto y que le he manifestado a S.E. quien me manifestó jocosamente que yo era una mujer muy especial por ser franca.

Junio 10 de 1822

Hoy se supo que S.E. El Libertador Simón Bolívar entró triunfante en Pasto, luego de haber ganado palmo a palmo las laderas de esas cordilleras, y que fue recibido, bajo palio y arco triunfal, por los simpatizantes de la república, el día seis del presente.

Junio 13 de 1822

Estoy muy ocupada en estos días, pues hago parte del comité de recepción a S.E. Simón Bolívar. Me encuentro muy nerviosa y por este motivo escribo como tarada. He ordenado que traigan flores y jazmines de Catahuango, y que dispongan todo lo mejor en procura de brindar a S.E. Bolívar, una mejor recepción, para lo cual he prestado la vajilla que me regaló James, enviada a la casa de don Juan Larrea, junto con dos manteles y cubiertos de plata. Como inventario se me ha dado un recibo.

Junio 15 de 1822

Todo es una locura, pues se ha anunciado que S.E. Simón Bolívar llega mañana, ¡y los preparativos eran para fines de mes! Pero hay gran contento y todo el mundo colabora en rehacer los arcos triunfales, adornándolos con flores de las más lindas y limpiando la ciudad y pintando las fachadas de sus casas, decorando los balcones por donde pasará el cortejo militar con S.E. a la cabeza.

Manuela

Junio 16 de 1822

La ciudad está vestida de fiesta, la gente corre por todos lados, los indios que transportan encargos andan muy apresurados, y hay que ver cómo la gente adorna las calles con arcos de caña guadúa y con ramas de laurel y flores, colocándolas en las esquinas y los balcones con ocasión de festejar ya en serio, no sólo la batalla de Pichincha sino también el arribo de S.E. El Libertador Simón Bolívar y Presidente de Colombia, por primera vez a Quito.

Qué emocionante conocer a este señor, a quien llaman el «Mesías Americano», y del que tanto he oído hablar. Todos los vecinos están muy entusiasmados, la señora Rosalía y su hija Eulalia del Carmelo, el doctor Lozano y la señora María Francisca también, como la viuda del coronel Patricio Pareja y las señoritas Pilar y María del Carmen Gómez Donoso; la familia Moreano Villagómez, que ha recibido la visita de su hijo Gonzalo, quien ya es teniente y se le ve muy apuesto y con gallardía; don Luis Ponce de Valencia y su familia, que están emparentados con mis amigos muy patriotas, los esposos don José Asunción Casares y la señora Camila Ponce; la señora Abigail Rivas de Tamayo, dueña del bazar «Borla de Oro», quien donó todos los encajes, bordados y botonaduras para los uniformes del batallón Paya, y sus hijos Antonio y José Miguel; en fin, son tantos los nombres, que de nombrarlos a todos no terminaría ni con diez diarios. Dejo aquí, para disponerme a las órdenes de don Juan Larrea, quien anunció va a venir por mí.

Manuela

Junio 19 de 1822

La caravana de los héroes entró a las ocho y media de la mañana por la calle principal, que da con la calle de Las Cruces, viniendo desde Guayllabamba y pasando por los ejidos del

norte. Enseguida voy a describir los hechos del 16 que los considero muy especiales por la fortuna con que me han tocado.

¡Estoy muy feliz!!!

Pareciera como si el mundo entero se hubiera venido para acá. Qué apoteosis de recepción. No caben palabras como describir tanta emoción de la gente; desde la más alta alcurnia, pasando por todas las clases «de colores, gustos y sabores» y condiciones sociales (ahora sí en serio), y autoridades y clérigos (que me enseñaron a redactar así); hasta el más humilde de los indios que poco o nada entienden de estas cosas, se dieron cita para tributar su agradecimiento al Libertador y Presidente.

Yo encontrábame en compañía de mamá, en quien era raro ver algún signo de alegría o de tristeza. Sin embargo, su manifestación de ella de júbilo era tal, que hízome sentir la más feliz de las hijas, porque supe que mi madrecita también compartía de corazón toda esta alegría patriótica; mis tías y Jonathás y Nathán, aleccionadas por mí, gritaban en coro: ¡¡Ran, cataplán, cataplán, plan plan!!! ¡¡¡Qué viva El Libertador y presidente de Colombia!!! Estábamos acompañadas, además, por Eulalia Sánchez y Piedad y Marianita Gómez, Vicenta y María Manuela Casares, Isabel y Rosita Moreano; todas sentimos que la entrada de S.E. El Libertador y Presidente Simón Bolívar era muy importante para gratificar a la ciudad de Quito por su dedicación a la Libertad desde el nueve. Emocionante fue el momento en que se avistaron los cuerpos de la banda de guerra, tocando su compás redoblado de tambores, casi que iguales a los gritos de Jonathás y Nathán (me río).

En las iglesias resuenan las campanadas alegres, la pólvora alborota más la algarabía y la ansiedad de las gentes, por mirar y tocar a los héroes, iba en aumento, en un frenesí de locos. Todo hasta verlos aparecer al frente suyo. Su Excelencia El Libertador Bolívar y presidente de Colombia venía acompañado por el general Sucre, grandioso héroe de Pichincha. S.E. Simón Bolívar a la derecha, S.E. el general Sucre a la izquierda, posición muy bien ganada por su valentía a toda prueba. El corazón me palpitaba hasta el delirio, creo que esto de ser patriota me viene más por dentro de mí misma que por simpatía.

S.E. El Libertador, gallardo jinete, engalanado con uniforme de parada, en el que los hilos de oro se veían como evaporándose en el brillo del sol que ese día era como una parrilla. Venían en paso de formación y con los más escogidos oficiales de S.E. Bolívar El Libertador y presidente montado en un precioso caballo blanco, al que enjaezaron con lo más precioso de monturas y arreos que se puedan encontrar por estas tierras. La jaca se deleitaba en marchar con mucho garbo, a tal punto que parecieran como enredarse las patas con el paso (dicen que

en Colombia los adiestran así). Los cascos de los caballos parecían que acompañaran al redoble con su alegría similar a la de las castañuelas.

Desde todos los balcones, al pasar, llovían los pétalos deshojados de las rosas, flores y ramos caían para ir formando una alfombra fragante y colorida, que hizo más encantadora la algarabía y el recibimiento; los aplausos se escuchaban por doquier y los vivas a la república y a sus ejecutores se entonaban en coros más altos, de uno y otro lado de las calles. El delirio era ver y tocar de cerca a todos, pero con mayor placer a S.E. El Libertador Bolívar, saludarlo, tocarlo; ser correspondido.

Cuando se acercaba al paso de nuestro balcón, tomé la corona de rosas y ramitas de laureles y la arrojé para que cayera al frente del caballo de S.E.; pero con tal suerte que fue a parar con toda la fuerza de la caída, a la casaca, justo en el pecho de S.E. Me ruboricé de la vergüenza, pues El Libertador alzó su mirada y me descubrió aún con los brazos estirados de tal acto; pero S.E. se sonrió y me hizo un saludo con el sombrero pavonado que traía a la mano, y justo esto fue la envidia de todos, familiares y amigos, y para mí, el delirio y la alegría de que S.E. me distinguiera de entre todas, que casi me desmayo.

Todo en seguida fue fiesta y comidillas, de miradas cruzadas y veloces, de ofrecimientos de unas y aceptaciones gustosas y gallardas de los oficiales del cuerpo de guardia de S.E. Las envidias estuvieron, pues, a la orden del día, así como los comentarios. Se dispuso por parte del comité de recepción un gran festejo para el pueblo, y la tarima que sirvió para el recibimiento en la plaza estaba abarrotada por las autoridades civiles y eclesiásticas, junto con las doce ninfas en banda de seis a lado y lado del centro, donde estaba dispuesto el sillón de S.E. El Libertador y Presidente Simón Bolívar, lugar donde fue coronado una a una, doce veces, así: al Valor, al Orden; a la Disciplina; al Honor; a la Libertad; al Patriotismo; a la Hidalguía; al Carácter; a la Sabiduría; a la Prístina Pureza; a la Justicia, y a la Divina Misericordia, a medida que los discursos se pronunciaban.

Posteriormente, en la Catedral, S.E. Bolívar es recibido bajo palio y conducido hasta el altar mayor, a escuchar el oficio de un larguísimo Tedeum que duró casi las dos horas. Luego hubo fiesta para el pueblo y fuegos artificiales hasta bien entrada la noche.

Manuela

Vino a visitarme en la tarde del 16 don Juan Larrea, para prevenirme de una invitación al baile en honor de S.E. El Libertador Bolívar, que se celebrará en la mismísima casa de don Juan; a lo que me dispuse inmediatamente, mandando la vajilla y arreglos de flores, tal como se me pidió en colaboración, de parte del comité de recepción.

Mi madre y yo llegamos, junto con José María, al baile, casi al filo de las ocho; enseguida fuimos atendidos por un paje que nos condujo hasta el salón, y donde don Juan Larrea nos recibió de manera muy entusiasta. Tomándome del brazo, luego de haber saludado muy cortésmente a mi mamacita, me llevó hasta el sitio donde se hallaba Su Excelencia, sentado al fondo del salón y al centro, bajo un dosel preparado para él y lujosamente adornado con el tricolor de seda que fuera obsequio de la familia Orellana.

A S.E. Bolívar se le veía conversando muy amablemente con sus vecinos, acompañado de sus generales y edecanes. Al ver que nos acercábamos se levantó, disculpándose muy cortésmente y atento a nuestro arribo se inclinó haciendo una reverencia muy acentuada. Mi corazón palpitaba al estallarme cuando de don Juan Larrea escuché: «S.E. es para mí halagador presentarle a la señora Manuela Sáenz de Thorne.» S.E. Bolívar me miró fijamente con sus ojos negros, que querían descubrirlo todo, y sonrió.

Le presenté mis disculpas por lo de la mañana, y él me replicó diciéndome: «Mi estimada señora, ¡Si es usted la bella dama que ha incendiado mi corazón al tocar mi pecho con su corona! Si todos mis soldados tuvieran esa puntería, yo habría ganado todas las batallas». Me avergoncé un poco, cosa que S.E. notó al instante y, disculpándose, me tomó de la mano invitándome a bailar una contradanza, luego un minué que, aunque aborrezco, acepté encantada; para luego seguir con otra contradanza que nos dio la oportunidad de hablar. Luego un valse muy suave que nos hizo muy románticos.

Todas las parejas pararon para ver bailar a S.E. Bolívar, pues tiene fama de excelente bailarín, aplaudiéndonos; cosa por la que me puse muy contenta. S.E. me apartó luego para decirme: «Señora —me dijo—, insisto en que usted ha tocado hoy justo en mi corazón. Su belleza es el mejor regalo que un héroe puede recibir, pues su encantamiento se halla en su agradable vivacidad. Es forzoso entonces que yo manifieste a usted el motivo real de mi alegría. Me encuentro fascinado de usted por no decir enamorado. De usted y de la Caballeresa del Sol. Quién hubiera sabido que en esta ciudad se encontraba precisamente la poseedora del crisol donde debo fraguar mis sentimientos. Su arrobadora belleza hace que cualquier hombre transgreda los más caros principios de la fidelidad y del respeto. Permítame usted el que yo, su humilde admirador, haga uso de esa maravillosa transgresión».

Aunque muchos hombres me han lisonjeado, nunca hubo uno con tal osadía; pero en sus palabras no salían sino fragancias de una caja de música. ¡Yo acepté encantada! y descubrí desde aquel mismo momento que el hombre venía solo, pero traía consigo mi felicidad, esa que yo no conocía hasta ahora.

S.E. Bolívar no paraba de hablarme y lisonjearme presentándome a sus generales, advirtiéndoles de antemano que yo estaba comprometida con él y con la causa; les decía que yo era la realización de sus sueños, la compensación a sus desvelos por la libertad, etcétera, etcétera, etcétera. Todos ellos respondían, a una que S.E. bien merecía tal halago, por ser de lo más exquisito para los héroes, cosa que me dejaba perpleja.

Me tomé la libertad de hacerle bromas a S.E. las que le encantaron, diciéndome que yo tenía la habilidad y el genio de hacerle reír, lo que otros no lograban fácilmente. Entre estas bromas le pedí que el «ridículo» minué (ya pasó de moda en Europa), en especial, debía grabarse como recuerdo perdurable de nuestro primer encuentro. Se rió a carcajadas muy sonoras y, caracterizándose, me dijo que para mi satisfacción (siempre hablándome de mi belleza), mis palabras eran órdenes que iban a ser cumplidas inmediatamente.

En el intermesso se sirvió un espléndido ambigú, que todos los presentes disfrutamos a plenitud, con fervoroso apetito, y que dio lugar a que S.E. agradeciera tal distinción de honores, sintiéndose, como lo expresó, «quiteño de corazón», y comprometiéndose a dejar un sucesor suyo en estas tierras». Al concluir esto, por supuesto, arrancó los más vivos aplausos, que me ruborizaron al máximo, pues todos conocen mi condición civil (aunque no conviva con James).

A partir de este momento, todos sus generales se dirigían a mí con profunda admiración y respeto, que no dejaba de incomodarme, puesto que quería tener también de ellos su confianza.

Manuela

Junio 22 de 1822

Yo no sé que me pasó, pero me sentí liberada de James, y en cambio retribuida en la gloria de este señor, S.E. Simón Bolívar, que se ha fijado en mí y que me hace sentir la vida intensamente.

(Prosigo el relato del 16)

Para el segundo entreacto se dispuso una compañía de teatro que había venido desde Ambato, representando una comedia cuya sátira al poder español en retirada, se confundió con la magnanimidad de S.E. El Libertador y presidente Bolívar y del Ejército Colombiano, y terminó con un colofón de la República. Esto encantó a S.E. por ser de criollos la compañía, y ordenó que les pagaran muy bien y les atendieran a los integrantes, en todo cuanto se requiriera para el desarrollo de estos actos dramáticos.

He comprobado que S.E. es un bailarín consumado e incansable, pues ciertamente baila con verdadera destreza; habilidad que, según él, es la mejor manera de preparar una estrategia de guerra (esto lo dijo sonriéndome). No quise quedarme corta y para descollar por lo menos en algo, a la altura del conocimiento de este señor, empecé hablándole de política, luego de estrategias militares (mi parecer lo tenía embelesado).

Entonces me cortó y empezó a recitarme en perfecto latín a Virgilio y Horacio. Hablaba de los clásicos como si los hubiera conocido. Yo lo miraba y escuchaba entusiasmada, y cuando tuve por fin la oportunidad, le respondí dándole citas de Tácito y Plutarco, cosa que le llamó mucho la atención, quedándose casi como mudo y asintiendo de mis pobres conocimientos, con la cabeza, y diciendo «Sí, sí, sí eso es; sí, sí, sí», repetía. Entonces se puso muy erguido y yo pensé que se había enfadado; pero sonriendo me pidió el que era urgente le proporcionara todos los medios a fin de tener una entrevista conmigo (y muy al oído dijo: «encuentro apasionado»), que sería yo en adelante el símbolo para sus conquistas y que no sólo admiraba mi belleza sino también mi inteligencia.

Manuela

Me di perfecta cuenta que en este señor hay una gran necesidad de cariño; es fuerte, pero débil en su interior de él, de su alma, donde anida un deseo incontenible de amor. S.E. trata de demostrar su ánimo siempre vivo, pero en su mirada y su rostro se adivina una tragedia. Me comentó que se sentía en el cenit de su gloria de él; pero que, en verdad (y esto lo dijo muy en serio), necesitaba a alguien confidente y que le diera seguridad.

S.E. me pidió que lo acompañara al Cuartel General, donde su ayuda de cámara, el señor José María Espinosa, a quien caí en gracia (este señor es pintor además de soldado), realizaba un retrato en arpillera, con marco ovalado del busto de S.E. con una inscripción a la bóveda: «S.E. El Libertador y Presidente de Colombia, en la plenitud de su gloria.»

Cuando S.E. me lo enseñó, sus facciones cambiaron y tuvo como un resplandor en el rostro, que se le combinó con sus palabras: «He aquí (me dijo, señalando su retrato) al hombre en la plenitud de su gloria guerrera; el orgullo de América es el haber procreado al más grande Libertador de todos los tiempos. Mi gloria ha conquistado los límites del hemisferio y desde el Caribe hasta la mar océano de Balboa, mi sombra les cubre».

Me di cuenta de que este señor sentía mucha seguridad ante su propia efigie; tal como ocurre con todos los grandes hombres, que su ánimo se ve respaldado en su ego, hasta que encuentran el apoyo que les proporciona el valor para emprender nuevas y más audaces empresas.

Pienso que una mujer no sólo debe trastornar a un hombre con su belleza, sino dedicarle toda su atención, en vista de tal vez una intuición más fina, que procura ver todo con la realidad de los aconteceres, y el tino de poder seducir con mejores armas al enemigo, con sólo un guiño. Siendo caprichosa como en efecto lo soy, no me limito a tal conducta; por el contrario, advierto la necesidad de sacrificio y hago méritos por imponerme una actitud de atención a toda prueba.

Sé que este señor, me necesita, lo sé, y yo también a él; ambos formamos un círculo de sentimientos donde la seguridad va en busca del refugio del otro. Lo que sé hasta ahora me dice que tengo razón y que mi madurez da la suficiente garantía para que un hombre de la valía de S.E. se fije en mí.

Soy por temperamento informal, pero en tanto se me requiera de mí formalidad, asisto sin ambages, agrupando mis cualidades a una potencia de servicio y obra. Soy ambiciosa y me comprometo la libertad. ¿A qué un pajarillo enjaulado? ¿Un zorrillo encadenado? El venado corre cual saeta veloz por los prados y desconfiado vaga por los montes atento al ataque del tigre.

Así es mi desconfianza, que; en unos, no es más que la forma de negarse a servir; y en otros (mi caso), la necesidad para sobrevivir. Sé que con este señor llegaré a la cima. Daré mis conocimientos (escasos), mi vigor y mi carácter, así como mis sentimientos, mi existencia si fuera necesaria. Mi vida será arrastrada por su gloria y suyos serán en sus días aciagos mis consuelos. Y bien, nos hicimos cita clandestina, que no lo fue para nadie. Esto a los dos no nos preocupa, pues sólo se trata de la carcoma que impide a los débiles el enlace de dos almas correspondidas.

Un poco pasar desapercibidos la maledicencia y las comidillas y las preocupaciones sociales, son la determinante para acabar con ese gusano de envidia malsana.

Sí, mi determinación de atender a este señor motiva tales, no son más que el egoísmo por no verse involucrados en persona en tal destino.

Las reuniones y fiestas por doquier. ¡Qué derroche de alegría y júbilo! Soy mujer y joven; apasionada, con mucho abandono del miramiento social que a mí no me incumbe; mi ingenio es mi intuición y me siento muy, pero muy enamorada. ¡De verdad, mi querido diario!!!

Manuela

Estoy invitada a pasar el verano en Babahoyo. Concretamente en la hacienda «El Garzal»; debe su nombre por las miríadas de garzas que aquí anidan y sobrevuelan por estos

lugares. Esta invitación la recibí por intermedio de unos amigos íntimos de S.E. Bolívar. Hace cuatro días que estoy instalada.

El Garzal, a 23 de... de 1822

Estoy escribiéndole a S.E. una docena de esquelas, haciendo más deliciosa la espera y más acuciante para él la venida. El éxito de una mujer está en su gracia y en su ingenio, a más de su belleza que atrae como el almíbar de las flores a los pajarillos que se deleitan con su néctar.

La hacienda está repleta de mangos, naranjales, plataneros que parecen manos gigantes; palmetas, cocoteros y caimitos dulces y palaciegos. Todo aquí es llamativo, los colores de las flores y de las mariposas, el canto de madrugada de las aves, el estrépito de los caballos cuando entran en la cuadra y el roncar de «Ruperto», un inmenso caimán criado desde pequeño y dócil. Todo entonces invita al regocijo del amor y de la aventura.

S.E. ha enviado a sus edecanes y algunos oficiales para aprovisionar todo y resolver asuntos concernientes a la instalación de su despacho. Un cuartel se estaciona aquí como Cuartel General, a fin de coordinar todo el archivo, correspondencia y afines de la guerra y Estado. Presiento que S.E. va a tener mucho trabajo y, como pueda, yo he de sacarlo de allí para que su alma y su cuerpo tengan un descanso en armonía con mi esperanza de disfrutarlo todo, como siempre he soñado. Tal vez sea una pasión desbordada, tejida en la locura sensual de mis...

Qué felices fuimos. Yo me regresé a Quito y S.E. partió a Cuenca.

ANEXO E - Segundo fragmento do diário de Manuela Sáenz (Paita, 1840-1846)

Diário de Paita

Venzo de ser vengativa en grado sumo. ¿Cómo perdonar? Si Simón hubiera escuchado a esta su amiga, que sí lo fue. ¡Ah! otra cosa habría sido (no habría quedado mico con cola). Creo en esa obligación de dar su merecido a quienes faltaron a la lealtad del Libertador y a la República, y a algunos que burlaron la gratitud para con él.

El escribir estas cosas me ayuda en soltar mi mala sangre y, al mismo tiempo, de lo que me hallo muy complacida, porque logré retener (me salí con la mía) los archivos y los documentos más importantes del general Bolívar; esos... no lograron destruir lo que es más sagrado para mí.

Leo y me digo a mí misma que soy adicta al sufrir.

Hoy a julio 25 de 1840 vino a visitarme el señor José Garibaldi, muy puesto el señor este, aunque un poco enfermo. Lo atendí en mi modestia; cosa que no reparó. Estuvimos conversando sobre su vida y sus oficios, y recordando sus aventuras del mundo conocidas. Y se reía el muy señor, cuando le pregunté por la escritora Elphis Melena, la alemana; sobre su fama de «Condotierro», y de sus dos esposas.

Me dijo que yo era persona favorecida de él en su amistad, y que lo era también «la memoria del genio Libertador de América, general Simón Bolívar».

De nariz recta este señor, patillas salvajes y colgándole con el pelo hasta el cuello, y bigote grueso (como de cosaco), de bonete de paño negro bordado en flores y cejas espesas al cubrir casi los ojos.

Jonathás y yo no tuvimos reparo en desvestir a este señor y aplicarle ungüentos en la espalda, para sacarle un dolor muy fuerte que lo quejaba por el hombro. Muy agradecido se despidió de mí, y muy conmovido como de no vernos más.

Siento tristeza de la ausencia de este señor. Jonathás está de mal humor porque no levantó mi ánimo. Me ha dejado de su puño y letra, un verso de la Divina Comedia del Dante, y muy apropiado, y bonito, que pego aquí para no perderlo.

Mía carissima Manuela:

«Donna pietosa e di novella etate,
adorna assai di gentilezze umane,

ch'era lá v'io chiamava spesso Morte
veggendo li occhi miel pien dipietate,
e ascoltando le parole vane,
si mosse con paura a pianger forte.
E altre donne, che si fuoro accorte
di me per quella che meco piangia,
fecer lei partir via,
cual dicca: Non dormire».

Divine comedie. Dante
Giussepe Garibaldi
Paita porto, julio 25 1840.

Son las 8 y se acaba la lumbre. He vuelto a leer con favorito empeño Los pastores de Belén, prosas y versos divinos de Lope de Vega y Carpio, y cómo me anima esa lectura y de qué manera me acuerdo cuando era niña, en casa, frente al nacimiento.

En el libro encontré las violetitas que me trajo y regaló Simón, de una finca donde estuvo en Patilivilca, dizque porque eran muy delicadas, bellas y perfumadas (comparándome).

Sí, su amor sigue aquí en mi corazón, y mis pensamientos y mi amor por él están con él en la eternidad.

Qué señor mío este Simón, para robar todos mis pensamientos, mis deseos, mis pasiones...

Lo amé en vida con locura; ahora que está muerto lo respeto y lo venero.

Jonathás ha estado en cama con gripe, de esas que llaman «quiebra huesos», y no ha podido levantarse. Páez, Córdoba y La Mar no me han dejado en paz. Los tiene muy enseñados; estos perros graciosos, acostumbrados al cariño, se deshacen por Jonathás, y yo no los controlo más. Santander está ya viejo y cojo. Pienso que hay que fusilarlo para que no sufra, pues le pasó un coche por encima; se me va el corazón con mi perro.

En estas navidades el puerto ha estado más movido que de costumbre; así que le he pedido y mandado a Jonathás que atisbe quien llega, y venga pronto a contármelo todo; no sea que me cojan de sorpresa.

(Navidad del 30, ¡qué fatal!). Este es un recuerdo que lastima, pero él me dejó forzada a seguir viviéndolo; para mí tú vives, Simón. Así como él vivió. Soy una tonta, pero lo percibo cada vez mejor. Rousseau, Voltaire, El contrato social; ¿De qué le sirvieron? Nunca supo qué ni qué hizo con su gloria. ¡Qué tontos fuimos!

Escribo y pienso... Cómo se destruyó a sí mismo, Simón. Yo estoy haciendo unas colchitas que me están quedando preciosas. Y él sabía que se estaba destruyendo, aniquilando, dejando a un lado su férrea voluntad, sus decisiones nunca dictadas por sus convicciones, pero

sí un sentido de justicia. ¿Justicia? ¿Quién le fue justo? A él, que todo lo dio por la libertad. Libertad, sólo palabra. ¡Por ahora! ¿Cómo era esa cita de Marco Aurelio? Tanto insistí en que la aprendiera: «Tu amor lo medirás por el que tengas a tu hermano. Usar de clemencia es vencer siempre», decía Aulio Galio. Ya: «Es propio del hombre amar aun a aquellos que nos ofenden. Los amarás, si piensas que son hermanos tuyos; que, si son culpables, es por ignorancia y a pesar de ellos; que, dentro de poco, no te hicieron mal alguno, ya que no te hicieron peor tu alma de lo que antes era», citaba a Marco Aurelio. Y a Demóstenes: «Una mujer desbarata en un día lo que un hombre construye en un año», refiriéndose mi Simón a lo del acontecimiento del castillo, que con tanta gana hice en Bogotá.

Él no omitía ninguna frase de estos pensamientos, y sus consejos —muy a pesar de mi entereza de carácter. Siempre me citó a Salomón: «El perfume y la variedad de los aromas son la alegría del corazón, y los buenos consejos de un amigo (amiga), las delicias del alma». Y a Cervantes: «La mujer ha de ser buena, y parecerlo, que es más», recriminándome mi conducta con Santander.

Hoy he vuelto a leer El Quijote, y de sus páginas salen las evocaciones. Ciérrolas para escribir. Como ese agudo hombre de novedades en desbaratar un molino, así hizo Simón cayendo con el peso de su propia armadura.

Una y una más se lo advertía de no permitir la subida de Santander. ¿Pero qué? Se enfadaba conmigo, me castigaba con sus desplantes, ignorándome, cosa que era peor. Más me encaprichaba y después llegaba más tierno que un cachorro meloso. Acercándose y mendingando mi amor. Y yo, tonta por él, no resistía sus insinuaciones. No lo rehuía. Siempre lo recibí tiernamente como tal lo amé. Nunca fui inconsecuente. ¡No! Tuvo de mi amistad y de mi amor el afán de servirlo y de amarlo como se lo merecía.

Cumpliré con mi desahogo ahora que estoy con buen ánimo. Me consuela el saberlo mío a pesar de todas.

Es tarde ya y casi no se ve. Recogeré todo para ver un nuevo día.

Manuela

Han pasado ya ocho años y sólo he visto miserias, pobreza, epidemias, susto de los peruanos (cobardes) que se alegran de la desgracia ajena. Un puerto que sólo da lástima, donde el entorpecimiento es a la orden del día. ¿Cómo puede una mujer estar al día en cosas de la cultura? El mundo no se percata dónde queda Paita. ¿Y cómo recolectar datos? Idea mía: barco que llegue, asalto de información. Ciudadano que caiga a este: sacarle las noticias.

Escribo a mis familiares en Quito y nadie contesta. No tengo a nadie. Estoy sola y en el olvido. Desterrada en cuerpo y alma, envilecida por la desgracia de tener que depender de mis deudores que no pagan nunca.

Jonathás se ha ido por mi recomendación a la casa de mi comadre Chanita. ¿Quién cuida de ella? Pobre, agarró esa fiebre amarilla y quedó exhausta. Aquí todo se ha ido convirtiendo en sanatorio.

Qué contraste Simón: de reina de la Magdalena, a esta vida de privaciones. De caballeresa del sol a matrona y confitera; de soldado húsar a suplicante; de coronel del ejército a encomendera.

¡Basta! Me voy a Lima.

Paita a febrero 3 de 1843

Antes de ayer vino en visitarme un viejo amigo del Libertador, el creador de sus desgracias, por él haber metido en la cabeza de Simón tanta idea, para manejar las cosas con tanta cualidad de favorecimientos para todos: amigos y enemigos. Simón Rodríguez o Samuel Robinson o el diablo en andas. Tantos nombres para enmascarar una sola cosa, ser Quijote o tonto. De todas maneras hablamos y discutimos, pues defiende a Santander (a su gestión).

Muy entrado en años, como por los 83, alto pero encorbado, su pelo blanco como de nieve y con bastón. No demoró mucho porque dizque pendiente de un negocio. Me preguntó cosas que sólo él sabía, me enfadé mucho. Pero luego estuve tranquila y serena, comprendí que este señor quería revivir esas épocas. Sólo pudimos contener el ansia de amistad que nos unió con el único hombre que verdaderamente valió.

Dijo que fabrica velas y que sigue dictando lecciones, pobre. Si se le ve franciscano. Tomó chocolate y se marchó. Volverá, lo sé.

Paita, febrero 19 de 1843

Aquí en Paita todo es cosa de risa. Un suceso y otro distinto. Estos peruanos sin idea de la política seria y pura, no hay quien observe conducta digna, porque unos por miedo y otros por interés, cambian de parecer de la noche a la mañana. Mi sobrino Francisco Antonio me escribió desde Quito, contándome pormenores, para mí el más querido de todos (como ya es padre no hay como hacerle bromas). Estoy haciendo un chal que de divino parece europeo, se lo envió a mi paisana doña Mercedes Jijón de Flores.

Parece que ya a nadie importo. Estamos a 9 de julio del 43 y todo sin respiro. Las gacetas que me llegan son números atrasados y yo quiero vivir el presente con noticias frescas.

No vale un cuartillo leer, no hay con quien comentar. Sentada en mi hamaca medito nuevas que tengan que ver para el provecho de mi patria, Ecuador.

Escribo cartas y cartas, y nadie apura mis asuntos en Quito. Sólo por la Providencia vivo. He desistido lo de Lima por no mortificarme con James. Y a tal, sólo resignación y adelante. Al menos tengo todavía amigos, y a mi Nathán y Jonathás.

Jonathás vino con recados del muelle. Que vio al general Santa Cruz con recados para mí, de que al señor general Flores lo reeligieron por ocho años más. Esto hace Dios con almas buenas y honestas. El señor Pareja viene muy a menudo y su plática es muy constructiva y adicta a las órdenes del señor Presidente Flores.

Ya no tengo paciencia con ese canalla del Pedro Sanz. Todo me falta y no hay como recaudar. Necesito hacer venir acá muchas cosas de mi aprecio y consideración, que tengo en Bogotá y no tengo medio. Ya no sé qué hacer con la plata de deudas de mi hacienda ni quién vea por ella.

Las noticias que recibo de Quito ya son esperanzadoras. El señor presidente general don Juan José Flores, quien es mi amigo, me halaga con sus apreciadas de cuando en vez, y me pone al tanto de mi tierra Quito.

Por fin ha destinado una persona indicada para manejar las cuentas de mis deudores y para que mi desgracia sea menor. Don Pedro Sanz no tuvo recato en el manejo de cuentas de todos los que me adeudan. Soy por esto de gran gratitud para con este señor General.

Aquí todo está revuelto, y con gran vigilancia para todo; sin reserva en violar valijas de correo.

¿Qué tanto desafuero?

Hoy, agosto 23 de 1843

Recomendada al señor Cónsul Montalve, con salvoconducto para Lima pienso: estas no recaban mis más caros afectos, ni mi familia (¿tengo?), ni mis amigos, ni mi Patria. Rocafuerte me hizo, me tiene al punto de su distancia. Yo resuelta, es que mi fallo está como la suerte de aquí. Ya no regreso para lo menos ver lo mío.

Como de todo me entero hago las delicias de mi interés por saber y dar a conocer lo que concierne a mi Patria.

Al fin en algo ocupó mi triste destino, que si no me doy un balazo ¡y punto!

Este mes de septiembre peor. Me ha puesto en jaque. A todos los ecuatorianos que se hallan en Piura y los de aquí, he arengado, junto con el cónsul Monsalve, para prevenir la indolencia y sus diversiones malsanas. Como ecuatoriana estoy indignada por los pasquines y cosas soeces salidas de la imprenta del caucano, en contra del general Flores.

Mañana con susto me he dado con los atrevidos que de noticias traen el que habían asesinado al presidente Flores en convite de sus amigos. Que la guerra es inminente y barbaridades, fin. Que yo estuviera al mando, al menos al lado de este señor para asesorar estrategias. Y que este señor, que yo amo como la patria tampoco me ocupa para nada en el gobierno y es terco como mula.

Ay, que si parece que de angustias vivo. Si no debo llamarme Manuela sino «Angustias». Mi amigo el general Santa Cruz me ha puesto en pena. He recibido cartas de Lima del 24 de noviembre, y sólo tristezas. La prisión de este hombre envilece a quienes lo tomaron. Y no pongo duda que lo fusilen. Mi corazón de luto se pone. Ya no hay con quién contar. Voy a intrigar con destino a que sirva de algo para su libertad. Ojalá alguien se compadezca y me ayude.

Hoy vi Jonathás limpiar los recodos, y le permití ver unas cuantas cartas del arcón, reminiscencias. Costó mucho trabajo el traerlas aquí, tenerlas todas y desde tanto tiempo atrás.

Caminatas, campañas, travesías, intrigas, desafueros... Simón tan cerca..., a veces, y otras yo tan lejos, impidiendo las deserciones. Bolívar. Sí él, todo amor para ellos, ¿y para mí qué?

A cuántos tuve que chirlear para que no perdieran la vida; para que despertaran... Las mulas, ¡el horror de la caída por los abismos! Sí, todo esto me persigue. Saco valor. Cierro el arcón para no desmayarme.

Este librito que contiene las lecturas más caras de los grandes guerreros griegos, fue saliendo del fondo del arcón; fue el regalo de este hombre magnífico, sin querer él dármelo. Su apasionamiento por Temístocles, Arístides, Cimón (era él Cimón o Simón). Siempre dijo él que así era el carácter de este señor. Haníbal, Alcibíades... (sollozo).

Mi negra Jonathás se presentó y estuvo calmándome con infusiones severas. Debo mantener el propósito de no volver a mirar esas cosas; ella dice que me hacen mucho daño, y hasta le creo.

Simón quiso que yo las tuviera, y son más, muy más y se irán conmigo a la tumba. Así lo he dicho muchas veces a tales señores que vienen de visita, aquí a husmear lo que sé. La historia no se la cuenta ¡Se la hace!

Que se vayan al diablo cuando vuelvan.

Hoy es domingo 27

Han pasado tres semanas desde la última vez que escribí y ha habido extraordinarias.

Escribo estas líneas para saberme viva, viva por dentro. Después de todo, a mi edad... Pienso en algunos amigos míos que darían todo por tenerme en su casa, y por disfrutar de mis recuerdos o de los chistes de Jonathás (que cuenta con gracia).

No existe nada interesante en este miserable puerto; lo único que vino, una compañía de teatro que no encontró lugar, cosa que improvisaron en la playa.

La gente aquí anda disparatada con el asunto limítrofe; ojalá se pueda sacar a estos imbéciles de mi Ecuador.

Si yo hubiese estado en Quito unos años atrás... pobrecitos, ¡quién sabe!

Nunca permití que Simón pensara en nuestro amor como una aventura; lo colmé de mis favores y mis apetencias y casi olvidó su acostumbrado flirteo donjuanesco. Además, había en los dos emoción y dicha que no se destruiría jamás, que serían perdurables hasta el fin. ¡Amar y ser amada intensamente!

Él por su parte halló en mí ¡TODO! Y yo, lo digo con orgullo, fui su mejor amiga y confidente. Para unificar pensamientos, reunir esfuerzos, establecer estrategias. Dos para el mundo. Unidos para la gloria, aunque la historia no lo reconozca nunca.

Y de que yo sé reírme de mí misma, ¡basta! ¿En qué quedaron los carísimos vestidos? ¿Las numerosas joyas? Estoy harta.

¿Qué fue de esas visitas de cortesía en mi casa? Nada había en las mujeres que no fuera hablar, coser cadenas y bordados de encajes. Yo, mientras tanto, leía. Me entusiasmaba mucho leer. Los hombres con qué galantería. ¡Ah! qué tiempos, mi mantilla de Manila. Y los celos es tupidos de James. Sólo desprecio sentía por este pobre hombre. Lima: visitas, fiestas, paseos, invitaciones, bailes, ostentación de riqueza. Y del amor ¿qué?

Galanteos, derroche de riquezas y de alegrías, de refinamientos, de placeres, de holgura: ¡Ah! vivir la vida. ¿Eso fue? Yo aquí estoy desorientada. ¿O loca? No ¡jamás! ¡jamás!

En mi mente, el pensamiento de haber participado en logros de la República a fin y bienestar de los ciudadanos.

A veces la fuerza fue necesaria; debido al rigor de mi carácter impulsivo, me impuse en cuanto era menester, para bienestar de la República y de S.E.

Yo tuve razones muy poderosas para unirme con él: convicción de patriota, juntos, a costa de todo. Mi firmeza y mi carácter, debido a que estaba convencida de que Simón sería el único en la historia del mundo, como libertador de una nación grande y soberana.

Cuando surgió el asunto de Guayaquil, ya conocía bien al general San Martín, y usé mi amistad con algunos de sus devotos; especialmente con Rosita, para averiguar cosas necesarias a la causa de la anexión de Guayaquil a Colombia.

Convencida, como lo estaba también El Libertador y presidente, de que Guayaquil era completamente del territorio de Colombia, le aconsejé que no permitiera que esa provincia se separara de su patria madre, y de no permitir que los peruanos intentaran mutilar este pedazo de suelo colombiano.

Le manifesté a S.E. que yo conocía muy bien las debilidades del señor general San Martín, que me había condecorado como «Caballera del Sol». Simón no permitió que yo le hablara de esas debilidades. Por el momento. Pero luego, muy preocupado, me preguntó: «¿Sabe usted señora, con qué elementos puedo, de su intuición de usted, convencer a este señor general, para que salga del país sin alboroto, desistiendo de su aventura temeraria de anexar Guayaquil al Perú?» Entonces yo le contesté: «Vaya usted en persona e impresione a esos indecisos, acójalos bajo protección de la república de Colombia y encárguese usted mismo del mando militar y político de ese puerto y su provincia».

A San Martín le interesa Guayaquil, claro; pero no lo merece. Es ceñudo, está siempre preocupado por la responsabilidad de él. Más parsimonia no se halla en otro cuando habla. Es flemático (metódico), lo mismo que cuando escribe. Además, es masón (yo hasta aquí no sabía que Simón también). Además de todo, el general San Martín es ególatra y le encanta la monarquía, y es mojigato.

«Disponga entonces usted de cualesquiera de estos atributos, además de que él presentará la dimisión por su propia cuenta».

Así que mi señor General y Libertador fue a Guayaquil. Se encontró con el «Protector», que se quejó de que los oficiales de S.E. le recibieron con un saludo de bienvenida «a Colombia». Además de que no soportó ni la conferencia ni la fiesta (se preparó gran alboroto con ese fin). Pues este señor es seco y sombrío. Y se retiró con su ambicioso plan.

Simón prometió que al volver a mí, sería todo él mi propiedad.

Luego «El Garzal»: amor y placer que no conocía; paz y dicha que no tuve antes.

Ya he dicho una y mil veces. Mi interés es mi país, es ser quiteña. Muy quiteña fui desterrada para la infelicidad de mi país. Estoy aquí sola y desamparada. Aunque mi orgullo lo niegue. No queda ya más. Nada más, y punto.

Hoy, mayo 19 de 1846, ha quedado en llegar un recadero de James, que se ha puesto al habla con Jonathás. Mi marido está de a buenas conmigo; me escribe como todo un amigo mío. Qué flema la de este inglés, paciencia y holgura de sentimientos. A tanto que ya no me olvida.

Bueno, él sabe que la esencia viene en gotas, es fino conmigo y me halaga con regalos y dineros desde Lima. Su empecinamiento no ve mi consagración personal al Libertador Bolívar. No comprende que fuimos amantes de espíritus superiores. Que vivimos una misma posición de gloria ante el mundo, que vivimos un mismo sacrificio y una misma manera de ver las cosas y una misma desconfianza de todos.

Aunque en Simón existiera la condescendencia y el perdón, y en mí la audacia y la intolerancia, fui la escogida por este señor muy digno para aparecer en sus círculos. Sí, también como su compañera de felicidades y de profundas tristezas.

Los dos escogimos el más duro de los caminos. Porque a más del amor, nuestra compañía se vio invadida por toda suerte de noticias; guerra, traición, partidos políticos, y la distancia, que no perdonó jamás nuestra intimidad. Juntos soportamos el allanamiento a nuestras vidas. Hicimos un pacto de respeto a las ideas ajenas, muy por encima del respeto que debió dárseles a las nuestras. ¿Qué fue de nuestra dignidad? ¿A qué mujer cabe todo esto? Dejo aquí porque tengo visita (horror de letra).

Me tratan de orgullosa, ¿lo soy? Sí, lo confieso y más. Saberme poseída por el hombre más maravilloso, culto, locuaz, apasionado, noble. El hombre más grande, el que libertó al Nuevo Mundo Americano. Mi amor fue siempre suyo y yo su refugio y donde había el reposo de sus angustias. Y los desvelos por la patria de él. Simón; mis pensamientos y mis consejos siempre fueron tuyos, aun en el desorden de mis ideas.

Altercábamos, él conmigo por el empeño de mis pasiones. Pero comprendía, las mías de ser mujer y esto me pagaba mi entrega a él. El concebir planes era nuestro juego. Planes con aventuras temerarias (me río). No sabían cómo, pero estábamos en todas partes.

La gente hablaba. Pero qué importaba. Total logramos vencer y basta. Fue necesario separarnos. Así el gusano de la desdicha cavó en nuestros males. ¿Lograron deshacerse de él? Pues yo digo que no. Nunca supo la maledicencia, la mentira, la venganza, la traición, el arte mefistofélico, que quedando yo viva, perdurarían sus memorias. La memoria de estos dos

seres que logramos unir nuestras vidas en lo más apoteósico de nuestros desvelos. ¡El Amor! Y juntos nos burlamos de los concilios de nuestros enemigos. Estos, desunidos, demoraron en reunir su venganza y su jauría para ver el fin de sus víctimas. Y cómo nos alejamos del alcance de sus intenciones. Para él Santander. Para mí Rocafuerte. Son unos...

Hoy se me hace preciso escribir por la ansiedad. Estoy sentada frente de la hamaca que está quieta como si esperara a su dueño. El aire también está quieto; esta tarde es sorda. Los árboles del huerto están como pintados.

En este silencio mío, medito. No puedo olvidar. Simón no comprendió nunca que todavía no había llegado el momento para emprender la lucha, y lograr conquistas de libertad. Sólo consiguió deshacer su vida de él. La llenó de dificultades. Sus hazañas extraordinarias quedaron vilmente desposeídas de la gloria. Se apagó su orgullo viril y su amor muy adicto por la libertad. Siempre bajo su destino despiadado.

He tenido trabajos en la casa y me he demorado en volver a escribir. Pero aquí estoy de nuevo frente a este diario que es mi refugio.

Un amigo muy querido me preguntó qué había sido yo para El Libertador: ¿una amiga? Lo fui como la que más, con veneración, con mi vida misma. ¿Una amante? Él lo merecía y yo lo deseaba y con más ardor, ansiedad y descaro que cualquier mujer que adore un hombre como él. ¿Una compañera? Yo estaba más cerca de él, apoyando sus ideas y decisiones y desvelos, más, mucho más que oficiales y sus raudos lanceros.

Yo le increpaba su desatino en considerar el «valor» de algunos que se encontraban muy lejos de su amistad. ¿Eran compañeros? Sí, obligados por el miedo a las cortes marciales, al fusilamiento; aunque Simón nunca se empeñó en que esto se diera. Prodigaba indultos a diestra y siniestra. Nunca le fueron reconocidos, ni agradecimientos hubo. Sólo había traiciones, desengaños, atentados.

¿Qué fueron sus últimos días? Él era un hombre solitario, lleno de pasiones, de ardor, de orgullo, de sensibilidad. Le faltó tranquilidad. La buscaba en mí siempre, porque sabía de la fuerza de mis deseos y de mi amor para él.

Simón sabía que yo le amaba con mi vida misma. Al principio ¡Oh! amor deseado... tuve que hacer de mujer, de secretaria, de escribiente, soldado húsar, de espía, de inquisidora como intransigente. Yo meditaba planes. Sí, los consultaba con él, casi se los imponía; pero él se dejaba arrebatar por mi locura de amante, y allí quedaba todo.

Como soldado húsar fui encargada de manejar y cuidar el archivo y demás documentos de la campaña del Sur. De sus cartas personales y de nuestras cartas apasionadas y bellas.

Mi sin par amigo dejó en mí una responsabilidad inmensa que yo, agradecida, cumplí a cabalidad y con mi vida misma. Como oficial del ejército colombiano también me distinguí. Era preciso. Y si no, entonces, ¿Qué tendría ese ejército? Un guiñapo de hombres, malolientes, vencidos por la fatiga, el sudor del tabardillo con su fiebre infernal, los pies destrozados. Ya sin ganas de victoria.

Yo le di a ese ejército lo que necesitó: ¡valor a toda prueba! y Simón igual. El hacía más por superarme. Yo no parecía una mujer. Era una loca por la Libertad, que era su doctrina. Iba armada hasta los dientes, entre choques de bayonetas, salpicaduras de sangre, gritos feroces de arremetidos, gritos con denuestos de los heridos y moribundos; silbidos de balas. Estruendo de cañones. Me maldecían pero me cuidaban, sólo el verme entre el fragor de una batalla les enervaba la sangre. Y triunfábamos. «Mi Capitana —me dijo un indio—, por usted se salvó la patria». Lo miré y vi un hombre con la camisa desecha, ensangrentada. Lo que debieron ser sus pantalones le llegaban hasta las rodillas sucias. Sus pies tenían el grueso callo de esos hombres que ni siquiera pudieron usar alpargatas. Pero era un hombre feliz, porque era libre. Ya no sería un esclavo.

Difícil me sería significar el porqué me jugué la vida unas diez veces. ¿Por la patria libre? ¿Por Simón? ¿Por la gloria? ¿Por mí misma? Por todo y por darle al Libertador más valor del que yo misma tenía. Él vivía en otro siglo fuera del suyo. Sí, él no era del diez y nueve. Sí, él no hizo otra cosa que dar; vivía en otro mundo muy fuera del suyo. No hizo nada, nada para él.

Ayer domingo vi a don Manuel Suárez y a su hijo, de transeúntes por la plaza; ya está por los quince el niño. Pedro Simón, y que buen uso hace de su nombre (caminando) a más lo comentamos con mi comadre Josefa y dice ella, que el niño sabe bien de dónde procede el nombre, y que me reconoce como madrina. Nunca ha venido por acá, dizque por respeto. Lo espero para unos dulces.

Me di cuenta cómo Santander no quiso nunca ayudar a Perú. Esperaba que los peruanos hicieran solos la revolución y la guerra a los godos; él quería ocuparse sólo de la Patria (Nueva Granada). Sin más complicaciones, sin más obligación por América. Quería que se le eligiera Presidente, para ejercer sus propias leyes; pues deseaba regular todo y enviar «al loco del Libertador al diablo».

Por eso lo pensó todo; incluso costó mucho trabajo la indiscreción de un partidario suyo. Había dicho: «Dejemos que El Libertador se pase al extranjero, al Perú, sin autorización; a fin de cuentas hace lo que le da la gana. Así será como el Congreso podrá

librarse de él y de esa astuta mujer que es su compañera fiel. No le enviemos tropas, ni pertrechos, se joderá la cosa y no sabrá qué hacer ya, sin gobierno ni mando».

Inmediatamente le di un informe a S.E. y le rogué que no escribiera cartas desde el Perú; al menos que no las datara en lugar parecido de esos sitios, sino que cambiara esos lugares por otros de fuera de Perú, para que así no le diera ocasión al miserable de Santander de que le quitaran el mando. ¡Por eso «fusilé» a esa sabandija!

Simón vio la desmoralización en que se encontraba el Ejército, y se desalentó muchísimo, cosa que inmediatamente remedié con un consejo de lo necesario que era para ese momento; y con todos los poderes de los cuales Simón fue investido, comenzar a solucionar todos los problemas de organización, de avituallamiento, de pagos a los soldados, de permisos, de reclutamiento, etc., etc.

Comuniqué a S.E. todo y cuanto se hablaba en los círculos, salones de los aristócratas, reuniones, etc. Y de todo cuanto el pueblo hablaba. Jonathás y Nathás sirvieron mucho para esto. Todos los señores generales y oficiales de S.E. El Libertador guardaban benevolente discreción y simpatía hacia mí. Con deferencia característica hacia «La dama dueña del corazón y de la vida de su Libertador» (me trataban como si fuera yo la esposa legítima de este señor).

Recibí el grado de Húzar, y me dediqué por entero a ese trabajo laborioso de archivar, cuidar y glosar lo más grande escrito por S.E.; incluso salvaguardar nuestras cartas personales.

¡Había allí en Lima tanto desafuero! Pero combatimos lo indeseable. Bajo mi consejo, intuición y celo; se aumentaron las fiestas, la vida social mía. Se acrecentaron las reuniones, para saber descubrir a los enemigos del gobierno. Como espía, de tanto en tanto caía una buena información, la que inmediatamente le daba conocimiento de ella a S.E.

Se me nombró compañera del Libertador. Sí, compañera de luchas; metida en asuntos militares y presidenciales. Era necesaria, muy a pesar de los que lo asistían para su trabajo de él: una buena cantidad de ayudantes, generales, secretarios y auxiliares, de los que no necesitó nunca, pues era tercamente un solitario hombre introvertido, cuando su soledad lo aprisionaba.

Parecía que Simón lo supiera todo. Pero no era así, sus conocimientos necesitaron siempre de mi apoyo; el que era conocer el ambage de ideas de los naturales de estos lados del Sur. Insistentemente le pedí que fuera implacable, más cuando se tratara del bien de la república.

Que no diera pie atrás en cada una de sus decisiones. Cosa por la que me admiraba y respetaba.

Juntos movilizamos pueblos enteros a favor de la revolución, de la Patria. Mujeres cosiendo uniformes, otras tiñendo lienzos o paños para confeccionarlos, y lonas para morrales. A los niños los arengaba y les pedíamos trajeran hierros viejos, hojalatas, para fundir y hacer escopetas o cañones; clavos, herraduras, etc. Bueno, yo era toda una comisaria de guerra que no descansó nunca hasta ver el final de todo.

Le comenté que al indio lo que más le gusta es la «charca» y su troje, así que Simón repartía tierras, y éstos ayudaban con aprovisionamientos de comida o con hombres.

A principios del mes de octubre de 1823 ya me encontraba en Lima, al cuidado del archivo personal y de campaña de S.E. El Libertador y Presidente.

Le recomendé no involucrar al general Sucre en ninguna batalla por esos días. ¿Intuición femenina? ¿Estrategia? ¡Las dos cosas! Pudo ser la derrota, visto lo actuado hasta allí por el godo Canterac. Además, había que contar con el desorden del ejército colombiano, que se encontraba desmoralizado, y los patriotas ciudadanos, a la expectativa de los acontecimientos.

ANEXO F - Depoimento de Bolívar sobre Manuela Sáenz no Diário de Bucaramanga

Su Excelencia se levantó hoy con un poco de ánimo de salir de paseo a caballo. Regresó más alegre y conversador; así que aproveché para que me hiciera algunas confidencias sobre sus sentimientos de él acerca de mi señora Manuela:

«¿Me pregunta usted por Manuela o por mí? Sepa usted que nunca conocí a Manuela. En verdad, ¡nunca terminé de conocerla! ¡Ella es tan, tan sorprendente! ¡Carajo, yo! ¡Carajo! ¡Yo siempre tan pendejo! ¿Vio usted? Ella estuvo muy cerca, y yo la alejaba; pero cuando la necesitaba siempre estaba allí. Cobijó todos mis temores...»

Su excelencia hizo aquí una pausa y luego pronunció:

«¡Siempre los he tenido, carajo! (S.E. se interrumpió y me miró suplicante, fijamente, como tratando de averiguar algo. Bajó la cabeza y pensé que se había dormido; pero empezó nuevamente a hablar). Usted De Lacroix la conoce: ¡Todos, todos la conocen! No, no hay mejor mujer. Ni las catiras de Venezuela, ni las momposinas, ni las... ¡Encuentre usted alguna! Esta me domó. Sí, ¡ella supo cómo! La amo. Sí, todos lo saben también. ¡Mi amable loca! Sus avezadas ideas de gloria; siempre protegiéndome, intrigando a mi favor y de la causa, algunas veces con ardor, otras con energía. ¡Carajo! ¡Ni las catiras de Venezuela, que tienen fama de jodidas!

»Mis generales holgaron en perfidia para ayudarme a deshacerme de mi Manuela, apartándola en algunas ocasiones, mientras que yo me complacía con otras. Por eso tengo esta cicatriz en la oreja. Mire usted (enseñándome su grande oreja de S.E. la izquierda, que tiene la huella de una fila de dientes muy finos, y, como si yo no supiera tal asunto), este es un trofeo ganado en mala lid: ¡en la cama! Ella encontró un arete de filigrana debajo de las sábanas, y fue un verdadero infierno. Me atacó como un ocelote, por todos los flancos; me arañó el rostro y el pecho, me mordió fieramente las orejas y el pecho, y casi me mutila. Yo no atinaba cuál era la causa o argumentos de su odio en esos momentos y, porfiadamente, me laceraba con esos dientes que yo también odiaba en esa ocasión.

»Pero tenía ella razón: yo había faltado a la fidelidad jurada, y merecía el castigo. Me calmé y relajé mis ánimos y cuando se dio cuenta de que yo no oponía resistencia, se levantó pálida, sudorosa, con la boca ensangrentada y mirándome me dijo: ¡Ninguna, oiga bien esto señor, que para eso tiene oídos: ninguna perra va a volver a dormir con usted en mi cama! (enseñándome el arete) No porque usted lo admita, tampoco porque se lo ofrezcan. Se vistió y se fue.

»Yo quedé aturdido y sumamente adolorido, que en llamando a gritos a José, y entrando este, pensó que yo había sido víctima de otro atentado (aquí S.E. sonrío). En la tarde regresó debido a mis ruegos. Le escribí diez cartas. Cuando me vio vendado claudicó, al igual que yo, en la furia de sus instintos. Todo en dos semanas fue un delirio de amor maravilloso bajo los cuidados de la fierecilla. ¿Usted qué cree? ¡Esto es una clara muestra de haber perdido la razón por el amor! El gran poder está en la fuerza del amor. Sucre lo dijo.

»Manuela siempre se quedó. No como las otras. Se importó a sí misma y se impuso con su determinación incontenible, y el pudor quedó atrás y los prejuicios así mismo. Pero cuanto más trataba de dominarme, más era mi ansiedad por liberarme de ella.

»Fue, es y sigue siendo amor de fugas. ¿No ve? Ya me voy nuevamente. ¡Vaya usted a saber! Nunca hubo en Manuela nada contrario a mi bienestar. Solo ella. Sí, mujer excepcional, pudo proporcionarme todo lo que mis anhelos esperaban en su turno. Mire usted. Arraigó en mi corazón y para siempre, la pasión que despertó en mí desde el primer encuentro.

»Mis infidelidades fueron, por el contrario de las experiencias, el acicate para nuestros amores, después de lo violenta que fuera la escena de celos de esta mujer. Nuestras almas siempre fueron indómitas como para permitirnos la tranquilidad de dos esposos. Nuestras relaciones fueron cada vez más profundas. ¿No ve usted? ¡Carajos! de mujer casada a Húzar, secretaria y guardián celoso de los archivos y correspondencia confidencial personal mía. De batalla en batalla, a teniente, capitán y por último, se lo gana con el arrojo de su valentía, que mis generales atónitos veían; ¡coronel! ¿Y qué tiene que ver el amor en todo esto? Nada.

»Lo consiguió ella como mujer (¡era de armas tomar!) ¿Y lo otro? Bueno, es mujer y así ha sido siempre, candorosa, febril, amante. ¿Qué más quiere usted que yo le diga? ¡Coño de madre, carajo!» (Presiento que esta será la última vez que S.E. me hable así, tan descarnadamente: sí, de sus sentimientos de él hacia mi señora Manuela). Hubo un silencio largo y S.E. exaltados los ánimos, se fue sin despedirse. Iba acongojado, triste; balbuciendo: «Manuela, mi amable loca...»

ANEXO G - Manifiesto de Manuela Sáenz que circulou em Bogotá em folha impressa**«AL PÚBLICO»**

El respeto debido a la opinión de los hombres me obliga a dar este paso; y cuando debo satisfacer, mi silencio sería criminal. Poderosos motivos tengo para creer que la parte sensata del pueblo de Bogotá no me acusa, y bajo este principio contesto, no para calmar pasiones ajenas, ni para desahogar yo las mías, pero sí para someterme a las leyes, únicos jueces competentes de quien no ha cometido más que imprudencias, por haber sido un millón de veces a ellas provocada.

Ninguna mano elevada me ha ofendido; esta no es infame. Quien me ofende ni aún tiene la firmeza bastante para dejarse conocer y menos para perseguirme legalmente; esto me vindica, pues todos saben que he sido insultada, calumniada y atacada.

Confieso que no soy tolerante; pero añado al mismo tiempo que he sido demasiado sufrida. Pueden calificar de crimen mi exaltación; pueden vituperarme; sacien, pues, su sed; mas no han conseguido desesperarme; mi quietud descansa en la tranquilidad de mi conciencia y no en la malignidad de mis enemigos, en la de los enemigos de S.E. El Libertador. Si aún habiéndose alejado este señor de los negocios públicos no ha bastado para saciar la cólera de éstos, y me han colocado por blanco, yo les digo: que todo pueden hacer, pueden disponer alevosamente de mi existencia, menos hacerme retrogradar ni una línea en el respeto, amistad y gratitud al general Bolívar; y los que suponen ser esto un delito, no hacen sino demostrar la pobreza de su alma, y yo la firmeza de mi genio, protestando que jamás me harán ni vacilar, ni temer. El odio y la venganza no son las armas con que yo combato; antes si desafié al público de todos los lugares en donde he existido a que digan si he cometido algunas bajezas; por el contrario, he hecho todo el bien que ha estado a mi alcance.

Lo que sí me sorprende, es que se ataque al vicepresidente de la República, el virtuoso general Domingo Caycedo. S.E. no ha hecho otra cosa, que deponiendo su carácter como magistrado, evitar como hombre humano y prudente cualquier clase de desórdenes, bien sea por la parte que me provocaron o bien por la mía: este paso hace más relevante su dignidad, sus virtudes y carácter público.

El autor de La aurora debe saber que la imprenta libre no es para personalidades, y que el abuso con que se escribe cede más bien en desdoro del país que en injuria de las personas a quienes ataca. Con estas palabras le contesto. Él me ha vituperado, del modo más bajo, yo le

perdono; pero sí le hago una pequeña observación: ¿Por qué llama hermanos a los del sur y a mí forastera?... Seré todo lo que quiera: lo que sé es que mi país es el continente de la América y he nacido bajo la línea del Ecuador.

Bogotá, 30 de junio de 1830

Manuela Sáenz